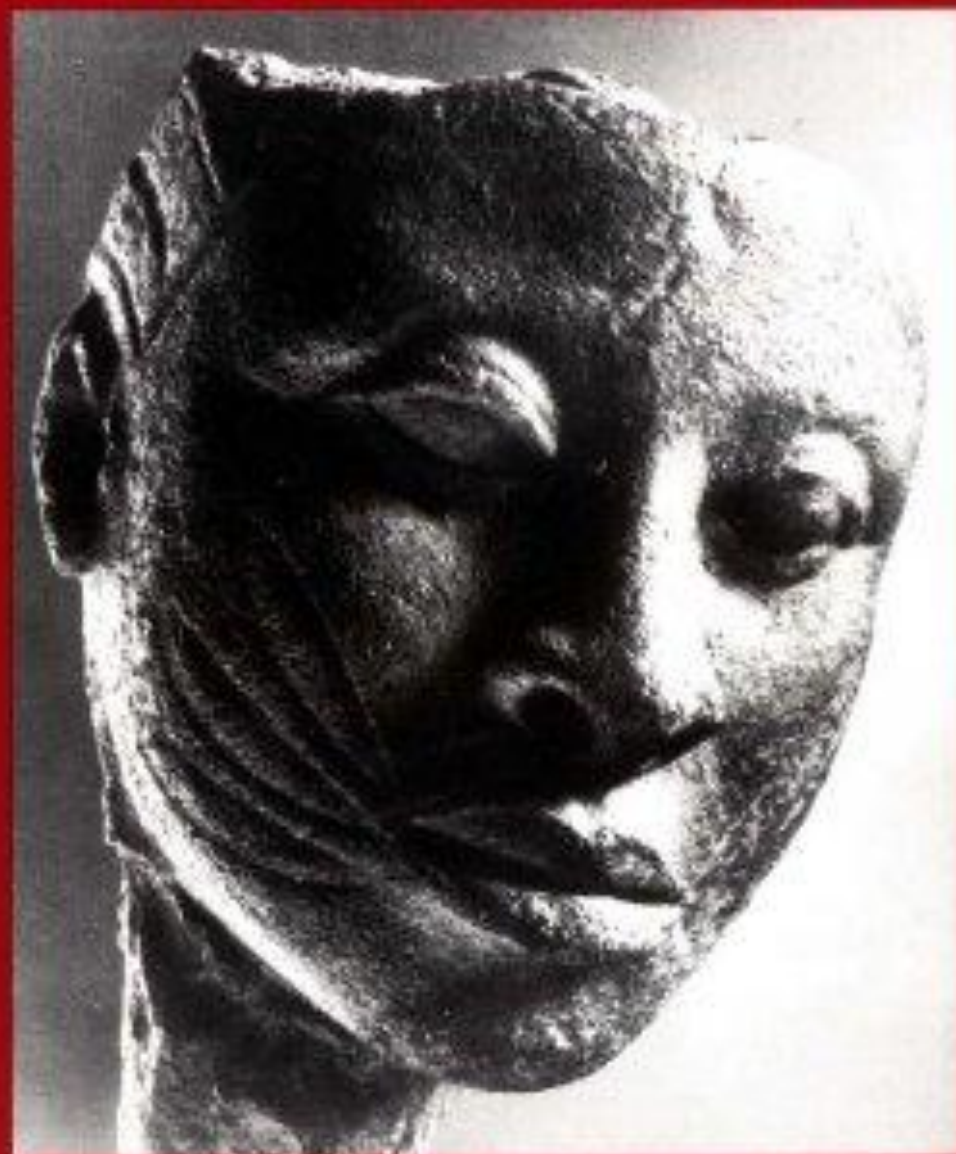


Copyrighted Material

PRECOLONIAL BLACK AFRICA



By Cheikh Anta Diop

Translated from the French by HAROLD SALEMSON

Copyrighted Material

Cheikh Anta Diop

ÁFRICA PRETA PRÉ-COLONIAL

Um

Estudo Comparativo dos sistemas
políticos e culturais da Europa e da
África Preta, da Antiguidade até a
Formação dos Estados Modernos

TRADUZIDO DO FRANCÊS POR HAROLD J. SALEMSON

LAWRENCE HILL & COMPANY

Westport, Connecticut

OUTROS LIVROS POR CHEIKH ANTA DIOP

As Origens Africanas da Civilização

*África Preta: A Base Econômica e Cultural para
um Estado federal*

Civilização ou Barbárie

Copyright ©1987 by Lawrence Hill & Company

Published by Lawrence Hill & Company
First published in France by Presence Africaine
Translated from the French by Harold Salemson

Library of Congress Cataloging-in-Publication Data

Diop, Cheikh Anta.
Precolonial Black Africa.

Translation of: L'Afrique noire pre-coloniale.

1. Africa, Sub-Saharan—Politics and government.
2. Social structure—Africa, Sub-Saharan—History.
3. Africa—History—To 1498. 4. Europe—Politics and government. 5. Social structure—Europe—History.
6. Europe—History—To 1492. I. Title.

JQ1872.D5613 1986 967 86-22804

ISBN 0-88208-187-X

ISBN 0-88208-188-X (pbk.)

10 9 8 7 6 5 4 3 2 1

Manufactured in the United States of America

*To my professor Gaston Bachelard,
whose rationalistic teaching
nurtured my mind*

*To my professors M. André Leroi-Gourhan and Dean
André Aymard, who oversaw my work*

All my gratitude

*Ao meu professor Gaston Bachelard
cujo ensinamento racionalista
nutriu minha mente*

*Aos meus professores M. André Leroi-Gourhan and Dean
André Aymard, que orientaram meu trabalho*

Toda minha gratidão

Conteúdo

PREFÁCIO	xi
I. ANÁLISE DO CONCEITO DE CASTA	1
Principais Divisões Dentro do Sistema de castas	1
Condições dos Escravos	3
Os Bâ-dolo	5
Gênese do Sistema de Castas	6
Castas no Egito	9
Gênese do Sistema de Castas na Índia	11
II. EVOLUÇÃO SOCIO-POLÍTICA DA CIDADE ANTIGA	18
Classes Sociais	18
Eupátrida [Eupatridae]	20
As Plebes	20
Reis-Sacerdotes [Priest-Kings]	20
Individualismo	21
Revolução Aristocrática	23
Revolução Social	26
Movimentos de Idéias	30
A Influência do Egito	31
O Império Romano	33

III. FORMAÇÃO DOS ESTADOS MODERNOS EUROPEUS ..	35
A Idade Média Política e Social	35
A Idade Média Intelectual	36
IV. ORGANIZAÇÃO POLÍTICA NA ÁFRICA PRETA	43
A Constituição Mossi	43
A Constituição Cayor	46
Sucessão Matrilinear: Gana, Mali	48
Songhai, a Influência Oriental	50
Precedência em Songhai	53
O Caso dos Cayor	55
Significado de Realeza	59
A Separação entre Secular e Religioso das <i>Obrigações de</i> <i>Conceito Vitalista do Rei. A “República” Lebou</i>	
África Tribal e Monárquica	72
Coroação do Rei e Vida na Corte	77
<i>Songhai, Cayor, Gana, Mali</i>	
V. ORGANIZAÇÃO POLÍTICA	89
Poder dos Impérios Africanos	89
Força e Extensão dos Impérios	89
<i>Gana, Mali, Songhai</i>	
Organização Administrativa	99
Recursos da Realeza e Nobreza	104

*Taxas, Alfândegas, Minas de Ouro,
Tesouros Reais, Botim, Comissões Associadas à
Assumpção de Funções Administrativas*

Governo e Administração 108

*Penhor, Songhai, Vários Ministros,
Unidade Administrativa*

Organização Militar 115

*Estrutura, Cavaleiros, Cavalaria,
Soldados de Infantaria, flotilha [frota], Guarda Real,
Estratégia e Táticas*

Organização Judicial 124

VI. ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA 130

Intercâmbio 130

Comércio tipo-Moderno 131

Moeda [Currency] 133

Importação-Exportação 136

Meios de Transporte, Estradas 137

Riqueza Econômica 141

Comparação das Estruturas Socio-Econômicas na
África de na Europa 142

Navetanismo [Navetanism] 150

Os Talibé [Taalibé] 151

Mão de obra escrava: Concentração 152

Retribalização [Retribalization] 157

Acumulação Primitiva	158
 VII. SUPER-ESTRUTURA IDEOLÓGICA: ISLÃO NA ÁFRICA PRETA	 162
Penetração Pacífica	163
O Papel dos Chefes Autóctones	163
Razões Metafísicas	165
Suporte Místico do Nacionalismo	167
Renúncia do Passado Pré-Islâmico	169
“Xerifismo” [“Sherifism”]	172
 VIII. NÍVEL INTELECTUAL: ENSINO E EDUCAÇÃO	 176
A Universidade	176
Método de Ensino	177
O Programa	178
Atribuição de Diplomas	179
Desenvolvimento Intelectual	179
Importância do Xerife	186
Sobrevivência da Tradição Preta na Educação	190
Lembrete Histórico: A Invasão Marroquina	192
 IX. NÍVEL TÉCNICO	 196
Arquitetura no Sudão Nilótico	196

Arquitetura no Zimbabwe	197
Arquitetura em Gana e na Curva do Níger	199
Metalurgia	204
Fabricação de Vidro [Glassmaking]	205
Medicina e Higiene	206
Agricultura	207
Artesanato [Crafts]	207
Caça [Hunting]	207
Experiência Náutica	208

MIGRAÇÕES E FORMAÇÃO DE

POVOS AFRICANOS ATUAIS	212
------------------------------	-----

Origem do Yorubá	216
Origem do Laobé	217
Origem do Peul	220
Origem do Tuculor	223
Origem do Serer	224
Origem do Agni (Añi)	228
Origem dos Fang e Bamum	228
Formação do Povo Wolof	229

Posfácio	235
----------------	-----

Prefácio

Até agora [1960, data da primeira edição], a história da África Preta tem sempre sido escrita com datas tão secas quanto listas de lavanderia, e ninguém quase jamais tentou encontrar a chave que abre a porta para a inteligência, a compreensão da sociedade Africana.

Falha a qual, nenhum pesquisador jamais superou em ressuscitar o passado Africano, trazendo-o de volta à vida em nossas mentes, diante dos nossos próprios olhos, por assim dizer, enquanto mantendo-se estritamente dentro do reino da ciência.

No entanto, os documentos à nossa disposição nos permitem fazer isso praticamente sem qualquer quebra de continuidade por um período de dois mil anos, pelo menos no que a África Ocidental é concernida.

Portanto, tornou-se indispensável descongelar, em uma maneira de falar, desfossilizar [defossilize] aquela

história Africana que estava ali à mão, sem vida, aprisionada nos documentos.

No entanto, este trabalho não é propriamente um livro de história; mas é uma ferramenta auxiliar indispensável para o historiador. Ele de fato proporciona-lhe uma compreensão científica de todos os fatos históricos até então inexplicados.

Nesse sentido, ele é um estudo em sociologia histórica Africana. Ele nos permite deixar de se surpreender com a estagnação, ou melhor, o equilíbrio relativamente estável das sociedades Africanas pré-coloniais: a análise das suas estruturas sócio-políticas apresentadas nele nos permite avaliar os fatores de estabilização na sociedade Africana.

Alguém, assim, compreende as defasagens técnicas e outras por serem o resultado de um tipo diferente de desenvolvimento baseado sobre causas fundamentais absolutamente objetivas.

Assim, já não há qualquer razão para constrangimento. Uma vez que essa consciência é alcançada, nós podemos imediatamente e totalmente em quase todos os mínimos detalhes reviver todos os aspectos da vida nacional Africana: as organizações administrativas, judiciais,

econômicas e militares, aquelas de trabalho, o nível técnico, as migrações e formações dos povos e nacionalidades, assim, a sua gênese étnica, e, conseqüentemente, quase gênese lingüística, etc.

Após a absorção de qualquer tal experiência humana, nós sentimos profundo dentro de nós um verdadeiro reforço do nosso sentimento de unidade cultural.

[Upon absorbing any such human experience, we sense deep within ourselves a true reinforcement of our feeling of cultural oneness]

ÁFRICA PRETA PRÉCOLONIAL

Capítulo Um

ANÁLISE DO CONCEITO DE CASTA

Afigura-se necessário, em primeiro lugar, salientar as características específicas do sistema de castas, de forma mais clara para trazer a diferença em estrutura social que sempre existiu entre a Europa e a África.

A originalidade do sistema reside no fato de que os elementos dinâmicos da sociedade, cujo descontentamento poderia ter engendrado revolução, estão realmente satisfeitos com a sua condição social e não procuram mudá-la: um homem da então-chamada "casta inferior" se recusaria categoricamente a entrar em uma então-chamada "casta superior". *

[* — Se fosse somente uma questão de interesse material.]

Na África, não é raro que os membros da casta inferior se recusem a entrar em relações conjugais com aqueles da casta superior, embora o inverso pareça mais normal.

PRINCIPAIS DIVISÕES DENTRO DO SISTEMA DE CASTAS

Vamos proceder para uma descrição da estrutura interna do sistema de castas, antes de tentar uma explicação de sua respectiva origem. O atual território do Senegal será utilizado aqui como um modelo para o estudo: no entanto, as conclusões retiradas dele são uma realidade para toda a África Sudanesa destribalizada [detribalized Sudanese Africa].

No Senegal, a sociedade é dividida em escravos e livres, estes últimos [os livres] sendo os *gor*, incluindo ambos os *gér* e os *ñéño*.

Os *gér* compreendem os nobres e todos os homens livres com nenhuma profissão manual além da agricultura, considerada uma atividade sagrada.

Os *ñéño* incluem todos os artesãos: sapateiros [shoemakers], ferreiros [blacksmiths], ourivesaria [goldsmiths], etc. Estas são profissões hereditárias.

Os *djam*, ou escravos, incluem os *djam-bur*, que são escravos do rei; os *djam neg nday*, escravos da mãe de alguém [slaves of one's mother]; e *djam neg bây*, escravos do pai de alguém [slaves of one's father].

Os *gér* formaram a casta superior. Mas - e aqui reside a originalidade real do sistema - ao contrário da atitude dos nobres em relação à burguesia, dos senhores para com os servos, ou os Brâmanes com relação às outras castas Indianas, os *gér* não poderiam explorar materialmente as castas mais baixas sem perder prestígio aos olhos dos outros, bem como aos seus próprios. Pelo contrário, eles eram obrigados a ajudar os membros das castas mais baixas de qualquer forma possível: mesmo se menos ricos, eles tinham que "dar" a um homem de casta inferior se assim fossem solicitados. Em troca, o último devia a permitir-lhes precedência social.

A particularidade deste sistema, portanto, consistia no fato de que o trabalhador braçal, em vez de ser privado dos frutos de seu trabalho, como o eram os artesãos ou os servos da Idade Média, poderia, pelo contrário, acrescentar-lhe a riqueza dada a ele pelo "senhor".

Conseqüentemente, se uma revolução fosse ocorrer, ela seria iniciada a partir de cima e não a partir de baixo. Mas isso não é tudo, como veremos: os membros de todas as castas,

incluindo os escravos estavam intimamente associados ao poder, como ministros de fato; o que resultava em monarquias constitucionais governadas por conselhos de ministros, compostos por representantes autênticos de todo o povo.

Podemos entender a partir disto por que não havia revoluções na África contra o regime, mas apenas contra aqueles que o administravam mal, ou seja, príncipes indignos. Além disso, houve também, naturalmente, revoluções de palácio [palace revolutions].

Para cada casta, vantagens e desvantagens, privações de direitos e compensações equilibravam-se. Por isso, é fora das consciências, em progresso material e influências externas, que os motivos históricos devem ser procurados. Levando-se em conta o seu isolamento, o qual, no entanto, não deve ser exagerado, pode ser entendido por que as sociedades da África mantiveram-se relativamente estáveis.

CONDIÇÕES DOS ESCRAVOS

O único grupo que teria interesse em derrubar a ordem social eram os escravos da casa do pai [slaves of the father's

household], em aliança com os *bâ-dolo* ("aqueles sem poder", socialmente falando, os camponeses pobres). *

[* — Bâ-Dolo, em Tuculor, significa "sem poder" Dolo em Wolof refere-se a força física ou moral.]

De fato, está claro com o que precede que o status dos artesãos era um inviolável. As suas consciências não poderiam de nenhuma maneira ser portadoras de sementes de revolução: Sendo os principais beneficiários do regime monárquico, eles o defendem até o dia de hoje, ou lamentam a sua passagem.

Por definição, todos escravos deveriam compor a classe revolucionária. Pode-se facilmente imaginar o estado mental de um guerreiro ou qualquer homem livre cuja condição através de uma derrota na guerra muda radicalmente de um dia pro outro, como ele se torna um escravo: como na antiguidade clássica, prisioneiros de guerra eram automaticamente sujeitos a serem vendidos. Pessoas de posição podiam ser resgatado por suas famílias, que dariam em troca um certo número de escravos. Em princípio, alguém poderia ter um sobrinho servente como um substituto: o filho da irmã de um homem, neste regime matriarcal, seria dado por seu tio em resgate; daí as duas expressões em Wolof, *na djây* ("pode ele vender", isto é, o tio) e *djar bât* ("aquele que

pode comprar de volta", ou seja, o sobrinho).
Mas é aí que os entram os escravos.

Neste regime aristocrático, os nobres formaram a cavalaria do exército (a cavalaria) [the chivalry]. A infantaria era composta de escravos, ex-prisioneiros de guerra tomados de fora do território nacional. Os escravos do rei constituíam a maior parte de suas forças e, conseqüentemente sua condição era muito aprimorada. Eles agora eram escravos somente no nome. O rancor em seus corações havia sido atenuado pelos favores recebidos: eles compartilhavam no saque depois de uma expedição; sob a proteção do rei, durante os períodos de agitação social, que poderia até mesmo entrar em discreta pilhagem dentro do território nacional, contra os camponeses pobres, os *bâ-dolo* - mas nunca contra os artesãos os quais eram sempre capazes de obter a restituição dos seus bens confiscados.

O regime, a obtenção de costumes sociais, permitia aos artesãos ir diretamente até o príncipe, sem medo, e reclamar com ele. Os escravos eram comandados por um dos seus próprios, o general da infantaria, que era um pseudo-príncipe naquilo em que ele poderia governar sobre um feudo habitado por homens livres.

Tal foi o caso, na monarquia de Cayor (Senegal), do *djarâf Bunt Keur*, o representante dos escravos dentro do governo e

comandante supremo do exército. Seu poder e autoridade eram tão grandes que o dia da sua traição pôs fim ao reino de Cayor. Voltaremos a este assunto, sob o título de constituições políticas.

No entanto, o enobrecimento de um escravo, mesmo pelo rei, era impossível na África, em contraste com os costumes das cortes Européias. O nascimento parecia ser algo intrínseco aos olhos dessa sociedade e até mesmo o rei teria sido mal aconselhado para enobrecer qualquer um, absolutamente, mesmo um homem livre.

Os escravos do rei, por força das circunstâncias, tornaram-se assim um elemento favorável para a preservação do regime; eles eram um elemento conservador.

O escravo da casa da mãe [slave of the mother's household] era cativo da nossa mãe, como oposto ao escravo do nosso pai. Ele poderia ter sido comprado no mercado aberto, vindo de uma herança, ou ser um presente. Uma vez estabelecido na família, ele tornava-se quase uma parte integrante da mesma; ele era o doméstico leal, respeitado, temido e consultado pelas crianças. Devido ao regime matriarcal e polígamo, nós o sentíamos mais próximo de nós, porque ele pertencia à nossa mãe, do que o escravo do pai, que está a uma distância igual, socialmente falando, de todos

os filhos do mesmo pai e mães diferentes. Como pode ser facilmente visto, o escravo do pai viria a ser o bode expiatório para a sociedade. Portanto, o escravo da mãe não poderia ser um revolucionário.

O escravo da casa do pai [slave of the father's household], em contrapartida, considerando sua posição anônima (nosso pai é de todos, por assim dizer, enquanto a nossa mãe é verdadeiramente a nossa própria), não será de nenhum interesse a ninguém e não têm nenhuma proteção especial na sociedade. Ele pode ser descartado sem compensação.

No entanto, sua condição não é comparável à dos plebeus da Roma antiga, dos thetes [thete] de Atenas, ou dos Shudras [Sudra] da Índia. A condição do Shudras foi baseada em um significado religioso. O contato com eles foi considerado impuro; a sociedade foi estruturada, sem levar em conta a sua existência; eles não podiam sequer viver nas cidades, nem participar em cerimônias religiosas, nem no início ter uma religião própria. Voltaremos a este assunto mais tarde. No entanto, a alienação dos escravos da casa do pai [slaves of the father's household] na África era grande o suficiente, no plano moral e material, que as suas mentes poderiam ser verdadeiramente revolucionárias.

Mas, por razões relacionadas à natureza pré-industrial da África, tais como a dispersão da população em aldeias, por exemplo, eles poderiam não efetuar uma revolução. Devemos ainda acrescentar que eles eram realmente intrusos em uma sociedade hostil que os vigiava dia e noite, e nunca teria permitido-lhes tempo para tramar uma rebelião com os seus colegas. Tornou ainda menos possível para eles adquirirem posição econômica e educação moral e intelectual, em suma, qualquer força social comparável àquela da burguesia do Ocidente quando esta derrubou a aristocracia. Escravos desta categoria podiam, aparentemente, na melhor das hipóteses, juntarem suas forças com os camponeses pobres, aqueles *bâ-dolo* ("sem poder") cujo trabalho realmente sustentava a nação mais do que aquele dos artesãos.

OS BÂ-DOLO

Os *bâ-dolo* por definição, não eram *ñéños*, mas *gér*s de modos modestos, condenados ao cultivo da terra. Como *gér*s, pertencendo ao mesmo nível que o príncipe, este último não achava nada desonroso ou degradante em pilhar os seus bens, por menores que fossem. Uma vez que um *gér* acomodado, encontrando-se em circunstâncias privilegiadas, pode casar com uma princesa, embora de grau secundário para ser preciso, o *bâ-dolo* sendo um *gér* sem recursos teria de

executar os cargos fiscais da sociedade. Na verdade, de acordo com o conceito Africano de honra, não eram aqueles de nível inferior que seriam explorados, se necessário fosse, mas iguais sociais, particularmente quando estes não tinham o poder material para se defender, o que era o caso dos *bâ-dolo*.

Por razões desse tipo, as possessões dos artesãos eram poupadas. Em tais regimes agrícolas, pré-industriais, é verdade, todos estavam envolvidos no cultivo do solo, incluindo o rei (que, de acordo com Cailliaud, era o principal agricultor do Seennaar). *

[* — Cailliaud, Frédéric, of Nantes, Voyages à Méroé, au Fleuve blanc, audelà de Fâzoql, dans le Midi du Royaume de Sennâr. Impresso por autorização do Rei, no Royal Printing Office, 1826.]

Mas em análise mais aprofundada, eram os *bâ-dolo*, mais do que os artesãos, que alimentavam a população e constituíam a maioria da classe trabalhadora.

A partir do preconceito de casta, no entanto, como pode ser facilmente deduzido a partir do anterior, eles não poderiam ser reduzidos ao ponto de formar uma aliança com os escravos descontentes, especialmente uma vez que estes últimos eram desorganizados e não tinha nenhuma chance de sucesso. Se tal aliança tivesse chegado a existir no curso da história Africana, ela teria levado a uma revolta de

camponeses e escravos, uma *jacquerie*, do tipo que o Egito vivenciou em torno do fim do Médio Império, ou do tipo comum à história Ocidental desde a Idade Média — nenhuma das quais jamais foi bem sucedida. Teria sido uma revolta e não uma revolução, como a Revolução Francesa (burguesa).

Mas veremos que, na África pré-colonial, a duração dos períodos de prosperidade não tinha nada em comum com aquela dos períodos de escassez, que eram bastante excepcionais e efêmeros, e que a abundância geral de recursos econômicos e a extraordinária, lendária riqueza do continente, de fato, impediu o nascimento e crescimento de qualquer espírito revolucionário na consciência Africana.

GÊNESE DO SISTEMA DE CASTAS

O sistema de castas surgiu de uma divisão do trabalho, mas sob um regime político avançado, que era monárquico (pois nunca se encontra castas onde não existem nobres). No entanto, é muito provável que a especialização do trabalho, que levou à transmissão hereditária de transações no sistema de castas, em uma escala da individual ou familiar, evoluiu a partir da organização de clãs [clanic organization].

Se olharmos para os nomes totêmicos, todos aqueles que praticam o mesmo comércio, todos aqueles que pertencem à

mesma casta, são do mesmo clã totêmico. Por exemplo, apesar de todos os casamentos exogâmicos que possam ter ocorrido após a destribalização [after detribalization], todos *Mârs* são sapateiros, pertencem ao mesmo clã, e têm o mesmo totem, não importando o quão separados territorialmente eles possam ter se tornado. Assim, dois *Mârs* que se encontram pela primeira vez entendem que eles têm uma origem comum de clã [common clan origin].

Seja como for, na época dos impérios de Gana e Mali, como evidenciado pelo testemunho de Ibn Khaldun, Ibn Battuta, e o *Tarikh es Sudan*, a destribalização [detribalization] tinha já ocorrido ao longo destes grandes impérios.

*Na época da conquista da África do Norte [pelos Muçulmanos], alguns comerciantes penetraram na parte ocidental da terra dos Pretos [land of the Blacks] e não acharam entre eles nenhum rei mais poderoso do que o rei de Gana. Seus estados estendiam-se para o oeste até as margens do Oceano Atlântico. Gana, a capital desta forte, populosa nação, era composta de duas cidades separadas pelo rio Níger, e formava uma das maiores e mais bem povoadas cidades do mundo. O autor de, The Book of Roger [Al Bakri], faz uma menção especial dela, assim como o autor de, Roads and Kingdoms. **

[* — Ibn Khaldun. Histoire de Berbères et des dynasties musulmanes de l'Afrique Septentrionale (trans. Baron de Slane). Algiers: Government Printshop, 1954, II, 109.]

Pode-se supor que em uma cidade como o Gana, que no século X era já uma das maiores do mundo, a organização tribal tinha completamente dado lugar para as exigências da vida urbana. De qualquer modo, a transmissão do individual nome e herança, como era praticada no império de Mali, de acordo com Ibn Battuta, não nos deixa dúvida sobre o desaparecimento do sistema tribal na região em 1352.

*Eles [os Pretos] são nomeados com os nomes de seus tios maternos, e não de seus pais; não são os filhos que herdaram de seus pais, mas os sobrinhos, os filhos da irmã do pai. Eu nunca encontrei este último costume em qualquer outro lugar, exceto entre os infiéis de Malabar, na Índia. **

[* — Ibn Battuta. Voyage au Soudan (trans. Baron de Slane). p. 12. Veja também seu, Travels in Asia and Africa {Viagens na Ásia e na África}, 1325-1354, H.A.R. Gibb, trans.]

Um fato que não foi suficientemente ressaltado é que o indivíduo tinha um primeiro, ou dado, nome, mas não um nome de família antes do deslocamento do clã. Até então, uma pessoa tinha o nome do clã, mas apenas coletivamente,

de modo que quando perguntado pelo seu nome, ele sempre responderia que ele era do clã dos Ba-Pende, Ba-Oulé, Ba-Kongo, etc. Ele era um membro da comunidade, e somente a dispersão desta poderia conceder-lhe existência individual, bem como um nome de família, que permanecia então, como uma espécie de recordação, o nome do clã. Esta é, portanto, uma das razões porque sempre falamos de nomes totêmicos. E de acordo com a passagem citada de Ibn Battuta, nós vemos que o indivíduo já tinha um nome pessoal da família, o nome de sua mãe, devido ao sistema matriarcal. Isto é confirmado por todos os nomes de família de personagens importantes transmitidos a nós pelo *Tarikh es Sudan*. Este trabalho foi escrito por um sábio Preto do século XVI, D.C., mas relaciona eventos o mais antigo dos quais remontam aos primeiros séculos após o nascimento de Cristo. O mesmo poderia ser dito do *Tarikh el Fettach*, escrito no mesmo período, por outro Preto de Timbuktu [Kâti].

A estabilidade do sistema de castas era assegurada pela transmissão hereditária de ocupações sociais, o que correspondia, em certa medida a um monopólio disfarçado por uma proibição religiosa, a fim de eliminar a concorrência profissional. De fato, o significado religioso estava ligado à herança do comércio. De acordo com as crenças atuais, um sujeito de fora de um comércio, mesmo que ele adquirisse toda a habilidade e a ciência de um chamado que não era

aquele de sua família, não seria capaz de praticá-lo de forma eficiente, no sentido místico, porque não foram os seus ancestrais que concluíram o contrato inicial com o espírito que tinha originalmente ensinado-o para a humanidade. Devido a uma compreensível tendência para a generalização, até mesmo especializações científicas às quais nenhuma noção de casta são ligadas - por exemplo, medicina dos olhos ou ouvidos, etc. — são dominadas por essa idéia. Até este ponto na África, nas aldeias, uma determinada família era especializada no tratamento de uma determinada parte do corpo somente; é interessante notar que este foi também o caso no antigo Egito, onde, com toda a probabilidade, havia originalmente um sistema de castas.

CASTAS NO EGITO

Existem sete classes de Egípcios, e destas alguns são chamados sacerdotes, outros guerreiros, outros pastores [herdsmen], outros guardadores de porcos [swineherds], outros comerciantes [trademen], outros intérpretes, e, por último, os pilotos; tais são as classes de Egípcios; eles tomam os seus nomes dos empregos que eles exercem. Seus guerreiros são chamados Calasiries ou Hermotybies, e eles são dos seguintes distritos, pois todo o Egito é dividido em distritos [chamados de *'nomos'* ou *'nomes'*].

Os seguintes são os distritos dos Hermotybies: Busiris, Sais, Chemmis, Papremis, a ilha chamada Prosopitis, e a metade de Natho. Destes distritos são os Hermotybies, sendo em número, quando são mais numerosos, cento e sessenta mil. Nenhum destes aprende qualquer arte mecânica, mas aplica-se inteiramente a assuntos militares.

Estes próximos são os distritos dos Calasiries: Tebas [Thebes], Bubastis, Aphthis, Tanis, Mendes, Sebennys, Athribis, Pharbaethis, Thmuis, Onuphis, Anysis, Mycephoris; este distrito está situado em uma ilha oposta à cidade de Bubastis. Estes são os distritos dos Calasiries, sendo em número, quando são mais numerosos, duzentos e cinquenta mil homens; estes também não são autorizados a praticar qualquer arte, mas se dedicam somente a atividades militares, o filho sucedendo ao pai. *

[* — *The Histories of Herodotus* {As Histórias de Heródoto} (trans. Henry Cary). New York: Appleton, 1899, Book II, Pars. 164-166.]

A casta dos guardadores de porcos [swineherd] somente era considerada impura no Egito, por causa da noção religiosa prevalecente concernindo porcos [prevailing religious notion concerning pork].

*Os Egípcios consideram o porco como sendo um animal impuro e, por isso, se um homem de passagem por um porco chegar a tocá-lo apenas com suas vestes, ele imediatamente vai para o rio e mergulha: e em segundo lugar, os guardadores de porcos [swineherds], embora Egípcios nativos, são os únicos homens que não têm permissão para entrar em qualquer de seus templos; tampouco qualquer homem dá a sua filha em casamento a um deles, nem toma uma esposa de entre eles; mas os guardadores de porcos [swineherds] casam-se entre si. Os Egípcios, portanto, não acham que seja direito sacrificar suínos para quaisquer outras divindades; mas para a lua e Bacchus eles os sacrificam. . . **

[* — Idem, Par. 47.]

*A arte da medicina é, assim, dividida entre eles: cada médico aplica-se a apenas uma doença, e não mais. Todos os lugares são abundantes de médicos; alguns médicos são para os olhos, outros para a cabeça, outros para os dentes, outros para as partes em torno da barriga, e outros para distúrbios internos.**

[* — Idem, Par; 84.]

Alguém pode acreditar que no Egito também a divisão de clãs [clanic division] correspondeu, pelo menos em certa medida, com a divisão do trabalho, na palavra de Heródoto.

É difícil negar o significado totêmico dos *nomos* (distritos): com suas bandeiras locais, eles foram os primeiros distritos geográficos ocupados pelos clãs totêmicos que progressivamente se fundiram para dar à luz à nação Egípcia. Mas mesmo na época baixa [low period], quando estas divisões territoriais já não tinham mais do que um significado administrativo, ali permaneceram bastante dos efeitos do passado totêmico, de modo que não se pode duvidar de sua existência.

Seja como for, como evidenciado pelo precedente, havia uma ligação dupla, religiosa e econômica, que confinava cada indivíduo dentro de sua casta, exceto no caso do escravo que, não sendo um nativo, na realidade pertencia a uma categoria leiga tradicional. A sociedade havia sido concebida sem levar em conta a sua existência; ele tinha sido forçosamente introduzido nela, um intruso; um lugar foi feito para ele de uma forma ou de outra, sem este assumir qualquer significado religioso; ele foi forçosamente subjugado, por nada mais nada menos que razões econômicas e materiais. Nenhum conceito metafísico surgiu mais tarde para justificar a sua condição, como que para aliviar as consciências dos cidadãos. Nós veremos que isto foi de outra forma na Índia para os párias [pariahs] e para os plebeus da antiguidade, onde os sistemas religiosos estipularam a impureza dessas classes inferiores.

Na África, os escravos pertenciam a uma hierarquia: a condição social dos mestres recaía sobre os escravos. Os escravos de um nobre eram superiores aos de um homem livre simples e "davam" a este último; e este último, por sua vez, se fosse o escravo de um *gér*, iria "dar" para o escravo de um artesão; um artesão pode possuir escravos, uma vez que ele era um *gor*.

Nobres e clérigos, tradicionais ou Islâmicos (seguindo o movimento Almorávida do século X), pertencem à mesma casta e casam-se entre si. Mas esses nobres têm a peculiaridade de não serem proprietários de terras [landowners], no sentido que damos a esse termo como aplicado à Idade Média no mundo Ocidental. A terra na África não pertence aos conquistadores; a mente dos nobres não é concernida com a posse de grandes latifúndios a serem cultivados por servos ligados ao solo; neste sentido não havia nenhum sistema feudal na África. Esta questão será tratada posteriormente.

Na África, a nobreza nunca adquiriu este senso de propriedade da terra [ownership of land]. Paralelamente, ao "conquistador", o rei, há em cada aldeia um pobre velho em frangalhos, mas respeitado e poupado, a quem o espírito da terra é considerado por ter confiado com a terra. A terra é uma divindade seria um sacrilégio realmente se

apropriar de qualquer parte dela. Ela só se presta a nossa atividade agrícola, a fim de tornar a vida humana possível. [Earth is a divinity: it would be sacrilege actually to appropriate any part of it. It only lends itself to our agricultural activity, in order to make human life possible.]

Mesmo durante o período Islâmico, ou seja, até os dias de hoje, este conceito religioso influenciou obscuramente a consciência de todos os Africanos e tem contribuído historicamente no sentido de parar ou restringir tendências a formar um sistema feudal.

O conceito de terra de propriedade privada [privately owned land] desenvolvido apenas entre os Lebou da península de Cabo Verde, como um resultado do desenvolvimento do grande porto de Dakar, após a penetração Européia. Lotes de terreno ali eram até muito recentemente mais valiosos do que em qualquer outro lugar no que era África Ocidental Francesa.

GÊNESE DO SISTEMA DE CASTAS NA ÍNDIA

Não se pode ignorar o caso da Índia, ao considerar a questão geral de castas. A noção de castas é tão especial naquela parte do mundo que um estudo que não a levasse em conta seria carente em consistência e vigor demonstrativo, bem como em generalidade.

De acordo com Lenormant, este tipo de organização social era totalmente estranho aos Arianos e Semitas. Onde quer que o encontremos, no Egito, Babilônia, África, ou o reino de Malabar, na Índia, podemos ter certeza de que é devido a uma influência Cushita do sul.

*Este sistema é essencialmente Cushita, e onde quer que seja encontrado não é difícil estabelecer que ele é originário desta raça de pessoas. Nós o temos visto florescer na Babilônia. Os Árias [Aryas] da Índia, que o adotaram, o tinham tomado emprestado dos povos de Cush que os precederam nas bacias do Indo [Indus] e Ganges. . . **

[* — Lenormant. Histoire ancienne des Phéniciens. Paris: Ed. Lévy, 1890, p. 384.]

Embora esta pareça ter sido a origem do sistema de castas na Índia, pode-se ver as transformações que as invasões Arianas ocasionaram nele.

Tem sido freqüentemente mantido, sem a produção de quaisquer documentos históricos conclusivos, que foram os próprios Arianos que criaram o sistema de castas, depois de ter subjugado a população Dravidiana Preta aborígene. Se tivesse sido esse o caso, o critério da cor devia ter estado em sua fundação: deveria ter havido, no máximo, três castas, Brancos, Pretos, e a gama de mestiços. No entanto, este não é o caso, e na Índia também as castas efetivamente

correspondem a uma divisão do trabalho, sem quaisquer conotações étnicas.

Estrabão, em sua *Geografia*, citando um autor mais antigo (Megástenes), relata que existiam na Índia sete castas correspondentes a certas funções sociais bem definidas: Brâmanes [Brahmans](filósofos), Chátrias [Kshatriya] (guerreiros), Agricultores, Agentes do Rei ou Ephori (que cruzavam o país para informar o rei sobre o que estava acontecendo), Trabalhadores e Artesãos, Conselheiros e Cortesãos [Courtiers], e Pastores e Caçadores. *

[* — *The Geography of Strabo {A Geografia de Estrabão}* (trans. Horace Leonard Jones). Cambridge: Harvard Univ. Press, Vol. VII, Book XV, I, 67ff., Pars. 39ff.]

Originalmente, o número de castas era menor: apenas quatro, de acordo com as *Leis de Manu* [*Laws of Manu*], também correspondendo a uma divisão do trabalho, excluindo qualquer idéia de diferenciação étnica, uma vez que um Dravidiano pode muito bem ser um Brâmane.

87. Mas, a fim de proteger este universo Ele, o mais resplandecente, atribuiu ocupações (e deveres) separados para aqueles que nasceram a partir de sua boca, braços, coxas e pés.

88. Aos Brâmanes [Brahmanas] ele atribuiu ensinar e estudar (os Vedas), sacrificando-se para seu próprio benefício e para o dos outros, dando e aceitando (de esmolas).

89. Aos Chátrias [Kshatriya] ele comandou proteger as pessoas, outorgar dons, oferecer sacrifícios, estudar (os Vedas), e que se abstenham de ligarem-se aos prazeres sensuais;

90. Os Vaixá [Vaisya] para tocar gado, outorgar dons, oferecer sacrifícios, estudar (os Vedas), comerciar, emprestar dinheiro, e cultivar a terra.

*91. Uma única ocupação o senhor prescreveu para o Sudra [Sûdra], a de servir humildemente mesmo estas (outras) três castas. **

[* — *The Laws of Manu* {*As Leis de Manu*} (trad. do Sânscrito por Georg Bühler). Oxford: Clarendon Press, 1866; reprinted, New York: Dover Publications, 1969, Livro I: "A Criação", 24-25, Secs. 87-91.]

Atribuir um caráter divino à propriedade é um costume Ariano: em Roma, Grécia e Índia, ele levou ao isolamento da sociedade toda uma categoria de indivíduos que não tinham família, não tinham nem casa nem lar, e nenhum direito de propriedade. Eles iriam constituir em todos os lugares a classe dos miseráveis, capaz de adquirir riqueza somente após o

advento do dinheiro: riqueza profana, que não havia sido prevista pelas leis tradicionais e sagradas que regulam a propriedade que foram feitas pelos antepassados dos Arianos. Foi através de sua preocupação com a propriedade de bens materiais que o espírito ou gênio Ariano imprimiu seu molde sobre o sistema de castas.

Nas *Leis de Manu* [Laws of Manu] pode-se acompanhar uma descrição minuciosa dos objetos que podiam ser possuídos por tal e tal classe e, acima de tudo, aqueles objetos cuja posse era proibida para a classe mais baixa e seus mestiços. Esta consciência de interesse material, este exclusivismo no domínio da posse foram as idéias adicionados pelos Arianos ao sistema de castas, que, no início, não deve tê-las contido na Índia; este nunca iria contê-las na África.

Aqui é necessário recordar todas as diferenças entre o escravo Africano, por um lado, e o plebeu ou sudra, por outro.

Os Arianos [Aryans] entendiam efetuar uma classificação econômica da sociedade, na Índia, bem como em Roma e na Grécia, e não uma separação étnica.

51. *Mas as habitações dos Kandâlas e Svapakas será fora da aldeia, eles devem ser feitos Apapâtras, e sua riqueza (será) cães e burros.*

52. *Seu vestuário (será) as roupas dos mortos, (eles comerão) sua comida a partir de pratos quebrados, ferro preto*

(deve ser) seus ornamentos, e eles sempre devem vagar de lugar para lugar.

53. Um homem que cumpre um dever religioso, não solicitará relação com eles; as transações deles (serão) entre si próprios, e seus casamentos com seus iguais.

54. Sua alimentação deve ser dada a eles por outros (do que um doador Ariano) em um prato quebrado; à noite eles não andarão pelas aldeias e nas cidades.

55. Durante o dia eles podem ir com o propósito de seu trabalho, distinguidos por marcas sob o comando do rei, e eles devem levar embora os cadáveres (de pessoas) que não têm parentes; que é uma regra estabelecida.

56. Por ordem do rei eles sempre devem executar os criminosos, de acordo com a lei, e eles tomarão para si as roupas, as camas, e os ornamentos de (tais) criminosos.

*57. Um homem de origem impura, que não pertence a nenhuma casta (varna, mas cujo caráter é) não conhecido, que, (embora) não Ariano, tenha a aparência de um Ariano, pode-se descobrir por seus atos. **

[* — Idem, Livro X: "Mixed Castes" ("castas mistas"), 414-415, Secs. 51-57.]

Este último parágrafo revela que os "intocáveis" da Índia não mais do que os plebeus de Roma, em princípio, pertenciam a uma raça diferente da dos senhores. Na verdade, os critérios que permitiam alguém para distingui-los eram de natureza moral ou material, e não um étnico. O texto ainda elabora que é no comportamento de um indivíduo que se podem discernir as tendências "indignas de um Ariano", que ele herda de pais de uma classe da base.

No próximo capítulo, vamos estudar as condições que levaram à formação desta classe, todas elas sociais. Devemos ressaltar que esta classe era totalmente inexistente a partir dos sistemas inalterados do sul em que proibições religiosas podiam isolar uma categoria social (por exemplo, os guardadores de porcos [swineherds] do Egito), e ainda assim não afetá-la em seu interesse material ao ponto expresso no texto anterior. Esta é uma das diferenças fundamentais entre as concepções Arianas e a Africanas.

Os guardadores de porcos [swineherds] do Egito poderiam absolutamente adquirir riqueza da mesma forma como os outros. Eles não eram proibidos da posse de quaisquer bens; mas uma vez que eles criavam um animal para o qual preconceitos religiosos estavam anexados, estes preconceitos redundaram sobre sua própria condição, e os isolaram em um plano cultural, deixando todos os seus interesses materiais intactos.

Todas as proibições tradicionais do resto da África Preta eram da mesma natureza e nunca afetaram bens materiais. Pelo contrário, podemos afirmar que, sem dúvida, em cada um desses casos as possibilidades de ganho material por parte dos sujeitos da categoria em questão eram aumentadas por uma espécie de sentimento de justiça imanente, uma espécie de espírito compensatório inerente à sociedade, pois eles não só podiam manter todos os seus pertences, mas podiam aumentar suas posses por "solicitar" para alguns dos outros.

Por essas considerações materiais, as *Leis de Manu* [*Laws of Manu*] toleravam uma certa permeabilidade do sistema de castas. Elas de fato proviam para o caso em que os membros de uma classe superior já não pudessem assegurar a sua existência unicamente pelos meios que a religião reconhecia como legitimamente deles. Em tal caso, eles forneciam toda uma série de adaptações e acomodações.

83. *Mas um brâmane [Brâhmana], ou um Chátria [Kshatriya], vivendo pelo meio de subsistência de um Vaixá [Vaisya], devem evitar cuidadosamente (a profissão de) agricultura, (que causa) prejuízo para muitos seres e depende dos outros.*

84. *(Alguns) declaram que a agricultura é algo excelente, (mas) que os meios de subsistência são censurados pelo*

*virtuoso; (pois) a madeira (implementada) com ponta de ferro fere a terra e (os seres) que vivem na terra. **

[* — Idem, Livro X: “Occupations of the Castes” (“Ocupações das castas”), 420-421, Secs. 83-84.]

No domínio dos casamentos, a permeabilidade do sistema de castas existia, mas era unilateral.

12. Para o primeiro casamento de homens duas vezes nascidos (esposas) de igual casta é recomendado; mas para aqueles que através do desejo prosseguem (para casar novamente) as seguintes mulheres, (escolhidas) de acordo com a ordem (direta) (das castas), são mais aprovadas.

*13. É declarado que somente uma mulher Sudra (pode ser) a esposa de um Sudra, ela e uma de sua própria casta (as esposas) de uma Vaixá [Vaisya], aquelas duas e uma de sua própria casta (as esposas) de um Chátria [Kshatriya], essas três e uma de sua própria casta (as esposas) de um Brâmane [Brâhmana]. **

[* — Idem, Livro III: “Marriage” (“Casamento”), 14, Secs. 12-13.]

O estudo do sistema de castas na Índia detém uma riqueza de lições: que permitem avaliar a importância relativa dos fatores raciais, econômicos e ideológicos. Pode-se ver que

a raça Aariana criou civilização tecnológica e industrial materialista Ocidental onde quer que as circunstâncias históricas e econômicas estivessem maduras. São estes fatores que devem ser considerados determinantes, e não uma atitude mental peculiar na qual somente os Arianos eram participantes privilegiados, conferindo sobre eles superioridade intelectual sobre todos os outros. Na verdade, uma vez que este era um ramo daquela raça que realmente se estabeleceu no Irã e na Índia, adotando a superestrutura social dos povos do sul -, embora adaptando-o - se aquela atitude mental racial fosse tudo o que contava, alguém poderia perguntar: Por que, então, eles não criaram uma civilização do tipo Ocidental em países ali?

Condições econômicas de lado, o sistema de castas da organização social assegura maior permanência e estabilidade na sociedade do que o sistema de classes criado pelos Arianos em Roma e na Grécia - o estudo do qual agora vamos começar.

Capítulo Dois

EVOLUÇÃO SOCIO-POLÍTICA
DA CIDADE ANTIGA

CLASSES SOCIAIS

Os fatos a seguir relacionados são essencialmente tomados a partir de *The Ancient City* [A Cidade Antiga] de Fustel de Coulanges. Como Grenier observa em seu *Les religions étrusque et romaine* (As religiões Etrusca e Romana), o trabalho de Fustel de Coulange continua a ser a autoridade. No máximo, talvez se possa inverter a ordem dos fatores e, contrariamente ao que ele disse, explicar a superestrutura ideológica religiosa pelas condições de vida econômicas. Mas, mesmo neste ponto, deve-se reconhecer que seu pensamento é extremamente sutil; para alguns desenvolvimentos que ele parece claramente dar precedência às condições de vida.

Originalmente, havia duas classes na sociedade Greco-Romana:

Atenas: Eupatridae e Thetes;

Esparta: Iguais e Inferiores;

Roma: Patrícios e Plebeus.

EUPÁTRIDAS [EUPATRIDAE]

Esta primeira classe é aquela dos "ricos" [the “haves”]. Desde o início, a propriedade tinha um caráter divino e apenas os membros dessa classe podiam possuir a terra no sentido sagrado do termo. Somente eles, tendo ancestrais, poderiam ter um culto doméstico e um deus, sem o qual não se tinha personalidade jurídica, política ou religiosa e se era assim "impuro", um plebeu.

Somente eles conheciam os ritos sagrados, as orações as quais por um longo tempo permaneceram não escritas e foram transmitidas oralmente de pai para filho. A superstição e o conservadorismo eram inerentes neles: Somente eles tinham um interesse em manter a ordem estabelecida por seus ancestrais. Se um padre introduzisse no culto a menor inovação, ele era punido com a morte.

Assim, não é essa classe que foi responsável pela progressiva profanação da religião e do corpo de crenças tradicionais, uma profanação inseparável do que temos vindo a chamar de pensamento secular e racional Grego. Isto foi o trabalho da plebe. Somente a classe proprietária [owning class] era patriótica uma vez que apenas ela tinha uma "pátria", ou seja, liberdade da cidade, enquanto que a plebe, sem casa ou lar [without hearth or home], era restrita ao

exterior ou partes baixas das cidades, como os intocáveis da Índia.

Patriotismo, tão característico da antiguidade Greco-Romana, é explicado pelo fato de que a sociedade não era permitida para o estrangeiro, que se tornou assim o inimigo número um, sem direitos, que poderia ser morto com impunidade e cujos meros olhos tornavam impuros os santos objetos. Ele era punido com a morte, se tocasse um túmulo ou entrasse em um lugar sagrado. Ele poderia proteger sua vida somente por voluntariamente se tornar escravo de um cidadão da cidade: assim, a classe dos clientes [class of clients]. Pode-se entender por que os homens defenderiam com até a última gota de seu sangue a sua cidade, fora da qual eles eram indignos [vis], seres impuros, intocáveis, dignos, no melhor dos casos, da escravidão. Assim, o patriotismo surgiu a partir da própria estrutura da sociedade. No início, ele não refletia um sentimento de orgulho puramente nacional, como foi o caso no Egito.

Egoísmo religioso — os deuses foram em primeiro lugar propriedade doméstica — era um obstáculo à existência de um território nacional mais extenso do que a cidade: casas não podiam nem tocar uma na outra, a parede de ligação sendo um sacrilégio na antiguidade. Mesmo na morte, as famílias não eram misturadas. Os limites dos campos eram

sagrados: os deuses Términus [Terminus gods].

Primogenitura, que prevaleceu, produziu entre os eupátridas [eupatridae] a desprivilegiada e descontente classe dos cadetes [cadets] (ou os filhos mais novos): eles iriam no fim se revoltar em várias cidades, a fim de abolir a primogenitura e a autoridade paterna.

A PLEBE

A classe mais baixa, a plebe, compunha-se de todos aqueles cujos lares tinham deixado, crianças ou bastardos sem pai, outrora clientes que agora se sentiam mais livres entre a plebe. Estes não poderiam possuir nenhuma terra, se casavam sem ritos sagrados, em outras palavras, profanamente, não tinham orações sagradas, nenhuma religião: é por isso que eles eram os únicos para pisar sobre a tradição e libertar a sociedade de sua imutabilidade ultraconservadora, que poderia ter sobrevivido até o nosso tempo.

Em sua alienação, sem qualquer tipo de compensação, como contra a regra de ouro das sociedades Africanas, é onde devemos procurar pelas causas mais profundas das transformações e revoluções da sociedade da antiguidade, quando eles tinham se tornado o elemento numericamente

predominante do povo. As diferentes fases dessas revoluções serão agora descritas.

REIS-SACERDOTES [PRIEST-KINGS]

A princípio não existia confusão entre sacerdócio e poder civil. O rei da cidade era ao mesmo tempo sacerdote, magistrado, e chefe militar. Mas realzeza [kingship] nunca foi hereditária em Roma. Os reis não precisavam de força militar para merecer obediência: eles não tinham nem exércitos, nem finanças, nem polícia. A confusão da autoridade religiosa e política não terminou com a realzeza; o magistrado da República era também um sacerdote; ele era designado por rito, ou seja, por sorteios em Atenas. Assim, o povo tinham a impressão de receber os seus magistrados dos deuses que os levaram a ser assim designados. Eles não procuravam pelo mais corajoso, nem aquele com a maior aptidão militar ou o mais adequado para ser chefe de Estado, para investir com poder: Antes, o homem mais amado dos deuses. Tudo na vida doméstica e política era dominado por superstição quase inimaginável: um espirro podia levar um empreendimento a ser interrompido; o Senado podia reunir-se para tomar as decisões mais graves relativas à segurança da cidade, mas dispersar-se de uma vez quando um sinal de mau presságio aparecia. Atos praticados com ritos imperfeitos eram inúteis.

Como Fustel de Coulanges aponta, somente no tempo de Cícero é que as pessoas começaram a não viver a sua religião, mas usá-la como um expediente político. Foi útil para o governo, mas de então a religião já estava morta nas almas das pessoas. *

[* — Fustel de Coulanges, La Cité antique (Paris: Hachette, 1930), p. 257.]

A CIDADE-ESTADO

Os Arianos, enquanto estiveram relativamente isolados em seu berço do norte, nunca tiveram a capacidade de conceber uma organização política, judicial, e social de Estado estendendo-se para além dos limites da cidade. A noção de Estado como um "território" compreendendo várias cidades ou aquele de império, sem dúvida, chegou até eles a partir do mundo do sul, e em particular a partir do exemplo do Egito.

Dois fatos podemos facilmente compreender: em primeiro lugar, que essa religião, peculiar a cada cidade, deve ter estabelecido a cidade de uma maneira muito forte e quase imutável; é, de fato, incrível quanto tempo esta organização social durou, apesar de todos os seus defeitos e todas as suas chances de ruína; segundo, que o efeito desta religião, durante longos séculos, deve ter tornado impossível estabelecer

qualquer outra forma social além da cidade.

Cada cidade, até mesmo pelas exigências da sua religião, era independente. Era necessário que cada uma devia ter seu código particular, uma vez que cada uma tinha a sua própria religião, e a lei fluía a partir da religião. Cada uma era obrigada a ter o seu tribunal soberano, e não poderia haver nenhum tribunal judicial superior ao da cidade. Cada uma tinha suas festas religiosas e o seu calendário; os meses e o ano não poderiam ser os mesmos em duas cidades, uma vez que as séries de atos religiosos eram diferentes. Cada uma tinha seu próprio dinheiro, que a princípio era marcado com o seu emblema religioso. Cada uma tinha seus pesos e medidas. Não era admitido que pudesse haver qualquer coisa em comum entre duas cidades. A linha de demarcação era tão profunda que dificilmente se imaginava possível o casamento entre os habitantes de duas cidades diferentes. Tal união sempre aparecia estranha, e foi, por muito tempo, considerada ilegal.

A legislação de Roma e aquela de Atenas eram visivelmente avessas a admitir isso. Quase em todos os lugares as crianças nascidas de tal casamento eram confundidas com bastardos, e privadas dos direitos dos cidadãos. . .

Nos tempos antigos, havia algo mais intransponível do que montanhas entre duas cidades vizinhas, havia uma série de limites sagrados, a diferença de adoração, e o ódio dos deuses para com o estrangeiro.

*Por esta razão os antigos nunca foram capazes de estabelecer, ou mesmo conceber, qualquer outra organização social além da cidade. Nem os Gregos, nem os Latinos, nem mesmo os Romanos, por um tempo muito longo, jamais tiveram um pensamento de que várias cidades poderiam ser unidas, e viver em pé de igualdade sob o mesmo governo. Poderia, de fato, haver uma aliança, ou uma associação temporária, em vista de alguma vantagem a ser adquirida, ou algum perigo a ser repellido; mas nunca houve uma união completa; pois a religião fazia de cada cidade um corpo que nunca poderia ser unido [joined] a outro. O isolamento era a lei da cidade. **

[* — Fustel de Coulanges, Numa Denis, *The Ancient City* [*A Cidade Antiga*] (trans. Willard Small, 1873), (New York: Doubleday Anchor reprint ed., n.d.), pp. 201-203. (Esta e todas as sucedentes citações desta obra são desta edição.)

Sob estas condições, a anexação de uma cidade ou de um território vizinho era impensável: Não se poderia governar uma cidade conquistada porque se era um estrangeiro aos olhos dos seus deuses. Alguém poderia massacrar a população ou deportá-la em sua totalidade para ser vendida. Alguém saqueava cidades, mas sempre voltava para casa. Não poderia haver nenhuma questão de estabelecer populações

conquistadas em seu próprio território e dar-lhes residência, da forma como Merneptah, um Faraó da Décima - Nona Dinastia e outros Faraós do Egito fizeram com povos Arianos cada vez que os conquistaram.

Colonização preferencialmente tinha um caráter religioso. Os ramos mais jovens sem herança acendiam uma tocha no coração da cidade, de modo a encontrar outra em solo virgem. Assim foram fundadas por famílias Atenienses as doze cidades da Jônia [dozen towns of Ionia] nas quais por um longo tempo eles preservaram o sacerdócio [priesthood] e o poder político de pai para filho. Atenas era a cidade mãe para estas doze cidades que eram suas "colônias". Como pode ser visto, a ligação era puramente religiosa e Atenas não reivindicou em qualquer forma exercer o menor controle político sobre a vida dessas cidades. No entanto, por causa de necessidades econômicas, confederações foram finalmente formadas para agrupar cidades em uma ligação bem relaxada. Tais foram, em particular, as federações comerciais de Delos, Termópilas, Calauria, e Delfos. No entanto, de acordo com Fustel de Coulanges, estas ligações foram por um longo tempo de significância puramente religiosa e foi somente sob Filipe da Macedônia que os Anfictiões [Amphictyons], como eram chamados, começaram a se preocupar com assuntos políticos.

INDIVIDUALISMO

O indivíduo era totalmente subordinado à cidade. A ditadura da cidade era absoluta sobre a consciência das pessoas. Uma vez que o seu poder tornava-se estabelecido, a cidade-estado tornava-se responsável pela criação dos filhos no lugar do pai da família. Ela até mesmo regulamentava o vestuário, o uso de barba por homens, os adornos das mulheres, e ia tão longe ao ponto de ditar os sentimentos que alguém devia demonstrar.

Esparta tinha acabado de sofrer uma derrota em Leuctra, e muitos de seus cidadãos tinham perecido. Na recepção desta notícia [da morte dos seus], os parentes dos mortos tinham que mostrar-se em público com semblante alegre. A mãe que ouvia que seu filho tinha escapado, e que ela iria vê-lo novamente, aparecia aflita e chorava. Uma outra, que ouvia que ela nunca iria voltar a ver seu filho, aparecia alegre, e dava a volta ao templo para agradecer aos deuses. O que, então, era o poder do Estado que podia, assim, ordenar a inversão dos sentimentos naturais, e ser obedecido? *

[* — Id., P. 221.]

Nós percebemos aqui uma das causas do individualismo Ocidental em oposição ao coletivismo Africano. Tem sido

freqüentemente falado sobre isto sem se examinar minuciosamente como se originou. Então, vamos inspecionar os dados disponíveis para nossa análise. As famílias de cidadãos diferentes que constituíam a cidade eram células separadas, tão independentes que era um sacrilégio para as casas tocar uma na outra, esses sentimentos de independência remontam à vida nas estepes. Mas cada indivíduo, cada chefe de família, cada cidadão era diretamente rebitado ao estado ditatorial por um laço de bronze [Bond of bronze]. No dia em que este cedia, veríamos progressivamente indivíduos tentando mais uma vez se tornar absolutamente separados, pois eles não tinham aprendido a desenvolver uma vida cívica comum. Em contraste, na África, o poder do Estado, embora centralizado do Egito para o resto da África Preta, nunca subjugou as consciências dos cidadãos em uma maneira tão forte. o Faraó, considerado por Moret como sendo a figura moral mais poderosa que já existiu, nunca sonhou em controlar os sentimentos ou o vestuário de seu povo; o indivíduo sempre se sentiu dependente do estado e, socialmente falando, dependente de seus colegas dentro da vida comunitária. Na África, sempre existiu uma recíproca invasão das consciências e liberdades individuais. Em outras palavras, cada um sentia que tinha direitos materiais e morais sobre as personalidades dos outros e que eles reciprocamente tinham direitos sobre ele. Isso se manteve através de todos os regimes políticos. Ainda hoje, em um nível superficial, o

Africano pode exibir um espírito de independência para a comunidade; mas é pouco provável para ele alcançar o fosso que separa o indivíduo Ocidental do grupo.

REVOLUÇÃO ARISTOCRÁTICA

Voltando-se para os regimes políticos das cidades-estados e seguindo o seu desenvolvimento, verifica-se que a sua legitimidade foi questionada tão cedo quanto no sétimo século a.C.. A coincidência do sacerdócio [priesthood] com o poder político criou um grave problema. A aristocracia formada pelos Eupátridas [Eupatridae] achou para a sua vantagem dissociar os dois fatores, deixando nas mãos do rei o ritual simbólico e o sacerdócio, enquanto retendo para si o poder político. Uma revolução, portanto, tinha que estourar, a primeira revolução de um caráter apenas político, mas não social.

Os reis queriam ser poderosos, e os patres preferiram que eles não deviam ser. A luta então começou em todas as cidades, entre a aristocracia e os reis.

Em toda parte a questão da luta era a mesma. A Realeza [Royalty] foi vencida. Mas não devemos esquecer que essa realeza primitiva era sagrada. O rei era o homem que pronunciava as orações, que oferecia o sacrifício, que tinha,

enfim, por direito hereditário, o poder de chamar sobre a cidade a proteção dos deuses. Os homens não podiam pensar, portanto, em acabar com o rei; um era necessário à sua religião; um era necessário para a segurança da cidade. . . .

*Plutarco [escreve]: "Como os reis exibiam orgulho e rigor em seus comandos, a maior parte dos Gregos tiraram o seu poder, e deixaram-lhes apenas o cuidado da religião." **

[* — Id., p. 235-236.]

O que se viu, então, foi um fenômeno curioso: os reis, mantidos no lugar pela religião, pisotearam-na tanto quanto podiam, pois esta era a própria coisa que dava força aos Eupátridas, a aristocracia. Esta última derivava todo o seu poder da tradição religiosa ancestral. Os reis então convocaram a maioria plebéia secular, que não fazia parte da população, que incluía apenas os cidadãos e os clientes. Isso foi o que foi feito pelos sete primeiros reis de Roma. Sêrvio [Servius], através de uma série de leis, melhorou o lote das plebes, dando-lhes terras conquistadas que eles podiam possuir de fato, se não por ritual.

A vitória dos Eupátridas foi consagrada pela reforma de Licurgo [Lycurgus]:

Licurgo teve por um momento o poder para suprimir a realeza: ele tomou o bom cuidado de não fazer isso, julgando que a realeza era necessária e a família real inviolável. Mas ele

arranjou de tal forma que os reis foram doravante subordinados ao senado em tudo que dissesse respeito ao governo, e que eles já não eram nada mais do que presidentes desta assembléia, e os executores de seus decretos. Um século depois, a realeza estava ainda mais enfraquecida; o poder executivo lhe foi tirado e foi confiado aos magistrados anuais, que foram chamados *éforos* [*ephors*]. *

[* — Id., p. 237.]

Por quatro séculos, de Codrus até Sólon, os Eupátridas governaram a cidade sem que tenha havido quaisquer acontecimentos políticos marcantes: a sua autoridade apareceu legitimada ao longo deste período inteiro quando eles eram os únicos a conhecer e transmitir as fórmulas sagradas não-escritas [sacred unwritten formulas] de pai para filho. A vida da cidade, propriamente falando, declinou porque a atividade urbana era incompatível com o estilo patriarcal de vida dos Eupátridas que, após a sua vitória sobre a realeza, voltaram todos a viver nas suas casas de campo, cercados por servos: este era um tipo do sistema feudal, tendo em conta o enfraquecimento do poder real [royal power]. Havia assembléias na cidade apenas periodicamente para serviços religiosos. A sociedade foi embebida no espírito aristocrático, como evidenciado pela importância atribuída à origem nobre. O louvor amontoado sobre membros de uma família nobre, no

âmbito da poesia épica, foi bem idêntico àquele expressado pelos griots Africanos.

REVOLUÇÃO SOCIAL

A revolução aristocrática modificou a forma externa do governo, mas não a estrutura social: a revolução política tinha antecipado uma social e doméstica. No entanto, esta última não demorou a chegar: as *gentes* [*gens*] se desfizeram uma vez que o direito de primogenitura desapareceu na sequência da revolta dos ramos mais jovens nas cidades. Os clientes pacificamente se separaram no decurso de uma longa luta interna.

Em Heracleia, Cnidus, Istros, e Marselha [Marceilles], os ramos mais jovens pegaram em armas para destruir ao mesmo tempo o direito de primogenitura e a autoridade paterna. *

É verdade, não encontramos na história de qualquer cidade menção feita a uma insurreição geral entre esta classe. Se houveram lutas armadas, elas foram fechadas e escondidas dentro do círculo de cada família. Por mais de uma geração houve, por um lado, esforços enérgicos por independência, e repressão implacável por outro. Teve lugar em cada casa uma longa e dramática série de eventos que é impossível hoje-em-dia refazer. Tudo o que podemos dizer é que os esforços das

classes mais baixas não foram sem resultados. Uma necessidade invencível obrigou os mestres, pouco a pouco, a renunciar a algo de sua onipotência. *₂

[* — Id., p. 253.]

[*₂ — Id., p. 259.]

O cliente, que em alguns aspectos, poderia ser comparado ao ‘escravo da casa da mãe’ [slave of the mother’s household] na África, finalmente desapareceu em Atenas. Este foi o resultado do trabalho legislativo de Sólon, que primeiro fez uma viagem ao Egito para inspirar-se a partir das leis desse país. Antes dele, um cliente poderia ser vendido para saldar uma dívida e não podia possuir terras por causa dos "limites sagrados" [“sacred boundaries”] que institucionalizavam a posse ritual pelo patrono do solo que ele cultivava. Sólon, segundo a expressão consagrada pelo tempo, “derrubou os limites sagrados” [“overturned the sacred boundaries”], permitindo assim aos camponeses pobres tornarem-se proprietários de terras. Ele proibiu a escravização outrem para saldar dívidas.

A criação do tribunal, para a defesa da plebe, promoveu a sua unidade com a clientela, que então se sentiu segura e mais livre para lutar por seus direitos. O Clientelado [Clientship] tornou-se voluntário e contratual, assim como com a "classe" dos *navetanes* da África Preta.

Daí em diante, havia apenas duas classes: por um lado, os proprietários que formavam a aristocracia governante, por outro, os sem-terra [landless] de todos os tipos, compreendendo ambos a plebe e a clientela. Todas as contradições políticas e sociais sendo expostas, uma verdadeira luta de classes, dura e longa, estava para ter lugar.

Sob a aristocracia, a plebe e o povo lamentaram o tempo dos reis, que eles consideravam retrospectivamente como uma Idade de Ouro [Golden Age]. Em sua eclosão, a luta consistiu no reforço da realeza contra a aristocracia, então, do sexto século em diante, as pessoas começaram a tomar líderes pertencentes à classe dos mestres (lordes), mas sem o caráter sacrosanto da realeza [royalty], que foram chamados de tiranos [tyrants]. Como Fustel de Coulanges observou, este foi um evento de suma importância na medida em que ele consagrou, pela primeira vez na história antiga, a obediência do homem para o homem e não a do homem a uma divindade através de um indivíduo.

Quando os reis tinham sido derrubado em todos os lugares, e a aristocracia tornou-se suprema, o povo não se contentou com lamentar a monarquia; eles aspiraram a restaurá-la sob uma nova forma. Na Grécia, durante o sexto século, eles sucederam geralmente na aquisição de líderes; não querendo chamá-los de reis, porque este título implicava a

*idéia de funções religiosas, e só poderia ser portado pelas famílias sacerdotais, eles chamaram-lhes de tiranos [tyrants].**

[* — Id., pp. 270-271.]

A invenção do dinheiro pelos Lídios [Lydians], no sexto século, o progresso do comércio, e as novas condições de guerra permitiram a plebe enriquecer e adquirir importância. O dinheiro não era sagrado, qualquer um podia possuí-lo, incluindo plebeus, a tradição religiosa ainda não havia tido tempo para colocar o seu carimbo sobre este. O comércio já não era proibido para quem quer que fosse: este cresceu fantasticamente conforme Atenas olhou para além do mar. Daí em diante as plebes entraram para o exército e contribuíram com homens para a infantaria e para a Marinha; operações navais tornaram-se progressivamente mais freqüentes, significantes, e decisivas do que as antigas batalhas terrestres que foram marcadas pela cavalaria dos patrícios, cujos membros somente eram ricos o suficiente para pagar a armadura necessária. O estado não fornecia-a como o faz hoje. A aristocracia, por definição, era ociosa: os trabalhadores manuais, os artesãos não eram como os homens livres [free men] da África Preta, que pertenciam à castas, eram escravos. Conforme as plebes ficaram mais ricas e entraram para as cidades – nas quais, até então, tinham sido excluídos - eles adquiriram uma fé própria adotando crenças

estrangeiras (divindades Egípcias e Asiáticas), enquanto que, gradualmente, a aristocracia tornou-se pauperizada. A plebes tiveram sua própria burguesia, seus intelectuais, seus políticos, seus tiranos agora emergiam a partir de suas próprias fileiras e não mais daquelas dos Eupátridas: eles tornaram-se verdadeiros tiranos do povo [tyrants of the people]. A preocupação real da plebe, como podemos ver, não era tanto em construir um regime radicalmente diferente daquele da aristocracia que os havia oprimido, mas se tornar, tanto quanto possível como aquela classe, através da criação de todas as instituições e costumes que lhes faltavam para ser comparáveis a ela.

Ali, então, deu-se um fenômeno novo que se assemelha aos tempos modernos: uma verdadeira classe do dinheiro [money class] tinha sido criada, as plebes se transformaram em uma burguesia financeira e os Eupátridas, como os nobres da era industrial, se casaram com o dinheiro na pessoa de uma herdeira plebéia. Assim, um chiste (piada) [witticism] da época: "Qual é a linhagem deste homem?" - "Ele se casou com o dinheiro!" [What is this man's lineage?" – "He married money!"]

Quando uma vez que as classes mais baixas tinham ganho estes pontos; quando eles tinham entre si homens ricos, soldados, e sacerdotes; quando eles tinham ganho tudo

o que dava ao homem um sentido de seu próprio valor e força; quando, enfim, eles obrigaram a aristocracia a considerá-los de alguma importância, era impossível mantê-los fora da vida social e política, e que a cidade não podia mais ser fechada para eles.

A entrada desta classe inferior para a cidade foi uma revolução, que, do sétimo ao quinto século, encheu a história da Grécia e da Itália.

Os esforços do povo foram por toda parte bem-sucedidos, mas não em todos os lugares da mesma maneira, ou pelos mesmos meios. Em alguns casos, as pessoas, tão logo quanto se sentiam fortes, levantaram-se, espada na mão, e forçaram os portões da cidade onde tinham sido proibidos de viver. Uma vez mestres, ou eles expulsaram os nobres e ocuparam suas casas, ou se contentaram em proclamar uma igualdade de direitos. Isto é o que aconteceu em Siracusa, em Eritras [Erythrae], e em Mileto. *

[* — Id., pp. 275-276]

A reforma de Sólon coincidiu com o triunfo do povo: foi de natureza política e social. Aquela dos Clístenes [Cleisthenes] foi de natureza religiosa: o seu objetivo era dar uma fé a todos aqueles que não tinham nenhuma, meramente dividindo geograficamente a população urbana. Como contra essas duas legislações, a de Draco, que precedeu a de Sólon

por trinta anos, foi elaborada em um momento em que os Eupátridas ainda não haviam sido conquistados. Esta foi, assim, apenas uma mais ou menos precisa codificação dos interesses daquela classe.

Mas a classe pobre não demorou a reagir e nomear a Pisistratus como ditador. Doravante, o interesse público seria substituir a religião dos velhos tempos [oldtime religion], o sufrágio universal viria a ser a forma de governo, e democracia Ateniense experimentaria seus efeitos: os desempregados vendiam seus votos em plena luz do dia e uma série de leis foi estabelecida muitas vezes para confiscar a riqueza dos ricos. Foi uma espécie de prefiguração do tempo dos partícipes [sharers]. A democracia iria sofrer com esses erros políticos em benefício dos tiranos [tyrants] do povo.

MOVIMENTOS DE IDÉIAS

Naquela mesma época, idéias filosóficas começaram a ter um efeito na arena política.

Então a filosofia apareceu, e derrubou todas as regras do antigo regime. Era impossível tocar nas opiniões dos homens sem tocar também nos princípios fundamentais de seu governo. Pitágoras, tendo uma vaga concepção do Ser

*Supremo, desprezou os cultos locais; e isso foi suficiente para levá-lo a rejeitar os velhos modos de governo, e a tentar fundar uma nova ordem de sociedade. **

[* — Id., p. 355]

As idéias de Anaxágoras, dos Sofistas que se seguiram, aquelas de Sócrates, Platão e Zenão [Zeno] contribuíram poderosamente para ampliar concepções governamentais e adaptá-las às condições presentes, ao invés de permitir que elas seguissem uma série de fórmulas ancestrais ossificadas, já sem qualquer necessidade. Sócrates contribuiu para libertar a moral das religiões, colocando a justiça acima da lei, e fazendo da consciência a guia do homem. Nisto, sem querer, ele se opôs à tradição da cidade, resultando na penalidade suprema para ele.

Anaxágoras teve a idéia de um Deus cujo princípio é pura inteligência; é Ele quem governa nossas consciências. Ele, portanto, rejeitou o formalismo religioso do seu tempo, evitando assembléias tanto quanto possível e recusando deveres políticos.

Os Sofistas tiveram grande mérito não em desenvolver uma filosofia política precisa e explícita, mas em perturbar a tradição por questioná-la e discuti-la publicamente. O gosto pela dialética pouco a pouco passou a existir e as pessoas adquiriram o hábito de discutir tudo ao invés de passivamente

aceitar fórmulas prontas. Mas até a chegada Platão, os mais ousados dos pensadores Gregos não foram capazes de ir além do conceito de cidade-estado; no máximo, eles tentaram dar a este quadro uma nova estrutura interna: A República de Platão é uma Cidade.

Parece que foi Zenão [Zeno], com a escola Estóica, que, tendo concebido a idéia de um Deus universal, primeiro difundiu o conceito de um governo que traria todos os homens juntos.

Nós vemos a partir disto o quanto as idéias tinham avançado desde a época de Sócrates, que considerava a si mesmo obrigado a adorar, tanto quanto ele era capaz, os deuses do Estado. Mesmo Platão não planeja qualquer outro governo que não aquele da cidade. Zenão passou para além destes limites estreitos da associação humana. Ele desdenhava das divisões que as religiões dos tempos antigos tinham estabelecido. Como ele acreditava em um Deus do universo, assim ele também tinha a idéia de um Estado em que toda a raça humana devia entrar. . . .

Ideias superiores impeliram os homens a formar sociedades mais amplas. Eles foram atraídos para a unidade. .

*. **

[* — Id., pp. 358-360.]

A INFLUÊNCIA DO EGITO

Sem dúvida nenhuma, essas idéias universalistas derivaram a partir do mundo ao Sul e, em especial, do Egito. Mil anos antes dos pensadores Gregos, Sócrates, Platão, Zenão, etc., os Egípcios, com a reforma de Amenófis IV, tinham claramente concebido a idéia de um Deus universal responsável pela criação, a quem todos os homens, sem distinção, poderiam adorar: Ele não era o Deus de qualquer tribo particular, nem de qualquer cidade, ou mesmo qualquer nação, mas de fato o Deus de toda a humanidade.

Estas concepções, que o Cristianismo mais tarde adotou não foram originalmente uma parte dele, ao que parece. Elas primeiro apareceram como uma seita Judaica, dependente do Judaísmo. Foi somente depois de São Paulo ter sido mal recebido pelos "Judeus" que ele se virou para os pagãos para convertê-los. O Cristianismo, então, tornou-se a religião de todos, em vez de ser a de uma dada tribo escolhida por Deus. Se ele [Cristianismo] foi capaz de triunfar sobre as outras religiões orientais que conviveram com ele em Roma, não foi por sua superioridade moral, mas provavelmente porque seus primeiros adeptos, tendo sido desconfiados e às vezes acusados de dissidência política (São Paulo opôs-se abertamente ao culto do Imperador e previu o fim do regime temporal), foram tratados como mártires: eles foram jogados

para as feras ou decapitados. Foi o benefício moral dessa repressão que o cristianismo sofreu sozinho que contribuiu para assegurar o seu triunfo sobre as outras religiões que estavam liturgicamente melhor estabelecidas e moralmente até mais elevadas. Não é possível enfatizar suficientemente tudo o que o Cristianismo primitivo tomou emprestado do culto de Ísis, em Roma, até mesmo na estrutura de suas procissões. *"O Egito é o país de onde a devoção contemplativa penetrou na Europa."* *

[* — Grenier, *Les Religions étrusque et romaine* (Paris: Ed. P.U.F., Coll. Mana, 1948), tome 3, p. 208.]

No que diz respeito à religião de Isis Osiris o mesmo autor escreveu: *"Nenhuma religião jamais trouxe aos homens uma promessa de imortalidade tão explícita: Esta [a Religião Egípcia], acima de todas, deu aos mistérios Alexandrinos [de Isis] o seu poder de atração"* *

[* — Id., p. 209.]

Sabemos que o Cristianismo logo fez dessas concepções de ressurreição e imortalidade sua propriedade.

Estas religiões estrangeiras que não faziam nenhuma distinção entre os indivíduos frequentemente permitiam aos deserdados da plebe cultuar. Aqui, novamente, o alargamento da consciência religiosa veio manifestamente a partir do

exterior. O amor ao próximo [‘love of one’s neighbor’] era uma moral comum no mundo ao sul: esta noção poderia representar um avanço em moral somente no individualista norte do Mediterrâneo.

Os cultos Orientais, que começaram no século VI a invadir a Grécia e a Itália, foram ansiosamente recebidos pela plebe; estas eram formas de adoração que, como o Budismo, * — não excluía nenhuma casta, ou povo. *₂

[* — O Budismo, por seu caráter não-exclusivista, não pode ser uma criação religiosa Indo-Européia.]

[*₂ — Fustel de Coulanges, op. cit., p. 275.]

O IMPÉRIO ROMANO

Tais, então, foram as idéias políticas e religiosas que viriam a permitir Roma, permitindo por condições econômicas, destruir o regime municipal e estabelecer o império.

Na época da Guerra do Peloponeso, tinha sido visto que em todas as cidades os pobres eram partidários de Atenas e os ricos de Esparta. Dependendo de qual facção saia vitoriosa em uma determinada cidade, esta tornava-se uma vassala de

Esparta ou de Atenas. A sociedade antiga, portanto, estava já dividida em duas classes claramente distintas, os ricos e os pobres [the haves and the have-nots]. Sua luta tinha empurrado o nacionalismo urbano para o segundo plano. Foi esta situação que, em grande parte, permitiu à cidade Romana, tão bem equipada e enriquecida pelo comércio, conquistar a bacia do Mediterrâneo.

De acordo com Fustel de Coulanges, Roma era considerada uma cidade onde um Senado composto por patrícios ricos governavam à exclusão da miserável população subjugada. Esta ideia exerceu uma influência muito forte sobre as aristocracias governantes de outras cidades do Mediterrâneo incomodadas pela luta de classes. Portanto, no momento da conquista Romana muitos deles apresentaram apenas uma aparência de resistência; muitos declararam-se cidades abertas e seus Senados pura e simplesmente entregaram suas cidades para Roma. Tal foi o curso dos acontecimentos que levaram ao estabelecimento do Império Romano.

O patriotismo Municipal tornou-se assim enfraquecido e morreu na mente dos homens. A opinião de cada homem era mais preciosa para ele do que seu país, e o triunfo de sua facção tornou-se muito mais caro para ele do que a grandeza ou a glória de sua cidade. *

[* — Id., p. 368.]

Em Ardea, a aristocracia e a plebe estando em inimizade, a plebe chamou os Volscos [Volscians] em seu auxílio, e a aristocracia entregou a cidade para os Romanos. *

[* — Id., p. 370 (citando Tito Lívio, VIII, II.)]

Capítulo Três

FORMAÇÃO DOS ESTADOS MODERNOS EUROPEUS

O fim da antiguidade coincidiu com o triunfo do Cristianismo. Este último, em sua organização hierárquica trazia a marca da organização temporal do Império Romano: bispados, dioceses, etc., o que correspondeu às divisões administrativas Romanas. O bispo da capital, Roma, viria também a ter importância especial e se tornar Papa. A memória do império Romano, perpetuada pela igreja, é o que constantemente impeliu os reis bárbaros a tentar reconstruir um império Cristão universal. Durante a Alta Idade Média houve verdadeira regressão intelectual; o Ocidente já não era capaz de levar adiante as realizações [achievements] da antiguidade. Isto foi

especialmente marcante no domínio da escultura e arquitetura. A cultura e o conhecimento alcançados na antiguidade vegetaram nos mosteiros, para emergir deles a partir do século XIII. Durante este período, a Igreja desempenhou um papel positivo no desenvolvimento social e intelectual e em temperar comportamentos.

Após o fracasso do império universal, Estados nacionais floresceram com as Grandes Descobertas, a difusão de idéias, a existência de um mercado internacional insaciável por bens, como uma consequência das expedições geográficas Portuguesas, Espanholas, Holandesas, e Normandas.

O Ocidente era tecnicamente menos avançado do que o Oriente. Ele foi capaz de superar a sua inferioridade apenas com a ajuda dos Árabes que, a partir do século VII, para onde quer que foram difundiram as realizações [achievements] da antiguidade que haviam vegetado em Bizâncio. Através de seus filósofos Avicena e Averróis, Aristóteles tornou-se conhecido e discutido no Ocidente. Eles introduziram a metalurgia avançada (as siderurgias de Toledo, Espanha). Eles também introduziram a bússola do navegador [the navigator's compass], a pólvora, o uso de mapas navais, e possivelmente o leme axial [axial helm] que tornou possível a determinação exata da posição de um navio. Costeamento não era mais necessário e navegação de longa distância com navios de alto-

lado [high-side ships] surgiram. Em química e matemática eles também introduziram muito conhecimento derivado do Oriente.

O fato de que a Espanha foi o primeiro país Europeu a adquirir supremacia técnica na aurora dos tempos modernos e por um determinado período dominou o mundo pode ser explicado apenas pela contribuição Árabe durante a época de sua colonização. Estes dois fatos não são geralmente conectados tão próximos quanto deveriam ser.

Em resumo, a Igreja Católica, por um lado, o Islã, por outro, foram os grandes preservadores do conhecimento da antiguidade e contribuíram grandemente, ao longo de diferentes rotas geográficas, durante a Idade Média, para a transmissão deste conhecimento para as novas nações modernas prestes a emergir.

Do ponto de vista social, a Idade Média via o surgimento de uma classe burguesa ao lado dos miseráveis servos. As situações do servo, do plebeu, e do 'escravo da casa do pai' [slave of the father's household] eram até certo ponto comparáveis, exceto no que se refere a seus números e concentrações. Aquelas do burguês e do homem Africano de casta não eram de forma alguma comparáveis: o primeiro [o burguês] era um liberto uma-vez-explorado com a consciência cheia de germes revolucionários dirigindo-se em direção à

transformação, ao passo que o último [o homem Africano de casta] era, em essência, conservador.

A IDADE MÉDIA POLÍTICA E SOCIAL

O Império Ocidental tinha sido desmembrado no sexto século. Seguiu-se um período de caos e barbárie; em 511, Clovis criou o reino Franco [Frankish kingdom] com o apoio da igreja. Seus descendentes se tornaram os ‘Reis Vagabundos’ [‘Do-Nothing Kings’], o último dos quais foi eliminado pelo Prefeito [Mayor] de seu palácio: Pepino o Breve [Pépin the Short] foi coroado e consagrado pelo Papa. Esta foi a origem da realeza sacrossanta do Ocidente [sacrosanct royalty of the West], que iria durar até a Revolução. Carlos Magno [Charlemagne] foi coroado no ano 800. Ele criou o Sacro Império Romano [Holy Roman Empire], forneceu-o com uma forte organização administrativa centralizada, e começou um movimento de renascimento nas artes, literatura e ciência. Seu tutor Alcuin desempenhou um papel fundamental na desenterração [unearthing] e difusão do conhecimento da Antiguidade, especialmente através de seu comentário sobre as obras de Aristóteles. A transmissão do Trivium (dialética, retórica, gramática) e do Quadrivium (aritmética, geometria, astronomia, música) para o homem moderno foi, assim, garantida.

Os três netos de Carlos Magno dividiram o império entre si após a sua morte, uma vez que a sucessão ao trono ainda não era regulamentada por qualquer tradição precisa. Cada reino iria então começar a ficar cada vez mais fraco e, finalmente, quebrar. No século X, invasões de novos bárbaros (Normandos, Húngaros, etc.) lançaram a Europa numa época de anarquia e fraqueza política. A maioria dos reis tinha apenas um título, sem poder, e não podia mais garantir a segurança de seus súditos. Esta situação forçou os indivíduos a se aglomerar em torno de chefes locais fortes o suficiente para protegê-los. O regime feudal estava para nascer: O senhor [lord] que iria estabelecer a si mesmo sobre um território, tendo construído nele uma fortaleza de madeira ou pedra capaz de proteger os camponeses vizinhos em caso de invasão, se tornaria o chefe real, e as relações de dependência viriam a ser estabelecidas, os detalhes das quais vamos examinar.

André Ribard em seu livro, a única obra de síntese Marxista publicada na França no domínio da história [a partir de 1960], dá uma análise rigorosa da formação deste sistema feudal:

Autoridade na Europa não tinha deixado de ruir - reis permaneciam mas nenhum estado. Demasiado longe do perigo imediato para ser eficaz contra os invasores, o poder

monárquico não constituía um verdadeiro governo central. A noção do estado foi eclipsada pela de segurança. Populações concentraram-se em pontos favoráveis para a resistência. Escapando da pilhagem sozinho estava o castelo onde as pessoas e os rebanhos poderiam refugiar-se enquanto seus homens armados vasculharam a zona rural em nome do senhor [lord]. Quando a aldeia [village] já não podia ser defendida, era abandonada. Portanto, esta sociedade tinha que ser reorganizado em torno do castelo fortificado. A eficácia do castelo ditava uma nova hierarquia em que o rei era apenas o suserano nominal, a parte essencial sendo a casta militar dos senhores [military caste of lords] que descentralizaram o poder para sua própria vantagem.

Cada homem punha a sua confiança em alguém mais poderoso que si; esses laços de vassalagem teceram um sistema de proteção e servidão no qual o senhor [lord] foi rapidamente tentado a abusar de sua autoridade – o perigo poderia muitas vezes vir do próprio protetor. Uma lenta gestação histórica levou, desta forma, para um sistema coerente: o feudalismo. O seu maior florescimento foi na França, abarrotada com castelo-fortalezas de madeira [wooden castle-keeps], postos de comando de batalha para unidades militares divididas por regiões, para afastar os piratas Escandinavos, cuja penetração era tão profunda que eles forneceram a terminologia naval da língua Francesa. Esta organização era tão boa quanto o senhor [lord] sobre ela: ela

garantia realmente alguma segurança apenas se ele era corajoso e bem equipado com homens e cavalos. Quando, durante duas ou três gerações a mesma família tinha se dedicado a esta guerra de guerrilha permanente, o senhor feudal tornou-se o suserano de um número de territórios em que, unidos por inúmeras tradições de origem Cristã, Germânica, Celta, ou Romana, estes vassallos pagavam seus tributos a ele - serviço militar, no caso de suas companhias [companions], trabalho agrícola, no caso dos camponeses. Estes privilegiados tinham apenas que lutar. Eles tiveram tanto sucesso em enriquecer a si mesmos que a monarquia, cuja riqueza repousava apenas em latifúndios [landed estates], rapidamente viu estes diminuírem. Forçados a transferir cada vez mais propriedades para estes senhores feudais, a realeza [royalty] tornou-se pauperizada: quando esta se esgotasse de propriedades para dar, não seria mais capaz de comandar - o sistema feudal teria devorado sua autoridade. O que foi deixado para a monarquia foi apenas a teoria da sua existência, o fato de que ela fora consagrada e que a sua classificação ainda era chamada de a primeira.

Quanto às pessoas, elas trabalhavam: eles alimentavam àqueles que deveriam protegê-los e cujas exações agora tinham tomado um turno legal; os camponeses eles próprios, suas famílias, e os seus animais, tinham que pagar a conta. O homem estava livre, mas sujeito a tantos tipos de tributos que seu destino permaneceria atroz, pois este tinha se tornado

hereditário. . . .

*Os perigos constantes ameaçando esta sociedade, as suas estradas pobremente conservadas, a concentração da população, o isolamento dos mercados garantiram a estabilidade do novo sistema: a sua Lei consolidaria a si mesmo, assim como o fariam os seus termos, seus costumes e sua moral. **

[* — André Ribard, *La prodigieuse histoire de l'humanité* (Paris: Ed. Du Myrte, Collection "Pour comprendre l'histoire," pp. 228-229).]

Os senhores feudais inventaram uma série de impostos que se tornaram cada vez mais opressivos, tanto para os camponeses livres (proprietários absolutos)[freeholders] quanto para os servos que estavam presos à terra. Estes últimos podiam ser vendidos com a terra, e não podiam transmitir nada por hereditariedade aos seus descendentes, a não ser a sua condição. Quando vários senhores [lords] detinham os direitos à mesma terra, eles dividiam entre si os filhos dos servos que a cultivavam. O casamento era dependente da vontade do senhor cuja permissão tinha que ser obtida. *

[* — Assim, seguindo Fustel de Coulanges, nós devemos ver servidão e escravidão como um só.]

Todos os aparatos necessários para a vida doméstica (moinho, forno, etc.) eram localizados no castelo. Todos os súditos [subjects] do domínio do senhor eram obrigados a ir e fazer uso deles e pagar por privilégio. A técnica do sistema feudal de exploração, por seu caráter excepcionalmente desumano, explica a ambos as *Jacqueries* [revoltas dos Jacques] que marcaram a Idade Média e o movimento que os habitantes dos burgos, melhor concentrados, viriam a organizar a fim de arrancar liberdade política e econômica dos senhores [lords]. O comércio, que estava em pleno florescimento (mercados, feiras) permitiu aos artesãos e comerciantes das cidades, apesar da condição das estradas, ganhar enormes riquezas.

Quando os senhores caíram em dívida após as Cruzadas, eles seriam cada vez mais obrigados a vender algumas das liberdades políticas e econômicas para seus súditos: Comunas [Communes] iriam comprar sua autonomia política e formar confederações comerciais, tais como a Liga Hanseática [Hanseatic League] que agrupou aproximadamente oitenta cidades Alemãs com Hamburgo [Hamburg] como seu centro. Assim nasceu a burguesia comercial e industrial que, através de desenvolvimento, organização e ganhando educação, viria a tornar-se o elemento político e econômico preponderante da sociedade Européia que, em pouco tempo ela iria controlar. Nascida em grilhões e da luta, esta burguesia tinha de se tornar essencialmente revolucionária e leiga.

A IDADE MÉDIA INTELECTUAL

O período da Idade Média tem sido considerado na história Européia como uma época relativamente bárbara de transição durante a qual as conquistas da antiguidade foram absolutamente perdidas. Certamente, o conhecimento regrediu muito, mas o fio condutor nunca foi totalmente cortado e, tão cedo quanto no tempo de Carlos Magno, o conhecimento que tinha vegetado nos mosteiros começou a sair. Este movimento intelectual, que se espalhou a partir da Irlanda e Inglaterra ao longo de todo o continente, é evidência inegável de continuidade intelectual. Conforme os Turcos ocuparam Constantinopla, destruindo o Império do Oriente [Eastern Empire], e estudiosos Gregos fugiram para o Ocidente, esse movimento intelectual ganhou impulso. Os escritores Gregos aos quais já tinha sido dado uma introdução pelos Árabes estavam agora mais amplamente disponíveis. Nós vimos que, graças à Avicena e Averróis, a *Lógica* de Aristóteles foi conhecida e discutida. A influência intelectual de Aristóteles, o único filósofo Grego a ser estudado, era considerável sobre os pensadores da Idade Média. Sua autoridade era quase sacrossanta: graças a ele, eles pouco a pouco se familiarizaram com a racional maneira científica de pensamento. Sua física ajudou as mentes mais esclarecidas a entender a idéia de ciência positiva divorciada da religião.

Paul Vignaux destacou a consciência perspicaz de Alcuíno [Alcuin] sobre os laços que uniam seu próprio tempo à antiguidade acadêmica [scholarly antiquity].

Seu louvor do soberano [Carlos Magno] em outra carta define o ideal de Alcuíno para nós: construir na França uma nova Atenas, superior à primeira, porque ensinada por Cristo. Liderada por Platão, a anterior brilhou com as sete artes liberais. . . .

Estas artes liberais eram a cultura a ser transmitida. Oitenta anos depois da morte de Alcuíno, um cronista julgou seu trabalho um sucesso; os modernos, sejam Gaulêses ou Francos [Gauls or Franks], pareciam para ele iguais aos antigos de Roma e Atenas. Chrétien de Troyes viria a expressar de forma semelhante a continuidade da civilização. . . .

*No final do século XII, Paris pareceria a nova Atenas. **

[* — Paul Vignaux, *La Pensée au Moyen Age* (Paris: Lib. A. Colin, Collection Armand Colin, 1938), p. 12.]

No século XIII, seguindo Alhazen, a escola filosófica de Oxford com Grosseteste e Roger Bacon concebeu claramente a idéia de ciência físico-matemática positiva.

O discípulo [Bacon, o discípulo de Grosseteste] percebeu que seu mestre não tinha seguido o caminho indicado por

*Aristóteles, que tendo conhecido matemática e ótica, ele poderia ter conhecido tudo. O mathematicismo de Roger Bacon é o senso de potestas mathematicae - a capacidade deste tipo de conhecimento para disciplinar a mente e explicar a natureza. **

[* — Idem., p. 91.]

Em *Le Nombre d'Or* (O Número de Ouro) [The Golden Number], Matila Ghyka demonstrou o quão vasta foi a influência da antiguidade sobre as concepções estéticas e arquitetônicas do Renascimento. *

[* — Matila Ghyka, *Le Nombre d'Or: Rites et rythmes pythagoriciens dans le développement de la civilisation européenne* (Paris: Gallimard, new Ed., 1976).]

Capítulo Quatro

ORGANIZAÇÃO POLÍTICA NA ÁFRICA PRETA

A organização política, os princípios da qual nós estamos prestes a considerar é uma que, pondo ou tirando algumas variantes, aparentemente governou os Estados Africanos desde o século primeiro até o século XIX. Isto é o que podemos assumir a partir do testemunho de Al Bakri e Ibn Khaldun, relativos ao Império de Gana (séculos X e XI) e, mais recentemente, de Battuta sobre o Império de Mali (1352-1353).

Gana, Mali e Songhai iriam muito em breve se tornar Islamizadas, a partir do século X, sob a influência do movimento Almorávida. A fim de chegar mais perto da

verdade histórica parece necessário tomar como quadro de referência, como exemplo para o estudo, a constituição de um Estado Africano contemporâneo com aqueles, com uma história paralela, mas que, devido à sua localização a sul (Burkina-Faso de hoje), não foi invadida pelo Islã. Assim, será possível trazer à tona as modificações de estrutura política devidas a influências externas.

CONSTITUIÇÃO

Os Mossi são uma monarquia constitucional. O imperador, o Moro Naba, vem por hereditariedade da família do anterior Moro Naba (século XI, provavelmente), mas sua nomeação não é automática. Ele é escolhido por um colégio "eleitoral" de quatro dignitários, presidido pelo Primeiro-Ministro, o togo naba, como na Etiópia. *

[* — Na Etiópia, todos os pretendentes ao trono eram trancados em uma fortaleza, para aguardar a decisão anunciada pelo Primeiro-Ministro após deliberação (Baumann).]

Ele [o Imperador ou Moro naba] é na verdade investido de poder por este último [Primeiro-Ministro ou togo naba] que, no entanto, não é um Nakomsé (nobre), mas vem de uma

família comum, e que é, na realidade, o representante do povo, de todos os homens livres, todos os cidadãos que constituem a nação Mossi.

O imperador [Moro naba] é auxiliado por, além do Primeiro-Ministro, três outros: o rassam naba, o balum naba, e o kidiranga naba. Cada um deles governa uma região, além de suas funções mais ou menos especializadas. O togo naba [Primeiro-Ministro] está a cargo de quatro distritos reais: Tziga, Sissamba, Somniaga, e Bissigai. Os togo nabas vêm basicamente por sua vez, a partir de três famílias de plebeus que residem respectivamente em Toïsi, Kierga, e Nodé.

Depois do Primeiro-Ministro [togo naba] em ordem de importância, vem o rassam naba ou bingo naba, chefe dos escravos da Coroa. Ele é também o Ministro das Finanças, guardião do tesouro de objetos preciosos, búzios (moeda) [coin], braceletes, etc. Ele é o Sumo-Carrasco [High Executioner], quando a ocasião surge, matando criminosos condenados. Ele é chefe dos ferreiros [blacksmiths] e os governa através da interposição do saba naba. Ele governa o cantão de Kindighi. Desta forma, embora ele próprio seja um escravo, o rassam naba governa sobre homens livres, e detém poder sobre cidadãos de pleno direito [full-fledged citizens]. Nós vamos encontrar a mesma prática entre os Wolofs de Cayor Baol e os Serers de Sine Salum no Senegal.

O balum naba é o terceiro na classificação: ele é Prefeito do Palácio [Mayor of the Palace], responsável pela introdução de embaixadores e visitantes ilustres. Ele administra o Zitinga, o Bussu e o Gursi.

O kidiranga naba, chefe da cavalaria, vem de uma das três famílias comuns Mossi.

O rassam naba sempre vem da mesma família escrava.

Assim, os ministros que auxiliam o imperador, ao invés de ser membros da alta nobreza da Nakomsé, são sistematicamente escolhidos de fora dela, de entre as pessoas comuns e os escravos. Eles representam na corte, como veremos com mais clareza, as diferentes categorias sociais, profissões, e castas. "Aqueles sem berço" ["Those without birth"], escravos e trabalhadores, organizados em profissões (castas), longe de serem mantidos separados do poder neste período que se estende muito além da Idade Média Ocidental (uma vez que, muito provavelmente, este pode remontar ao primeiro século e a fundação de Gana), eles são associados com ele [com o poder], não em qualquer maneira simbólica mas sim de uma maneira orgânica. Cada profissão tem seus representantes dentro do governo; eles irão, se necessário, apresentar as suas reclamações.

Esse é o espírito desta Constituição. A fim de compreender a sua originalidade, nós teríamos de imaginar, no ponto médio da Idade Média (1352-1353, o tempo da viagem de Ibn Battuta para o Sudão e da Guerra dos Cem Anos), não apenas algum senhor [lord] provincial, mas o Rei da França ou da Inglaterra, dando uma parcela de seu poder, com uma voz em decisões, para os servos rurais, ligados ao solo, os camponeses livres, os homens associados à cidade [town guildsmen], e os mercadores. E além de tudo isso, imaginar a existência de uma tradição segundo a qual o rei, no âmbito de uma monarquia já constitucional, não pode reinar, não pode ter autoridade moral e política aos olhos do povo, a menos que ele seja investido por um burguês que é também escolhido de entre uma ou algumas famílias tradicionalmente determinadas. Nem a burguesia nem o campesinato do Ocidente teria tido, desta forma, a virulência revolucionária que, uma vez os imbuíu, e o curso da história da Europa Ocidental provavelmente teria sido diferente.

A natureza não-absoluta da monarquia é revelado pelo fato de que, uma vez investidos, os ministros não podem ser removidos pelo rei.

Abaixo dos ministros vêm servos [servants] de todas as categorias, burocratas e chefes militares. O samandé naba é o general de infantaria: ele não tem permissão para montar um cavalo, mas no máximo apenas um jumento, pois, uma vez

que ele é um escravo, o cavalo é um corcel muito nobre para ele; no entanto, em alguns casos, ele pode substituir o togo naba, o Primeiro-Ministro. O kom naba é líder dos soldados escravos; ele não pode comandar soldados livres. O tom naba está a cargo da "Areia de Investidura" ["Sand of Investiture"]. Nós vamos voltar a esta cerimônia quando lidarmos com a coroação do Rei.

Em suas linhas gerais, essa é a estrutura do conselho [council] de que o imperador depende para governar. Todos os dados que lhe dizem respeito podem ser encontrados em Tauxier. *

[* — Tauxier, *Etudes Soudanaises: Le Noir du Yatanga* (Paris: Ed Emile Larose, 1917)., Bk. VII, pp. 339-360]

Antes de analisar mais profundamente a organização política dos Estados Africanos, devemos considerar brevemente os princípios da Constituição de Cayor. Apesar da distância histórica ou ainda geográfica separando-as, elas parecem ser uma réplica daquelas dos Mossi.

A CONSTITUIÇÃO DE CAYOR

No auge do poder de Gana, ou seja, provavelmente do século III ao século X, a África tropical tanto quanto o Oceano Atlântico foi governado por ele. Cayor era com toda a probabilidade um ex-província de Gana, que, no século XVI, na época em que o autor do *Tarikh es Sudan* estava escrevendo, já havia se tornado emancipado em um reino autônomo, independente daquele dos Djoloff, com um Damel em sua chefia. *

[* — O Testemunho de ‘Cada Mosto’ confirma isto (1455)]

O conselho de governo, que investia o rei foi constituído da seguinte forma:

Lamane Diamatil Botal ub NDiob Badié Gateigne	representantes dos homens livres, homens de castas ou sem castas, <i>gor, gér, ou ñeño</i>
Eliman de MBalle Sérigne do vilarejo de Kab	representantes do clero Muçulmano
Diawerigne MBul Gallo Diaraf Bunt Ker	representantes dos Tieddos e dos prisioneiros de guerra.

O conselho era convocado e presidido pelo Diawerigne MBul Diambur, representante hereditário dos homens livres.

Os Tieddos compreendiam todos os indivíduos ligados ao rei, seja como soldados ou membros da corte. Isso pelo menos é o significado do termo retido no fim da independência dos Cayor, projetada por Faidherbe sob Napoleão III.

Esta constituição estava, portanto, em vigor até 1870. Este fato mostra que as constituições políticas Africanas não se alteraram sensivelmente com o tempo. Somente nos casos em que o ramo real tornou-se Islamizado nós vemos certas transformações. Este foi o caso de Gana, Mali e Songhai.

As sete dinastias Cayorianas, às quais voltaremos ao discutir a sucessão ao trono, nunca abraçaram o Islã. Parece que um dos últimos Damels de Cayor, Latdjor Diop, o mesmo que tinha oferecido resistência tão determinada à Faidherbe, o símbolo da luta nacional no Senegal, se converteu ao Islã por razões diplomáticas, a fim de encontrar novos aliados em Salum, tais como o marabu Tuculor Ma Ba Diakhu, e em Trarza. Também era costume se opor aos Tieddos para os Domi Sokhna. Estes últimos eram o elemento constitutivo do clero Muçulmano. Eles eram separados dos sacerdotes tradicionais, e os dois grupos partilhavam um ódio recíproco e lutaram entre si, sem misericórdia, pois não havia terreno comum possível entre eles. Os Domi Sokhna tinham a

característica de serem, mais frequentemente, membros da nobreza; eles vieram da mesma classe social, semelhante aos aristocratas, mas por causa de sua conversão ao Islã foram desprezados e rejeitados por seus irmãos de sangue. Muitas vezes aconteceu que estes últimos, por causa do matriarcado então em vigor, iriam seqüestrar suas filhas, a fim de lhes dar em casamento à Tieddos, desta forma, como eles viam, limitando os danos causados.

As constituições Mossi e Cayoriana refletem uma organização política que deve ter estado em vigor desde Gana, e, que portanto, provavelmente dominou os estados Africanos por quase dois mil anos.

Na verdade, temos menos pormenores relativos à constituição de Gana. Bakri relata que os intérpretes do rei eram frequentemente escolhidos entre os Muçulmanos; Da mesma forma, o mordomo do Tesouro e a maioria dos vizires.

* Há, então, todas as razões para acreditar que, em 1067, na época em que Bakri escreveu, a Islamização de Gana, embora ainda fosse apenas muito delicada, já tinha influenciado os seus costumes políticos.

[* — Al Bakri, *Description de l’Afrique septentrionale* (trans. Slane) (Algiers: Typographie Adolphe Jourdan, 1913), pp. 327-330: “Description de Ghana et moeurs de ses habitants.”]

A constituição política de Songhai, como é revelada a nós por meio do texto do *Tarikh es Sudan*, que data do século XVI, mostra uma situação idêntica. O mesmo também deve ter sido verdade no Mali, e Ibn Khaldun dá o nome de seu primeiro rei Islamizado, Bermendana. *

[* — Ibn Khaldun, op. cit., p. 110.]

SUCESSÃO MATRILINEAR: GANA, MALI

No âmbito dos ritos que governam a sucessão ao trono e a nomeação dos vários ministros e funcionários dos impérios, nós podemos perceber melhor as alterações feitas nas constituições como resultado de influências estrangeiras. Em Gana, a velha tradição Africana ainda era estritamente observada. Bakri é formal sobre o assunto: a sucessão era matrilinear. Somente o imperador e seu herdeiro, filho de sua irmã, eram autorizados a usar vestuário cortado e costurado. Em 1067, o soberano na época de Bakri era o Tunka Menin, que sucedeu seu tio materno Bessi.

*Entre este povo, o costume e as regras exigem que o sucessor do rei seja o filho de sua irmã; pois, dizem, o soberano pode ter a certeza que seu sobrinho é de fato filho de sua irmã; mas nada pode garantir-lhe que o filho que ele considera seu próprio na realidade é. **

[* — Al Bakri, op. Cit., pp. 327-328.]

O costume de sucessão matrilinear pode ser aceito, sem necessariamente se anexar qualquer importância para a justificação dada a ela, embora esta última pareça convincente. Esta explicação, muito frequentemente ouvida na África Preta, é consideravelmente posterior às condições clânicas da vida econômica que deu à luz ao matriarcado. *

[* — Cf. Diop, *L'Unité culturelle de l'Afrique noire*, esp. ch. III.]

Uma vez que a sucessão ao trono era tão rigorosamente regulamentada, deve-se supor que a nomeação dos vários ministros ainda não tinha se tornado, como seria cinco séculos mais tarde em Songhai, um ato puramente administrativo, feito praticamente sem levar em conta a tradição.

Gana foi enfraquecida pelos ataques dos Sussu (Sosso). Em 1242, o rei da província exterior do Mali iria tomá-la. Ele foi Sundiata Keita, um dos maiores de todos os construtores de impérios da África Preta. Mali então tomaria o lugar de Gana através da subjuração dos Sossos. Sabemos que Bermendana foi o primeiro de seus reis a se tornar Islamizados. Ibn Khaldun dá alguns detalhes interessantes sobre a sucessão ao trono de Mali; esta ainda era matrilinear. Mari Djata (*djata* é "leão" em Mandingo; *djat*, é "afastar o leão" em Wolof) foi o primeiro monarca poderoso de Mali: Foi

ele quem acabou com a turbulência dos Sossos e privou-os de qualquer tipo de soberania. Seu filho, Mensa Weli, sucedeu-lhe, em seguida, seu irmão Wati, e Khalifa, outro irmão. Após a destruição de Gana, parece ter havido um período de turbulência e instabilidade política, durante o qual as regras tradicionais de sucessão foram desconsideradas temporariamente. Isto é confirmado pelo reinado de Khalifa, um príncipe indigno e sangrento, que passava seu tempo atirando em transeuntes com arco e flecha. O povo, em vez de desafiar a monarquia, livraram-se dele assassinando-o e retornaram para a tradicional regra matrilinear tradicional de sucessão.

Abu-Bekr, o filho da filha de Mari-Djata, sucedeu ao trono. Ele foi escolhido rei de acordo com o princípio das nações bárbaras que colocam a irmã (do monarca falecido) ou o filho da irmã na posse do trono. Nós não aprendemos a genealogia paterna deste príncipe. Na sua morte por um liberto [freedman] da família real, o usurpador Sakura, tomou o poder. *

[* — Ibn Khaldun, op. cit., p. 111.]

Ibn Battuta, na viagem ao Sudão, dá informações preciosas sobre audiências imperiais em Mali. O rei era assistido por vários *ferraris*, cada um dos quais mantinha uma

pequena corte de sua propriedade, na semelhança dos ministros de Mossi ou dos Cayorianos. No entanto, não temos detalhes sobre a maneira pela qual eles eram selecionados. O autor, por outro lado, relata que a herança civil, no nível das pessoas comuns, era matrilinear, e manifesta a sua surpresa por ter se deparado com tal prática somente entre os Pretos da África e da Índia. Ele também nos informa que a criança recebe o nome de seu tio materno, aquele de quem ele deve ser herdeiro. O mesmo método de herança, assim, aplicado no caso de ambas as pessoas comuns e a aristocracia. *

[* — Ibn Battuta, op. cit., pp. 13-15.]

SONGHAI, A INFLUÊNCIA ORIENTAL

Songhai, que pertence à última fase da Islamização da África do século XVI, tinha costumes políticos menos incorporados na tradição. Estes assemelham-se em todos os sentidos aqueles aplicados nos califados de Bagdá e nas côrtes do Oriente Árabe. As mesmas intrigas intermináveis ocorreram ao redor do trono. Songhai Islâmico parece ter reconhecido apenas o direito de primogenitura; mas isto era puramente teórico, para o filho mais velho, se não fosse energético, ou se fosse sempre desfavorecido tão pouco pelas circunstâncias, automaticamente perdia seu direito ao trono,

dando lugar a um outro filho do falecido Askia ou qualquer outro personagem intrigante que conseguisse ganhar o apoio de alguns alto funcionários influentes. O direito de primogenitura era tão frágil nas mentes e consciências dos eleitores reais que parecia normal ignorar automaticamente o herdeiro mais velho se acontecesse de ele estar fora no momento da eleição. Isto não era, de modo algum uma sanção contra um filho culpado do crime de não ajudar seu pai em seus momentos de morte, como se poderia supor. Após a morte do Askia Daud, o mais velho dos filhos que estavam ao seu lado, El Hadj, pegou suas armas e montou em seu cavalo como um sinal de tomada do poder. Como ele era mais audacioso e mais energético do que seus irmãos e todos os cortesãos o temiam, pois ele sabia como combater suas intrigas, todos eles concordaram, até mesmo adicionando às suas reivindicações. Eles o proclamaram rei (Askia), acrescentando que "El Hadj merecia o poder e seria digno de mantê-lo até mesmo em Bagdá." *

[* — Sâdi, *Tarikh es-Soudan* (trans. O. Houdas) (Paris: Ed. Ernest Leroux, 1900), ch. XVIII, p. 184. (Reprinted by A. Maisonneuve, 1981.)]

El Hadj, com sua comitiva, partiu para Kao, ou Gao, a capital do império. Um incidente que ocorreu na estrada, como resultado das intrigas de um de seus irmãos, Hamed, nos

permite formar a nossa própria opinião de como eles consideravam a questão da sucessão. Um dos irmãos do novo Askia se dirigiu a ele da seguinte maneira: "Nós admitimos apenas o direito de primogenitura. Se Mohammed-Benkan [o primogênito ausente] estivesse presente neste dia, o poder não teria caído para você." *

[* — Idem, p. 185.]

Um Askia deposto por seu irmão não tinha o direito de levar seus filhos para o exílio consigo. Eles automaticamente iam sob a autoridade "paternal" do irmão regente vitorioso e ficavam em linha para sucedê-lo. Essa é a razão pela qual os hi-koï que despojaram o Askia Ishaq II da insígnia real após sua derrota em Djuder indicaram-lhe que ele não tinha o direito de tomar seus filhos consigo. Ao que o Askia respondeu que ele havia sido derrotado por um estrangeiro que o estava sucedendo e não por um irmão. *

[* — Sâdi, *Tarikh es-Soudan* (trad. O. Houdas) (Paris: Ed. Ernest Leroux, 1900), ch. XVIII, p. 184. (Reimpresso por A. Maisonneuve, 1981.)]

Os filhos de Benkan foram obrigados a se esconder durante todo o reinado de El Hadj, por medo de serem assassinados como legítimos reclamantes ao trono. Isto continuaria durante o reinado de Askia Mohammed Brâno e

eles não seriam vistos novamente até o interregno que precedeu o advento de Askia Ishaq.

Aconteceu muitas vezes de um determinado cortesão ser responsável pela adesão de um príncipe ao trono. De acordo com o *Tarikh es Sudan* (Capítulo XV), Askia Ismael foi elevado ao trono pelo dendi-fâri Mar-Tomzo no mesmo dia em que seu antecessor foi deposto; e um dendi-fâri era apenas o governador de uma província.

Sucessão ao trono poderia causar problemas até mesmo nas relações de piedade filial. Assim, fâri-mondzo Mussa se revoltou contra seu pai, Askia Mohammed El Hadj, o depôs, e tomou o seu lugar. Após o que, ele tentou exterminar os seus irmãos, um certo número dos quais escapou para Tendirma e para à proteção do kormina-fâri Otsmân-Yubâdo (Capítulo XIV). Irmãos do mesmo pai, sob o sistema Africano de vida polígama, eram rivais sociais e não hesitavam em eliminar um ao outro quando uma questão tão importante como a sucessão ao trono estava envolvida: a luta de Askia Mussa contra seus irmãos foi sistemática e sem misericórdia. E isso não mais foi um caso isolado; tornou-se a prática usual em Songhai. Todos os Askias exceto Askia Mohammed eram filhos de "concubinas",* de acordo com Kâti (Capítulo VI, p. 151). Enquanto que o reverso era verdadeiro para os reis de Bara: o que explicaria o respeito que o Askia demonstrava a eles. Estes

últimos [os Askias] eram obrigados a considerar o conselho dos Bara-koïs. Bara-koï Mansa Kintade, cuja mãe era uma escrava, foi o único nascido de uma "concubina".

[* — Este termo deve ser entendido como mulheres da classe dos escravos que eram legalmente casadas na religião e na lei, após a primeira esposa, que era geralmente uma mulher livre. Elas eram chamadas de târa em Wolof.]

A organização administrativa e seu extremo centralismo serão descritos mais tarde. No entanto, podemos notar aqui e agora que havia governadores provinciais de diferentes graus de importância, como o fâri, o Balama, etc .; havia também os governadores das cidades e das marchas de fronteira, como os koï, mondzo, farba, etc. Como contra o costume em vigor em Mossi e Cayor, o Askia parece tê-los nomeado arbitrariamente; ele podia nomear para essas posições importantes seu filho ou qualquer outra pessoa de sua comitiva. Não houve falta de intrigas entre os candidatos; houve muitas vezes verdadeira negociação com o Askia, quase um acordo contratual: "Faça-me o Balama; Eu vou fazer de você o Askia."

Ismael, em sua ascensão, foi obrigado a dar satisfação a um cortesão, dando-lhe uma posição mais elevada do que aquela que ele esperava.

Generais do Exército já não eram — como entre os Mossi e Wolofs — sistematicamente escolhidos de entre os escravos; eles poderiam ser qualquer tipo de cidadãos, talvez até mesmo nobres. Após ter sofrido uma derrota em Kanta, Askia Mohammed Benkan queria restabelecer seu prestígio atacando Gurma; para a sua decepção absoluta, seu general Dankolko, completamente absorvido em um jogo de xadrez, permaneceu inconsciente da proximidade do inimigo que entrou em campo. O rei o despediu, mas o general pediu autorização para primeiro nomear seu próprio sucessor; o rei pareceu ter lhe dado a satisfação, mas não manteve sua promessa. O espírito em que chefes militares e funcionários eram nomeados está, assim, abundantemente claro. *

[* — Sadi, *Tarikh es-Soudan* (doravante referida como TS). pp. 147-148].

Sob o reinado de Askia Daud (advento 24 de marco de 1549), o kormina-fâri El-Hâdi se revoltou contra o Askia. O hi-koï, Bokar-Chîli-Idji, disse ao rei: "Aponte-me para o cargo de Dendi-Fâri e eu prometo pegar El-Hâdi e entregá-lo para você." E isso foi feito. *

[* — Idem, p 167.]

Havia um objeto característico entre a insígnia real dos Askias: o *tin-touri* ("gravetos" ["kindling wood"] em Songhai). Este suposto ser um borralho de brasa apagada [dead ember] do primeiro fogo aceso no país por seus primeiros ocupantes. Os membros desta família transmitiram este emblema de uma geração para a seguinte. Assim, tornando-os os mestres do solo.

O que acabamos de dizer sobre as origens dos Askias mostra que eles não eram os mestres do solo, mas usurparam este emblema, a fim de eles próprios incorporarem os vários atribuídos de soberania. *

[* — Cf. Kâti, *Tarikh el-Fettach* (hereinafter referred to as T.F.), XIV, p. 274.]

Os costumes políticos de Songhai em todos os sentidos recordam aqueles ilustrados pelo fim trágico do neto do Profeta Maomé, Hussein, que foi assassinado em Kerbela (Arábia Saudita). O costume espalhou até mesmo de se cortar as cabeças dos pretendentes ao trono derrotados e trazendo-las para o Askia como uma promessa de devoção: este foi também o destino dos descendentes do Profeta.

PRECEDÊNCIA EM SONGHAI

Kâti dá detalhes da maior importância sobre a hierarquia de posições em Songhai sob Askia Mohammed.

O Djina-koï (Generalíssimo, comandante da "vanguarda") era o único em todo o exército que tinha o direito de sentar-se em um tapete durante a audiência com o rei; ele se cobria com farinha em vez de pó.

O kurmina-fari ou kan-fari, cuja residência era em Tindirna, era um verdadeiro vice-rei. Ele não tinha que tirar o capacete ou cobrir a cabeça com pó.

O dendi-fari, governador de uma das províncias mais importantes do império, uma na fronteira com o Alto Daomé [Upper Dahomey], era o único que poderia falar francamente com o rei sem medo.

Somente os Bara-Koïs tinham o direito de veto. Recorde-se que todos eles (com uma exceção) eram nascidos de mulheres nobres, em contraste com os Askias, todos eles [Askias] (com uma exceção) eram filhos de escravas, de "concubinas", de acordo com o mesmo autor. O príncipe era obrigado a acatar o seu veto por bem ou por mal. Tem-se a impressão de que os Bara-Koïs devem ter sido os antigos

donos legítimos do solo, de quem os Askias usurparam o *tin-touri*, aquele emblema do poder dos primeiros ocupantes da terra.

Somente o dirma-koï poderia entrar no recinto do palácio imperial a cavalo.

Somente o cadi poderia empregar os servos do rei. Ele tinha direito a uma esteira quando ele vinha visitar.

Somente o guissiri-donké poderia questionar o rei durante uma audiência.

Somente um Sherif poderia sentar-se ao lado dele em sua "plataforma". Eunucos (um costume oriental introduzido na África com o Islã) situavam-se à esquerda do Askia, que se levantava apenas para estudiosos e peregrinos que retornavam.

O Askia comia apenas com Xerifes [Sherifs], estudiosos [Scholars] e seus filhos, bem como com os "San", mesmo quando estes eram muito jovens. Estes últimos, cujo distrito em Timbuktu era San-Koré (de onde a universidade tem o seu nome), constituíam a autêntica classe nobre. Deve ser lembrado que as refeições eram comidas sentado em esteiras ao redor de um prato comum.

Kâti atribui todas essas instituições à Askia Mohammed exclusivamente, como se não tivessem existido antes de seu reinado e sobrevivessem a ele apenas parcialmente.

Na realidade, Kâti e Sâdi, sendo crentes fervorosos, tendem excessivamente a embelezar o reinado de Askia Mohammed e atribuir a ele mesmo parte da glória de seus antecessores. É pouco provável que instituições tão arraigadas e tão detalhadas pudessem ser de tão recente invenção.

Os atributos dos Bara-koï mostram que eles refletem uma tradição muito mais antiga que o advento dos Askias. A explicação sugerida pelo autor a respeito desses atributos apenas confirma este ponto de vista. *

[* — *Tarikh el-Fettach*, ch. I, pp. 13-44.]

O Bara-koï que acompanhava o Askia na peregrinação presumivelmente tirava vantagem da sua presença juntos à Kaaba para atar o Askia por um juramento diante do túmulo do Profeta: "Prometa-me que, doravante, você vai cumprir o meu conselho", daí a direito de veto. . . "Eu prometo!" . . . e assim por diante.

O autor não foi capaz de demonstrar por que necessidade o Askia, soberano de tudo, voluntariamente e tão facilmente se permitia ficar vinculado por estes juramentos.

É notável que, no país Mossi onde a tradição Africana permaneceu em vigor, apenas um caso de conflito político em torno da sucessão ao trono é citada, em toda a história de Mossi, embora seja mais longa que a de Songhai. Essa foi a luta de Tuguri contra o *naba* Ba-Ogo, no século XIX, portanto, em tempos muito recentes, no final da história Mossi.

O CASO DE CAYOR

A situação política em Cayor estava a meio caminho entre aquela de Mossi e aquela de Songhai. Todas as posições políticas abaixo do rei eram hereditárias. Era impossível atribuir arbitrariamente alguém que não tivesse um direito a esta em virtude de pertencer à casta correspondente. Até Faidherbe, os Badié Gateignes, os Botalub NDiobs, os Lamane Diamatils, etc., vieram exclusivamente das mesmas famílias; além da concorrência entre os membros da família, não havia nenhuma intriga possível em relação a estas sucessões.

A situação era diferente no caso do rei. No final da história Cayoriana, havia sete dinastias de *garmis*, ou nobres, cada um com igual direito ao trono. Todos sendo de origens diferentes, eles estavam em rivalidade perpétua. Reclamantes azarados eram frequentemente enviados para o exílio. O *djîn* era uma prática comum: esta consistia em bater o tom-tom e

chamar o nome do príncipe a ser banido e proscrito. Ele então emigrava para outro reino mais receptivo. Se circunstâncias fossem favoráveis, se ele pudesse reunir forças através da compra de escravos ou obter alguns do rei hospitaleiro, se ele continuasse em contato com os dissidentes em Cayor, se ele estabelecesse relações sustentadas com o Diaraff N'Diambur, quem fazia e desfazia Damels, seu retorno ao trono podia ser assegurado. Muitas vezes aconteceu que em absoluto segredo o Diaraff N'Diambur era enviado para um príncipe exilado, para colocá-lo no trono, se o rei reinante desagradasse o povo. Parece que foi desta forma que Maô, um dos príncipes mais bravos da dinastia Dorobé, subiu ao trono. Antes da monarquia Cayoriana, parece que o país foi dividido em propriedades “estatais” [landed “estates”] pertencentes aos Serers: estes senhores nativos eram chamados Lamanes, um termo que significa "sucessor" no Serer e Tuculor. Os reis que, por volta do século XIV, consagraram esta organização parecem todos ter vindo de fora: eles eram reis imigrantes, rebeldes, exilados, príncipes caçados, talvez a partir de Mali, Songhai, ou Gana, que tinham ido em busca de fortuna em uma província externa do império, e de bom grado lideraram um levante nesta, se necessário para ganhar o controle. Era comum para os membros da nobreza, que tinham provado o poder em casa, mas o tinham perdido, ir procurá-lo em outro lugar. A história de Macina fornece um exemplo típico. Um dos primeiros reis deste país, Djâdji, queria casar com a viúva

de seu irmão, que o recusou. Ele começou a odiar seu outro irmão Maghan, a quem ele acreditava ser o responsável pela rejeição dela. Maghan emigrou para a casa do Bâghena-Fari, o governador da região situada ao norte do Alto Senegal-Niger [Upper Senegal-Niger]. Ele foi recebido e convidado para se estabelecer onde quer que ele desejasse, dentro da província; além disso, ele foi reconhecido como rei de todos aqueles que o acompanharam no exílio, em vez de ser tratado como um prisioneiro pelo Fâri. Alguns outros Fulas [Peuls] da região de Termès de onde ele veio logo se juntaram a ele. Essa, de acordo com o *Tarikh es Sudan*, foi a origem da dinastia que reinou na Macina, o território escolhido por Maghan.

De um modo geral, estes reis de fora não modificaram de maneira alguma a estrutura sociopolítica que eles encontraram estabelecida na área. Podemos então ver porque as tradições menos importantes mantiveram-se inalteradas, enquanto que transformação ocorreu apenas no nível real. E pode-se facilmente conceber que esses reis não poderiam ser sacrossantos aos olhos das pessoas. Não havia adoração deles; eles eram apenas Tieddos incorporando força bruta. Eles formam uma terceira categoria de reis Africanos que deve ser diferenciada de ambos os reis tradicionais que, com o seu povo mantinham a sua religião (Mossi: Moro Naba; Yoruba: Alafin de Oyo), e os reis Islamizados (Songhai, Futa-Toro, Futa-Djallon).

Até a conquista do Senegal, as sete dinastias Cayorianas sistematicamente se recusaram a abraçar a religião Islâmica, cujos seguidores eram desprezados e muitas vezes maltratados. Estas dinastias foram: a Muyôy, Sogno, Ouagadou, Guelewar, Dorobé, Guedj, e Bey.

Sabemos muito pouco sobre a origem dos Muyôys. Os Sognos são considerados Socés. A dinastia Ouagadou foi fundada por Détié Fu N'Diogu Fall: esta foi a primeira; seu nome traz à mente o berço de Gana; seu criador, diz a tradição, a batizou com este nome em memória do país natal de sua mãe. Os Guelewar eram, provavelmente, uma aristocracia Mandingo que foi para reger os Serers de Sine-Salum: uma tradição comum à história de ambos os países tende a confirmar essa origem. Sabemos com certeza que segundo a tradição Sudiata Keita, rei dos Mandingo, tinha sido ajudado por sua irmã para triunfar sobre seus inimigos; em troca por este serviço ele instituiu uma sucessão matrilinear no ramo real. Os Guelewars atuais de Sine-Salum também afirmam que a filiação matrilinear foi introduzida entre eles nas mesmas circunstâncias. Isto foi confirmado para mim por uma conversa que tive com Fodé Diouf, chefe da província de Salum e rei tradicional deste país, durante a sua visita em Paris em 1956.

Quanto aos Dorobé, embora eles não gostam de admitir isso, eles parecem ter sido originalmente Peul, ou Tuculor. De fato, existe atualmente, entre os Mossi, no Alto Volta [Upper Volta] (Burkina Faso), um clã Peul chamado Torombé. Também em Futa-Toro, há o clã Tuculor de Torobé, que apoiou Ousman Dan Fodio. O *bé* é meramente uma desinência plural em Peul e em Tuculor. Torombé, Torobé, e Dorobé parecem ser apenas variantes da mesma palavra derivada de Toro. Além disso, os próprios nomes dos primeiros príncipes governantes desta dinastia - Maô, por exemplo - provam que eles eram Peuls ou Tuculor. Os Dorobés diferiram das outras dinastias naquilo em que o rei realmente assumia o comando de seu exército, em vez de permanecer na retaguarda e comunicar ordens; na derrota, ele devia morrer no local. Membros da dinastia que sobrevivem a uma derrota estão excluídos dela, se não de fato, pelo menos em efeito. Tal foi o caso do Damel Madiodio que, a partir de 1861, foi derrotado várias vezes por Lat-Dior, sem cometer suicídio; uma vez que ele se atreveu a sobreviver a uma derrota, na mente popular que ele não era mais digno de ser um Dorobé.

Os Guedj vêm das pessoas comuns. Eles se distinguem pela sua capacidade adaptativa e seu gênio militar. A dinastia é nomeada a partir do país de origem da mãe do Damel primeiro fundador. Ela era uma plebéia do litoral, que se casou com o rei; *guedj* significando "mar" em Wolof. Seu filho,

embora ele não tivesse direito ao trono, conseguiu ser coroado, através de sua energia e agilidade mental.

Os Beys eram no início apenas uma família de boa sorte dentre a qual os pretendentes ao trono passaram a selecionar virgens. De acordo com uma tradição curiosa, bastava ter contato com um filha virgem desta família para que as chances de ascensão ao trono aumentassem seriamente. A família, então, progressivamente, tornou-se parte integrante da realeza.

Como pode ser visto acima, dentro de cada uma dessas dinastias, a sucessão ao trono era matrilinear. Os fundadores dinásticos lembravam apenas de suas mães ou irmãs, cujos nomes eram sagrados; isso também era verdade para os filhos de Gongo ou Konko Mussa. Gongo Mussa foi um dos imperadores mais poderosos do Mali, e Gongo era o nome de sua mãe, de acordo com Kati. * Assim, foi a existência de várias dinastias paralelas, rivais, que introduziram tantos problemas na sucessão ao trono de Cayor.

[* — *Tarikh el-Fettach*, p. 55.]

SIGNIFICADO DA REALEZA

O Conceito Vitalista

O universo Africano era gerido de uma maneira estritamente ordenada, metafisicamente falando. Os trabalhos de Marcel Griaule, Germaine Dieterlen, e Padre Tempels revelaram essas idéias fundamentais para o Ocidente.

De acordo com o Pe. Tempels, o Universo era governado por apenas um conjunto de forças hieráticas: cada ser, animado ou inanimado, poderia ocupar apenas um lugar específico de acordo com seu potencial. Estas forças eram cumulativas: assim, um ser vivo que tinha como talismã a presa ou garra de um leão, em que a força vital do animal estava concentrada, aumentava seu próprio poder por tanto. A fim de superar ele na batalha, alguém tinha que ter uma soma de forças maiores do que a sua própria mais a do leão. Portanto, a luta entre dois reis era, acima de tudo, uma luta mágica no nível destas forças vitais; ocorria muito antes do combate físico na arena, em torno dos jarros de água e tocos de libação estabelecidos no chão, durante a noite, nos bosques sagrados. Podemos ter certeza de que, desde o início da história Africana até a conquista pelo Ocidente, cada rei

tradicional antes de entrar em combate indulgia em tais práticas, e, portanto, acreditava firmemente que a vitória estava do seu lado. A Islamização não mudou isso: ela apenas deslocou o centro de interesse. Em vez de se voltar para os sacerdotes tradicionais que mediavam entre eles e as forças ocultas do universo, os príncipes agora iam para o clero Muçulmano, os marabus [marabouts] que praticavam Kabbalah Oriental e davam-lhes grigris para garantir sua vitória.

Essa metafísica, longe de constituir um fato menor em sociologia histórica Africana, era um traço predominante. Se a explicação científica ignorá-la, tudo o que ele vai compreender será formas externas sem vida, sem conexão lógica aparente. Ninguém revelou a lógica interna dessa sociedade Africana melhor do que Marcel Griaule, como tem sido apontado por André Leroi-Gourhan e Jean Poirier:

Todos trabalhos e atividades humanas. . . lembram-nos [movimento universal]: cerâmica [pottery], criação de gado, dança, música, decoração, e em particular a prestigiada arte da forja - Monitor era um ferreiro [blacksmith] - o ritmo do fole e bigorna o qual inspirou a primeira dança . . . O mundo é ordenado como uma vasta equação; a animação humana corresponde à animação da natureza, e cada gesto se estende de volta a seus precedentes míticos. O mundo Preto Africano

*que parecia à alguns tão simples é simples, de fato, mas apenas por causa de sua lógica interna. É muito complicado na aparência; a criação assume um sentido que pode ser chamado de filosófico. O Universo Preto parecera bruto; ele agora verifica-se ser profundamente elaborado. **

[* — André Leroi-Gourhan and Jean Poirier, *Ethnologie de l'Union Française*, Vol. I, "Afrique" (Paris: Press Universitaires de France, 1953), p. 369.]

No âmbito desta harmonia universal, em que cada ser tem seu lugar, o rei tem uma função precisa, um papel definido: ele deve ser aquele com a maior força vital em todo o reino. Só desta forma pode ele servir como um mediador - sendo ele sacrossanto - com o universo superior, sem criar qualquer ruptura, qualquer convulsão catastrófica dentro das forças ontológicas. Se ele não é um rei legítimo, cumprindo estas condições exatas de filiação estabelecida, e nomeado de acordo com os ritos da tradição, toda a natureza será estéril, a seca vai ultrapassar os campos, as mulheres deixarão de ter crianças, epidemias afetarão o povo. Enquanto a tradição foi feita em isolamento de influências externas, o rei cumpria uma função na qual nenhum usurpador poderia substituí-lo. As obrigações eram rigorosas e a sucessão ao trono era praticamente sem incidentes, como vimos entre os Mossi. O conselho que se reunia para investir o rei (Moro Naba), na

realidade, analisava o grau de legitimidade dos diferentes requerentes: não era realmente uma eleição - o termo é impróprio - pois eles eram compelidos após um esclarecido exame minucioso completo de cada caso, a nomear, não de acordo com as suas preferências, mas de acordo com a tradição, àquele que tinha todas as qualidades necessárias.

Na mesma linha, quando o nível da força vital de até mesmo um rei legítimo diminuía, ele era condenado à morte, quer de fato, como foi aparentemente o caso no início, ou mais tarde, com a evolução, simbolicamente. Esta foi a prática geral na África Preta e no Egito antigo, onde a execução simbólica coincidia com o festival de Zed. Por este meio, o rei deveria morrer e nascer de novo, revitalizado; ele recuperava o vigor da sua juventude, ele estava mais uma vez apto para governar. Esta mesma prática é encontrada entre os lorubá, Dagomba, Tchamba, Djukon, Igara, Songhai, Wuadaï, os Haussa de Gobir, Katsena, e Daoura, os Shillucks, entre os Mbum, em Uganda-Ruanda, no que foi a Meroë antiga. *

[* — Westermann and Baumann, *Les Peuples et les Civilisations de l'Afrique* (trans. L. Homburger) (Paris: Ed. Payot, 1947), p. 328.]

Em Cayor, um rei não podia governar quando ferido, provavelmente porque a sua força vital estava assim diminuída. Em todo o caso, era dito que isto iria trazer má

sorte para o povo. O rei, e todos aqueles que assumiam altas responsabilidades, seja os líderes espirituais ou temporais, eram considerados misticamente superiores, daí a expressão em Wolof *ep bop* (ter mais cabeça [having more head], no sentido metafísico). Isso significava que aqueles que pudessem ir contra a sua vontade, ou que tentassem contestar sua autoridade, poderiam enlouquecer como resultado.

O rei é verdadeiramente o garantidor da ordem ontológica, e, portanto, a ordem terrestre e social. É notável que nenhuma constituição Africana providenciava para a sua substituição durante o interregno após a sua morte para a manutenção da ordem material: sempre que o trono estava vago, seja qual for a razão, a anarquia social, descia sobre o povo. As prisões eram esvaziadas entre os Mossi, sem qualquer representante da lei intervindo para se opor. A situação era idêntica, talvez pior, em Songhai, apesar de ter sido Islamizada. O *Tarikh es Sudan* relata que o Askia El Hadj (acessão: 7 de agosto de 1582) aprisionou Mohammed Benkan em Kenato sobre o aviso de Amar-ben-Ishâq-Bir-Askia. Os três filhos de Benkan - Bir, Kato, e Binda - ficaram escondidos durante todo o reinado de El Hadj e aquele de Bâno, o seu sucessor. Mas eles aproveitaram o interregno entre a morte de Bâno e a acessão do Askia Ishâq II, para sair do esconderijo com impunidade e fazer tudo o que podiam

para matar Amar, que era o responsável por seus infortúnios. Este último, advertido à tempo, disfarçou-se, a fim de escapar da morte certa, que teria sido impune. Mas ele desfez seu disfarce imediatamente após a coroação do novo Askia, "pois, tendo a perturbada situação chegado ao fim, ninguém poderia, então, cometer um ato de agressão contra outro." *

[* — Sâdi, T.S. (*Tarikh es Sudan*), ch. XVIII, pp. 187-188.]

Mais seguramente, em Songhai isto era um vestígio de um passado religioso, a morte do qual ainda não havia sido plenamente integrada nas instituições existentes. A função ontológica do rei ainda não tinha sido esquecida. Sob a ocupação Marroquina, o Pasha Ali ben Abd-el-Kader em 19 junho de 1632, lançou um ataque surpresa sobre a cidade de Gao; ele foi derrotado pelos habitantes, que apreenderam o seu tesouro e sua esposa. Eles também capturaram o Príncipe Benkan, o descendente dos Askias, que o acompanhava. No entanto, este último foi tratado com muito respeito "e o povo de Gao pediu-lhe para vir e viver entre eles, para que eles pudessem, assim, obter as bênçãos do céu." *

[* - *Idem*, ch. XXXIII, p. 359.]

Obrigações do Rei

O Fondoko Borhom, “Senhor da Macina” ["Lord of the Macina"] (1610), pensava que qualquer pessoa investida de autoridade real era o servo e pastor de seu povo. * Embora a principal figura do país, o rei não fosse por isso menos obrigado a levar uma vida estritamente regulada pelo costume.

[* — Idem, cap. XXVII, p. 399.]

Entre os Mossi sua agenda era planejada até nos menores detalhes. O Moro Naba não têm o direito de deixar Ouagadougou, sua capital, não por causa de orgulho real, mas porque o ritual o proibia; isto já não é verdadeiro hoje, conforme tradições estão começando a desaparecer. No entanto, O imperador Mossi Nasséré, que sitiou Gana e lutou contra Sonni Ali e Askia Mohammed, deve ter quebrado esta regra por causa do grande perigo que ameaçava seu reino. Na verdade, ele é dito por ter dirigido pessoalmente a expedição contra Gana.

Também pode ser que esta tradição seja recente e tenha sido instituída somente no auge do império Mossi.

A vida do Kaya-Magha de Gana era tão estritamente governada pela tradição quanto a do Faraó do Egito: todas as manhãs, ele cavalgava em torno de sua capital, a cavalo, seguido por toda sua corte, precedido por girafas e elefantes, de acordo com Idrisi. Qualquer um que tivesse uma reclamação poderia naquele momento dirigir-se a ele e apresentar o seu caso, o qual era resolvido in loco [no local]. Na parte da tarde, ele viajava o mesmo percurso sozinho, e ninguém estava autorizado a falar com ele. Estes reis eram às vezes tão conscientes de seu papel que eles tentavam de todas as maneiras manter contato com as pessoas, para investigar queixas diretamente, de modo a sentir seu pulso político e social, seja qual fosse o custo. Assim, o Moro Naba disfarçava-se à noite e passava pelos bairros de classe baixa de sua capital em anonimato absoluto, ouvindo conversas. Assim fez certo Damels de Cayor, mas deve-se reconhecer que eles faziam isso como um ardil, para sondar a opinião pública por razões pessoais: para salvaguardar o seu poder e evitar revoluções palacianas neste clima de rivalidade dinástica, eles tiveram que se manter constantemente informados.

No entanto, o conceito de realeza [royalty] em Diâra ou Kaniâga na região de Termès, não muito longe do Alto Senegal [Upper Senegal], era bastante original. O rei era obrigado a permanecer em seu palácio e nunca deixá-lo. Ele não era cercado por nenhuma pompa absolutamente.

Aparentemente, as pessoas prestavam muito pouca atenção a ele, não por desdém, mas porque eles sentiam que um rei era grande o suficiente em si mesmo para não precisar de todos esses sinais exteriores de majestade. . . . Seus habitantes não eram Peuls [Fulas], e nutriram contra os nômades Peuls [Fulas] um ódio típico de povos sedentários. Este reino foi primeiro governado hereditariamente pelos Niakhaté (Diakkaté), em seguida pelos Diawara. Com seu exército de dois mil cavaleiros, foi servidor primeiro de Gana, em seguida, do Mali. Os habitantes se revoltaram e assassinaram o representante do Mali. Mas não se pode afirmar que o seu conceito de realeza [royalty] tenha nascido a partir dessa revolta. *

[* —Cf. *Tarikh-el-Fettach*, ch. III, pp. 71-72].

Os reis tradicionais, portanto, governavam com restrição mínima, exceto para tais abusos administrativos como foram cometidos por funcionários públicos, que serão discutidos no capítulo VIII. O sistema tributário [tax system] que eles estabeleceram não apareceu como exploração, mas como a parte dos bens e colheitas [crops] que o ritual decretava que devia ser entregue à autoridade sacrossanta que unia os dois mundos, para que a ordem pudesse ser mantida no universo e a natureza continuasse a ser fecunda.

Na verdade, a realidade histórica é menos sublime: esta ordem quase divina das coisas deve ter começado a se degenerar desde o início. A descrição dada acima reflete uma situação ideal que nem sempre foi realizada por causa da necessidade por uma administração dependente de um exército de funcionários públicos. Mas, em qualquer dos casos, a evolução do sistema nunca deu origem a uma revolução. Gana provavelmente experimentou o reinado de uma dinastia corrupta entre os séculos VI e VIII. Kâti fala de uma revolta extremamente violenta das massas contra esta. Os membros desta dinastia foram sistematicamente massacrados. A fim de eliminá-los completamente, os rebeldes foram tão longe à ponto de extrair fetos dos ventres das mulheres da família real. No entanto, isso não constituiu uma revolução, pois a monarquia em si própria não foi eliminada; ela aparentemente não foi nem mesmo seriamente questionada.

A filiação era matrilinear: o imperador Kanissa-aï, contemporâneo do profeta Maomé [Mohammed] (século VI), tinha escolhido como sua capital não Gana, mas Koranga, a cidade natal de sua mãe. *

[* — *Tarikh-el-Fettach*, ch. IV, pp. 75-77.]

A prática do matriarcado desde o início na sucessão real é um importante argumento contra aqueles que apóiam a teoria de que Gana pode ter sido fundada por Semitas, pois estes últimos reconhecem somente a filiação patrilinear.

Seja qual for a nossa presente atitude em relação a essa metafísica de posições sociais, esta ontologia, por mais de dois mil anos governou de maneira absoluta as mentes e consciências dos nossos ancestrais: Esta explica, em certa medida, o seu fracasso ou sucesso quando confrontados com as tarefas da civilização [tasks of civilization]. É por isso que esta não pode ser um fator muito menor na explicação histórica; não podemos deixar de considerá-la.

Separação de Secular e Religioso

Na antiguidade pagã, como na África tradicional, os poderes seculares e religiosos foram há muito tempo identificados um com o outro. Como uma consequência do Cristianismo e do Islamismo, eles foram separados nos dois locais, no sentido de que o rei não mais realizava serviços religiosos, mesmo quando, com Pepino o Breve [Pépin the Short], ele mais uma vez se tornou sacrossanto. Na Arábia, o Islam apagou da mente das pessoas a própria memória do

Sabaismo [Sabaism]: uma nova ordem religiosa, que parecia emergir a partir do absoluto, misturada com o secular na organização social. O regime dos califados rapidamente evoluiu para uma monarquia teocrática. Não mais rei Sabeano vegetante, como um fóssil, junto à Kaaba. Isto seria alcançado em todos os reinos Árabes, do Egito, África do Norte e Espanha. Na África Preta, a ordem social manteve-se praticamente como tinha sido antes da Islamização; mas nos lugares onde o povo e o rei foram Islamizados, um fato particular apareceu. O rei deixou de exercer uma função religiosa; ele foi progressivamente secularizado, e era visto agora apenas como um simples governador temporal do país. Ele não era como esses construtores de impérios Islâmicos, propagadores da fé que se estabeleciam como reis após a conquista de um país, tornando-se seres sagrados unindo os dois poderes em si mesmos.

Ele já não era um pregador; a auréola [halo] de santidade que o cercava iria progressivamente cair sobre os ombros dos representantes da religião estrangeira (um clero Muçulmano de origem de classe baixa), ao passo que ele, o rei, cada vez mais simbolizava o secular, com suas implicações de coerção e imposições administrativas. Sob a influência da religião, ele seria progressivamente desacreditado e considerado a própria encarnação de Satã. O que havia criado a sua força espiritual era a religião tradicional; que,

juntamente com a cosmogonia, justificava o seu lugar na sociedade. Quando estas foram subjugadas pela religião "estrangeira", o mesmo destino se abateria sobre as instituições a que deram origem.

Se esta análise está correta no que diz respeito ao rei que preservou sua religião e governou sobre um povo Islamizado (por exemplo, o Damels de Cayor), e se ela está basicamente correta no caso daqueles que, como Sonni-Ali (1464), cuja conversão foi uma mera formalidade, ela se revela inadequada no caso de tais reis-profetas [prophet-kings] como os Tuculores de Senegal: El Hadj Omar, Hamadu-Hamadu, etc., cujo precursor foi o único na história de Songhai que pode ser referido como Sua Majestade Mais Muçulmana Askia Mohammed, príncipe dos crentes. Ele realizou um golpe de Estado apoderando-se do trono depois de ter derrotado o filho de Sonni-Ali (Abubaker-Dau - 03 março de 1493). Ele instituiu a dinastia do Askias, um termo de etimologia obscura. Ele manteve relações amigáveis com o clero Muçulmano e os estudiosos de Timbuktu; ao contrário do Sonni-Ali, ele governado usando-os, pedindo seus conselhos sobre todas as decisões importantes. Ao proteger os crentes, ele ganhou seu louvor. Ele quase pode ser comparado ao Rei Clovis, protegido pela Igreja Romana. *

[* — Reis Merovíngios dos Francos (481-511), que se converteram à Cristiandade em 496 d.C. (Nota do Trad.).]

Ele fez uma célebre peregrinação a Meca, acompanhado por 1.500 homens (500 de cavalaria e 1.000 soldados a pé). Ele levou consigo parte do tesouro de Sonni-Ali, 300.000 peças de ouro que tinham sido armazenadas com o pregador Amar. Após a sua chegada, ele deu 100.000 como esmola para as cidades de Meca e Medina e comprou em Medina uma mansão que era para servir como um albergue para peregrinos do Sudão. Esta mansão deve ter sido grande, pois o custo de manutenção chegou a 100.000 peças de ouro. A África, assim, abriu as suas portas para a vida internacional por meio de seus reis Muçulmanos.

Na Terra Santa o Askia conheceu o décimo-quarto califa Abassida do Egito (abril 1479 - setembro 1497) e lhe pediu para nomeá-lo como seu representante no Sudão. Era para uma designação puramente espiritual. O califa aceitou, pedindo ao Askia por três dias para entregar o seu poder, mentalmente falando, e voltar a vê-lo. Isso foi feito e o Askia foi solenemente proclamado pelo califa seu tenente espiritual nos países Pretos. Ele recebeu para isto um barrete [cap] e um turbante que faziam dele o delegado do Islã.

Seria esta uma forma de recuperar a autoridade moral que os Reis Africanos tinham vindo a perder desde a sua Islamização? Ou seria este um ato profundamente religioso? Seja qual for, o Askia em seu retorno realizou a primeira guerra santa travada por um soberano Preto. O inimigo era o imperador Mossi

Naséré (agosto 1497 — agosto de 1498). O Askia cumpriu todas as exigências religiosas para dar a sua empreitada um caráter sagrado. *

[* — Sâdi, *Tarikh-es-Sudan*. Ch. XIII, p. 118.]

Askia Mohammed foi o monarca cuja atitude coincidiu com a conclusão da Islamização da monarquia Songhai. Antes dele, um rei tal como Sonni-Ali tentou resistir: ele tinha, para além de qualquer dúvida, tentado represar o dilúvio Muçulmano que, a seus olhos, estava crescendo muito seriamente. Sua dureza para com o clero de Timbuktu, sua maneira de praticar o Islã, ao qual ele foi convertido teoreticamente, devem ser consideradas gestos de auto-defesa. Vista desta perspectiva, sua conduta parece muito coerente, em vez de refletir um temperamento "sanguinário". Os termos em que o *Tarikh es Sudan* julga os dois monarcas são significativos. O autor, um Muçulmano fervoroso, disse de Askia Mohammed:

*Assim Deus livrou os Muçulmanos de suas angústias; ele usou o novo príncipe para pôr fim a seus infortúnios e inquietação. O Askia Mohammed demonstrou, de fato, o maior zelo para o fortalecimento da comunidade Muçulmana e melhorar a sorte dos seus membros. **

[* — Idem., ch. XIII, p. 118.]

Por outro lado, ele traçou um retrato muito desfavorável de Sonni-Ali:

*Quanto a este mestre tirânico, esse vilão infame. . . ele era um homem dotado de grande força e energia poderosa. Mal, licencioso, injusto e opressivo, sedento de sangue, ele levou tantos homens a perecer que só Deus sabe o seu número. Ele perseguiu os estudiosos e os piedosos, ameaçando suas vidas, sua honra ou a sua reputação. **

[* — Idem., ch. XIII, p. 103.]

Sonni-Ali não tinha falta de desculpas. A razão que ele deu para o massacre de certos estudiosos de Timbuktu foi a de que eles eram "amigos dos Tuaregs, seus cortesãos, e que ele era, portanto, contra eles." *

[* — Ibid., p. 107.]

Assim, como tinha sido mencionado, sua conversão foi muito relativa, se quisermos acreditar no *Tarikh es Sudan*, que o considerou um monarca que fez a luz da religião. Ele tinha o hábito de adiar até a noite ou ao dia seguinte suas cinco orações obrigatórias; quando ele se decidia a dizê-las, ele simplesmente sentava-se, fazia vários gestos enquanto nomeando as diferentes orações, então dizendo a elas como se fossem pessoas: "Agora dividam tudo entre vós, uma vez que vocês conhecem uma à outra muito bem." *

[* — Ibid., p. 110.]

A luta por poder político contra o Islã pelo clero nativo procurando desacreditá-lo coloriu todo um período da história Africana. Esta foi caracterizada no Senegal pelo êxodo dos marabus [marabouts] da cidade de Koki na região de Luga Linguère (entre Dakar e Saint Louis) em direção à península de Cabo Verde. Este evento teve lugar durante o reinado do Damel Amari N'Goné Ndella (1791-1810). O desprezo entre os poderes seculares e religiosos era recíproco. Os marabus, especialmente aqueles que não faziam parte da cômte, que não eram responsáveis pela defesa mística da dinastia através do estabelecimento dos grigris e de outras formas, não faziam nenhum mistério de seu desdém por tudo de mortal aqui na terra. O rei não-Islamizado era apenas mais um "Kaffir", um infiel para eles. E uma vez que eles eram muitas vezes de sangue nobre, e, assim, imbuídos com o mesmo orgulho como o resto da aristocracia, eles muitas vezes pregaram a desobediência civil, exatamente do jeito que São Paulo pregou contra o culto do imperador. Foi por isso que os marabus de Koki foram perseguidos e forçados a ir e aliar-se com o Lebous de Dakar. É interessante analisar o tipo de autoridade que eles viriam a criar na península de Cabo Verde após o sucesso de sua revolução.

A “República” Lebou

Não estaria fora do âmbito do nosso tema principal - o significado da realeza [royalty] – examinar a natureza deste novo poder que tem sido erroneamente apelidado uma “república.” Para fazer isso, é indispensável que traçemos a gênese de eventos e retornemos para a aldeia de Koki-Diop.

Nós não podemos ter certeza das origens do clã Diop, pois, no estado atual da investigação, é difícil traçar a sua migração em toda a África pela invocação nomes totêmicos, por exemplo. Não há dúvida, no entanto, que alguns Diops podiam ser encontrados na Núbia (cf. mapa das migrações). Eram eles pescadores no rio Senegal? *Thiubolo* significa pescador em Tuculor e Peul. E essa era a ocupação dos Diops em Futa-Toro. Considerando-se a idéia que os Africanos gostam de ter do seu nascimento, uma origem tão modesta poderia causar indignação entre os Diops de Cayor que consideravam os Diops do rio como apenas um núcleo isolado, reduzidos à dependência da maioria Tuculor. Sendo como for, eles chegaram nesta área já Islamizados e fundaram todas as aldeias no Senegal chamadas Koki: Koki-Diop, sua terra natal perto de Luga, Koki-Kad, Koki-Dakhar, Koki-Gouy (os segundos termos dos últimos três nomes designam as espécies de árvores que cresciam em torno de cada aldeia). Veremos mais

tarde que existem muitos indícios de uma ligação entre Koki e Kukia, a última palavra referindo-se a uma cidade histórica no Niger à jusante de Gao. Nesse caso, teríamos de olhar para o Oriente pela origem do Diops, dos quais alguns, no máximo, teriam feito uma escala em Futa. Em qualquer caso, os Diops de Koki faziam parte dos Domisokhnas (clero Muçulmano de origem nobre ou distinta).

O primeiro chefe do Estado Lebou, Dial Diop, era o filho de um dos marabus que tinham emigrado de Koki. Ele foi nomeado, após a vitória, apesar de sua origem estrangeira, porque ele foi o único que se atreveu a liderar a resistência, organizá-la dentro das paredes da península, e se levantar até o Damel Cayoriano cujas manobras e estado de espírito ele conhecia muito bem e, ao contrário dos Lebou, não o intimidavam. Isso deixa claro um fato essencial, que deve ser definitivamente salientado a fim de esclarecer a história política da península. Através de uma confusão agora habitual, a família reinante Diop tornou-se analogizada para a população e pensamento geral como sendo Lebous. Mas nós mostramos que os Diops se originaram em Koki. Os Lebous são um grupo a meio caminho entre os Wolofs e Serers. Eles estão mais próximos deste último [Serers], cujos nomes étnicos eles compartilham: Diagne, Faye, Ngom. Eles têm a mesma tradição e praticam as mesmas libações. Eles são do mesmo tipo étnico. A homogeneidade dos nomes totêmicos

dentro de um grupo de pessoas com pouca frequência de miscigenação na África permite aos Lebous e Serers, bem como aos Wolofs, ter a certeza de que Diop não é um nome típico Serer-Lebou.

Tendo esclarecido esse ponto da história, vamos passar para a análise da forma de poder estabelecido. Este não era um poder republicano, como afirmam todos os manuais. De fato, seria difícil imaginar uma república em que o poder passou de pai para filho dentro de uma única família desde sua origem até os dias de hoje: Dial Diop, 1795-1815, Matar Diop, seu filho, 1815-1830. Na sequência de uma disputa sobre uma extradição com a qual ele se recusou a concordar, os Franceses intervieram e depois de longas negociações conseguiram tê-lo substituído por seu primo Elimane Diop, 1830-1852; Momar Diop, filho de Matar Diop, foi seu sucessor, 1852-1855; Demba Fall Diop, um descendente de Dial Diop, em seguida, subiu ao trono, 1855-1861; os Franceses ocuparam definitivamente a península durante o seu reinado. A partir de então, eles mantiveram um olhar atento sobre a sucessão ao trono, sempre tentando tê-lo ocupado pelo Diop mais favorável a eles. As coisas continuaram assim até o tempo do Serigne El Hadj Ibrahima Diop, chefe dos Lebous no início deste século.

Quando os marabutos chegaram de Koki, a maioria dos Lebous eram não-islamizados, como são os Serers de hoje em dia. Não até o início do século XX houve lá conversão em massa das populações do interior, provocada por Ahmadu Bamba e El Hadj Malik Sy. Assim, foram os Diops que islamizaram os Lebous e instituíram seu governo, uma monarquia teocrática idêntica em todos os sentidos àquela fundada sobre o Rio Senegal pelos Tuculores em 1776. Caracteriza-se pela existência de uma dinastia, como em todas as monarquias; é teocrática e muçulmana, em que o seu único código de leis é o Alcorão. Não se deve esquecer que, depois da Islamização, os cádis [juízes] dos impérios de Gana, Mali e Songhai administraram justiça em estrita conformidade com as leis do Alcorão; o regime de Dakar, portanto, não era mais republicano do que o governo daqueles impérios. O “rei” tinha o mesmo caráter que os sultões do Oriente Árabe: mais uma vez ele sucedeu unindo dentro de si mesmo o temporal e o religioso.

ÁFRICA MONÁRQUICA E TRIBAL

Os Africanos, portanto, nunca experimentaram uma república laica, mesmo embora os regimes fossem em quase todos os lugares democráticos, com um equilíbrio de poderes. É por isso que todo Africano é, no coração, um aristocrata escondido, assim como cada burguês Francês era antes da Revolução. Os reflexos mais profundos do Africano de hoje são mais estreitamente ligados a um regime monárquico do que a um regime republicano. Rico ou pobre, camponês ou urbano, todos sonham em ser um pequeno ou grande senhor, em vez de um burguês pequeno ou grande. A qualidade dos seus gestos e atitudes, sua maneira de ver as coisas, independentemente da sua casta, é nobre e aristocrática em contraste com a “mesquinez”. Há ainda a distância de uma revolução entre as consciências ocidental e Africana, em termos de comportamento instintivo. Estas sequelas de aristocratismo teriam sido extirpadas somente se o Africano, no curso de sua história, tivesse se tornado responsável por seu próprio destino, no âmbito de um regime republicano. A colonização Ocidental, mesmo quando republicana, não poderia mudar estes fatos. Isso também explica por que muitos Pretos ajustam-se perfeitamente aos costumes da aristocracia Britânica. É difícil traçar para esse fator uma certa abordagem estética do Preto, embora esta não pareça ser uma característica importante do caráter Africano.

Este julgamento, ao contrário do que se poderia pensar, é aplicável a toda a África Preta, em diferentes graus. No período pré-colonial todo o continente estava realmente coberto por monarquias e impérios. Nenhum local aonde o homem viveu, mesmo a floresta virgem, escapou à autoridade monárquica. *

[* — Cf. Mapa da África por Robert Vigondy, 1795.]

Mas devemos reconhecer que nem todos os povos vivendo sob o mesmo regime político tinham o mesmo nível cultural. Algumas populações periféricas ainda viviam em uma organização clânica pouco abalada ou liberalizada, enquanto que os grandes números nas cidades eram destribalizados. Um notável exemplo disto são os impérios de Ghana, Mali e Songhai. Pode-se, de fato contrastar, com base nos documentos restantes (Al Bakri ou Khaldun), a fervilhante vida urbana de Timbuktu, Gao, Gana, Djenné, ou Mali, que continham apenas indivíduos isolados, com a vida coletiva que ainda dominava nos clãs periféricos das regiões auríferas para o sudoeste, localizadas no Alto Senegal, e até mesmo mais ao sul, onde a destribalização estava ainda apenas começando. De acordo com Idrisi,

Os Pretos que andavam totalmente nus, casavam-se sem dotes, e eram prolíficos pastores de cabras e camelos, com rostos tatuados, viviam a oeste de Mali. Os outros, mais

*altamente desenvolvidos habitantes de Gana iam caçar escravos nesta região, que deve ter coberto uma parte da Baixa Guiné e a parte sul do atual Senegal. **

[* — Idrissi géographe (trad. Amédée Jaubert) (Paris: Royal Printshop, 1836), I, p. 19.]

Esses clãs e tribos eram, de todo, comparáveis com aqueles que viviam nas fronteiras do Império Romano no momento do seu declínio e queda, quando os Romanos já estavam completamente destribalizados. Esta era a condição politico-social da época em que a África se encontrou com o Oeste no início dos tempos modernos (século XVI).

O que aconteceu então? Os Africanos perderam gradualmente sua capacidade de decidir seus próprios destinos. A autoridade federadora local dissolveu-se, ou foi de qualquer modo diminuída e tornou-se impotente. A evolução interna, conseqüentemente, perdeu o equilíbrio. Nas cidades onde a destribalização já tinham tido lugar, um retorno ao passado estava fora de questão: os indivíduos continuariam a ser unidos por laços sociais. Mas onde a organização clânica ainda predominava, onde os limites sociais ainda eram determinados pelo território do clã ou tribo, haveria uma espécie de voltar-se para dentro, e evolução no sentido inverso, uma retribalização reforçada pelo novo clima de

insegurança. A vida coletiva novamente teve precedência sobre a vida individual. Mas, como se pode bem imaginar, esses clãs estavam longe de ser tão primitivos quanto se poderia ter pensado de antemão: Eles não estavam sem os efeitos colaterais da época imperial anterior. Eles já estavam desenvolvidos e complexos. É por isso que etnólogos, para sua imensa surpresa, mas sem exceção, sempre descobrem neles tradições que não correspondem a este estágio de organização social, mas são mais avançados; muitas vezes eles não hesitam em atribuir isso a um fenômeno de degeneração, supondo que essas populações, que vivem hoje em um estado tão primitivo, experimentaram no passado algum grande período esquecido. Tentamos aqui demonstrar como eles realmente chegaram a este ponto.

De qualquer forma, sendo os vestígios monárquicos menos proeminentes na vida clânica, nós podemos proceder para estas conclusões parciais que têm uma medida de significado moral e social. Nós certamente podemos ver que havia uma África monárquica e uma África tribal. Se nós tentássemos indicar os fatores que favorecem a evolução em uma direção ou outra, teríamos de reconhecer que o espiritualismo Africano, que já mencionamos, e o aristocratismo dentro da África monárquica foram fatores psicológicos e intelectuais desfavoráveis a uma evolução socialista. Mas o Africano era um coletivista aristocrático: tudo

o que precede sublinha o que separava a sua atitude daquela de um coletivista proletário. À luz de sua vida político-social, a sua solidariedade era uma solidariedade nobre; apesar disso, ele não era relutante em compartilhar; os reflexos de acumulação de riqueza material permaneciam muito leves nele. Consequentemente, seus hábitos materialistas favoreciam bastante uma evolução socialista.

A África tribal tinha as mesmas características, com esta exceção, de que o fator aristocrático, monárquico, era quase totalmente ausente; o coletivismo clânico era proletário. A Justiça também era mais imanente dentro do clã: o aparelho político repressivo tinha se tornado menos esmagador, sem, no entanto, atingir o mesmo grau de definimento que nas tribos e clãs concebidas por Engels.

Esses dados indicam um tipo original de desenvolvimento.

ORIGEM DO REGIME CONSTITUCIONAL

Ao analisar o significado da realeza [royalty], nós analisamos os casos de reis tradicionais, reis Islamizados e reis não-islamizados emigrantes. Analisamos também o conteúdo das constituições. Chegou o momento para sugerir o que pode

ter trazido estas a existência. Muitos fatos nos levam a sentir que o poder real [royal power] de início, sendo sacrossanto, era absoluto. A idéia geralmente aceita de realeza Africana não permite supor que, logo no início, sua autoridade possa ter sido limitada por algum tipo de sistema constitucional. Por outro lado, não é concebível que esta autoridade possa ter sido exercida de forma abusiva, considerando seu caráter religioso. Mas, dentro da corte real [royal court], planejamento e espontaneidade ambos desempenhando uma parte, todos começavam a servir dentro do âmbito de sua própria profissão; uma tradição nasceu, se fortaleceu, e, finalmente, criou raízes com as idéias que a nobreza guerreira, ligada ao desenvolvimento da monarquia, tinha a respeito do trabalho manual. Este último era um pouco desprezado, como contra a convocação militar. Não teria, portanto, sido possível, no início, para um príncipe, no âmbito da vida na corte, ser atribuído o trabalho de caráter manual: o escudeiro, o carrasco, o chefe de estrebaria, o guardião do tesouro, e assim por diante, não poderiam ser nobres. Pois os nobres, quando não lutando, indulgiam em sua ociosidade ou jogavam em esportes, jogos de habilidade e coragem, caça, ou yôté (um jogo de xadrez local envolvendo estratégia). Estes primeiros profissionais, por casta, foram os precursores dos futuros ministros do governo, cujas funções, considerando-se os emolumentos envolvidos, rapidamente se tornaram hereditárias. Por este mecanismo natural, isso funcionou

como se cada casta, desde o início, tivesse sido convocada para designar o seu próprio representante na corte. Nada disso [No such thing]. O sistema não nasceu do idealismo. Apenas uma aparência enganosa pode levar a tais concepções: Ele cresceu a partir da realidade local com base no sistema de castas, a divisão do trabalho.

Mas, com o passar do tempo, o conselho assim constituído assumiria importância, pela própria dialética das relações sociais. Nenhum texto, nenhuma tradição forçou o rei a tomar o seu conselho: ele fez isso primeiro voluntariamente a fim de governar de forma mais sensata; em seguida, ele foi forçado mais e mais para fazê-lo, pelo efeito de uma necessidade social interna. Os homens livres [freemen], em particular, os nobres do reino, representados pelo Primeiro-Ministro, logo fizeram sentir seu peso, discretamente, mas efetivamente limitando o poder do rei. Na realidade, essa limitação em todos os lugares estendeu-se apenas para a cessação de abusos. O Primeiro-Ministro era o único que poderia dar início ao procedimento que, em Cayor, por exemplo, levaria à deposição do rei, se este último não concordasse com ele, isto é, com as pessoas; se, de fato, ele deixasse de governar com sabedoria.

Esta forma de conceber a gênese das constituições monárquicas é confirmada pela tradição dentro das côrtes dos marabus Africanos. Os membros das massas, muitas vezes por

sua própria iniciativa, sem ter sido especificamente designados como nas côrtes de líderes temporais, realizam atividades relacionadas com as suas profissões. Se tal se revelar satisfatória, eles são depois de algum tempo devidamente nomeados, confirmados em seus cargos, sem que isso, no entanto, assuma qualquer carácter familiar hereditário. Isso é o que aconteceu com Amadu Bamba, o fundador do Muridismo [Muridism] no Senegal, com o seu irmão Cheikh Anta, com Cheikh Ibrahima Fall, durante os últimos cinquenta anos. A identidade das aparências da vida dos líderes temporais e espirituais não foi sem suas desvantagens para o último. O governo Francês, muitas vezes pensou que, escondido atrás da fachada religiosa, estavam ambições temporais de poder. Como resultado, Amadu Bamba foi deportado para o Gabão por sete anos e Cheikh Anta para o Sudão, a Segu, de onde só regressou em 1935, após a intervenção do vice [deputy] Galandou Diouf.

Fustel de Coulanges está totalmente correto em advertir os investigadores históricos contra o erro de se imaginar o passado em termos do presente. Mas todos os desenvolvimentos anteriores com relação à estabilidade das sociedades Africanas, mostram que o perigo de aventuras intelectuais é negligenciável no presente caso.

COROAÇÃO DO REI E VIDA NA CÔRTE

Na medida em que a história Africana, até agora, tem sido confinada a uma monótona sucessão de datas e eventos, secamente relacionados, pareceu importante para nós tentar retratar a cor local do passado, com a máxima intensidade, baseando-se, contudo, muito rigorosamente na documentação disponível.

Songhai

No estado atual da investigação, não sabemos praticamente nada sobre os ritos de entronização do *Magha* de Gana. Por outro lado, podemos traçar os detalhes deste ritual para Songhai. O Askia tinha um trono sob a forma de um estrado, talvez inspirado por aqueles do Oriente; seja como for, não há dúvida de sua existência. Quando os irmãos do Askia Mussa formaram uma coalizão para lutar e matá-lo, todos eles voltaram rapidamente para tomar o trono. O Cchâa-Farma Alou encontrou o Kormina-Fari já no trono: uma breve luta sangrenta se seguiu, resultando na morte de Alou e a acessão do Kormina-Fari, que não era outro senão Mohammed Benkan. * Assim, ele deveu sua ascensão ao apoio vigilante de seu irmão Otsmân-Tinfiran.

[* — Sadi, T. S., cap. XIV, p. 144.]

Durante a cerimônia de coroação, todo um grupo de pessoas, todas igualmente vestindo o albornoz, rodearam o rei diretamente para a sala do trono, em procissão solene: * eles eram os *souma*, entre os quais Amar, quando perseguido pelos filhos de Benkan, tinha se escondido em disfarce, se vestindo como eles em um albornoz. *²

[* — Durante as sessões ordinárias, o Askia sentava-se em uma espécie de plataforma ou divã que podia acomodar várias pessoas. Apenas um Sherif era permitido sentar-se ao lado dele.]

[*² — Sadi, T. S. (*Tarikh es Sudan*), cap. XVIII, p. 188.]

A entronização era seguida pelo juramento dos juramentos. Generais, soldados, todas as pessoas, até mesmo o clero, tinham que jurar sobre o Alcorão um juramento de fidelidade e obediência ao novo Askia. Parece mesmo que esta cerimônia era mais importante do que a verdadeira entronização, porque ela obrigatoriamente ocorreu para cada novo reinado, ao passo que não era raro para o Askia ser investido com o poder em alguma pequena cidade periférica, onde em toda verossimilhança não havia trono algum. O rei tinha que estar presente na oração da Sexta-Feira, a qual era dita em seu nome. Há algumas indicações de que este juramento não era

puramente uma questão de formalidade, e que as massas de pessoas, na medida em que eles eram crentes fervorosos, realmente sentiam-se a ele vinculadas. *

[* — Idem, p. 185.]

Na verdade, o Askia Ismael acreditava que a hemorragia que o atingiu na sua acessão deveu-se ao fato de que ele não tinha respeitado o juramento de fidelidade que ele tinha jurado sobre o Alcorão ao seu irmão, Askia Benkan. As audiências públicas em Songhai eram rigorosamente regulamentadas; cada alto dignitário tinha um lugar estabelecido na Assembléia, correspondendo ao seu cargo oficial: cada um também tinha seu distinto uniforme e insígnia. Após a morte do Dendi-Fari Sinbalo, o Askia Daud deu esse título ao Koï Kamkoli, mas ele o fez retirar a insígnia de seu uniforme e lhe permitiu usar apenas o cocar oficial durante recepções. Devemos deduzir que a sua nomeação não era permanente. Durante uma audiência pouco tempo depois, o Askia afirmou ter consultado o Todo-Poderoso, a fim de descobrir quem ele devia nomear para liderar o povo de Dendi, e nomeou Ali Dudo, que, presumivelmente, tinha recebido a aprovação divina. Na Assembléia, em seguida, sentado diante do rei, Kamkoli estava no lugar de Dendi-Fari; ele educadamente, mas com firmeza e com dignidade, tomou nota da hipocrisia do Askia Daud, em seguida, deixou o lugar

de Fari para tomar aquele de Koï. Obviamente, o rei tinha ainda mais insígnias e emblemas que eram devidamente removidos dele se ele fosse deposto por um golpe de Estado, que é o que aconteceu com o Askia Ishâq. *

[* — Idem, cap. XXII, p. 231.]

O Askia Mohammed recebeu do Califa Abássida Mulay Abbas um turbante, um barrete verde, e um sabre para usar em volta do pescoço. Uma vez que ele inaugurou o reinado do Askias, estes objetos foram depois adicionados à insígnia real, que já incluía um tambor real, doze estandartes, e o *tin-toûri* acima mencionado, o qual fazia do Askia senhor da terra [master of the earth]. *

[* — Kati, T.F., cap. XIV, p. 173.]

O imperador do Gana, além de sua coroa que era mais como um diadema, tinha várias insígnias e uma única bandeira, de acordo com Idrisi. *

[* — *Idrissi Geographe, op. cit.*, p. 17.]

O uniforme do Fari deve ter incluído uma túnica de cauda dupla e um turbante. Após a morte do Fari Abdallah, estes foram os apetrechos, aparentemente, correspondentes às suas funções, que o Askia Mussa deu a seu irmão Ishâq; o

Farma, pelo menos de certas regiões, tinha direito a um tambor. Quando em 1524 o Adiki-Farma Bella, o sobrinho de Askia Mohammed, foi nomeado Binka-Farma, ele adquiriu o direito a um tambor, do qual todos os seus outros irmãos tinham inveja. O *Tarikh es Sudan* observa que a posição assim mantida na hierarquia governamental era muito alta. Quando seus irmãos ameaçaram esmagar seu tambor no dia em que ele veio a Kâgho, Bella teve uma reação muito Africana de desafio. *

[* — Sadi, Tarik es Sudan, cap. XIII, p. 131, e cap. XIV, p. 142.]

O cerimonial da vida na corte era muito rigoroso e parece, com algumas variantes, ter sido a mesma em toda a África Preta. Ao aproximar-se do rei, a pessoa tinha que cobrir a cabeça com poeira, como um sinal de humildade. O chefe, na África, é, por definição, aquele que não deve levantar a voz: sua posição e dignidade exigem-lhe falar muito suavemente, quer seja ele um líder espiritual ou temporal. Assim, o Mansa de Mali, assim como o Askia, e os marabus de hoje, todos tiveram seus arautos [heralds] que transmitiam audivelmente para a assembléia as palavras do chefe. O arauto em Songhai era chamado o Wanado. Ao ouvir as ordens do rei, mesmo quando ele não estava presente, a pessoa tinha que permanecer de pé, desde que se tivesse reconhecido sua autoridade. *

[* — Os Marabus hoje são recebidos como os reis eram recebidos, no entanto, sem cobrir-se de pó.]

Foi assim que Otsmane teve que agir com respeito a Askia Mussa, quando ele finalmente reconheceu temporariamente a sua autoridade, após ter sido repreendido por sua mãe. *

[* — *Tarik es Sudan*, p. 135.]

Obviamente, a pessoa também devia descobrir a cabeça na presença do rei. Nas monarquias tradicionais Africanas, somente o rei usava um cocar nos primeiros tempos, como foi o caso com o Faraó do Egito; até mesmo o herdeiro aparente de Gana, o sobrinho do imperador, não usava nada na cabeça em sua presença.

O Askia Benkan (Bunkan) foi aquele que embelezou a vida na corte de Songhai:

*O príncipe manteve a realeza da maneira mais notável; ele intensificou, embelezou e adornou sua côrte com mais numerosos cortesãos do que antes, vestidos com roupas mais suntuosas. Ele aumentou o número de orquestras e cantores de ambos os sexos e prodigalizou mais favores e presentes. Durante o seu reino a prosperidade se espalhou por todo o seu império e uma Era de riqueza começou a ser estabelecida. **

[* — Ibid., Cap. XIV, p. 145.]

De acordo com Kâti, Bunkan tinha roupas de tecido feitas para ele mesmo, adornou seus servos com braceletes de metais preciosos, e andava acompanhado por tocadores de tambor em canoas. Ele introduziu a trombeta (*fotorifo*) e o tambor profundamente-tonificado [deep-toned drum] (*gabtanda*). Antes dele, estes dois instrumentos tinham sido a posse exclusiva do Rei de Aïr. Roupas-de-cama de Seda eram usadas habitualmente. *

[* — Cf. Kati, T.F. (*Tarikh el-Fettach*), caps. VIII-IX, pp. 158. Sonni Ali teve várias residências (Madugu) em Kaoga, Kabarra, Djenné. Kâti viu as paredes restantes da última destas.]

Como pode ser visto a partir do seguinte, o luxo de Songhai entrou em verdadeiro declínio, em comparação com Gana e Mali. Isso explicaria a decepção de Djuder e Leo Africanus em sua chegada a Kaoga.

A música da corte era polifônica, como a música dos griots e os murids de hoje. Por outro lado, havia o cantor principal (*debékat* em wolof) e o coro (*avukat*), que pode variar em composição. Nas côrtes dos chefes temporais, os cantores eram de sexos diferentes, mas nquelas dos marabus, eles só poderiam ser do sexo masculino.

Em 1706, antes do tempo dos Askias, as insígnias do rei de Kaoga, de acordo com Al Bakri, eram constituídas por um selo, uma espada, e um Alcorão, todos os quais foram ditos terem sido enviados pelo soberano Omíada [Umayyad] da Espanha: a dinastia tendo já se tornado Islamizada, o rei era sempre um muçulmano. Kaoga na época era composta de duas cidades, o quartel do rei e um quartel Muçulmano. O rei era então chamado de Kanda, que é uma reminiscência da Núbia.

As pessoas vestiam-se em uma tanga e um casaco de pele ou outro material, a qualidade do qual dependia dos meios do indivíduo. *

[* — E mais tarde uma tanga de "windi," segurada por um cinto e uma pulseira de prata no pulso direito, de acordo com Kâti, T.F. (*Tarikh el-Fettach*).]

Eles ainda não tinham se tornado Islamizados e seguiam as crenças tradicionais. Enquanto o rei fazia suas refeições, um tambor era tocado, toda a atividade urbana parava, e mulheres dançarinas Pretas em perucas retratavam cenas de dança em torno dele. No final da refeição, seus restos eram jogados no rio: uma batida diferente informava à cidade, que retomava a sua atividade, e os cortesãos que estavam presentes gritavam e exclamavam com alegria. Tal era a cor

local da vida na corte, no período dos Kandas, de acordo com Al Bakri. *

[* — Al Bakri, *op. cit.*, "*Route de Gana à Tademekka*", pp. 342-343.]

Cayor

A entronização do Damel de Cayor, exceto pelo lado religioso secreto desta, era bastante rudimentar. O povo reunido, fazendo uma enorme pilha de areia (neste país plano) sobre a qual o rei se dirigia para ser entronizado, comparável nisto a um rei Franco sendo levantado em um escudo. Era sua elevação acima dos outros, a sua elevada posição, que estava, assim, se tornando tangível pela construção de um trono de areia. Sua insígnia distintiva era um grigri circular no tornozelo esquerdo: *ndombo'g tank*; originalmente, parece ter sido um anel: *lam'u tank*. Onde temos, *laman*, o herdeiro, o proprietário territorial, em Serer, e *lam toro*, o herdeiro do Toro em Tuculor. Sob o Damel Meïça Tenda de Cayor, cujo reinado foi feliz, a capital temporária de "Maka" foi iluminada por jarras de gordura em que mergulhava uma estreita faixa de material para servir como um pavio. Elas foram colocadas em todas as esquinas.

Gana

Em Gana, o luxo evidente na côrte, como os documentos nos permitem reconstituir em detalhe, só foi igualado pelo do período Egeu. O imperador, seu herdeiro aparente, os notáveis todos literalmente cobertos de ouro. Os pajens, cavalos e cães de Tunkara eram igualmente cobertos com ele. As pessoas estavam literalmente vivendo em ouro, como é mostrado por uma passagem de Al Bakri sobre as audiências do rei que era chamado tanto de Tunkara e Kaya-Magan. Segundo ele [Al Bakri], somente o rei e o filho de sua irmã, isto é, o sobrinho que é herdeiro, eram autorizados a usar roupas sob medida. Todos os outros seguindo a mesma religião que o Tunkara — ou seja, a tradição - usavam uma tanga de algodão, seda, ou brocado, de acordo com seus meios. Os homens eram barbeados e as mulheres raspavam suas cabeças. O chapéu [headpiece] do rei era composto de várias capas de ouro envoltas em materiais muito delicados de algodão. Quando ele realizava uma audiência para o povo, para ouvir suas queixas e saná-las, ele se sentava em um trono dentro de um pavilhão em torno do qual ficavam dez cavalos ajaezados em materiais de ouro. Atrás dele, ficavam dez pajens portando escudos e espadas montados em ouro; os filhos dos príncipes de seu império ficavam à sua direita, vestidos com roupas magníficas, seus cabelos trançados entrelaçados com fios de ouro. O governador da cidade se

sentava no chão perante o rei e, por todo o redor, estavam os vizires, ou seja, seus ministros, na mesma posição. A porta do pavilhão era guardada por cães de excelente raça que quase nunca saíam do lado do rei, eles usavam colares de ouro e prata, dos quais pendiam campainhas dos mesmos metais. O som de um tambor (*deba*) feito de um pedaço oco de madeira anunciava a abertura da sessão. O povo vinha correndo, batendo palmas, vertiam poeira sobre as suas cabeças, e apresentavam suas queixas.

Através da descrição de uma das audiências públicas do imperador, temos uma idéia de como ambos o Tunkara e sua comitiva estavam vestidos, a insígnia que eles usavam, como os pajens estavam armados, as mulheres penteadas, e assim por diante. Juntamente com estas audiências ou sessões reais de justiça [royal sessions of justice], que eram comuns a Gana, Mossi, Mali e Songhai, havia não menos passeios à cavalo pela capital. O Tunkara, assim como o Moro Naba, montava a cavalo, seguido por toda sua corte, através dos vários bairros da cidade, também para ouvir as queixas de seus súditos e remediá-las.

Este, de modo geral, era o cerimonial da côrte de Gana, como os documentos nos permitem reconstituir-lo.

Devemos acrescentar que o imperador, de acordo com Al Bakri, vivia em um castelo de pedra, cercado por um muro.

*

[* — *Idem*, "*Description de Ghana et moeurs de ses habitants*", pp. 327-330.]

Idrisi é ainda mais preciso: de acordo com ele, o imperador vivia em um castelo fortificado, construído em 1116, decorado com esculturas e pinturas, e ostentando janelas de vidro. Compreensivelmente, Delafosse estava relutante em aceitar esse texto muito literalmente. *

[* — Delafosse, *Haut-Sénégal-Niger* (Paris: Ed Larose, 1912)., Vol. I, p. 15.]

Idrisi escreveu em 1150; ele era um dos melhores geógrafos Árabes de seu tempo. Na Sicília, ele elaborou as primeiras cartas de navegação que viriam a ser usadas nos tempos modernos. No entanto, é costumeiro apontar que em sua "*Descrição da Espanha e África*", ele relata fatos sobre este continente sobre o qual ele não estava tão bem informado como Al Bakri. Seja como for, é difícil acreditar que um geógrafo tão sério e escrupuloso inventaria do nada esses detalhes precisos ao descrever o castelo [château].

Mali

Ibn Battuta, que visitou o Mali em 1351-1353, sob Mansa Soleiman, deixou um testemunho que nos permite recriar a cor local das audiências reais. Em dias de audiência, o imperador sentava-se em uma alcova que tinha uma porta que dava para o palácio: tinha três janelas de madeira cobertas de folha de prata, e abaixo três outras adornadas com placas de ouro ou prata dourada [vermeil] (o que nos leva a concluir que o palácio tinha pelo menos duas histórias). Estas janelas tinham cortinas: um lenço com desenhos Egípcios, ligado a um cordão de seda, deslizava através do gradeado [grillwork] que os protegia em dias de audiência. As pessoas eram convocadas por cornetas e tambores. Trezentos soldados carregando arcos e lanças se alinhavam em colunas duplas em cada lado da janela em que o imperador iria estar. Aqueles com as lanças ficavam do lado de fora e em pé, enquanto que aqueles com os arcos sentavam-se na frente deles, as quatro colunas de frente uma para a outra. Dois cavalos selados, freados, e dois carneiros eram trazidos: um costume remanescente de Gana. Cerca de trezentos súditos iam à procura de Candja Mussa. Os ferraris, os emires, o pregador (*khatib*), e os juristas chegavam e se sentavam, à direita e à esquerda na frente dos soldados no espaço entre as colunas. Dugha, o arauto, ficava na porta, vestindo roupas *zerdkhanan*: sobre sua cabeça um turbante com franjas, típico

do país; só ele tinha o privilégio de usar botas neste dia; ele tinha uma espada em uma bainha de ouro ao seu lado; e ele usava esporas, dois dardos de ouro e prata com pontas de ferro. Soldados, burocratas, pajens, Messufitas, e todos os outros, permaneciam do lado de fora, em uma rua larga e arborizada. Cada um dos ferraris era precedido por seus subordinados transportando sabres, arcos, tambores e chifres feitos de presas de elefantes. Um dos instrumentos musicais era o balafon, que era feito de juncos e cabaças e era tocado com baquetas. Cada ferrari tinha uma aljava de flechas em suas costas e um arco em sua mão; ele estava montado, e seus subordinados, tanto a pé quanto à cavalo, ficavam na frente dele. Quando o imperador chegava por trás da janela, o Dugha servia como porta-voz, transmitindo as ordens, recolhendo as queixas e submetendo-as ao soberano, que dava suas decisões.

Às vezes, a audiência era realizada dentro do pátio do palácio. Então, um assento coberto de seda montado em três níveis era colocado sob uma árvore; este trono era chamado *ben-bi*. Uma almofada era colocada sobre ele e a coisa toda coberta por um guarda-sol de seda em forma de cúpula, com um pássaro dourado na parte superior, tão grande como um falcão. O Mança saía do palácio com um arco na mão, uma aljava em suas costas. Ele usava um turbante de pano de ouro coberto por fitas douradas terminando em pontas de metal de

mais de uma palma de comprimento, parecendo punhais. Ele usava um casaco vermelho, de material Europeu: o *montenfès*. Os cantores andavam diante dele, segurando vasilhas de ouro e prata em suas mãos; ele andava para frente lentamente, seguido de perto por trezentos soldados armados, e parava de vez em quando. Antes de tomar o seu lugar em seu assento, ele fazia uma volta lenta ao redor; em seguida, os chifres, as trombetas, e os tambores soariam tão logo ele estivesse sentado. Mais uma vez os dois cavalos e o carneiro eram trazidos para afastar a má sorte. O Dugha ficava em seu lugar habitual perto do Mança; o resto das pessoas ficava do lado de fora; os ferraris eram chamados e a sessão começava nas condições habituais, como em Gana. *

[* — Ibn Battuta, op. cit., pp. 23-26.]

Quando em outubro de 1559 o Askia Daud derrotou o Mança do Mali, na batalha de Dibikaralâ, ele se casou com sua filha Nara; Ela, então, viveu em um luxo comparável ao de Helena de Tróia.

*Ela foi coberta com jóias, rodeada por inúmeros escravos, tanto homens como mulheres, e abundantemente fornecida com mobiliário e bagagem. Todos os seus utensílios domésticos eram feitos de ouro: pratos, potes, morteiros, pilões, e assim por diante. **

[* — Sâdi, *Tarikh es Sudan*, cap. XVII, p. 170.]

Obviamente, uma ilustração da história Africana é possível: há mais documentos do que geralmente é declarado. Eles nos permitem reconstituir, às vezes até em detalhe, ao longo de um período de quase dois mil anos, a vida política e social Africana. Sabemos como os membros das diferentes classes em Gana, Mali, Mossi, Songhai, e Cayor se vestiam; o que eles faziam com o seu tempo livre, suas rotinas diárias, e assim por diante. Nós sabemos quais relações sociais governavam a sociedade, e, portanto, o comportamento de toda uma sociedade que podemos vividamente trazer de volta à vida diante de nossos olhos, mesmo no palco ou no cinema. A cor local seria autêntica.

Esta descrição dos diferentes aspectos da vida Africana será concretizada (encarnada) [fleshed out] nos capítulos seguintes pela adição de fatos não menos abundantes ou detalhados, relativos à gestão administrativa, jurídica e militar, bem como a vida intelectual, e assim por diante. No curso destes desenvolvimentos, seremos mais capazes de ver as convergências e divergências entre eles e as sociedades Européias contemporâneas ao período considerado.

Capítulo Cinco

ORGANIZAÇÃO POLÍTICA

PODER DOS IMPÉRIOS AFRICANOS

Antes de empreender uma análise detalhada da organização política da África pré-colonial, temos de mostrar o poder real e a extensão dos impérios Africanos. Esses fatores são, muitas vezes, minimizados, ou deixados vagos. Na medida em que existe certa tendência persistente de aludir a mais ou menos míticos conquistadores Brancos para explicar civilizações Africanas, vale a pena restabelecer a verdade estritamente baseado em fatos e documentos, no que diz respeito à relação entre culturas Brancas e Pretas perto do fim do Primeiro Milênio - quando a 'história da África' estava começando quase todos os lugares. *

[* — Leroi-Gourhan, *op. cit.*, p. 100.]

Delafosse, citando Ibn Khaldun, relatou que, já no século VIII, após a conquista do norte da África pelos Omíadas, comerciantes Árabes cruzaram o Saara, tanto quanto o Sudão.

FORÇA E EXTENSÃO DOS IMPÉRIOS

Gana

Doravante novas conexões, nunca mais interrompidas, foram sendo forjadas com o exterior, especialmente com o Oriente Árabe e o mundo Mediterrâneo. Estes primeiros comerciantes descobriram que o Sudão era governado por um imperador Preto cuja capital era Gana. O império em seu auge estendia-se de Djaka, a oeste do Rio Níger até o Oceano Atlântico e, de norte a sul, do Saara até a borda do Mali. A região rica em ouro do Alto Senegal, centrada em torno Gadiaru, Garentel e Iresni, pertenciam ao Império. Nos dias de Bakri a aldeia periférica de Aluken era um território da fronteira Oriental governado pelo filho do falecido imperador Bessi, tio do Tunka Min reinante.

As populações brancas então habitando a terra estavam sob a autoridade estrita dos Pretos. Em 990 o centro Berbere dos Lemtunas, Aoudaghast, foi governado por um

farba Preto, que cobrava impostos, tarifas obrigatórias, etc., em nome do imperador sobre os bens e mercadorias da população da cidade, composta quase exclusivamente por Berberes e Árabes; Além disso, estes dois grupos odiavam um ao outro na época.

Imediatamente após a ocupação do Norte de África, os primeiros Omíadas enviaram um exército para tentar a conquista do Império de Gana. Este [exército] foi derrotado, mas os seus sobreviventes não foram executados: eles foram autorizados a se estabelecer na terra e viver lá nas mesmas condições que os outros. Eles eram conhecidos como os El Honneihîn, uma parte dos quais se separou e se estabeleceram na aldeia de Silla, no Rio Senegal, onde o governante já era Islamizado. Em 1067, durante o tempo de Bakri, a minoria El Honneihîn tinha praticamente sido assimilada pela sociedade Preta cuja religião compartilhava. Aqueles que se estabeleceram ao longo do rio foram chamados El Faman. *

[* — Al Bakri, op. cit., "Route de Gahana á Ghîarou," pp. 34-36.]

Poderia possivelmente haver uma ligação etimológica entre esse nome [El Faman] e *Laman*, *Lam-Toro*; herdeiro dos *Toro*? Seria esta, talvez, a origem Branca frequentemente

reivindicada pelos Tuculores e, em particular, a dinastia reinante do Lam-Toros? Seja como for, foi através da miscigenação pacífica que essa minoria Branca deve ter se fundido com o elemento Preto.

Não antes do declínio de Gana é que este deixará de governar Aoudaghast, após os ataques dos Almorávidas em 1076. Enquanto os Berberes permaneceram vassalos do imperador Preto de Gana durante séculos, a vingança Almorávida em Gana durou apenas dez anos; esta terminou em 1087 com a morte de Abubeker-Ben-Omar, morto pela seta de um guerreiro Preto no interior das fronteiras da atual Mauritânia. Os Almorávidas demonstraram extrema crueldade no momento da tomada de Gana: bens foram saqueados, os habitantes massacrados. Após esta interrupção de dez anos, Gana viria a ser mais uma vez atacada pelos vassalos Sosso, mas conseguiu manter seu domínio até o cerco da capital por Sundiata Keita em 1240.

[* — Al Bakri, *op. cit.*, “*Route de Gahana á Ghiarou*,” pp. 34-36.]

O Império de Gana, de acordo com Bakri, foi defendido por duzentos mil guerreiros, quarenta mil deles arqueiros. Seu poder e reputação, renomados tão longe quanto Bagdá no Oriente, não era mera lenda: era, na verdade, um fenômeno

atestado pelo fato de que durante 1250 anos, uma sucessão de imperadores Pretos ocupou o trono de um país tão vasto quanto toda a Europa, com nenhum inimigo de fora nem quaisquer tensões internas capazes de desmembrá-lo.

A capital já era uma cidade cosmopolita e internacional; tinha seu próprio bairro Árabe onde o Islã existia ao lado do culto tradicional, antes da conversão da dinastia real e do povo: no tempo de Bakri a cidade já ostentava uma dezena de mesquitas localizadas no setor Árabe, com seus Iman, muezzins, e “leitores” assalariados. * Tinha um grande número de juristas e estudiosos. Dez mil refeições, preparadas sobre mais de mil feixes de madeira, eram servidas diariamente. O próprio Imperador participava nestas festas às quais ele tratava a população fora de seu palácio.

[* — *Idem.*, “Description de Ghana er moeurs de sés habitants,” pp. 327-328.]

O Império abriu-se pela primeira vez ao mundo em geral através do comércio; ele já gozava de renome internacional, que seria herdado e prolongado pelos futuros impérios de Mali e Songhai. Mas a escravidão doméstica neste momento era frequente na sociedade Africana: Alguém poderia vender o seu semelhante a outro cidadão ou a um

estrangeiro. O que explica porque mercadores Berberes e Árabes enriqueceram uma vez estabelecidos em Aoudaghast, embora ainda vassalos do soberano Preto, poderiam adquirir escravos Pretos no mercado aberto. Algumas pessoas na cidade possuíam até mil escravos.

Isto mostra os meios pacíficos pelos quais o mundo branco poderia possuir escravos Pretos. * Não foi através da conquista, como tem sido muitas vezes afirmado.

[* — *Idem.*, “Route du Dea au pays des Noirs,” pp. 309-318.]

Estes impérios, defendidos quando necessário por centenas de milhares de guerreiros, e tendo a sua organização política e administrativa centralizada, eram muito poderosos para um viajante individual, à milhares de milhas de casa, tentar qualquer tipo de violência contra eles. A realidade da questão foi muito mais simples, como evidenciado pelo precedente; por razões que serão explicadas mais tarde, a escravidão deixaria de existir no mundo branco, especialmente na Europa, enquanto ainda subsistindo no [mundo] Preto. Vê-se aqui os fatos complexos que muitas vezes têm sido muito tentadores para serem usados de forma a obscurecer certos pontos da história. Todas as minorias brancas vivendo na África podiam possuir escravos Pretos, mas escravos e senhores brancos eram igualmente todos súditos de um

Imperador Preto: eles estavam todos sob o mesmo poder político Africano. Nenhum historiador digno de seu título pode permitir o obscurecimento deste contexto político-social, de modo que só o fato da escravidão Preta surge a partir dele.

Mali

As fronteiras do Império do Mali se estendiam desde Kaoga (Gao) todo o caminho até o Atlântico e desde o Sahara até a floresta tropical. De acordo com Ibn Khaldun, o Imperador do Mali, reinava sobre todo o Saara: "... Mansa Mussa era um poderoso soberano cuja autoridade se estendia até o deserto perto de Uargla. " *

[* — Ibn Khaldun, *op. cit.*, p. 112.]

Na visão de Bakri, a Ifrikyia (Norte da África) era delimitada por uma linha paralela à linha do Equador, passando por Sijjilmessa, * e tinha a mesma tendência universalista, o mesmo caráter cosmopolita que Gana. A capital, Mali, também tinha seu próprio bairro Árabe, a sua mesquita e juristas, o seu cemitério muçulmano, etc. O imperador, Mansa Kankan Mussa, fez uma célebre peregrinação a Meca (1324-1325). Ele trocou embaixadas com

o Marrocos, mantendo laços comerciais e diplomáticos com o Egito, Portugal, e Bornu.

[* — Al Bakri, *op. cit.*, “Route de Tedemekka à Gahdamès,” p. 341.]

Haviam intérpretes Africanos no Egito. Ibn Khaldun, falando das fronteiras do Mali, que se estendiam até o Oceano Atlântico, menciona o nome de El Hajj Yunos, um intérprete de Tekruriano no Cairo. *

[* — Ibn Khaldun, *op. cit.*, p. 111.]

Os Africanos já tinham o hábito de viajar para o Norte da África, e às vezes se estabelecer lá para estudo. A atividade internacional do Mali, assim, aumentava. Delafosse estava certo de ficar impressionado com o poder desta nação.

*Enquanto isso, Gao tinha recuperado a sua independência entre a morte de Gongo (Kankan) Mussa e a acessão de Suleiman Mansa, e aproximadamente um século mais tarde, o Império Mandingo começou a declinar sob os ataques de Songhai, embora preservando energia e prestígio suficientes para que seu soberano pudesse se encontrar em pé de igualdade com o rei de Portugal, então no auge de sua glória. **

[* — Delafosse, *Les Noirs de l’Afrique* (Paris: Ed. Payot, 1922), p. 62.]

O poder do Império era tal que os Árabes às vezes clamavam a ele por ajuda militar. Tal foi o caso, de acordo com Khaldun, de El Mamer, que combateu as tribos Árabe-Berberes da região de Uargla, no Saara do Norte. Ele apelou para Kankan Mussa, no regresso deste de Meca, para vir em seu auxílio militarmente. Khaldun também fala do tamanho da embaixada do Marrocos em Mali e do interesse que o sultão do Marrocos manifestava nela.

*O sultão Magrebino até preparou uma seleção dos melhores produtos do seu reino e confiou a Ali Ibn-Ghanem, Emir dos Mâkil, a tarefa de transportar este presente verdadeiramente real para o sultão dos Pretos. Uma delegação composta pelos indivíduos do mais alto escalão do império acompanhou Ibn-Ghanem. **

[* — Ibn Khaldun, *op. cit.* Pp. 114-115.]

Contrariamente às noções hoje prevalecentes, os relacionamentos então existentes entre Brancos e Pretos não poderiam ter sido aqueles de mestres para escravos. Uma passagem de Ibn Battuta, que visitou aquele próprio Império do Mali, revela claramente o estado de espírito e o orgulho dos Africanos deste período (1352). As regiões fronteiriças do Império, como Ualata, na borda do Saara, eram governadas por *farbas* Pretos que cobravam direitos aduaneiros e outros impostos sobre caravanas trazendo mercadorias para o país.

Após a chegada, os comerciantes tinham que resolver as formalidades administrativas com eles, antes de serem autorizados a continuar o seu comércio. Foi nessas circunstâncias que Ibn Battuta, acompanhando uma dessas caravanas, conheceu o *farba* de Ualara, Hussein.

*Nossos comerciantes ficaram de pé em sua presença e, apesar de estarem perto dele, ele falou a eles através de uma terceira pessoa. Este era um sinal da pouca consideração que ele tinha por eles, e eu estava tão infeliz com isso que me arrependi amargamente de ter chegado a um país cujos habitantes exibem esses maus modos e dão provas de tal desprezo por homens brancos. **

[* — Ibn Khaldun, *op. cit.* P. 10.]

Ibn Battuta foi uma testemunha ocular; é difícil contradizê-lo sobre os sentimentos e atitudes que ele atribui ao falante [*farba*]. Mas, se o orgulho e dignidade do *farba* estão fora de questão, as intenções de desprezo que lhe são atribuídas por Battuta parecem derivar da ignorância deste último sobre os cerimoniais apropriados que regem as recepções e audiências de qualquer chefe Africano. Como já vimos no capítulo IV, o último [o *farba*] fala à uma multidão apenas através de um arauto; era assim que o *farba* deve ter agido em sua própria côrte em Ualata.

As minorias brancas que viviam no Império na época de Gana estavam agora em números ainda maiores, sob o governo de Mali: os Ullimidden, localizados na curva do Niger, os Medeza, perto de Ras-el-Mâ, e todas as tribos Berberes vivendo na Mauritânia, como evidenciado por esta passagem de Mohammed Hamidullah, em um artigo intitulado "África descobriu a América antes de Cristóvão Colombo" ["Africa Discovered America before Christopher Columbus"], baseado em um texto contemporâneo: *

Iban Fadallâh-al-Umarîy (d.1348) deixou um relato sobre uma tentativa de se chegar à América a partir do oeste da África. De sua volumosa enciclopédia, Masâlik al-absâd, apenas um pequeno fragmento foi até agora publicado. O que se segue é um trecho do quarto volume desta obra (MS. Asasafia, Istambul, fol I 8b, 19a, 19b, 23b):

*Capítulo Dez, relativo ao Mâli e suas dependências. . .
"Nessas regiões não há ninguém que merece o nome de rei, a não ser o soberano de Ghânah, que é uma espécie de vice-rei do Imperador do Mali, embora em seu próprio domínio ele seja como um verdadeiro rei. Para o norte do Mâli, há Berberes brancos que vivem como seus súditos. Estas são as tribos Yantasar, Yantafrâs, Maddûsah, e Lamtûnah. Eles têm seus próprios cheikhs, que os governam, exceto pelos Yantasar que têm seus próprios reis, vassallos do Imperador do Mali."*

[* — Présence Africaine magazine, No. XVIII-XIX, Feb.-May 1958, pp. 176-177.]

Na realidade, quando longe de sua terra natal, os Árabes eram muitas vezes, levados por seu isolamento, a se adaptar ao ambiente Africano Preto. Alguns deles, assim, assumiram tradicionalmente o papel de bobos [jesters] nas côrtes reais Africanas. Embora nunca antes enfatizado, este aspecto das relações entre as duas culturas era não menos antigo ou geral. Khaldun, assim, relata a história de dois cortesãos Árabes, Abu-Ishac el Toneijen-El-Mamer, que faziam parte da comitiva de Mansa Mussa em seu retorno de Meca.

Nós fazíamos parte do cortejo real e até mesmo ultrapassávamos [em escalão] os vizires e chefes de estado. Sua Majestade ouviu com prazer os contos que nós contamos a ele e, em cada local de parada, ele nos recompensava com vários tipos de alimentos e doces. *

[* — Ibn Khaldun, *op. cit.* P. 113.]

Esta tradição se estende até mesmo às menores côrtes de Cayor, onde é muito viva. Ela explica a existência nesta área de Mouros que convenientemente adotaram nomes totêmicos de príncipes Africanos reinantes. Muitos dos cidadãos brancos da Mauritânia são nomeados Fall e Diagne,

porque o Damel de Cayor tinha sempre de ser um Fall, enquanto que os Diagnes eram os proprietários territoriais Serer da época anterior. Khaldun salienta a cobiçada posição que Es Sakli deve ter tido na corte do Mali, além da remuneração que recebeu para a construção da "mesquita" de Kaoga (Gao) para Mansa Mussa.

Songhai

O Império de Songhai se estendia desde o leste do Rio Niger até o Oceano Atlântico e "desde as fronteiras da terra de Bindoko até Teghezza e suas dependências" * sob Askia Mohammed. A força do exército que se levantou prontamente para combater Djuder foi de 12.500 de cavalaria e 30.000 de infantaria.

[* — Sâdi, Tarikh es Sudan, cap. XIII, p. 121.]

Songhai herdou a fama internacional do Mali. De Kankan Mussa para Askia Mohammed, a memória das viagens de príncipes Africanos está registrada nos anais do Oriente, onde o espanto manifestado pelo poder dos impérios Africanos é indescritível.

*Em seus anais, os povos do Oriente contam sobre a viagem do Príncipe; eles notaram seu espanto com o poder de seu império, mas eles não retratam Kankan Mussa como um indivíduo generoso, magnânimo. Pois, na verdade, apesar da extensão dos seus domínios, ele deu como esmola nas cidades santas apenas uma soma de vinte mil peças de ouro, enquanto que o Askia-El-Hajj-Mohammed lhes concedeu cem mil peças de ouro. **

[* — Idem., III, 14.]

Sonni Ali, * também conhecido como Ali Ber ou Ali o Grande, expulsou os Tuaregues que ocuparam Timbuktu após os Mandingos, de 1434 até 1468.

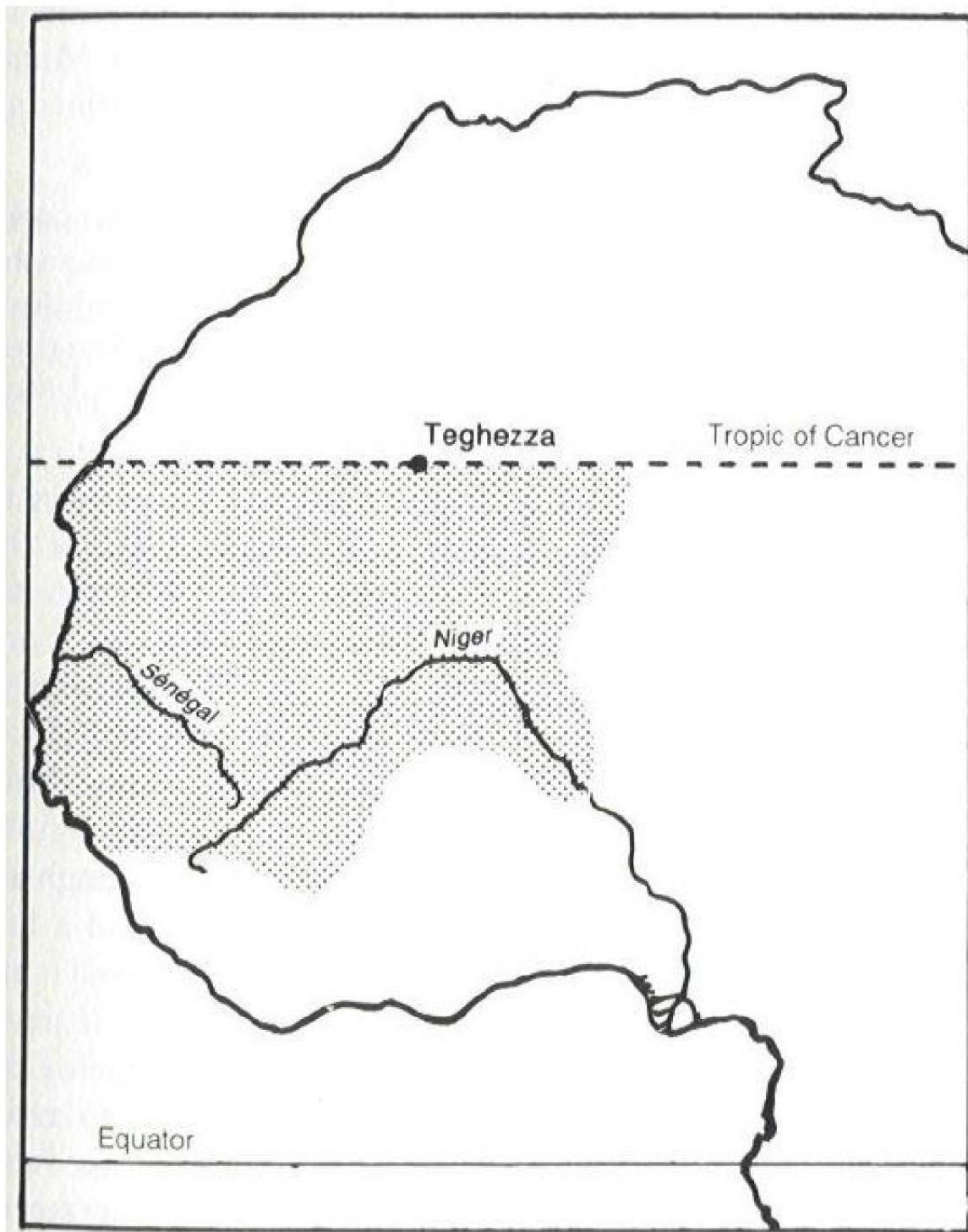
[* — Ele foi o primeiro a assumir o título de Dali, que, na tradição Africana é o equivalente de César.]

O chefe Tuaregue, Akil, fugiu para Biro (Ualata) sem luta alguma à vista de Sonni Ali; ele levou consigo todos os juristas e membros do clero que eram a favor do governo Tuaregue. Os Tuaregues tinham cometido os piores excessos durante os trinta e quatro anos de sua dominação. Na realidade, eles nunca chegaram a se estabelecer definitivamente na cidade; a administração anterior havia permanecido: a cidade continuou a ser governada por um Koï de Timbuktu [Timbuktu-Koï] que recolhia os impostos em seu nome.

Somente depois de uma série de humilhações, pilhagens, e massacres o Koï de Timbuktu chamou pela ajuda de Sonni Ali para libertar a cidade. Sonni Ali entrou em 30 de janeiro de 1468. Os Tuaregues tinham se contentado em permanecer nômades, fazendo incursões periódicas em Timbuktu; seu domínio nunca se estendeu para a margem direita do rio, de acordo com Sâdi. Os Tuaregues, em seguida, tornaram-se não mercenários, mas vassalos dos Askias de Kaoga, até a queda do Império. Sonni Ali conquistou Bara, o país dos Berberes Senhâjja-Nu governados à época pela Rainha Bikun-Kabi. Ele apoderou-se de todas as regiões montanhosas, onde os Berberes estavam acampados, assim como Kauntaland. *

[* — Sâdi, *Tarikh es Sudan*, cap. XII, 104.]

Os Berberes conquistados foram assimilados e integrados na organização político-administrativa Preta; o Askia fez de seus chefes tribais Koïs que deviam tributo periódico específico. Assim, o maghcharen-Koï e o Andassen-Koï foram, cada um, obrigados a fornecer 12.000 soldados em caso de guerra.



Área aproximada dos Impérios da África ocidental.

Os Tuaregues naquele tempo estavam longe de ver-se como membros da mesma comunidade política que os Árabes. Foi com estas forças, 24.000 Tuaregues, além de seus outros homens, que o Askia Daud fez campanha contra os Árabes de Bantanba em maio de 1571. *

[* — *Idem.*, XVII, 178.]

A lealdade dos vassalos suportou todos os testes; mesmo durante a guerra contra o Marrocos, os Andassen-Koï permaneceu leal ao Askia, até sua morte. Quando o Askia Ishâq I, que chegou ao poder em 1539, um dia recebeu um convite de Mulay Ahmed, o Rei do Marrocos, para ceder-lhe as minas de sal de Teghezza, ele respondeu:

"O Ahmed que ouviu [um tal conselho] não poderia ser o atual Imperador do Marrocos, e quanto ao Ishaq que o ouviria dele, ele não é Eu; tal Ishâq ainda está para nascer." Então ele enviou dois mil Tuaregues montados instruindo-os a saquear toda a extremidade da região do Dra'a em direção a Marrakesh, para não matar ninguém, e depois refazer seus passos. *

[* — *Idem.*, XVI, 164.]

A ordem foi cumprida escrupulosamente; o mercado dos Beni-Asbih foi saqueado, bem como toda a riqueza da região do Draa. O Askia demonstrou, assim, o seu poder para o sultão, que não reagiu de forma alguma.

Este convite levantou já implicitamente a questão das fronteiras da África Preta, pelo menos a nível político. Tudo o exposto nos permite mostrar que, por mais de mil anos, governadores Pretos administraram as regiões fronteiriças de Teghezza no Trópico de Câncer, Ualata e Aoudaghost. O cinturão do deserto situado entre o Trópico e uma linha que passa pelo Draa e Sijilmesa, sempre foi uma terra de ninguém pertencendo igualmente aos dois países; que nunca foi sujeita à autoridade política precisa de um lado ou do outro. Uma zona inadministrável, era perigoso de atravessar por causa dos Berberes Messufa, alguns dos quais não hesitavam em atacar caravanas que não estivessem dispostas a pagar-lhes para servir como guias. Um dos últimos Mondzos de Teghezza [Teghezza-Mondzos], ao serviço do Askia, morreu ali em 1557: ele era chamado Mohammed Ikoma. *

[* — *Idem.*, XVII, 174.]

O carácter universal e espírito cosmopolita gerais neste império não foram jamais tão bem apresentados como na oração atribuída a Konboro, Rei de Djenné, no momento da sua conversão ao Islã; ele orou, entre outras coisas:

(1) que aquele que, expulso de sua terra pela indigência e miséria, pudesse vir a esta cidade, iria em troca descobrir aqui, pela graça de Deus, riqueza e abundância de tal modo a fazê-lo esquecer sua antiga terra natal; e (2) que a

cidade fosse povoada por um número de estrangeiros maiores do que a de seus cidadãos. *

[* — *Idem.*, V. 24.]

A Europa Ariana durante a antiguidade experienciou o patriotismo egocêntrico da cidade-estado; experienciou a universalidade na Igreja da Idade Média; mais tarde terminou com o nacionalismo e a formação dos estados nacionais modernos. A África Preta permaneceria ao nível daquela consciência universal, política e sociologicamente falando, até o seu encontro com o Ocidente. Então, depois de ter sofrido os efeitos de um conquistador nacionalismo expansionista, ela tentaria retaliar com as mesmas armas; assim, o nacionalismo Africano nunca afundaria no chauvinismo básico: ele consistiria, no máximo, em um desenvolvimento de valores culturais, éticos e materiais, que dão força aos povos e asseguram sua sobrevivência no mundo atual, uma libertação da vontade para transformação latente na consciência comum.

ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

O Império de Gana antecedeu por quinhentos anos aquele de Carlos Magno [Charlemagne], que foi coroado Imperador no ano 800. A partir do desmembramento do Império Romano no século IV até essa data, a Europa não era nada além de caos, sem nenhuma organização comparável àquela do império Africano. Com Carlos Magno iniciou o primeiro esforço de centralização; mas pode-se dizer sem exagero que durante toda a Idade Média a Europa nunca encontrou uma forma de organização política superior à dos Estados africanos. Há concordância sobre o fato de que a variedade de organização Africana é indígena: ela não poderia ter vindo do Mediterrâneo Ariano ou Semita. Se alguém tivesse absolutamente que relacioná-la com algumas formas anteriores, a centralização administrativa do Egito Faraônico, com seus *nomos*, pode ser levantada. Cada governador provincial na África Preta era uma imagem do rei, com sua própria cômte pequena. Todos os elementos necessários estavam aparentemente presentes para dar origem ao feudalismo. Assim, podemos nos perguntar por que é que até seu desaparecimento em contato com o Ocidente, os impérios Africanos não evoluíram para um feudalismo político através da emancipação progressiva desses governadores provinciais. No entanto, entre os Mossi, uma vez que um governador era nomeado, mantendo o posto de ministro, o Rei que tinha

assim designado ele segundo a tradição não poderia demiti-lo. Podemos citar quatro explicações para esta coesão que era tão notável, se excetuarmos as secessões periódicas de certas províncias periféricas; mas, nestes casos, é menos uma questão de uma província se destacar através da revolta do seu governador do que de um antigo estado pequeno, recentemente anexado, mas ainda não suficientemente assimilado no Império, encontrando caráter suficiente para dissociar-se à menor fraqueza da organização central. Este foi o caso com os estados Senegaleses em face a Gana: Djoloff, El Feruin, Silla, e até mesmo Djara.

(A) Uma das explicações é de natureza religiosa. Parece fora de dúvida que, nas monarquias tradicionais, como os Mossi e os Uadai no leste do Chade, a Constituição era vivida por todas as pessoas. Aqueles no poder tinham uma noção religiosa de suas funções, o que os impedia de tirar partido das fraquezas internas na organização política. Vimos que, entre os Mossi, houve foi apenas um caso de luta política interna, e este veio muito tarde.

(B) Nos impérios Islamizadas, como Songhai, a tradição deu lugar a um estrito controle administrativo que deixou muito pouca oportunidade para tendências feudais ou possibilidade para manobras separatistas. Tudo vinha do Askia e tudo terminava com ele. O *Tarikh es Sudan* relata que o Askia Mohammed subjuguou todos os povos "até tão longe

quanto Teghezza, a ferro e fogo", e que ele "era obedecido docilmente em vários estados como em seu próprio palácio."*
[* — *Idem.*, XIII, 121.]

(C) Durante a Idade Média evoluiu na história da Europa uma situação que não tem paralelo na África: as invasões bárbaras. Claro que desde os tempos pré-históricos, cada continente tem sido invadido por povos de outras raças; mas, durante a história registrada, não sabemos de nenhuma invasões da África Preta que se comparem em rapidez e intensidade com aquelas experimentadas pela Europa no século décimo. A nova sociedade Européia, nascida da fusão de Galo-Romanos com os bárbaros que invadiram no século IV, já estava estabelecida. Ela já havia desenvolvido suas primeiras estruturas políticas, sua primeira centralização administrativa provisória na época de Carlos Magno. Após sua morte, a Europa acabou por ser dividida em três reinos separados, governados por seus netos. Em seguida, foi invadida de novo pelos Nórdicos no século décimo. Como André Ribard tem mostrado, a insegurança que era então predominante nas áreas rurais impulsionou os camponeses a se organizar em torno de um protetor forte, um senhor, cuja autoridade sobre aqueles sob sua proteção cresceu a cada dia mais significativa, enquanto que a do rei, vivendo em virtual isolamento em sua capital, era cada vez mais simbólica. Foi assim, sob a ameaça de perigo externo contra o qual a

proteção a qualquer custo era necessária, que o feudalismo Europeu nasceu e cresceu concomitante com a apreensão e ocupação da terra pelos senhores.

Muito tem sido feito das invasões Árabes da África: elas ocorreram no Norte, mas na África Preta elas são produtos da imaginação. Embora os Árabes tenham conquistado o Norte de África pela força das armas, eles entraram bastante pacificamente na África Preta: o deserto sempre serviu como um escudo protetor. Desde o tempo dos contratempos iniciais Omíadas no século VIII, nenhum exército Árabe jamais atravessou o Saara na tentativa de conquistar a África, exceto para a guerra Marroquina do século XVI. Durante o período de nosso estudo, do século terceiro ao século sétimo, nem uma conquista jamais foi lançada por meio do Nilo: a do Sudão, realizada com a ajuda da Inglaterra, veio apenas no século XIX. Nem nunca existiu qualquer conquista Árabe de Moçambique ou de qualquer outro território do Leste Africano. Os Árabes nessas áreas, que se tornaram grandes líderes religiosos, chegaram como em qualquer outro lugar individualmente e se estabeleceram pacificamente; eles devem a sua influência e posterior aceitação às virtudes espirituais e religiosas. As conquistas Árabes queridas para os sociólogos são necessárias para as suas teorias, mas não existiram na realidade. Até o dia de hoje nenhuns documentos históricos confiáveis comprovam tais teorias. Nós vamos cobrir a questão da posterior ocupação

Marroquina de Timbuktu no capítulo VII. E veremos que o carácter limitado deste fenómeno não poderia causar o surto de pânico geral como ocorreu na Europa, o que teria sido necessário para o nascimento do feudalismo Africano. De acordo com Ibn Khaldun, foi a partir da África, da Etiópia e da Núbia, que uma expedição para conquistar lêmén decolou:

Ao lado deles [os Demdem], estão os Abissínios, a mais poderosa das nações Pretas; eles vivem na costa oeste do Mar [Vermelho], nas proximidades do lêmén. Foi a partir de sua terra que a expedição foi lançada, a qual, na época de Du Nuas, atravessou o mar para apoderar-se do lêmén. *

[* — Ibn Khaldun, *op. cit.*, p. 107.]

Isto é mais provavelmente uma alusão à expedição Etíope que ocorreu por volta da época do nascimento de Mohammed, a qual é mencionada no versículo do Alcorão, intitulado "O Líder Elefante" ["The Elephant Leader."]

(D) Enquanto que durante a Idade Média todo o sistema feudal seria baseado na posse da terra por meio de despojamento progressivo dos habitantes protegidos - criando a nobreza da terra [landed nobility] – nem o rei nem o senhor na África Preta nunca sentia realmente que ele possuía a terra. A posse da terra nunca polarizou a consciência do poder político. Vimos os fatores religiosos que se opunham a isso. O rei e o pequeno senhor local sabiam que eles possuíam

escravos e que governavam o país inteiro, a extensão do qual eles conheciam perfeitamente bem, e cujos habitantes lhes pagavam um imposto específico. No entanto, eles nunca sentiram que possuíam a terra. A situação do camponês Africano foi, portanto, diametralmente oposta à do servo ligado ao solo e pertencente, junto com a terra que ele cultivava, a um senhor e mestre. As condições em que os primeiros “mestres do solo”, tais como os Lamans Serer, cederam parcelas de terra, não foram de modo algum comparáveis àquelas em vigor durante a época feudal: elas nunca poderiam resultar em perda da liberdade para um não-escravo. Sob a pior delas, eles convocavam para uma renda anual garantida por acordo verbal, cancelável no final de cada temporada. Até mesmo o trabalhador pobre, o *navetane*, que possuía apenas a força de seus próprios braços, não poderiam ser reduzidos à escravidão. De manhã, ele trabalhava para o Laman, e à tarde para si, na mesma parcela que lhe foi concedida.

O sentimento agudo de propriedade privada com que nos deparamos hoje entre os Lebou de Cabo Verde é um fenômeno recente relacionado com o desenvolvimento e exploração de Dakar desde o governo de Pinet-Laprade (1857). Foi ele que procedeu à primeira subdivisão de terras e emitiu autorizações para a construção. O desenvolvimento econômico do porto de Dakar muito rapidamente deu um valor especial para toda a terra na península, de modo que os

proprietários de terras Lebou, que até então tinham estado pouco preocupados com isso, agora vieram a apreciar o valor aumentado de suas terras.

Estas são as quatro causas que parecem explicar a ausência de um sistema feudal latifundiário na história da África Preta.

RECURSOS DA REALEZA E NOBREZA

Impostos

De que, então, essa nobreza não-latifundiária vivia? Quais eram, em particular, os recursos materiais e as finanças do rei? Vimos que a instituição de um imposto, primeiramente concebido como um dízimo, uma dedução ritual sobre a riqueza de todos os súditos, esteve presente em todos esses impérios. Como em qualquer outro lugar, este [imposto] foi, no início, recolhido como pagamento em espécie, em seguida, mais tarde, em Songhai e Mali, em moedas de ouro.

O litígio que opôs o Koï de Timbuktu [Timbuktu-Koï] ao chefe Tuareg, Akil, que resultou na intervenção de Ali Ber, surgiu a partir da repartição dos impostos recolhidos. Tinha sido o costume que um terço dos impostos fossem para o Koï,

mas Akil recusou-se a dar-lhe uma única peça de ouro dos três mil *mitkâls* que havia recolhido. *

[* — Sâdi, T.S. (Tarikh al Sudan), VII, 40.]

Parece que o Askia Ishâq I praticamente quebrou [faliu] os comerciantes de Timbuktu com impostos. Um ex-cantor, Mahmud-Yaza, era seu agente de cobrança. Setenta mil peças de ouro foram recuperadas após a morte de Ishâq. * Estes dois fatos comprovam a onipresença de ambos, a taxaço de e a utilização de moedas de ouro em Songhai.

[* — Idem., XVI, 164.]

Alfândega

A segunda fonte importante de receita para o rei era composta de direitos aduaneiros [custom duties]. Um sistema aduaneiro rigoroso foi criado tão cedo quanto no período de Gana; Ele foi retido pelos imperadores de Mali e de Songhai; o imposto era coletado de ambos, importações e exportações. De acordo com Bakri, o Tunkara de Gana tomava uma taxa de um dinar de ouro para cada mula carregada de sal [salt-laden mule] entrando em seu país, e dois dinares de ouro para cada carga de sal exportada. Para uma carga de cobre a taxa era de cinco *mitkâls*, e dez para uma carga de produtos diversos [miscellaneous goods]. *

[* — Al-Bakri, op. cit., “Description de Ghana et moeurs de ses habitants” (Descrição do Gana e costumes dos seus habitantes”), p. 330.]

Minas de ouro

A principal fonte de receitas para os soberanos da África Preta, desde a antiguidade até os tempos modernos, do Oceano Índico ao Atlântico, isto é, desde a Núbia de Heródoto e Diodoro Sículo até a Gana de Bakri e o Mali de Ibn Battuta e Khaldun e o Songhai de Sâdi e Kâti, foi extraída de minas de ouro. De acordo com uma anedota nos fornecida por Heródoto, a abundância de ouro na Núbia era tal, que até mesmo as correntes dos prisioneiros eram forjadas deste metal. É claro que esse tipo de conto não pode ser tomado literalmente; no entanto, ele simboliza uma realidade econômica, uma sociedade na qual o ouro parecia mais prevalente do que todos os outros metais. Os fatos estabelecidos conformam-se bem o suficiente com esta lenda: a etimologia de Núbia é dita por significar “ouro.” Historicamente, a Núbia foi o país de onde o Egito adquiriu todo o seu ouro.

O ouro de Gana era acumulado, segundo Bakri, na cidade fortificada de Ghiaru, a dezoito dias de distância da

capital no Alto Senegal. A abundância deste metal era tal, que o rei deixava para o povo todo o pó de ouro que eles pudessem extrair das minas do império. O rei, porém, mantinha para si todas as peças de ouro nativo encontradas; Sem essa precaução, arrazoa Bakri, * o ouro teria se tornado tão abundante a ponto de praticamente não ter mais valor na terra. Assim, em vez do produto total de todas minas do império, o Tunka mantinha para si mesmo somente aquela parte do metal que era encontrada formada em pedaços. Um pedaço tal, de acordo com Khaldun, pesou quinze libras; este tinha sido herdado por e pertencia ao Mansa do Mali: ele foi vendido para alguns comerciantes Egípcios pelo Mansa Sundiata, o neto de Mansa Mussa, quem esgotou o Tesouro Real. **

[* — Idem, p. 330 ..]

[** — Ibn Khaldun, op. cit., p. 115.]

O Mali, portanto, herdou as minas de Gana Situadas em Bambuk, as mesmas minas que eram conhecidas para os Cartagineses e que foram exploradas pelos Romanos após a destruição de Cartago por Cipião Africano Menor [Scipio Africanus Minor] (Bambuk = o Bambutum Romano). *

[* — Poderia Kaarta derivar de Cartago?, (Veja, mapa p. 000.)]

A região de Gao para o leste do Niger também produziu uma grande quantidade de pó de ouro e Bakri acredita este foi na verdade o primeiro país para produzir esse material. *

[* — Al-Bakri, op. cit., p. 334.]

Este ouro, que foi sempre abundante durante a história dos Estados Africanos, era a moeda essencial para o comércio internacional, primeiro com o Oriente Árabe, em seguida, com a Europa Mediterrânea (Portugal, Espanha). Ele contribuiu poderosamente para a prosperidade econômica do país; Isso significava, muito seguramente, que os soberanos não precisavam dominar seus respectivos povos com impostos e tarifas. A fim de se compreender a distinção entre as condições econômicas, a situação monetária das classes mais baixas na Europa Medieval e na África Preta, teríamos de imaginar o rei e os senhores feudais, em 1067, permitindo aos servos e aos camponeses o direito de acumular riqueza equivalente à esta deste pó de ouro Africano a partir dos recursos naturais de seus próprios países. É, portanto, da maior importância levar em conta este fator econômico, ao se explicar o aspecto peculiar da evolução sociopolítica da África.

Tesouro Real

O tesouro do soberano assim continha ambos, peças de ouro e pedaços de ouro no estado bruto. Haviam lofts contendo impostos em espécie tais como grãos e armazenagem para os produtos fabricados: selas, espadas, chicotes, tecidos, etc. A quota-parte do tesouro de Sonni Ali foi depositada com o Cádi de Timbuktu, talvez porque os Cádis, devido às suas posições eram homens tradicionalmente honestos: este tesouro de fato existiu, pois foi onde o Askia Mohammed, após o seu golpe e sua acessão, encontrou o dinheiro para a Sua peregrinação a Meca.

Botim [Espólio]

Expedições estrangeiras também eram rentáveis. Seja para proteger as fronteiras existentes ou para aumentar o tamanho de seus países, os soberanos empreendiam expedições militares, fora dos territórios habitados pelos seus próprios súditos, a quem eles tinham de proteger. Havia uma ocasião favorável sempre que dois estados contíguos não eram aliados: as fronteiras eram então vigilantemente guardadas e às vezes um reflexo defensivo podia desencadear um conflito. As propriedades dos perdedores seriam então apropriadas. Assim, em março de 1513, El Hajj Askia

Mohammed liderou uma expedição em Kashena; em Fevereiro de 1514 ele começou uma Campanha contra El-Odâla, o sultão de Agadez, que terminou 15 de fevereiro de 1515. No entanto, como ele não deu nenhuma parte do espólio [botim] para seus vassalos, um deles, Kotal, o chefe Liki, também chamado de Konta, revoltou-se contra ele: uma batalha se seguiu ao fim da qual as tropas do Askia não foram capazes decisivamente de derrotar as [tropas] de Konta. Este último libertou-se, assim, da autoridade do Askia. Essa situação durou até ao final de Songhai. Uma tentativa frustrada de reconquista ocorreu de 05 de fevereiro de 1516 à 24 de janeiro de 1517. *

[* — Sâdi, T.S. (Tarikh al-Sudan), XIII, 129-130.]

Três fatos devem ser observados. Ao contrário do que às vezes é sugerido, estas expedições eram por princípio dirigidas contra territórios estrangeiros, pelas razões já citadas, e não contra os próprios súditos do soberano que viviam dentro de seu reino. Este grande erro político foi muito raramente cometido em desespero, por alguns reis emigrados menores. Este foi provavelmente o caso com alguns dos Damels de Cayor, que foram confinados dentro de um país pobre, relativamente pequeno, para além de cujas fronteiras assentavam-se poderosos reinos hostis, que estaria fora de questão atacar.

O Botim assim adquirido era de fato uma fonte de receita.

Finalmente, Konta, o chefe que ganhou sua liberdade, não era nem um funcionário, nem um líder do exército que poderia ter se amotinado, mas [era] o menor rei de uma região estrangeira que tinha sido anexada e, assim, recuperou a sua independência.

O Askia era o centro do sistema administrativo, cujos trabalhos todos eram familiares para ele. Vimos que ele fazia as nomeações para todos os cargos, alguns dos quais podiam ir para seu filho. Ele nomeava o cádi, os generais, e assim por diante. Ele às vezes pedia a um funcionário promovido a um cargo mais alto para nomear seu próprio sucessor. O Askia El Hadj (acessão: 07 de agosto de 1582), depois de suprimir uma revolta no palácio, elevou o kala-châ Denkelko, que havia permanecido fiel a ele, para o cargo de hi-Koï, no lugar de Bokar, que o havia traído. Para a maior satisfação do kala-châ, ele então pediu-lhe para nomear seu sucessor: o novo hi-koï não hesitou em escolher seu próprio filho. *

[* — Idem., XVIII, 193.]

Taxas Conectadas com a Assunção Para Serviços Administrativos

O apontamento para os vários ofícios, nos reinos tradicionais, implicava o pagamento de uma taxa costumária, não, contudo, necessariamente ao rei. Assim, entre os Mossi, o "depositário da areia" ["keeper of the sand"], confirmava a todos em seus respectivos ofícios, incluindo o rei, dando-lhe, de acordo com um ritual religioso, um pouco a areia de um buraco especialmente preparado para este propósito: o nomeado, em seguida, tinha de recompensá-lo com algo de valor, variando de acordo com a importância do ofício.

Aqui, mais uma vez, vemos este aspecto da estrutura social Africana, este aspecto do sistema de castas: a riqueza material, muitas vezes ignorava [passava direto] os chefes e notáveis para passar para as mãos dos homens das castas, os trabalhadores qualificados. Sem comparação com o sistema feudal em que o senhor mantinha tudo. Mais tarde, com a profanação do ofício real, a sua secularização, esta taxa iria retornar o rei. Assim, em Songhai, no momento do conflito com o Marrocos, um Fondoko após a nomeação foi obrigado a devolver mais duas mil vacas. *

[* — Idem., XXVII, 298.]

Reféns

Todos os soberanos do Sudão acharam política e administrativamente sábio exigir dos filhos de seus vassalos um termo variável de serviço no palácio. Alguns desses jovens príncipes permaneciam lá toda a sua vida como uma espécie de pajens, obviamente, tratados de acordo com sua posição, enquanto outros voltavam para suas respectivas províncias, após um número de anos passados como reféns. Sâdi comentou que este costume durou desde a época do Mali até a sua própria época, e era generalizado em todo o Sudão. *

[* — Idem., II, 10-11.]

Assim, Ali-Kolon, o futuro Sonni Ali, foi, primeiro, refém do Mansa do Mali na época em que sua terra natal, Songhai, era um vassalo do Mali. Sabe-se que, apesar das precauções tomadas pelo suserano de seu pai, ele teve de empreender sua fuga, de modo a fundar o verdadeiro Reino de Kaoga, cujas fronteiras, antes da sua adesão, não estendiam-se além dos subúrbios daquela cidade. O plano nutrido e executado por Sonni Ali prova, caso fosse necessário provar, que as medidas tomadas pelos reis Sudaneses não eram necessárias. Durante este período de criação [educação] dos filhos de seus vassalos, eles esperavam fazê-los partilhar das suas próprias idéias, para levá-los a se identificar em estreita colaboração com o

interesse do reino, de modo que eles não mais se sentiriam estranhos obrigados a lutar contra eles por uma devoção filial. Esta era a busca previdente de uma política de fortalecimento dos laços entre as várias províncias e o berço do reino, um esforço de integração após a anexação de uma província. Exatamente da mesma forma em um período anterior, os Faraós Egípcios agiram para com os filhos de príncipes Asiáticos que foram seus vassalos a partir do momento da Décima-Oitava Dinastia em diante, após a conquista de Tutmés III [Thutmose III]. Este processo de assimilação, portanto, não era o menor dos fatores nos métodos governamentais e administrativos Africanos.

Songhai

Os generais em Songhai não eram necessariamente escravos; eles poderiam ser homens de qualquer classe; da mesma forma, os funcionários públicos. A carreira de El Amin ilustra eloquentemente este fato. Sob o Askia Mohammed ele era apenas um moço de estrebaria simples [simple hostler], um membro da comitiva real, um daqueles que, por sua vez, foi encarregado da sela do cavalo do rei. O Askia Ismael promoveu-o a chefe de pedestres, ou abridor de caminhos [routemaker]; ele exerceu essas funções até Askia Daud chegar ao poder, quando este tornou-lhe um Djenné-Monzo

ou chefe da cidade de Djenné. Elevando-se da posição de moço de estrebaria para aquela de governador de uma das maiores cidades comerciais no Império, pode realmente ser chamado de subir na vida [coming up in the world]. *

[* — Idem, XVII, 171-172.]

As barreiras previamente estabelecidas dentro do sistema de castas, pela divisão do trabalho, tinham agora parcialmente sido deixadas de lado; temos a impressão de que se pode, portanto, aspirar a qualquer posição tornada possível por sorte, intriga, e mérito. Deve ser lembrado que o fundador da dinastia Askia, chamado Mohammed o Grande, o Príncipe Crente, era apenas um tenente de Sonni Ali, que usurpou o trono depois de derrotar seu filho, Bekr Dau (03 de março de 1493). Uma noção importante parece ter desaparecido: a da legitimidade. * Qualquer líder vitorioso é legítimo, como os fatos provam: os numerosos golpes de Estado em toda a história do Songhai. O povo reconheceu imediatamente a sua autoridade; eles não mantiveram qualquer rancor em relação a ele. Assim, um ramo real nasceu e se desenvolveu a partir de uma ação ordinária muito humilde; e ao final de uma geração ele tinha adquirido quase o mesmo prestígio que as outras famílias reais já existentes.

[* — Idem, XIII, 116-117.]

Nós, portanto, testemunhamos o desenvolvimento paralelo de várias dinastias, rivais na medida em que estão confinadas a certas famílias relativamente distintas: uma situação exatamente idêntica àquela em Cayor no século XVII, a qual pode ter sido herdada de Songhai. A existência do segmento Kharijita [Kharejjite] do Islã não pode ser alheio a este estado de coisas; este segmento é caracterizado pela sua recusa em reconhecer qualquer autoridade suprema para todo o Islã, nenhum *califa*, nenhum tipo de Papa Muçulmano, e pelo fato de que qualquer crente, por mais modestas que sejam suas origens sociais, pode ser elevado ao posto de rei, se ele de outra forma possui as qualidades requeridas. Sonni Ali nominalmente pertencia a este segmento. *

[* — Idem, II, 12.]

Vários Ministérios

A hierarquia dos ofícios em Songhai era inflexível. O país foi dividido em províncias, cantões, aldeias, grandes cidades de carácter comercial, como Djenné e Timbuktu, áreas de fronteira que eram fortalezas, como Teghezza, Ualata, Nema, etc. Um sultão ou *fari* governava certas províncias, como poderia um Châ: havia o Dendi-fari, o Kormina-fari, o Kala-châ. Um *farba*, um *mondzo*, ou um *Koï* governava cidades de

diferentes tipos e seus arredores imediatos. Havia o Timbuktu-Koï [o Koï de Timbuktu], o Hi-Koï, o Dirma-Koï, o Hombori-Koï, etc. O governador da zona de fronteira Ualata com as suas dependências, era um *farba* nos dias de Mali: o termo equivalente para *farba* em Songhai foi *farma*. A área de fronteira de Teghezza no Trópico era governada por um *mondzo*. O *balama* era uma espécie de diretor de suprimentos [supply officer]; o próprio título [de *balama*] era mais velho do que aquele de Askia, de acordo com Kâti.

O *assara-mundio* era uma espécie de comissário de polícia: viz., O *assara-mundio* da cidade de Djenné ou da cidade de Timbuktu.

O *anfara-Kuma* era o juiz tradicional em tempos pré-Islâmicos. Era um cargo hereditário sempre mantido por membros do clã Kuma. Eles eram *anfaras*, ou juízes, daí o termo *anfara-kuma* que veio a significar o *cadi* [juíz] em Songhai. Kâti insiste no ponto de que isto é a inevitável adaptação da expressão tradicional para um termo Árabe equivalente após a Islamização.

O *kan-fari* ou *kormina-fari*, foi um novo cargo criado por Askia Mohammed e ocupado pela primeira vez por seu próprio irmão, Amar Komdiago, que era *tondi-farma* sob Ali Ber: este [cargo de *Kan-fari* ou *Kormina-fari*] correspondia a uma verdadeira vice-regência tendo Tendirma como sua capital.

Os *tunkoï*, *kuran*, e *soira* eram posições militares subalternas que podiam existir em uma cidade como Djenné.

O *Djenné-koï*, *Bani-koï*, e *Kora-koï*, eram chefes administrativos e militares de cidades e regiões; eles, portanto, tinham sob o seu comando uma guarda territorial.

O *Guimi-koï*, ou *Gumeï-koï*, era o diretor dos portos.

O *Hi-koï* era responsável por navios e embarcações menores.

O *Yobu-koï* estava no comando do mercado.

O *gari-tia* reparava as selas.

O *berbuchi-mundio*, ou *mondzo*, era o administrador encarregado dos assuntos relativos aos Árabes Berábicos [Berabic Arabs].

O *Koïra-banda mundio* era um administrador suburbano de uma cidade.

O *barei-koï* era o chefe da etiqueta e protocolo.

O *uanei-farma* foi o ministro da propriedade.

O *sao-farma* era o superintendente de florestas.

O *lari-farma* era o superintendente de vias navegáveis.

O *koreï-farma* era encarregado dos assuntos referentes às minorias brancas que habitavam o país.

O *tara-farma* era o chefe da cavalaria.

O *tari-mundio* foi o inspetor da agricultura.

Alguns ofícios podiam ser mantidos simultaneamente: Alguém podia ser um *fari-mondzo*. O *fari* estava acima do *koï*;

o *Hi-koï*, Ali Dudu, provisoriamente nomeado *dendi-fari*, foi obrigado a voltar para seu antigo assento na Assembléia quando perdeu este título (como já vimos). Mas o koï estava acima do *châ*; temos observado que a nomeação de um *kala châ* para o cargo de *koï* correspondia a uma promoção. Não vamos repetir a descrição da insígnia oficial e uniformes conectados com esses ofícios. A identidade dos termos que designam os cargos administrativos do Sudão Ocidental dariam provas, se isso fosse necessário, da unificação administrativa anterior desta região.

Unidade Administrativa

Delafosse assinalou que

Em muitas partes do Sudão os seguintes termos estiveram e ainda estão em uso: Fari, Farimba, Farhama, Fama (Mande), Faran (Songhai), Fara (Hausa), Far-Ba (Wolof), todos os quais podem derivar da raiz Far, que significa cimeira, ápice, chefe, príncipe, a partir da qual também deriva o título dos Faraós. *

[* — Delafosse, Haut-Sénégal-Niger, op. Cit.]

Em Wolof, de fato, existe também, além do termo farba, aquele de fari, que é um epíteto imperial: bur significa Rei; bur-fari significa o rei supremo, o imperador, aquele cujo poder e grandeza não podem ser superados. O termo Egípcio

[Faraó] não é etimologicamente o que sugere Delafosse; Ele é formado a partir do plural de per: a parede da casa, e, por extensão, a casa do Faraó. O significado de per no wolof moderno é idêntico ao de per no Egípcio antigo. Em Wolof, as palavras que começam com p formam seus plurais através de alteração para o f: Peul bi – o Peul; Feul yi – os Peuls; per mi – a parede; Fer yi – as paredes; Daí fari. Lembramos que se [o termo] Faraó foi derivado do plural Egípcio de per, foi porque o rei era habitualmente identificado com o nome de sua casa, que era uma casa dupla. Poderia isso sugerir então que os criadores dos primeiros Estados da África Ocidental recordaram uma organização política anterior que, por intermédio da Núbia, nos leva de volta ao Egito? A ubiquidade deste termo em todas as línguas Africanas, as explicações etimológicas que podem ser oferecidas, deixam pouco espaço para dúvidas. Se fosse esse o caso, uma nova luz seria derramada sobre esse período inicial da história Africana; Não seria mais uma questão de um começo absoluto, mas de uma continuação após a emigração; Não haveria, então, nada de surpreendente nestas monarquias serem constitucionais desde o início: os seus autores, em vez de serem criadores ex nihilo, teriam tido o benefício de uma experiência política anterior. Assim, seria igualmente compreensível que as formas de organização sociopolítica dos Estados Africanos estivessem relacionadas apenas com as do Egito Faraônico, e poderiam finalmente ser entendidas apenas em termos delas.

Nenhuma objeção insuperável é levantada supondo que seria materialmente impossível governar um império do tamanho da Europa ou administrá-lo sem um mínimo de burocracia. É difícil perceber que, por mil e quinhentos anos, os Tunkas, Mansas, e Askias simplesmente emitiram ordens verbais e receberam relatórios verbais em troca. As atividades aduaneiras das áreas fronteiriças, com base no que acabamos de dizer, pressuporiam uma contabilidade precisa, assim como o pagamento de impostos e outras taxas pareceria implicar a emissão de recibos, especialmente para os comerciantes peripatéticos nos mercados de Timbuktu, Djenné, etc. O mesmo se verificou no que se refere às relações de toda espécie entre a autoridade central e as várias províncias, para assegurar a coordenação administrativa. Veremos, no capítulo VII, que a escrita já fazia há muito tempo parte da vida cotidiana e que a atividade intelectual atingira um nível quase impresumível hoje. A correspondência epistolar era comum: quando o Askia Mussa chegou ao poder, escreveu duas cartas, uma para seu irmão Otsman, a outra para a mãe deste, para evitar qualquer conflito eventual. *

[* — Sâdi, T.S., XVI, 134-135.]

Os Askias, que assim mantinham correspondência privada, fizeram tanto no plano administrativo quanto no político. Sâdi e Kâti nos permitem ter certeza disso. O conceito de

documentação e registros existia claramente na consciência do povo: o autor do Tarikh es Sudan ressalta que ele viu o original do documento dirigido pelo Sultão de Marrocos ao Askia Ishâq II, sobre as minas de sal de Teghezza. *

[* — Idem., XXI, 216.]

Costumava-se acompanhar essas missivas com algum sinal de autenticidade, caso não possuíssem um selo inimitável: assim, quando o Timbuctu-Koî decidiu abrir as portas de sua cidade a Sonni Ali, ele se certificou de enviar uma dessas comitivas com o mensageiro para que Sonni Ali pudesse ter prova positiva da autenticidade e sinceridade da missão. * A existência de arquivos Africanos será confirmada por mais dados quando discutirmos educação e criação dos filhos [child-rearing].

[* — Idem., VII, 40.]

ORGANIZAÇÃO MILITAR

Ao mencionar acima o número de homens nos exércitos de Gana e Songhai, mostramos apenas o tamanho das forças imperiais. Chegou o momento de analisar a estrutura desses exércitos, seus componentes, suas armas, sua estratégia, e até mesmo suas táticas.

Estrutura

Em Mali e Songhai, sabemos com certeza, o rei que nomeava os generais era ele próprio o comandante-chefe do exército e dirigia pessoalmente operações militares, como fariam mais tarde os Dorobé Damels de Cayor. O *Tarikh es Sudan* assinala que Askia El Hadj nunca foi capaz de empreender uma expedição durante todo o seu reinado, porque no momento da sua acessão ele contraiu uma doença que o impediu de montar a cavalo. Ele foi uma exceção, em nítido contraste com todos os outros Askias. *

[* — Idem., XVIII, 185.]

Em cada reino, cada nação, o exército foi dividido em vários corpos designados para a defesa de diferentes províncias, embora sob o comando da autoridade civil. Assim, cada governador provincial tinha à sua disposição uma parte deste exército, à qual podia atribuir tarefas sob as ordens de um general cujos poderes eram puramente militares. No nível inferior, abaixo do rei, nos assuntos políticos ou administrativos, a distinção entre poderes civis e militares era, portanto, muito clara. O rei do Mali, quando conquistou Songhai, Timbuktu, Zâgha, Mima, Baghena e os arredores daquela região até o Oceano Atlântico, tinha dois generais sob seu comando. Um era responsável pela defesa da parte sul do

império, na fronteira de Mossi, e o outro, da parte norte na borda do deserto. Seus respectivos nomes eram Sankar-Zuma e Faran-Sura. Estes eram os títulos correspondentes às suas funções militares. Cada um deles tinha sob seu comando um certo número de oficiais e tropas. *

[* — Idem., IV, 20.]

As fronteiras ocidentais do estado de Djenné, antes da conquista da cidade por Sonni Ali, foram defendidas pelos comandantes de doze pelotões de exército implantados no país de Sana: eles foram especificamente designados para vigilância dos movimentos do Mali. O Sana-faran era seu general-chefe. Sabemos mesmo os nomes de família de alguns dos oficiais sob suas ordens: Yausoro, Soasoro, Mâtigho, Karimu, etc. Da mesma forma, doze comandantes de pelotões de exército foram designados para o leste do Níger em direção a Titili. *

[* — Idem., V, 25.]

Entre os Mossi, o Moro Naba, a quem a tradição proibia de deixar sua capital, não podia dirigir pessoalmente expedições militares: como resultado, isso se tornou a tarefa dos generais ativos. Os Mossi recrutavam a todos. Quando o perigo havia passado, cada cidadão regressava a sua casa, sua aldeia; o exército era então desmobilizado, com exceção de algumas unidades de segurança.

Em Songhai, começando com o reinado de Askia Mohammed, uma distinção começou a ser feita entre o povo e o exército. Em vez de recrutamento em massa, um exército permanente foi criado; Os civis que não faziam parte dele poderiam fazer seus negócios. Durante o reinado de Sonni Ali, todos os cidadãos-nacionais capazes foram submetidos ao alistamento. * As principais divisões do exército eram: cavaleiros, cavalaria, soldados de infantaria, pelotões auxiliares de Tuaregues, regimentos de infantaria de elite, a guarda real, e uma flotilha armada.

[* – Idem., XIII, 118.]

Cavaleiros

Os príncipes da África preta que podiam dar-se ao luxo equipavam-se com armadura completa ou parcial, como a dos cavaleiros da Idade Média Ocidental. Após a ascensão de Askia El Hadj, o *kormina-fari* El Hadj, em 13 de fevereiro de 1584, iniciou uma revolta com a intenção de tomar o poder. Mas ele falhou: o Askia, que estava bem informado, fez com que ele tirasse os boubous esvoassantes que ele estava usando; Sob estes usava uma capa de correspondência. *

[* – Idem., XVIII, 190-192.]

Quando o *balama* Mohammed es-Sâdek se revoltou contra o Askia Mohammed Bano e em março de 1588 tentou marchar sobre Kaoga, o Askia, que veio para desafiá-lo à batalha, usava um peitoral de ferro. * Como estava extremamente quente e o Askia era muito gordo, ele morreu dos efeitos de sua armadura.

[* – Idem., XIX, 199.]

O *balama* rebelde usava um capacete de ferro; Quando Omar-Kato lançou um dardo em sua cabeça, ele ricocheteou no capacete. *

[* – Idem., XX, 204.]

Outro sultão de Marrocos, Mulay Ahmed, em dezembro de 1589 – janeiro de 1590, renovou o pedido feito por um de seus predecessores sobre as minas de Teghezza. Ishâq II, que então era Askia, reagiu violentamente, e como sinal de desafio e demonstração de força enviou ao sultão uma carta ofensiva, alguns dardos e duas botas de ferro. *

[* – Idem., XXI, 216-217.]

A armadura completa do cavaleiro estava assim em uso, como vimos: casaco de malha e peitoral de ferro, capacete, botas, dardo. . . tudo isso. Os príncipes Africanos de Songhai estavam armados como cavaleiros. Esta prática certamente não era tão difundida como na Europa, por mais

que não seja apenas por causa do clima, como mostrado pela morte do Askia Bano, que morreu de sufocação. *

[* – Isso também aconteceu com os cruzados nas estradas da Palestina.]

O explorador Barth viu tais cavaleiros no reino de Bornu nos tempos mais recentes, por volta de 1850. É provável que tal armadura veio da Europa, assim como certos tecidos; Mas não existem documentos para prová-lo. Ela pode ter chegado à África vindo de Espanha. Podemos supor que os ferreiros Africanos fizeram réplicas a partir desses modelos, mais adaptadas ao clima, que podiam ser usadas tanto por dentro quanto por fora da roupa. O uso de armadura de ferro era comum no Benin; Os temas que aparecem nos bronzes do tempo como decoração foram em primeira instância verdadeira armadura.

Cavalaria

Todos os outros soldados montados de nascimento e fortuna mais modestos formavam a cavalaria. Eles estavam armados com escudos e dardos. A cavalaria era terrivelmente poderosa, se julgarmos pelo pânico que o choque de suas armas causou nas fileiras Marroquinas durante a guerra contra o Marrocos (Junho de 1609).

*O que mais assustou os Marroquinos neste encontro foi o barulho dos escudos batendo contra as pernas dos cavalos quando estavam galopando. Todo o exército Marroquino, chefes e soldados, fugiu até o Lago Debi, onde os homens entraram na água até à altura da cintura. Mas tendo reconhecido a causa de seu terror, eles deixaram a água depois de terem experimentado o maior terror e o medo mais extremo. **

[* – Sâdi, T.S., XXVII, 301–302.]

Soldados de Infantaria

Os soldados de infantaria eram armados principalmente com arcos e flechas. A infantaria incluía um pelotão de elite especial, que se distinguia pelo uso de pulseiras de ouro. Quaisquer que fossem as fortunas da guerra, os membros deste pelotão de elite não podiam dar as costas ao inimigo: que é o que aconteceu no final da primeira batalha que Djuder, sob ordem do sultão de Marrocos, lutou contra Askia Daud na margem esquerda do Rio Níger. O exército de Songhai foi derrotado porque não tinha armas de fogo. Todo o pelotão de elite permitiu-se ser decapitado em vez de fugir.

Também morreram naquele dia um grande número de pessoas importantes entre os soldados de infantaria. Quando o exército foi derrotado, eles jogaram seus escudos no chão e agacharam-se sobre estes tipos de assentos, aguardando a chegada das tropas de Djuder, que os massacraram nessa posição sem qualquer resistência de sua parte; Isso porque eles não deveriam fugir em caso de derrota. Os soldados Marroquinos tomaram os braceletes de ouro dos braços deles.

*

[* — Idem., XXI, 219-220.]

O exército tinha uma banda composta de tambores, trombetas (kakaki, ver Tarick el Fettach, p.136), e címbalos. Quando El Hadj se revoltou, ele marchou sobre Kaoga ao som de tais trombetas. "Ele tinha colocado um peitoral e deixado os trompetistas, bateristas, e assim por diante, marchar à frente dele." *

[* — Idem., XVII, 191.]

O tambor de guerra do Damel de Cayor chamava-se Djung-Djung. Era usada para bater o *bur dakha djap rendi*, uma marcha significando: "O rei persegue [o inimigo], o apanha, o mata."

Os pelotões auxiliares dos vassalos Tuaregues eram compostos essencialmente de cameleiros; Também deve ter havido uma infantaria armada com longos dardos, marchando

à frente dos camelos e lutando de acordo com a técnica Berbere, como descrita por Bakri. Os Tuaregues usavam calças largas [puffed trousers], uma túnica, um turbante e um litam [véu de boca].

Flotilha

Existia no Níger uma flotilha inteira, sem dúvida composta de pequenas embarcações equipadas com outrigging — por conseguinte, incapotáveis — como as encontradas hoje no Lago Chade, Lago Victoria e outros grandes lagos da África Central. Em caso de guerra, esta frota era utilizada para fins militares; O diretor do porto de Timbuktu ou algum outro lugar onde a batalha se dava, então, desempenhava um papel de liderança. Na época da guerra contra o Marrocos, ele iria esconder os barcos para que os soldados Marroquinos não pudessem atravessar o rio.

Mahmud [líder do exército Marroquino] então decidiu marchar contra Askia Ishâq. Em primeiro lugar, ele começou a procurar barcos, uma vez que o diretor do porto, Mondzo-El-Fa-uld-Zerka, os levara todos com ele no momento da sua fuga para Binka, quando Askia Ishâq exigira a evacuação da cidade de Timbuktu. *

[* — Idem., XXI, 226.]

Estes eram os diferentes pelotões que compunham o exército Africano de Songhai. Faltava-lhes uma arma essencial, armas de fogo; Eles não tiveram tempo para adquirir qualquer, porque as mesmas pessoas que poderiam ter vendido a eles, quer fabricantes (Europeus) ou intermediários (Árabes), se aproveitaram desta grande fraqueza para tentar conquistar a África Preta. As primeiras armas de fogo vendidas aos Africanos explodiram em suas mãos.

Guarda Real

O rei era rodeado por um pelotão muito grande de guardas em que os filhos de príncipes vassalos serviram lado a lado com outros membros da nobreza.

Dentro do exército, em que reinava uma mentalidade senhorial e aristocrática, o papel do griot assumiu todo o seu significado sociológico. Através de suas canções, que eram relatos vivos da história do país em geral e das famílias a cujos membros ele se dirigia, ele ajudava, ele até mesmo forçava o guerreiro indeciso, temerosa a agir com bravura, e os corajosos para agir como heróis, para realizar milagres. Sua contribuição para a vitória era muito importante: sua bravura e, muitas vezes, a temeridade eram inquestionáveis, pois ele

também estava exposto ao perigo como os guerreiros cujas façanhas ele celebrava; Mesmo no auge da batalha, eles precisavam ouvir suas exortações que impulsionavam sua moral. Os griots, então, não eram seres supérfluos; Sua utilidade era óbvia: eles tinham uma função social "Homérica" a cumprir. A divisão do trabalho era assim válida em todos os níveis da sociedade. A conquista Européia atenuou o interesse que se encontrava no caráter do griot, mas é impossível dar um relato histórico da mentalidade dos exércitos Africanos pré-coloniais sem avaliar sua parte nela. Até certo ponto, ele até mesmo manteve o destino dos príncipes em suas mãos. Depois de ter sido ministrado por sua mãe, Otsman tinha desistido de toda idéia de revolta e estava mais uma vez determinado a obedecer seu irmão que se tornara Askia Daud; Ele mesmo carregou alguns barcos com comida, para ir e fazer-lhe homenagem à frente de suas tropas. Mas os sentimentos de orgulho despertados pelo canto de seu griot à medida em que ele estava se estendendo foram mais fortes do que seu senso de disciplina: ele já não considerou necessário esfregar poeira em sua cabeça como um sinal de reverência a quem quer que fosse:

Mas quase imediatamente, quando seu griot começou a cantar, ele entrou em tal fúria que ele quase explodiu de raiva, e dirigiu-se a seu séquito, gritando, "Descarregue tudo sobre os barcos. Por minha vida, este que aqui vos fala nunca

mais irá colocar qualquer poeira sobre sua cabeça para quem quer que seja." *

[* — Idem., XIV, 136.]

Estratégia e Táticas

A Estratégia e táticas eram bastante diferentes de um país para outro; Havia maneiras diferentes de combinar os ataques da cavalaria e da infantaria. O uso de batedores [scouts] e acampamentos com tendas era comum.

Sexta-feira, décimo oitavo do mês de Djomada Primeiro [15 de abril de 1588], Balama Mohammed es-Sâdeq acampou com suas tropas em Konbo-Koraî. Depois que sua barraca foi colocada, o Balama entrou e a primeira pessoa que veio para atacá-los foi Mârenfa-El-Hâdj. *

[* — Idem., XX, 203.]

O Askia Daud também acampou diante das muralhas de Timbuktu. "Em seu retorno, Askia Daud passou por Timbuktu e acampou nesta cidade na praça atrás da mesquita." *

[* — Idem., XVII, 178.]

Eles realizavam longos cercos, durando por anos, com uma técnica consumada, de modo nenhum menos peritos do que o de Agamemnon perante Tróia. Este foi o caso no cerco da cidade de Djenné por Sonni Ali. As cidades eram fortificadas por um sistema de muralhas, com um número variável de portões vigiados. Uma cidade fortificada era chamada de *tata*. "Djenné está rodeada por um baluarte com onze portões, três deles foram posteriormente selados, de modo que apenas oito permanecem hoje". *

[* — Idem., V, 23.]

Para conquistar uma cidade fortificada assim, que nunca antes tinha sido subjugada, se formos acreditar no Tarikh es Sudan, Sonni Ali estabeleceu um cerco que durou sete anos e alguns meses. Seu acampamento foi montado em Zoboro, antigo local da cidade; Ele partia de lá todos os dias para lutar perante as muralhas até a noite. Essas cenas de batalha aconteceram diariamente durante toda a temporada de baixas águas. Quando a água subiu, rodeando as muralhas da cidade, tornando-a inacessível, ele retirou-se com as suas tropas para o lugar que hoje leva o seu nome: Nibkatu-Sonni, ou A Colina de Sonni. Enquanto esperavam que a água recuasse, as tropas cultivavam o solo para produzir sua própria comida. As coisas continuaram assim até que, ao final de sete anos, Djenné se rendeu, principalmente por falta de

suprimentos. Durante esse tempo, o rei tinha morrido e seu filho jovem o tinha substituído. Sonni Ali tratou benevolmente este último e casou-se com sua mãe. * Depois de sua morte, a cidade de Djenné iria manter os arreios de seu cavalo em uma espécie de museu como relíquias.

[* — Idem., V, 26-27.]

Segundo Kâti, no entanto, o cerco durou apenas cerca de seis meses, com algumas batalhas à noite. Djenné foi bloqueada, ele relata, por quatrocentos navios de guerra. Uma vez que Sonni Ali reinou por apenas vinte e sete anos, a duração do cerco indicada por Sâdi parece excessiva. Talvez a verdade esteja em algum lugar entre estes dois extremos (seis meses e sete anos). Investigação mais aprofundada permitirá nos aproximarmos da verdade histórica. *

[* — Cf. Kâti, T.F., ch. V, pp. 94-100.]

Os efeitos da surpresa e de missões secretas eram de uso comum. Em 21 de agosto de 1563, Askia Daud ordenou ao fari-mondzo Bokar para ir lutar contra Bani, um chefe rebelde na terra de Barka. Bani era muito esperto e no passado tinha dado muitos problemas ao poder central. O Askia resolveu manter em segredo a missão com a qual tinha confiado o fari-mondzo. A época mais desfavorável do ano para tal manobra

foi escolhida para superar a vigilância de Bani, que nunca poderia ter suspeitado que tantos obstáculos seriam enfrentados para alcançá-lo. A direção da marcha também era improvável: as tropas iriam subir às montanhas, de onde então iriam descer, para a grande surpresa do inimigo que, no máximo, poderia esperar vê-los alinhados no horizonte habitual. As tropas do fari foram mantidas completamente ignorantes do objetivo e do destino da operação. Até o filho do Askia, que estava na expedição, não pôde descobrir o segredo conhecido apenas pelo general, o fari-mondzo. Assim, Bani foi derrotado. *

[* — Sâdi, T.S., XVII, 175.]

Demonstrações militares também eram usadas. Askia Daud, por exemplo, desdobrou suas forças até Mossi e Lulami sem se envolver em batalhas ou pilhagens, com o único propósito de impressionar seus vizinhos e tirar qualquer desejo que pudessem ter de se aventurar no interior de suas terras. *

[* — Idem., XVII, 179.]

O *Tarikh el Fettach* também enfatiza o desenvolvimento da ciência militar em Songhai. Seu autor sublinha as dificuldades da expedição do kurmina-fari contra Tenidda (Tengella, Tia-N'Della), rei de Futa. Tendirma, o ponto de partida, estava a dois meses de distância; Mesmo assim, a

expedição foi vitoriosamente completada com um grande exército. O inimigo derrotado foi morto e as tropas retornaram com grande quantidade de espólio (8 de março de 1513). *

[* — Kâti, T.F., III, 74.]

Embora os Cayorianos fossem guerreiros formidáveis, suas táticas militares, até a ascensão de Lat Dior, parecem não ter sido tão bem reguladas quanto em Songhai.

Os cavaleiros atacavam em total anarquia, cada um onde se sentia vontade, depois de terem sido cuidadosamente "rebocados" bem atrás; Eles sentiam que sua nobre estação era incompatível com a idéia de um comando organizado, especialmente quando era dirigido por um generalíssimo escravo, o *diaraff bunt ker*. O fato era que eles costumavam arranjar para que os soldados tomassem as primeiras rodadas de fogo, as únicas que normalmente eram fatais. As armas de fogo que os Cayorianos tinham no final do período dos Damel eram carregadas com pó, fragmentos de cerâmica e outros pequenos fragmentos de ferro fundido. É fácil imaginar que durante uma batalha, os soldados não tinham muitas vezes tempo para substituir tais cargas. Assim, após as primeiras rodadas, o que se seguia não passava de fogos de artifício, causando, no máximo, ligeiras queimaduras superficiais. Mais de um corajoso cavaleiro escolhia tal momento para entrar na

briga, procurando entre os cavaleiros inimigos um único adversário pessoal que poderia derrotar; Ele disparava sua arma só quando à vista deste inimigo. Ele havia jurado fazê-lo na véspera da batalha no momento do "Khas": Este era um ritual, muitas vezes de noite, em que todos os valentes guerreiros, mergulhando suas lanças repetidamente em uma pilha de areia que eles haviam cercado, Proclamavam suas façanhas pretendidas para o dia seguinte.

Foi Lat Dior quem provavelmente introduziu a guerra móvel em Cayor. Antes da superioridade técnica dos exércitos de Faidherbe, o Damel, que tinha aceitado os ensinamentos da escola Francesa, soube adaptar-se à situação. Em vez de apresentar a maior parte do seu exército, dividiu-no em pequenos pelotões, afixados em pontos estratégicos; Por isso era uma guerra de assédio, uma guerra de guerrilha que ele travou contra Faidherbe. Seus homens cavavam buracos individuais no chão, completamente cobertos, com apenas uma abertura para apontar uma arma: uma surpresa reserva assim saudava a chegada do inimigo na cena; Esta era a tática chamada *guedjo* (buraco individual). Este período de guerra móvel foi chamado de "Tempo do Werwerlo" (girando). Lat Dior perseguia as tropas de Faidherbe que estavam perseguindo a sua: então as pessoas se perguntavam, com um toque de zombaria, quem estava perseguindo quem.

ORGANIZAÇÃO JUDICIAL

No império tradicional, a justiça era inseparável da religião. Era uma punição compensatória ritualmente administrada a alguém que ofendia a ordem social.

Com a Islamização, a situação tornou-se mais complexa: tornou-se cada vez mais secular, embora sua fundação permanecesse religiosa, na medida em que o Alcorão foi adotado em toda parte como código civil: Gana, Mali, Songhai.

No entanto, sempre houve ao longo da história dois tipos de justiça: a justiça real e a justiça do cadi. O cadi era o juiz Muçulmano nomeado pelo rei; Ele lidava principalmente com delitos de direito comum, disputas entre cidadãos, ou entre cidadãos e estrangeiros. Estes eram os tipos de casos sob a jurisdição do cadi de Gana ou Timbuktu. Um tribunal foi construído para a prestação a justiça. Em Gana, os procedimentos utilizados para fazer o acusado confessar eram bastante rudimentares; Em casos de assassinato, ou outros crimes, ou dívidas, o reitor usava o ordálio [provação] pela água: o acusado era apresentado perante ele, em vez de perante o rei. Um tribunal foi construído para a prestação de justiça. O ordálio [provação] pela água * consistia em molhar um pedaço de madeira especial em uma determinada

quantidade de água que o acusado era então obrigado a beber: se ele vomitasse essa bebida amarga, ele era inocente.

[* — Al Bakri, op. cit., "Route de Ghana à Chîarou," p. 335-336.]

O ordálio por água era apenas uma variante do ordálio por fogo praticado até os tempos atuais na África Preta, embora proibido pela lei Francesa; O caso mais recente que conheço ocorreu por volta de 1936: foi em Djurbel, no Senegal, no Baol. Este consistia em aquecer até que ficasse branca-fervente uma fina lâmina de metal, geralmente uma espécie de prego velho polido na terra, que cada um dos acusados por sua vez devia lambe: os culpados eram aqueles que haviam inchado ou partido as línguas no dia seguinte;

Verdadeiramente um método bárbaro, em todos os aspectos comparável aos empregados na Idade Média, principalmente no sistema judicial Germânico. O culpado, é claro, às vezes confessava à tempo; Mas quantos dos inocentes devem ter sido vítimas! O fato mais extraordinário sobre isso é que vários réus inegavelmente sofreram esta provação [ordália] com sucesso. Isso só pode ser explicado por uma grande dose de auto-sugestão, devido à mística convicção religiosa difundida entre o povo comum, segundo a qual o inocente "não poderia" ser queimado. Pode-se imaginar o resultado terrível que poderia ocorrer quando um inocente réu de temperamento cético estava envolvido.

Com o afluxo de comerciantes a Timbuktu e o desenvolvimento do caráter internacional da cidade, acabou sendo necessário nomear outro juiz, além do cadi, de caráter claramente mais profano, qualificado exclusivamente para resolver disputas entre estrangeiros ou entre estrangeiros e locais. Um deles nomeado temporariamente, foi Mohammed Baghoyô, um homem de origem Wankoré, sob Askia El Hadj. *

[* —Sâdi, T.S., XVIII, 190.]

O nível intelectual do cadi era muito alto, seu senso de dever muito agudo. Um fato relativo ao reinado de Askia Ishâq prova isso. O Askia, em duas ocasiões, ofereceu a posição de cadi ao jurista Abu-Hafs Omar, que o recusou. Outro jurista, Takonni, aconselhou o Askia a ameaçar Abu-Hafs que ele iria nomear um homem ignorante para a posição, caso em que, recusando-se tão obstinadamente a este cargo, Abu-Hafs seria responsável perante Deus pela incompetência de todos os atos judiciais prestados. Somente quando reduzido a esse extremo ele aceitou e tomou posse em 1º de fevereiro de 1585. *

[* — Idem., loc. cit.]

A casa de um juiz e uma mesquita eram santuários invioláveis. O cadi podia com impunidade admoestar o rei; Para os príncipes, ele era o respeitado intercessor cujas

palavras eram atendidas. Quando Saïd Mâra foi banido da sociedade por Askia El Hadj, ele chegou até a mesquita, onde se refugiou, implorou e obteve a intercessão do cadi com o soberano, e foi-lhe concedido um perdão.

Um pregoeiro público anunciava as decisões do cadi ou do rei quando afetavam a população em geral. Punições comuns eram encarceramento (havia prisões em Kanato, em Kabara perto de Timbuktu e em outros lugares), confisco de bens, e bastinado, que poderia acidentalmente se provar fatal. O tio materno de El Hadj, que tinha organizado uma revolta contra o Askia em favor de seu sobrinho, morreu desta maneira.

Crimes de lèse-majesté e alta traição estavam sob a jurisdição do rei. Assim, Askia El Hadj insistiu em julgar a todos os que tinham participado da conspiração com o objetivo de derrubá-lo do trono; Os castigos que ele atribuía aos culpados, como ele mesmo assinalou, se baseavam no grau de envolvimento na revolta e no grau de suas posições sociais. O mesmo ocorreu com Askia Ishâq II, que condenou o Hombori-koî a ser costurado vivo em um couro de touro e enterrado dessa forma. *

[* — Idem., XX, 205.]

Com Askia El Hadj, vemos como a justiça real bania uma pessoa da sociedade. Saïd Mara seria conduzido por toda a cidade, enquanto um pregador anunciava seu banimento: isso significava que, de agora em diante, qualquer um poderia matá-lo com impunidade, já que nenhuma lei protegia sua vida. Foi enquanto ele estava sendo entregue à multidão que ele se refugiou na mesquita, sob a proteção do imã. *

[* — Idem., XX, 207-208.]

Na terra Mossi, os Nakomsé (nobres) só podiam ser julgados por seus iguais, por assim dizer: só o Moro Naba estava qualificado para fazer isso.

Quando o rei estava em seu trono para fazer justiça, em qualquer parte da África, ele era o único permitido a usar capacete, o símbolo da dignidade e da sabedoria. O Faraó do Egito na mesma posição era referido como o *Atef*, embora os Egiptólogos tenham sido incapazes de encontrar um termo exato para traduzir esta palavra. Se *Até* fosse um verbo Egípcio revisado, *Atef* significaria em Egípcio "ele julga" ["he judges"], assumindo que essa raiz significava "julgar" ["to judge"]. É interessante notar que *Atef* em Wolof significa "deixar julgar" ["let one judge"]. Apesar de sua grande importância, os cadis dependiam do rei. Enquanto o *Tarikh es Sudan* nos dá a entender que o [cadi] de Timbuktu era o mais

importante de todos, que todos os outros estavam subordinados a ele e ele poderia removê-los, o *Tarikh el Fettach* é mais categórico: foi Askia Mohammed quem nomeou todos os cadis de seu reino: "Foi assim que ele nomeou um cadi em Timbuktu, um cadi na cidade de Djenné, e um cadi em cada cidade do seu território que tinha um, de Kanta ao Sibirigudu". *

[* — Kâti, T.F., VI, 115.]

O uso de documentos notariais era generalizado. O autor do *Tarikh es Sudan*, por exemplo, foi convidado a elaborar um inventário notarial dos bens pertencentes a um condenado, um Salti, quando ele foi para a prisão, durante a guerra com Marrocos:

Terça-feira, quando entramos na prisão, encontramos o infeliz Salti num estado lamentável. Leio-lhe o registro do inventário, e como ele declarou que esta era de fato toda a sua fortuna, nós o atestamos por escrito no registro para atestar a autenticidade. *

[* — Sâdi, T.S., XXXIII, 360-361.]

O autor foi acompanhado por outro notário.

Ibn Battuta descreveu o espírito de justiça imanente no povo e a segurança que cobria os estrangeiros e seus bens,

dois fatos dignos de uma sociedade já aberta aos assuntos internacionais.

Atos de injustiça são raros entre eles; De todos os povos, eles são os menos inclinados a cometer qualquer, e o Sultão (Rei Preto) nunca perdoa quem é considerado culpado deles. Em todo o país, reina a segurança perfeita; Pode-se viver e viajar para lá sem medo de roubo ou rapina. Eles não confiscam os bens dos homens brancos que morrem em seu país; Mesmo que possam ser de imenso valor, não os tocam. Pelo contrário, eles encontram depositários para o legado entre os homens brancos e deixam-lo em suas mãos até que os legítimos beneficiários vêm para reivindicá-lo. *

[* — Ibn Battuta, op. cit., pp. 19-20.]

Assim escreveu Battuta em 1352-53, na época da Guerra dos Cem Anos, relacionando o bem que encontrou no comportamento dos Pretos.

Em cidades sagradas dominadas pelo clero, como Timbuktu, Diaba no Mali, Kundiûro em Diâra, o cadi tinha o direito de perdão ou punição (vida e morte) sobre o acusado. Se Kâti é para ser acreditado, o Mansa do Mali não poderia entrar na cidade sagrada de Diaba, mesmo se o assassino de seu filho tivesse se refugiado ali, porque era a cidade de Deus, onde a salvação era garantida a todos os fugitivos. * Tal deve

ter sido o caso de N'Diayé, a cidade sagrada dos N'Diayé no Senegal.

[* — Kâti, T.F., XVI, 314.]

Os Juízes muitas vezes têm sido impopulares por razões bastante humanas; isso explica as inúmeras recusas de nomeações relacionadas por Kâti e Sâdi.

Capítulo Seis

ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA

A África; aos olhos dos especialistas, é descrita como uma terra que, antes da colonização, estava apenas ao nível de uma economia de subsistência: o indivíduo, praticamente esmagado pela força da natureza, capaz de produzir apenas o que era absolutamente necessário para sobreviver. Nenhuma criação, nenhuma atividade que reflita uma sociedade livre de limitações materiais pode ser encontrada lá. As relações de intercâmbio eram governadas pelo escambo [barter]. Noções de dinheiro, crédito, mercado de ações, poupança ou acumulação de riqueza por indivíduos pertencem a um tipo de comércio ligado a uma organização econômica superior: não poderiam ter sido encontrados no nível suposto da economia Africana.

Raramente uma opinião tem sido tão pouco fundamentada em fatos. Esta surgiu de uma idéia

preconcebida das sociedades Africanas: elas tinham de ser especificamente primitivas, portanto dotadas em todos os aspectos de sistemas característicos de tal condição.

ESCAMBO [BARTER]

Indiscutivelmente, na periferia dos reinos Africanos, algumas tribos atrasadas, como os Lem-Lem no Sudoeste de Gana, talvez nas margens do Rio Falémé, praticavam o comércio de troca direta desde o período Cartaginês. *

[* — Ver a posição de Kaarta no mapa, pp. 138-139.]

Heródoto atesta isso. Essa situação permaneceu inflexivelmente inalterada até o século XII, como corroborado pelos relatos de viajantes Árabes, por exemplo, Ibn Yakut. Para esses povos, em todos os aspectos comparáveis aos bárbaros ainda não-assimilados que vagavam pelos arredores do Império Romano, a noção de mercadoria no sentido moderno era provavelmente desconhecida: o escambo era o alicerce de toda a sua atividade comercial. Depois de atravessar o deserto que separa Gana do Alto Senegal, os Árabes chegavam às margens do Falémé, descarregavam seus bens em pequenos grupos (produtos variados do Oriente), davam um sinal e depois recuavam; Os Africanos então

vinham e, em frente de cada pacote, colocavam a quantidade de pó de ouro que julgavam que valia a pena, depois se retiravam. Os Árabes voltavam e coletavam o ouro se achassem os montantes satisfatórios; Se não, o ciclo era repetido, ainda sem qualquer contato direto. Sociólogos e etnólogos concordam que o comércio conduzido sob tais condições exclui qualquer consciência de mercadoria: o ouro, neste caso, não é nem dinheiro, mas um produto local que é negociado por bens ou outros materiais não originários do país.

Essas tribos que viviam em uma sociedade praticamente fechada tinham muito menos necessidade dos brilhantes ornamentos orientais para melhorar suas condições de vida do que os comerciantes Cartagineses e Árabes tinham pelo ouro que eles "colhiam." Pode-se supor, portanto, a partir do próprio fato de que eles estavam em um estado menos desenvolvido, que a honestidade que governava essas trocas veio deles; Eles a impuseram, desde o início. Se fossem enganados, eles poderiam, sem prejuízo dos elementos essenciais da sua vida, suspender as relações com qualquer grupo de comerciantes assim identificado.

Esta era a natureza do comércio ao longo das fronteiras do reino. Somente aplicando-a, em uma generalização equivocada, a todo o resto do continente, poder-se-ia chegar às teorias acima mencionadas.

COMÉRCIO DE TIPO MODERNO

Na realidade, havia outra forma de atividade comercial, já de tipo moderno, que era muito mais extensa, abrangendo todos os reinos. Esta era realizada pelos elementos mais organizados e mais dinâmicos da sociedade, por aqueles, em uma palavra, que já estavam destribalizados. Já havia classes mercantes inteiras no império de Gana e Songhai. O Tarikh es Sudan alude às suas atividades nos centros já internacionais de Timbuktu e Djenné. *

[* — Sâdi, T.S., XXXV, 387.]

A densidade do tráfego do Rio Níger entre essas duas cidades naquele período nunca poderia ser conjecturada hoje. Kabara era o verdadeiro porto militar e comercial através do qual todos os bens eram exportados de Timbuktu, para Djenné, Mali, e o Alto Níger em geral, ou Tirekka, Gao, Tademekka, Kukia e o país dos Dendi, ou seja, o Alto-Daomé (Benin) atual. De acordo com o Tarikh el Fettach, grupos inteiros eram dedicados ao comércio:

Se você perguntar que diferença há entre os Malinke e os Uangara, saiba que os Uangaras e Malinkes compartilham a mesma origem, mas que Malinke é usado para designar os guerreiros, enquanto Uangara serve para indicar os comerciantes que transacionam de um país para outro. *

[Kati, *Tarikh el Fettach*.]

Bakri também nos informa que os Nunghamarta eram um grupo de comerciantes que exportavam ouro de Iresni, no Alto Senegal, para todos os países. Esta cidade fica muito próxima da fortaleza aurífera de Ghiaru, anteriormente mencionada. * Após a destruição de Cartago por Cipião Africano Menor, a expedição Romana que perseguiu os Cartagineses em fuga para descobrir onde eles obtinham seu ouro, chegou a este ponto, a fonte do Bambuk (o nome dado pelos Romanos ao Rio Senegal).

[* — Al Bakri, op. cit., "Description de Ghana et moeurs de ses habitants," p. 330.]

A existência de grupos inteiros dedicados ao comércio (os ancestrais dos atuais Djula e Sarakolle) sendo confirmada, resta definir o tipo de troca que eles praticavam. As características da atividade econômica moderna já podiam ser detectadas nela: a existência de dinheiro, um sistema de tarifas bem definido, e centros comerciais cosmopolitas em cada país. Além das duas cidades mencionadas anteriormente, Timbuktu e Djenné, conhecidas até à Ásia e à Europa, havia Biru, Soo, Ndôb, Pékès * e assim por diante.

[* — As duas últimas destas ficavam no Senegal (Cayor).]

Em todos esses centros, os cidadãos estrangeiros tinham seus próprios bairros nos quais podiam viver na maior segurança com seus bens, enquanto prosseguiam seus negócios. *

[* — Ver citações de Ibn Battuta.]

Na sua maior parte, estes eram Árabes do Norte da África, Egito, e Iêmen, e Europeus, especialmente Espanhóis. Alguns deles foram até mesmo estudantes em Timbuktu, como será visto mais tarde. A África Preta era hospitaleira aos estrangeiros. Já sabemos que o rei de Djenné desejava que houvesse mais estrangeiros do que nativos em sua capital, mas que seu último desejo — o último de três — foi "que Deus pudesse cansar todos aqueles que tinham vindo apenas para vender suas mercadorias, de modo que, entediados em ficar neste lugar, eles, poderiam vender seus bens de má qualidade a preços de pechincha, para o benefício dos habitantes." *

[* — Sâdi, T.S., V, 24.]

MOEDA

Preocupações econômicas existiam em todos os níveis. A venda de mercadorias estava estritamente regulamentada: havia dias de mercado fixos. O oficial econômico da cidade então cobrava impostos em nome do rei; estes podiam ser

pagos em bens ou dinheiro, especialmente em Timbuktu. Como anteriormente observado, foi colocado na fronteira um imposto adequado sobre todas as mercadorias importadas ou exportadas. *

[* — Ver p. 85 acima.]

A moeda usada consistia de sal, de cauris, ou de ouro em pó ou em pedaços (de cunhagem estrangeira ou local). À primeira vista pode parecer surpreendente que blocos ou pedaços de sal de tamanhos diferentes podiam constituir uma moeda. Deve-se lembrar, a este respeito, que certas substâncias, como o sal e o cobre, eram tão raras na África naquele tempo quanto o ouro era abundante; Na verdade, em certas regiões, as jóias de cobre eram mais valorizadas do que as de ouro; Nos tempos antigos, o ouro era menos caro do que o cobre na Núbia, isto é, o Sudão, do qual Cartum é a capital atual. De acordo com Bakri, o sal valia o seu peso em ouro entre as pessoas que ele chama de El Feruin, que se diziam estar no norte do Senegal nas proximidades do Lago de Guiers. *

[* — Al Bakri, op. cit.]

O valor atribuído a qualquer substância é sempre em termos de sua raridade. Assim, os cauris que vinham do Oceano Índico através da Persia, de acordo com Leo Africanus,

poderiam servir como moeda. Não era, portanto, uma questão de povos atrasados incapazes de conceber e produzir moedas de ouro ou outros metais, pois, como veremos, tal cunhagem era muito difundida na África Preta na época.

Quanto ao pó de ouro, uma quantidade convencional de aproximadamente 4,6 gramas (provavelmente mais frequentemente medido do que pesado) constituía o que se chamava o mitkâl de pó de ouro; Este era o padrão-ouro, no sentido moderno mais estrito do termo, com base no qual as moedas cunhadas (cuja composição poderia ser adulterada com metais não preciosos), bem como os cauris, eram trocados. O mitkâl, dependendo das taxas de câmbio, valia em qualquer lugar de 500 a 3.000 cauris, documentos disponíveis nos informam. *

[* — Kâti, T.F., XVI, 319, and Sâdi, T.S., XXXI, 338.]

Obviamente, tudo isso era relativo às condições prevalecentes. Um padrão de ouro-em-pó foi usado porque nesta forma o metal era mais difícil de adulterar.

Pesos idênticos de ouro ou mais pesados foram efetivamente transformados em moedas com desenhos em relevo na cunhagem, para fins de troca comercial, como evidenciado por esta passagem de Idrisi, sobre a coleta de ouro entre os Lem-Lem:

Quando o rio retorna ao seu leito, todo mundo vende seu ouro. A maior parte dele é comprado pelos habitantes de Wardjelan [na Líbia atual] e por aqueles da ponta da África Ocidental, para onde este ouro é transportado para as casas da moeda, cunhado em dinares e negociado comercialmente por mercadorias. É assim que acontece todos os anos. Este é o principal produto da terra dos Pretos; grandes e pequenos, eles fazem dele seu sustento. No país dos Uangara há cidades florescentes e fortalezas renomadas, seus habitantes são ricos; Eles possuem ouro em abundância e recebem os produtos que lhes são trazidos das outras partes mais remotas da terra. Eles vestem-se em mantos e outros tipos de vestuário; Eles são completamente Pretos. *

[* — Idrissi géographe, op. cit., vol. I, p. 18.]

Uma observação feita por Bakri sobre os Berberes de Tademekka indica que as moedas sem marcações devem ter sido bastante raras na África. Depois de ter descrito o tipo de prostituição habitual entre eles (as mulheres agarrando estrangeiros), ele passa a mencionar o tipo de dinheiro que eles usavam: "Os dinares que eles usavam eram de ouro puro e eram chamados de *sola* [liso] porque eles não portavam nenhuma marca." *

[* — Al Bakri, op. cit., p. 340.]

Assim, esses documentos nos permitem ter certeza do uso na África Preta de moedas de ouro impressas, sem, no entanto, sermos capazes de saber se essas impressões eram efígies de imperadores ou reis locais, ou saber se havia uma moeda imperial generalizada cunhada à parte do padrão-mitkâl. A situação deve ter sido comparável à das cidades-reinos Greco-Latinos após a invenção do dinheiro pelos Lídios no século VI a.C.; Entre outras peculiaridades, cada uma dessas cidades tinha seu próprio sistema de medidas e, como resultado, sua própria cunhagem urbana carimbada com o brasão da cidade; Não existia nenhuma relação aceita do valor de troca destas moedas. De acordo com o Tarikh el Fettach, Askia Daud "foi o primeiro a construir depósitos financeiros e até mesmo bibliotecas." *

[* — Kâti, T.F., XI, 177.]

Assim, existia na África Ocidental toda uma gama de moedas utilizáveis de acordo com o valor dos bens comprados. Havia mesmo uma espécie curiosa de moeda na forma de quadrados de tecido (quatro extensões para cada lado) fabricados no centro têxtil de Terenka, no Alto Senegal, de acordo com Bakri; Estes quadrados, chamados chigguiya, estavam em uso em Silla, também no Senegal, junto com outras moedas tais como sal, anéis de cobre, e dora, um cereal. *

[* — Al Bakri, op. cit., pp. 324-326.]

O Tarikh es Sudan menciona, ao descrever a pobreza resultante da ocupação Marroquina de Timbuktu, a existência de uma "bolsa de valores" nessa cidade: "A taxa de câmbio caiu para 500 cauris . . ." *

[* — Sâdi, T.S., XXXI, 338.]

Uma observação de ibn Haukal atesta o uso do reconhecimento de dívidas por escrito e ao mesmo tempo dá uma idéia da enorme riqueza do país: ele viu um texto no qual um habitante de Sijilmasa reconheceu seu endividamento a um cidadão de Aoudaghost na soma de 40.000 dinares. Para o autor de O Livro das Estradas e Reinos [The Book of Roads and Kingdoms], tal ocorrência era única no mundo comercial do décimo século. Mesmo em Bagdá, a capital do Oriente, não se podia encontrar nada parecido. * Assim, a África se distinguia no mundo pela sua lendária riqueza que levou os Árabes a dizer: "Contra a sarna do camelo use o alcatrão, e contra a pobreza faça uma viagem ao Sudão".

[* — Ibn Haukal, Of Roads and Kingdoms.]

IMPORTAÇÃO-EXPORTAÇÃO

Os materiais exportados eram ouro, ferro, estanho, etc. No mercado interno, o comércio de nozes de cola, cereais

como o dora e o milheto de onde se fermentava uma espécie de cerveja, era ativo; O mesmo era verdade para as armas: lanças, dardos, flechas, arcos, etc. Quanto à manufatura, pode-se mencionar a indústria do vidro que tinha feito progressos extraordinários no Benin. O comércio entre a África Oriental e a Índia e a China não foi menos ativo nos séculos X e XI. Naquela região, ao contrário da opinião comum, o estágio tribal estava superado: a terra foi unida em uma grande monarquia sob o Monomotapa. Os metais, ouro, estanho, cobre, eram explorados em grande parte para seu próprio ganho pessoal, de acordo com procedimentos bem estabelecidos. A organização do trabalho estava muito avançada. Especialistas estimaram que a quantidade de estanho minado em Rockpoort é de aproximadamente 30 mil toneladas. Os peritos foram para o Oriente e para o Extremo Oriente Chinês através do porto de Sofala. Havia toda uma classe mercante; Seus conflitos com os imigrantes Árabes são descritos em um livro de Burueg Bin Shariya intitulado *Of the National Pride of Negroes and Their Disputes with White Men* [Do Orgulho Nacional dos Negros e suas Disputas com Homens Brancos]. Todos esses fatos sobre a África Oriental são retirados de um estudo de M. Jaspan. *

[* — M.A. Jaspan, "Negro Culture in Southern Africa Before European Conquest," *Science and Society*, vol. XIX, no. 3, Summer 1955, pp. 193-218, translated by Thomas Diop as "La

Culture Noire en Afrique du Sud avant la conquête européenne," *Présence Africaine*, no. XVIII-XIX, February-May 1958, pp. 143-165.]

Na África Ocidental, os produtos importados eram trigo, passas, figos, sal do Saara, cauris, cobre, tâmaras, henna, azeitonas, couros curtidos, seda, tecido, brocado, pérolas Venezianas e espelhos, etc. O tabaco foi provavelmente introduzido na África Ocidental Muçulmana nesta época. *

[* — Kâti, T.F., XVI, 320.]

Outros produtos tais como goma, mimosa gomífera, cucurbitaceae, e euphorbiae, somavam ao comércio. Bakri fala de uma planta estranha que existia na época: ela produzia uma espécie de lã à prova de fogo que era tecida em roupas; Era chamada turzi. Mas entre os Berberes havia uma pedra que possuía as mesmas propriedades quando amaciada. Assim nós podemos bem concluir que este estranho produto era amianto, ao invés de uma planta. Os Berberes da região de Tademakka e os Pretos de Bornu mineravam localmente uma espécie de ágata que era vendida tão longe como Gana: no Sudão ela é transformada, até hoje, em colares e pingentes de tamanho impressionante. Ao longo do Rio Senegal, de acordo com Bakri, chicotes de reputação mundial eram feitos de peles de hipopótamo.*

[* — Al Bakri, op. cit., pp. 324-327.]

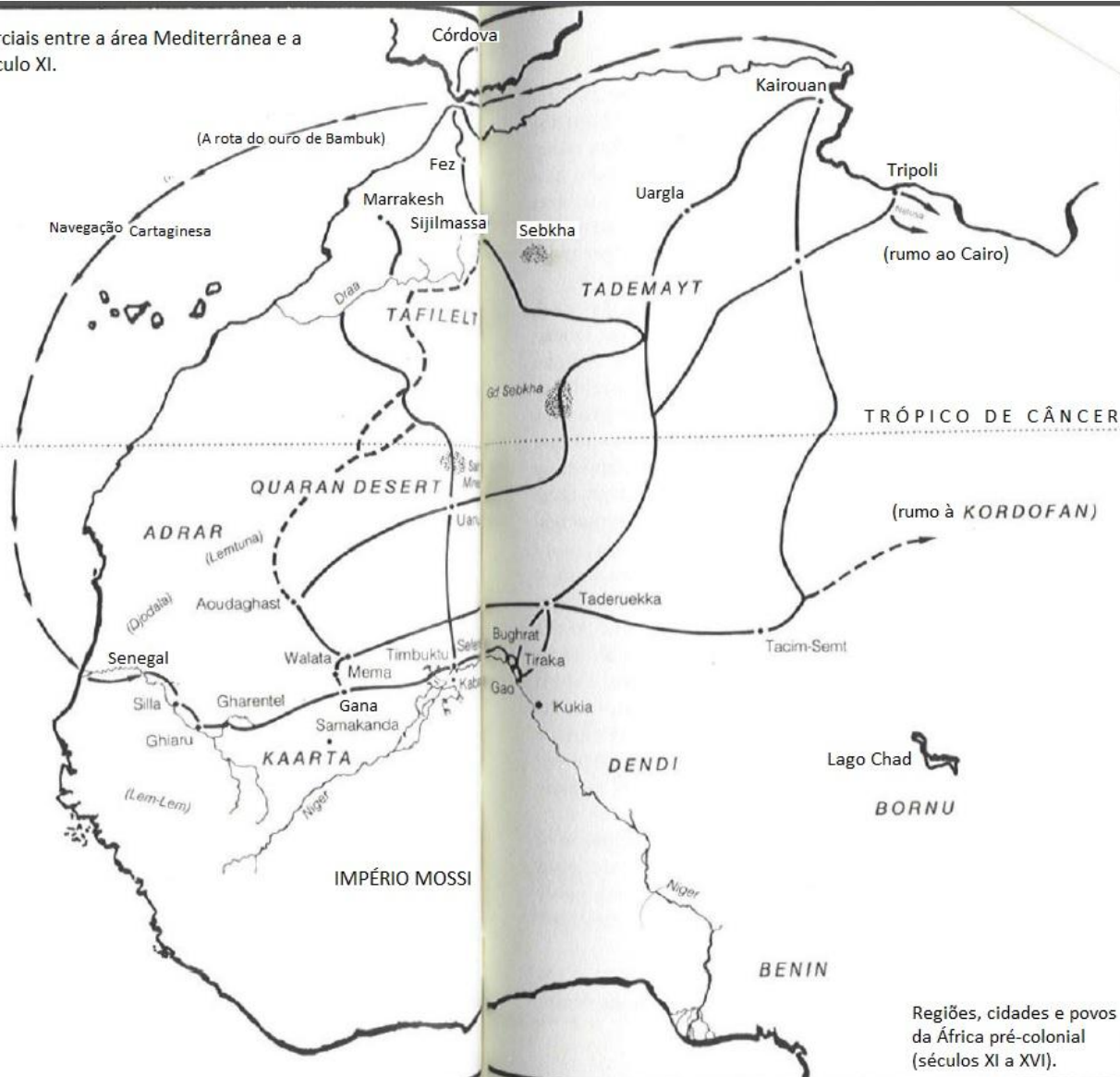
MEIOS DE TRANSPORTE, ESTRADAS

O método usual de transporte no interior da África negra era em um burro, boi, camelo, ou cavalo "mestiço", onde não havia vias navegáveis. A ligação ao Mediterrâneo e ao Egito, através do Saara, era feita por caravanas de camelos. É importante destacar que esta iniciativa comercial foi adotada por Árabes e não por Africanos, que negociavam apenas nos mercados domésticos de Djenné, Timbuktu, Waleta, Aoudaghast, Gao, e assim por diante. Parece que a riqueza do continente sempre tornou desnecessário que seus habitantes arriscassem os perigos do alto mar ou das grandes rotas internacionais para fins comerciais. Da mesma forma, nos tempos antigos, os Etíopes e Egípcios praticamente nunca deixaram suas terras.

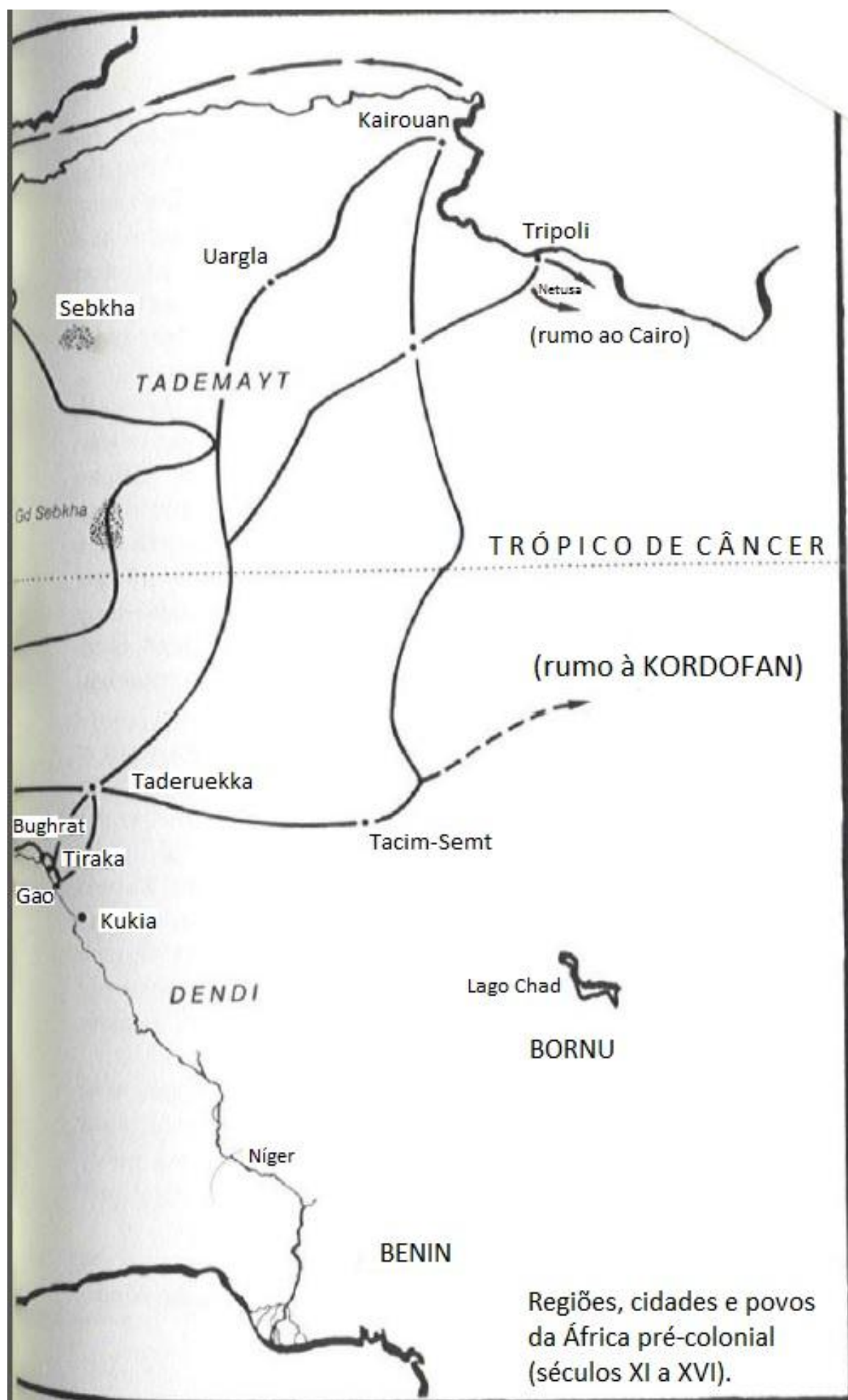
Rotas comerciais entre a área Mediterrânea e a África no século XI.



Rotas comerciais entre a área Mediterrânea e a África no século XI.



Regiões, cidades e povos da África pré-colonial (séculos XI a XVI).



O Egito possuía todos os meios técnicos e recursos materiais para assegurar seu domínio dos mares; Mas durante todo o curso de sua história ele deixou-o a sua prima, a Fenícia. Exceto por alguns navegadores solitários, mencionados em contos e lendas, não foi até a Décima-Oitava Dinastia que ele construiu uma frota no Mar Vermelho. O Egito nasceu e permaneceu um poder essencialmente continental. Nem ele nem a Núbia jamais se tornaram nações comerciais.

Alguém poderia supor que, durante o período pré-colonial, a África Ocidental não era tecnologicamente capaz de sair ao mar, e tentar explicar desta forma a ausência do comércio marítimo Africano criado por iniciativa local. Alguns documentos que citamos abaixo provam que este ponto de vista não é aceitável. Mesmo que fosse, não havia nada que impedisse os povos dos impérios Africanos de estabelecer caravanas de camelos, como os Árabes fizeram, e transportar as suas mercadorias para as margens do Mediterrâneo. Todas as condições tecnológicas necessárias para que os Africanos desenvolvessem caravanas e se tornassem comerciantes internacionais atravessando o Saara estavam à mão. Mas eles nunca o fizeram, porque a abundância econômica e sua própria estrutura social afastavam essa necessidade. Assim, o dromedário permaneceu até hoje no uso de comerciantes Árabes somente; Ele é o animal ideal para atravessar o deserto. Este é o motivo: ele não só pode suportar a sede, mas

é capaz de armazenar em seu corpo centenas de litros de água que, se necessário, podem ser restaurados a uma condição mais ou menos potável pelo abate da besta. Desta forma, os camaleiros têm com eles um suprimento pronto de carne e água.

De acordo com Ibn Battuta, as estradas no interior da África eram absolutamente seguras: "Tendo decidido visitar esta última cidade [o Mali], contratei apenas um Messufite para servir de guia, pois não há necessidade de viajar de caravana, pois as estradas são absolutamente seguras. " *

[* — Ibn Battuta, op. cit., p. 14.]

A partir dos documentos deixados por Bakri, podemos descrever a rede de rotas que conectavam a África Preta com o Mediterrâneo e o Oriente, suas complexidades e as condições de viagem das caravanas. Na maioria das rotas havia poucos poços de água potável: levava vários dias de viagem para se chegar a um. Pode-se ver no mapa que duas rotas principais conectavam o Saara do Sul com a África Preta: uma delas era de Wadi Draa para Aoudaghost; a outra partia de Sijilmassa e ia para Tamedelt e Uanu, que era uma encruzilhada para todas as rotas que conduzem à África Preta. Demorava cinqüenta e um dias de Sijilmassa para Audaghost. Os poços ao longo deles eram, para a primeira, Tezamet, Bîr el

Djemmalîn, e Nalili; e para a última, Poço dos Cameleiros [Camel-drivers' Well] ou Bîr el Djemmelîn. . . A viagem demorava duas semanas de Aoudaghast para a capital imperial de Gana; de Gana para Silla, ao longo do Alto Senegal, as caravanas levavam vinte dias; De Gana para Gao, duas semanas; De Gana para Augham, provavelmente cinco dias; Dali para Ras Elma, quatro dias; A partir deste centro [Ras Elma] para Tiraka, no Níger, seis dias; De Gao para Tademekka, eram necessários nove dias; Dali para Ghadamès através do deserto, quarenta dias; A partir desta encruzilhada para Trípoli, onze dias; E, finalmente, de Ghadamès ia-se para Kairouan. *

[* — Ver mapa.]

RIQUEZA ECONÔMICA

Do ponto de vista econômico, a África é caracterizada pela abundância. Os viajantes da era pré-colonial não encontraram pobreza lá; De acordo com o Tarikh el Fettach, o imperador de Gana, sentado sobre uma "plataforma de ouro vermelho", diariamente tratava as pessoas de sua capital com dez mil refeições. * Tal conforto material resultou em um aumento na densidade demográfica dificilmente imaginável hoje: na região de Djenné sozinha havia 7.077 aldeias.

[* — Kâti, T.F., IV, 77.]

O seguinte fato é suficiente para nos dar uma idéia da proximidade dessas aldeias umas com as outras. Se o sultão, por exemplo, deseja convocar uma pessoa que habita uma aldeia situada na vizinhança do Lago Debo, o seu mensageiro escolhido vai para um dos portões das muralhas e, dali, grita a mensagem que lhe foi imputada transmitir. As pessoas, de aldeia para aldeia, repetem esta chamada e a mensagem chega imediatamente à parte pretendida que [então] vai à convocação enviada a ele. Não há necessidade de mais demonstração para mostrar o quão densamente este território é povoado. *

[* — Sâdi, T.S., V, 24-25.]

Sob o Askia El Hadj um censo realizado por um grupo de estudantes que durou três dias estabeleceu que Gao consistia em 7.626 quarteirões de casas de construção sólida (argila?), Não contando as cabanas de palha. *

[* — Kâti, T.F., XIV, 262.]

Estima-se que o comércio de escravos engoliu de cem a trezentos milhões de indivíduos, mortos ou enviados para a América. Assim, se não fosse a escravidão, a cifra total da população Preta no continente provavelmente teria sido quatro vezes o que é agora: teria sido na proximidade de quatrocentos milhões. O Tarikh es Sudan salienta o quão fora

do comum era a pobreza na África Preta ao descrever aquela [pobreza] causada pela ocupação Marroquina de Timbuktu:

O alto custo dos alimentos em Timbuktu foi excessivo; Um grande número de pessoas morreu de fome e a escassez era tal que as pessoas comiam os cadáveres de animais de tração e de seres humanos. A taxa de câmbio caiu para 500 cauris. Então a praga veio, por sua vez, a dizimar a população e matou muitos que a fome tinha poupado. Este alto custo de comida, que durou dois anos, arruinou os habitantes, que foram reduzidos a vender seus móveis e utensílios. Todos os anciãos foram unânimes em dizer que nunca tinham visto tal calamidade e que nenhum dos anciãos antes deles lhes havia dito algo parecido. *

[* — Sâdi, T.S., XXXI, 338.]

COMPARAÇÃO DAS ESTRUTURAS SOCIO-ECONÔMICAS NA ÁFRICA E NA EUROPA

Chegou o momento de examinar a passagem da produção feudal para a produção capitalista na Europa, para ver se tal desenvolvimento, tal transformação ocorreu na economia Africana do período correspondente. E se não, por que não?

Karl Marx mostrou em *Das Kapital* [*O Capital*] que a organização feudal no campo e as corporações das cidades mantiveram durante muito tempo o capital-dinheiro, resultante da usura e do comércio na Idade Média, longe de ser transformado em capital industrial. A revolução que deu origem ao capitalismo moderno, de acordo com o mesmo autor, começou no final do século XV e se desenvolveu com intensidade crescente durante o século XVI, especialmente na Inglaterra. Realeza e Parlamento entraram em guerra contra os senhores feudais para tentar reconquistar a autoridade central. Em circunstâncias cada vez mais difíceis, os senhores se livraram sucessivamente de tudo o que era supérfluo em suas vidas: isso significava a liquidação dos "séquitos senhoriais" ["lordly entourages"] e o abandono da pompa na vida da cômte. Então veio o primeiro êxodo de camponeses para as cidades. Da noite para o dia, criou-se assim um proletariado sem lar nem lareira, cujo número aumentaria ainda mais por outras razões. Contra a violenta repressão do rei e do parlamento, os senhores reagiram confiscando progressivamente as terras de todos os camponeses que cultivavam o solo sob "posse feudal": a servidão não existia mais. Aqueles que anteriormente estavam ligados ao solo eram agora camponeses independentes, no máximo pagando algum tributo fixo ao senhor. Então esses camponeses, por sua vez, foram levados para as cidades. O movimento de expropriação se espalhou para os domínios comunais

eclesiásticos por um sistema de "cercamento" ["enclosure"], que consistia pura e simplesmente em anexar as terras adjacentes ao domínio do senhor, colocando uma cerca ao redor delas. Os senhores tinham de fato descoberto que, devido ao desenvolvimento prodigioso da manufatura de lã em Flandres, era agora mais lucrativo transformar todas as terras aráveis em pastagens para a criação de ovelhas produtoras de lã.

Mais tarde, alguns domínios das terras altas Escocesas seriam transformados em florestas de caça, com fins lucrativos. "Das cidades e vilas . . . derrubadas para pastagem de ovelhas, e nada mais senão os senhorios que estão nelas . . . Eu poderia dizer um bocado."

[* — Karl Marx, *Capital: A Critique of Political Economy*, trad. by Samuel Moore and Edward Aveling, ed. by Frederick Engels, reviewed and amplified according to the Fourth German Edition by Ernst Untermann (Chicago: Kerr, 1915), Vol. I, Part VIII, ch. XXVIII, p. 790, quoting William Harrison's "Description of England, prefixed to Holinshed's Chronicle" (1577).]

Foram criadas condições adequadas para o nascimento do capitalismo. Para que esse sistema apareça, como Marx diz, deve haver uma separação entre o trabalho e as condições de trabalho, tornando uma verdadeira classe de assalariados, no sentido moderno do termo. Antes da expropriação, a

família camponesa que cultivava o solo, ao mesmo tempo, realizava toda uma gama de atividades artesanais, constituindo a indústria artesanal: eles teciam suas roupas do linho que colhiam e fabricavam a maioria das coisas de que precisavam. Ao tornar-se um assalariado, o camponês não tinha mais nada senão a força de seu trabalho para vender a produtores urbanos ou camponeses: ele não podia mais produzir em casa as coisas de que necessitava para uso doméstico, mas tinha de comprá-las como produtos manufaturados no mercado interno que o circuito capitalista havia estabelecido entre o campo e a cidade.

Um homem que, para começar, herdasse ou pudesse pedir dinheiro suficiente, poderia ir ao interior e subarrendar do senhor uma parte de sua terra: ele tornava-se um fazendeiro a quem a terra era "arrendada." Seu capital era tudo o que ele tinha para trabalhar. Em uma segunda fase, ele poderia contratar mãos para trabalhar sua terra: ele se tornou o capitalista rural fornecendo matérias-primas para alimentar as indústrias das cidades. Dele, o fabricante receberia o linho para sua tecelagem; Um e outro achavam que era seu interesse pagar o salário mais baixo possível para a maior quantidade de trabalho: não importa que as condições de trabalho pudessem ser desumanas, que os trabalhadores pudessem se tornar "alienados". Esta forma de atividade econômica seria constantemente dominada pelo objetivo de

lucro e super-lucro. Não levaria muito tempo para que a importância da mão-de-obra fosse minimizada pela introdução da máquina. Assim, o sistema capitalista parece mais adequado ao desenvolvimento da ciência aplicada do que aquele que se baseava na economia doméstica, o qual ele acabara de destruir. O uso de máquinas era limitado e desnecessário neste último, porque não havia preocupação com lucro e produtividade no sentido capitalista do termo. Assim, parece ser mais criterioso explicar o desenvolvimento da mecanização pelas necessidades da produção capitalista, do que justificar o sistema como uma consequência do uso de máquinas. As necessidades do novo mercado interno assim criado, com a sua estrutura peculiar, e as do mercado mundial, resultantes das grandes viagens de descoberta, estimulariam constantemente a atividade econômica dos países Europeus: O tipo moderno de país comercial tinha assim sido criado, o próprio tipo cuja riqueza exclui a do povo.

Naturalmente, o proletariado recém-criado não foi totalmente e automaticamente absorvido pela indústria; Mas estava sujeito à lei da oferta e da procura. O desemprego que resultou transformou muitos indivíduos em vagabundos, ladrões ou vadios [vagrants], como eram chamados. Esta inundação cada vez maior de mãos desempregadas finalmente assustou os senhores da indústria, embora, a princípio, a tivessem visto como uma feliz intervenção divina

destinada a fazer prosperar a economia. Os parlamentos dos diferentes países Europeus logo começaram a considerá-la o germe dos futuros problemas revolucionários. Ainda não havia experiência das revoluções modernas: ainda não se tinha percebido suficientemente que, para ser revolucionário, não bastava ser numeroso e descontente, mas que a organização e a educação eram necessárias. Assim, um pânico, tão difundido quanto não reconhecido, tomou conta dos parlamentares e levou-os a aprovar leis tão terríveis, tão coercitivas que nos é difícil imaginá-las hoje. Em 1530, na Inglaterra, sob o reinado de Henrique VIII, um vadio [vagrant] apanhado pela segunda vez era chicoteado e tinha uma orelha cortada; apanhado pela terceira vez, ele era "executado como um criminoso insensível e inimigo do bem comum". *

[* — Idem., p. 806.]

Setenta-e-dois mil vadios foram assim executados durante esse reinado. No tempo de Eduardo VI (1547), "se alguém se recusar a trabalhar, ele será condenado como escravo à pessoa que o denunciou como ocioso". *

[* — Ibid.]

O proprietário de um tal escravo poderia chicoteá-lo, acorrentá-lo, e marcá-lo na bochecha e na testa com uma letra S (para Slave [Escravo]), se ele desaparecesse por duas semanas. Se fugisse pela terceira vez ele era executado.

O senhor pode vendê-lo, legá-lo, alugá-lo como um escravo, assim como qualquer outra mercadoria pessoal ou gado. Se os escravos tentarem qualquer coisa contra os senhores, eles também devem ser executados. Os Juizes de paz, na informação, devem caçar os malandros. *

[* — Idem., pp. 806-807.]

Um indivíduo ocioso apanhado na estrada era marcado no peito com um V (para Vagrant [Vadio]) e conduzido a sua cidade natal, cujo escravo se tornava, fazendo trabalho municipal sem remuneração, preso em ferros. Se ele desse o nome de uma cidade falsa, ele era, não obstante, feito seu escravo, marcado com um S. Os habitantes da dita cidade eram autorizados a tomar posse de sua prole, presente e futura, e mantê-los como aprendizes até a idade de vinte-e-quatro para meninos e vinte para meninas. Se estes últimos tentassem prematuramente tomar sua liberdade, eles se tornavam automaticamente os escravos de seus empregadores, que os chicoteavam e acorrentavam. Eles tinham o direito de soldar no pescoço, braço, ou perna do escravo um anel de ferro, como uma marca distintiva para impedi-lo de escapar. Escravos de cidades ou paróquias subsistiram no século XIX, sob o nome de regulares [roundsmen], como Marx ressalta.

As mesmas leis permaneceram em vigor sob o reinado de Isabel I [Elizabeth I] (1572). Um vadio de dezoito anos, preso pela segunda vez, seria executado "a menos que alguém o tomasse a serviço por dois anos . . ." Sob o reinado da Rainha Bess, "os trapaceiros eram prontamente amarrados, e em um ano comumente . . . trezentos ou quatrocentos eram . . . devorados pelas forcas." *

[* — Ibid., fn. p. 808, citando *Annals of the Reformation and Establishment of Religion, and other Various Occurrences in the Church of England during Queen Elizabeth's Happy Reign*, de Styne, Second ed., 1725, vol. 2.]

A situação era exatamente a mesma sob Jaime I: os indivíduos ociosos eram marcados com a letra R (para Rogue [patife]) em seus ombros esquerdos. Somente em 1715 foi abolida esta legislação na Inglaterra. Legislação semelhante existia na França. Até o início do reinado de Luís XVI,

Todo homem em boa saúde de 16 a 60 anos de idade, sem meios de subsistência, mas não praticando um ofício, deve ser enviado para as galés. Da mesma natureza são o estatuto de Carlos V para a Holanda (Outubro de 1537), o primeiro édito dos Estados e Cidades da Holanda (10 de Março de 1614), o "Plakaat" das Províncias Unidas (26 de Junho de 1649), etc. *

[* — Marx, op. cit., p. 808.]

Por causa de todas essas deportações de origem Européia, pode-se afirmar sem exagero que a América atual é povoada em parte por cidadãos de origem escrava (ou contratada), sejam eles brancos ou pretos.

Para concluir, devemos recordar as condições terríveis em que o trabalho infantil foi explorado, a legislação unilateral sobre os salários que foi constantemente destinada a favorecer o empregador. Assim, o domínio capitalista dos meios sociais de produção por parte dos poucos era a negação e a suplantação da "propriedade anã" ["dwarf property"] da economia doméstica anterior. De acordo com Marx, nesta última, por causa da disseminação excessiva dos meios de produção entre um número infinito de indivíduos, não havia possibilidade de cooperação em grande escala, nem de

. . . divisões do trabalho em cada processo de produção, o controle e a aplicação produtiva das forças da Natureza pela sociedade e o livre desenvolvimento das forças produtivas sociais. Ele é compatível apenas com um sistema de produção, e uma sociedade, movendo-se dentro de limites estreitos ou mais ou menos primitivos. Perpetuá-lo seria, como diz justamente Pecqueur, "decretar a mediocridade universal". *

[* — Idem., XXXII, 835.]

Os acidentes da história Européia que levaram à expropriação sistemática dos camponeses não são leis gerais. Mas sem esse fenómeno de expropriação, o capitalismo não teria existido. Alguém gostaria, portanto, de conhecer as leis sociológicas imutáveis que explicam a necessária passagem do estágio da economia doméstica para o capitalismo em todas as sociedades; saber por que a Índia, a China permaneceram por milênios em relativa estagnação, apesar da terrível pobreza que existia nesses países; Por que a população industriosa do Japão, com sua grande densidade que necessitava de microcultivação, não sofreu uma evolução idêntica; Por que o equilíbrio político-social da África foi quebrado apenas no contato com uma influência externa. Até que ponto a superestrutura ideológica constitui, para algumas estruturas sociais, um colarinho de ferro equivalente a um imenso peso que detém a sociedade por algum período imprevisível, superando assim, por muito tempo, fatores materiais como a pobreza?

O capitalismo moderno, onde quer que se encontre, é uma exportação Européia e não o resultado da evolução local natural. Podemos, por conseguinte, lamentar que não exista uma resposta precisa a estas questões que possa ser encontrada em O Capital [Das Kapital]. Este último indica apenas que, quando este regime industrial de pequenos

produtores independentes atinge uma certa fase de desenvolvimento,

ele gera agências materiais para sua própria dissolução. A partir daí surgem novas forças e novas paixões no corpo da sociedade . . . ele deve ser aniquilado; ele é aniquilado. Sua aniquilação, a transformação dos meios individualizados e dispersos de produção em meios socialmente concentrados, da propriedade minúscula dos muitos na propriedade enorme dos poucos . . . Esta espantosa e dolorosa expropriação da massa do povo constitui o prelúdio da história do capital. *

[* — Idem., loc. cit.]

Nenhum escritor até esta data jamais tentou avaliar corretamente o "estágio" após o qual as agências materiais de dissolução são engendradas para que a transformação histórica necessária possa ocorrer. A indústria doméstica é a tese, o capitalismo é a antítese, mas a ligação dialética, o caminho inexoravelmente levando de um para o outro, não foi reconhecido e descrito de forma satisfatória para todas as sociedades. Seja como for, é evidente que algumas sociedades hoje podem ser poupadas da fase capitalista.

A África pré-colonial, estava, então, na fase de "propriedade minúscula" ["pigmy property"]. A família camponesa tecia sua própria roupa; Bakri nos diz que cada casa tinha sua própria máquina de fiar. Obviamente, a divisão

do trabalho reafetada pelo sistema de castas não permitia a fabricação de tudo o que era necessário: tudo o que se podia fazer era trabalhar no ofício permitido para sua casta. Para tudo o mais, eles tinham que recorrer ao mercado aberto, às vezes por troca, mas em geral pela compra real por dinheiro. Este sistema que impedia a concorrência com os outros em suas profissões constituía um verdadeiro monopólio: cada casta monopolizava uma atividade econômica, santificada pela tradição. A mesma mentalidade se encontrava nas corporações ou guildas Europeias da Idade Média. No entanto, parece que eles não foram tão longe a ponto de formarem associações profissionais para a defesa de interesses de grupo: a tradição viva era amplamente suficiente para garantir isso. Portanto, nenhuma separação entre a indústria doméstica e a agricultura, uma pré-condição de separação para o aparecimento do capitalismo.

Vimos que o termo "propriedade" implicava diferentes realidades da Europa para a África, no que se refere a apropriação da terra. Na África, seria mais preciso falar do uso da terra, mesmo nos chamados domínios reais. A ênfase era colocada mais sobre o "domínio humano" do rei trabalhando nessas terras; A enumeração das diferentes famílias de cativos era o que expressava a riqueza de um personagem. O rei Africano, por mais poderoso que fosse, era facilmente persuadido de que o solo não lhe pertencia; Isto é

especialmente aplicável aos reis emigrantes: eles facilmente aceitavam a autoridade sagrada dos ocupantes originais, mesmo que estes últimos estivessem atualmente sem qualquer poder material. Isto explica a deferência do poderoso rei da Mâcina para com um dos príncipes da região de Mima, o Tukifiri-sôma.

Diante dele, o rei da Mâcina devia permanecer de pé, cobrir-se de poeira ao jurar fidelidade a ele, e retirar seu boubou; . . . O título deste príncipe sobreviveu até hoje, mas aquele que agora o carrega caiu do poder e só pode andar, não tendo nenhum corcel; Sua autoridade desapareceu, mas seu título permanece . . . O rei da Mâcina continua a visitar este personagem, afirmando que isso lhe traz boa sorte; consulta-o e pede-lhe que ore por ele; ele desmonta para saudá-lo e o visita no lugar onde sua capital arruinada costumava ser. *

[* — Kâti, T.F., V, 81.]

Este personagem singular assim descrito é o antigo soberano, ainda o senhor da terra, no sentido ritual desse termo, ele é quem aloca terras aos recém-chegados, sem antes consultar o rei. Ele recebera a terra em confiança; Ele nunca a vendia — ele não se atreveria a fazê-lo por motivos religiosos — ele só aloca o uso dela. A venda de terras, propriamente falando, parece ter sido desconhecida na África

pré-colonial tradicional. Para compreender as peculiaridades históricas do país, devemos imaginar um vitorioso Júlio César demonstrando similar deferência para com Vercingetorix, o príncipe autóctone vencido, o ocupante original da terra. Podemos ir ainda mais longe e observar que, na verdade, o problema da posse da terra parece nunca ter existido na África. Em vez de a terra ter se constituído em uma riqueza além do alcance de certas categorias sociais, ela estava ao alcance de todos, sem necessidade de perder a liberdade, como o servo ligado ao solo, para usá-la, para "possuí-la." O escravo tinha seu próprio pedaço de terra; O estranho que viesse esta manhã para a aldeia também conseguiria o dele. A expropriação do tipo observada na Europa do século XVI era impensável na história da África pré-colonial. Talvez, foi a vasta extensão de terras aráveis que protegeu a África desse problema social. Assim, a África nunca teve o capitalista rural que era o dono da fazenda atuando como intermediário entre o verdadeiro proprietário do solo e o assalariado agrícola expropriado.

NAVETANISMO

A categoria de camponeses chamados navetânes em Wolof não constitui uma classe: seus membros não se conhecem, não estão vinculados por qualquer grupo de

solidariedade tradicional; Eles são móveis porque, em geral, eles são jovens solteiros que vão embora procurar trabalho para acumular um dote com o qual eles podem voltar para casar em suas aldeias e se estabelecer de forma permanente. O Navetanismo é, portanto, um estágio de transição na vida de um jovem: ele parte com a intenção permanente de um dia voltar para casa. Ele não é escravo de homem algum, nenhum contrato poderia vinculá-lo permanentemente à terra de qualquer senhor. A raiz da palavra em Wolof significa, literalmente, "passar o inverno", isto é, a "estação das chuvas"; Os contratos terminam automaticamente com esta estação e são renováveis somente por acordo.

A seca e o esgotamento progressivo do solo são as principais razões que levam os jovens de uma determinada aldeia a passar a estação chuvosa numa região com mais água, ainda não esgotada pelo cultivo, em suma, melhor dotada pela natureza. Uma vez que o deserto está se espalhando na África Preta de norte à sul acima do Equador, estas peregrinações seguem a mesma direção. Foi a seca que provocou a dispersão dos habitantes da antiga capital de Gana e de toda a região de Ouagadou. Ela também causou os sucessivos retiros na margem esquerda do Rio Senegal. Muitos dos povos das regiões de Djambur e Cayor, hoje meio desertas, se retiraram em direção ao Baol, enquanto os habitantes daquela área, especialmente os camponeses,

partiram na direção de Sine Salum, Gâmbia Britânica, e Casamance, regiões todas localizadas mais ao sul e decididamente mais úmidas. Somente a poderosa atração do pólo econômico de Dacar foi capaz de virar essa tendência para o oeste, no que diz respeito ao Senegal. Os camponeses que, assim, escaparam ao duro e monótono ritmo sazonal da vida econômica local, acabaram se estabelecendo nos subúrbios desta cidade, embora essa não fosse sua intenção original: eles tinham vindo com a idéia de voltar para casa como de costume. Uma vez instalados lá, sob as condições de vida alteradas, eles gradualmente perderam suas atitudes camponesas à medida em que encontraram trabalho nas docas ou em várias indústrias urbanas, e isso finalmente os fez conscientes do fato de que eles eram trabalhadores. Assim, um fenômeno de proletarização crescente.

O TAALIBÉ

A mentalidade do taalibé (o crente) nas comunidades Murid, Tidjane, e outras não carregava nenhuma semente de revolta social, pois o crente não estava ligado ao marabu contra sua vontade. Ele tinha voluntariamente se submetido para entrar no Paraíso no qual acreditava; Ele poderia em qualquer momento quebrar o vínculo espiritual ligando-o ao marabu. Esse ato de desafiliação relativamente raro foi chamado, em

Wolof, vudet. O conjunto de tais crentes era agrupado na comunidade (Darat), em que todos os meios de produção eram concentrados. O crente evitava possessões. Ele sentia que seu próprio poder de trabalho (aparentemente a única coisa que lhe restava) não lhe pertencia: estava ao serviço do marabu com quem tinha feito um contrato metafísico, garantindo-lhe um lugar no Paraíso depois da morte. Assim, mesmo o sistema marabu pré-colonial não poderia levar a revoluções sociais, porque o crente não sabia que ele era expropriado e explorado.

MÃO-DE-OBRA ESCRAVA: CONCENTRAÇÃO

O fim da Idade Média e todo o Renascimento na Europa caracterizaram-se por um grau de escravidão tão intenso e detestável quanto o que a África conhecera. Isso ficará mais claro com o que está para seguir. É costume considerar a escravidão como um fenômeno especificamente Africano, mas acabamos de ver que até o fim do período mencionado os homens brancos tinham o hábito de reduzir seus próprios companheiros à escravidão. O servo da Idade Média era tão escravo quanto o escravo Africano (Fustel de Coulanges se referia a ele como o escravo rústico). Assim, esta instituição era característica de toda a humanidade, independentemente da cor. É errôneo acreditar que a escravidão Européia,

especialmente nos tempos modernos, era apenas um fenômeno social excepcional e fragmentário. Depois de seu contato com a África, a Europa do século XVI perdeu progressivamente o costume da escravidão interna e, aproveitando sua superioridade em armas, a substituiu pela escravidão negra. Depois do contato com a Europa, o quinhão de escravos Africanos subiu de repente, uma vez que se tornou possível que fossem vendidos a pessoas que os exportavam, com toda a cadeia de males conhecidos envolvidos nesses cruzamentos forçados.

A escravidão é certamente a grande lacuna da organização social Africana; Mas os documentos disponíveis provam que os escravos Africanos que não foram deportados em geral gozavam de condições de vida incomparavelmente superiores às dos escravos brancos na Europa. Os escravos dos reis de Mali e dos Askia de Gao gozavam de completa liberdade de movimento. Assim, um escravo comum do Askia Daud, um nativo de Kanta, foi capaz de realizar uma peregrinação a Meca sem o conhecimento do seu mestre; Em seu retorno, em vez de ouvir as palavras hipócritas de seu uandu (arauto), que tentou incitá-lo contra o escravo, o rei perdoou-o junto com cem membros de sua tribo. *

[* — Idem., XI, 204-207.]

As tribos Diam-Uali, Diam-Téné e Sorobanna, sendo escravas do Askia, ocupavam todo um território cujo solo cultivavam por conta própria, dando apenas uma parte predeterminada de suas colheitas ao soberano. Quando este último fez um presente deles a um erudito Muçulmano chamado Mohammed Tulé, eles permaneceram em suas terras desimpedidos: sua vida nunca mudou e seu novo mestre, de acordo com a tradição, simplesmente continuou recebendo a mesma parte das colheitas deles. *

[* — Idem., I, 52-53.]

Quando Askia Mohammed derrotou Sonni Baro Dau, filho de Sonni Ali, ele assumiu cerca de vinte e quatro tribos de escravos que pertenciam a ele. O Tarikh el Fettach dá detalhes sobre a vida social dessas tribos e, em particular, o sistema de ações que lhes era aplicável. Antes de pertencer a Songhai, eles também tinham sido primeiro propriedade do rei do Mali; começando somente com Sonni Mâdogo eles mudaram mestres imperiais. As três primeiras tribos eram de origem Bambara e provavelmente ainda não tinham sido convertidas ao Islã, se Kâti deve ser acreditado; Em outras palavras, o escravo poderia ser de uma religião diferente da de seu mestre. O rei do Mali escolhia dentre eles os servos domésticos. Quando um dos homens desejava casar-se, o rei forneceria um dote de quarenta mil cauris

Para os sogros do noivo, a fim de evitar que a mulher ou os filhos reivindicassem a sua liberdade e para garantir que eles e a sua progênie continuassem a pertencer aos Malli-koïs. . .

Nos dias do Malli-koï, e desde que estas tribos lhes pertenceram primeiramente, eles foram obrigados a pagar um tributo anual de quarenta côvados [de terra cultivada] por casal, homem e mulher; Assim foi até o tempo em que estas tribos foram entregues aos chês. *

[* — Idem., V, 108.]

Com estas colheitas o rei alimentava seu exército; Se fossem insuficientes e de má qualidade, um novo imposto compensatório era cobrado pelas tribos por terem sido responsáveis pela má gestão agrícola. Sob Askia Mohammed, no entanto, as ações tomadas se tornaram mais razoáveis, mais humanas; Elas foram coletadas da seguinte maneira: um imposto graduado, em espécie, era aplicado a cada casal na época da colheita. Depois de avaliar as propriedades de cada família, o cobrador de impostos do rei tomava dez medidas de farinha de qualquer que pudesse suprir apenas aquela quantidade, vinte das que não podiam suprir mais, e trinta de todas as outras, mesmo que fossem capazes de proporcionar mil. Esse limite, de fato, nunca deveria ser excedido, por mais riqueza que o escravo pudesse ter. Uma sombra escura nubla essa imagem quase tão bonita: os Askia trocaram alguns dos filhos da tribo por cavalos.

A quarta tribo, os Tyindiketas, foram dispersos de Gao até Sibiridugu. Ninguém tentou deter as peregrinações dessas pessoas; Quando o Askia encontrava um deles ao longo de seu caminho, em um ponto forte ou em uma aldeia, ele só podia dizer pelo nome étnico do indivíduo que ele era um de seus escravos. Ele poderia então fazer com ele o que quisesse. Do período de Mali até o de Gao, o único tipo de taxa imposta sobre essa tribo era para fornecer a alimentação necessária para os cavalos do rei, os anfitriões eram fornecidos por eles também, e os adultos construía os barcos necessários para transportar o feno, pelo menos durante o reinado dos Askias. Assim, o imposto assumia um caráter cada vez mais funcional: a ocupação ou o status econômico da pessoa eram a base da taxa que lhe era imposta.

Os Zendji (a quinta tribo, que se estende de Kanta a Sibiridugu), que viviam da pesca, pagavam o imposto em peixes secos quando a água estava baixa: este variava de uma a dez parcelas de peixe seco, segundo os meios. O máximo de dez parcelas nunca deveria ser excedido. Esta tribo também fornecia os barcos e tripulações necessários para certos tipos de transporte. A sexta tribo, os Arbis, estava isenta da taxa, pois, sob o Askias, era deles que todos os servos domésticos e emissários confidenciais especiais vinham. As mulheres serviam as esposas do rei, enquanto os jovens escoltavam o rei em seus passeios pacíficos ou em guerra. A sétima, oitava,

nona, décima, e décima-primeira tribos eram ferreiros de extração estrangeira. Seu antepassado masculino fora o escravo do ferreiro de um mestre Cristão que morava em algum lugar em uma ilha no Atlântico: uma das Ilhas Canárias ou de Cabo Verde? Nós não sabemos. De qualquer forma, este escravo foi dito ter escapado e se refugiado em Kukiya, sob o reinado de Sonni Mohammed Fari. Observamos que, em geral, os homens das castas não podiam ser tomados como escravos. Se essa regra foi quebrada, foi talvez porque o indivíduo em questão era de extração estrangeira. Ele tinha entrado no país já um escravo. Seja como for, os seus descendentes, em vez de se concentrarem num só lugar, foram dispersos para evitar qualquer coalizão entre eles. Kâti observou que esses estrangeiros seguiam a filiação através da linhagem paterna, ao contrário dos costumes Africanos. Os tributos impostos desde tempos imemoriais sobre estas cinco tribos equivaleram a "cem lanças e cem flechas por família a cada ano."

A duodécima tribo ocupava o território entre Gao e Fâni.

De acordo com Kâti, o Askia Daud tinham plantações em toda a terra, desde o Erei, o Dendi, o Kulane, etc. Ele estima a colheita anual total em quatro mil sacos de grãos, que por cálculos atuais não parece muito. O trabalho nessas plantações era cuidadosamente organizado e feito por escravos. Cada plantação era administrada por um fanfa, que

podia ter sob ele cem, sessenta, cinquenta, quarenta ou vinte escravos; O nome [fanfa] significa tanto senhor-de-escravos como senhor-do-navio.

A plantação de Abdâ, no território Dendi, empregava duzentos escravos com quatro fanfas, todos sob outro chefe chamado Missakulallah; ela produzia mil sunus de arroz: os sunus eram sacos de couro com cerca de 250 litros. Sementes e sacos eram fornecidos pelo Askia. Eram utilizados dez barcos para transportar os cereais. Na época da colheita, o agente enviado para recolhê-la trazia da parte do Askia para o chefe fanfa, de acordo com o costume, um bloco inteiro de sal, mil nozes de cola, e um boubou preto e uma tanga preta para sua esposa. A riqueza pessoal deste chefe fanfa, que no entanto era um escravo, poderia facilmente exceder em cereais sozinho mil sunus. Sua situação não era assim comparável à de um membro da plebe da antiguidade ou um servo na Idade Média ligado ao solo.

Essa riqueza agrícola era armazenada em granéis de barro utilizados para fins de silagem. Às vezes acontecia que tal plantação, com todos os que trabalhavam nela, era dada como um presente a um Xerife, a um erudito ou a qualquer outro amigo do rei. Foi assim que a plantação de Djangadja foi entregue ao alfa Kati, um erudito nativo; As colheitas foram então para um novo mestre, mas a situação social dos trabalhadores permaneceu inalterada.

Uma instituição de Askia Daud parece indicar que os soldados devem ter sido principalmente de origem escrava:

Foi ele quem inaugurou o sistema sob o qual o rei era herdeiro de todos os bens de seus soldados, porque, segundo ele, eles eram seus escravos; Antes disso, não tinha sido assim, e o rei herdava apenas o cavalo, o escudo, e os dardos do soldado, e nada mais. Quanto ao costume que os reis tinham de tomar as filhas de seus soldados e usá-las para seu próprio prazer, era um costume deplorável que existia antes deste reinado. *

[* — Idem., XI, 211.]

Um escravo libertado tinha direito a uma escritura de manumissão redigida na forma legal apropriada. Foi o caso de uma mulher idosa que fazia parte do legado do diango Mussa Sagansâro, que, segundo Kâti, foi libertado por Askia Daud. *

[* — Idem., XI, 192-193.]

Os fatos mencionados neste capítulo constituem informações adicionais sobre a organização da administração civil e do trabalho; Pode-se ver, em geral, como os impostos devem ter sido cobrados. A condição social dos escravos foi claramente demonstrada: o seu tratamento não era desumano, para o período, enquanto permaneceram dentro da área; Eles eram, cada vez mais, uma espécie de "súditos"

do rei. Sua desgraça residia no fato terrível e odioso de poderem ser vendidos a qualquer momento. Desse ponto de vista, sua situação era idêntica à do escravo Europeu branco do mesmo período. Fora isso, eles estavam melhor, como acabamos de mostrar.

RETRIBALIZAÇÃO

Podemos ver operando aqui o fenômeno caracteristicamente Africano da retribalização aparente. Kâti nos conta os nomes de família étnicos dos primeiros escravos que foram os criadores das vinte e quatro tribos pertencentes aos imperadores de Mali e Gao; eles eram indivíduos comuns a quem o soberano permitiu fundar uma casa que se proliferaria em progressão geométrica através das gerações. Essas famílias numerosas, que contavam milhares de membros depois de pouco tempo, tinham todas as aparências externas de um clã ou de uma tribo, quanto ao número, à identidade do nome e às relações colaterais. No entanto, eles não tinham a estrutura social e organização do clã. Seus membros eram apenas uma justaposição de indivíduos integrados em uma sociedade monárquica já altamente desenvolvida que, no máximo, eram apenas conscientes de seu grau de parentesco através da aparição étnica no censo.

ACUMULAÇÃO PRIMITIVA

Temos agora uma idéia geral das forças produtivas, os meios de produção, acumulação, e disposição, e a quem pertenciam. Não havia, por um lado, uma minoria social possuindo esses meios e acumulando-os em algumas lojas e, por outro lado, uma massa de expropriados forçados a vender sua força de trabalho a essa minoria para viver. De acordo com as análises posteriores de Marx e Engels, a África estava assim na fase da "economia natural," caracterizada pela produção apenas do que é estritamente necessário para a existência. Tal economia é um obstáculo à aparência do capitalismo. No entanto, examinando as coisas mais de perto, vemos que não era exatamente assim: nos mercados de Timbuktu, Djenné e em outros lugares, havia pessoas que produziam com o único propósito de revenda; E, como ressaltava Rosa Luxembourg, esta é a principal condição para a aparição do capitalismo. No entanto, se considerarmos a duração deste período de "economia natural" em África, é preciso perceber que o processo de "acumulação primitiva," isto é, a separação do trabalho e as condições do trabalho, ocorreu lá no ritmo lento de uma reação química secundária completamente insignificante quando comparada com a reação principal. Parece que foi o coletivismo Africano descrito no capítulo anterior, a segurança moral e material que este assegurava a cada indivíduo, o que tornou inútil,

senão supérflua, a acumulação de riqueza excessiva; Mesmo as riquezas do rei não parecem enormes por padrões modernos. Açambarcamento, usura, e todas as formas de concentração excessiva da riqueza individual são apenas o reflexo da ansiedade social, a incerteza sobre o amanhã, uma espécie de escudo para si e para os parentes contra um destino cruel. É numa sociedade individualista que vemos o crescimento de tal fenómeno: o mesmo ocorreu com o Ocidente ao longo de sua história. O individualismo Indo-Ariano, datado da antiguidade mais remota, e o sentimento de insegurança social inerente a ele, desenvolveram o espírito de luta pela vida mais do que em qualquer outro lugar. Quando se escreve a história das sociedades, veremos que, desde o período Egeu até nossos dias, a dos Europeus foi a mais dura, mais rude, e menos clemente para o indivíduo que era forçado, condenado a uma luta constante, para não desaparecer. Naturalmente, a luta pela vida é uma lei da natureza, mas ela se aplica ali [na Europa] mais do que em qualquer outro lugar. Sem qualquer margem de segurança, alguém cujos meios escassam afunda diante dos olhos indiferentes dos outros. Esta frieza social se estende muito além do período do capitalismo moderno para cobrir a história da Europa desde o tempo de Atenas até hoje. Nenhuma educação político-social mudou radicalmente a mente Ocidental a esse respeito. O progresso técnico e intelectual, devido à ocupação constante e necessária, a energia com que

se deve imperiosamente acumular cada vez mais riqueza, as formas peculiares que essas atividades assumem e sua repercussão sobre a ordem social, o desenvolvimento do mercantilismo — parecem fluir, em grande parte, de um mesmo princípio inicial. Até mesmo um certo amor ao risco resulta dessa necessidade: para escapar da escravidão na Europa, como vimos, era preciso ter um meio de apoio remunerador; A mesma razão social explicava a busca de uma herança ou de um crédito para estabelecer-se como agricultor-empregador no país ou encomendar um navio e tentar a sorte no alto mar. A ascensão e o desenvolvimento do comércio marítimo permaneceram, durante muito tempo, um negócio privativo, antes de serem assumidos por vários países Europeus.

Desde os dias de Homero até aos nossos, passando por Atenas, Roma, e a Idade Média, seria difícil encontrar um período com uma economia propriamente "natural." O mercantilismo herdado dos Cretenses e Fenícios passou e cresceu mais forte, exceto por alguns momentos de declínio. Dois fatores parecem ter estimulado o comércio: a pequena dimensão e, especialmente, a pobreza comparativa da pátria, por um lado, e por outro, uma certa fraqueza numérica da população que eliminava toda esperança de alcançar fortuna pela força das armas, pela conquista de outros países. A atividade comercial parece frequentemente a forma de

adaptação econômica das minorias. Tal foi o caso dos Fenícios, ao lado da poderosa nação Egípcia; Tal foi também o caso de Gênova e Veneza até a destruição de Constantinopla por Mohammed II; E os Líbano-Sírios e Israelitas em nossos tempos; Tal parece ter sido o caso de certos grupos Pretos Africanos, como os Djula, entre outros. A atividade comercial de Atenas deve ter sido estimulada pelo contexto geográfico e pela pobreza da Grécia. Numerosos e poderosos povos vivendo em regiões subdesenvolvidas, como os Germânicos, ao longo da história foram conquistadores. Nos tempos modernos, com mentes tão universais e pacifistas como Goethe, o impulso Germânico de norte a sul tomou um rumo literário: "Kenns du das Land morremos Zitronen bluehn?" (Você sabe que ele pousou onde os limoeiros florescem?)*

[* — Goethe, Wilhelm Meisters Lehrjahre, III, 1.]

Na medida em que o coletivismo Africano e o individualismo Europeu surgiram das condições materiais da existência, as considerações precedentes baseiam-se numa base objetiva.

Capítulo Sete

SUPERESTRUTURA IDEOLÓGICA: ISLÃO NA ÁFRICA PRETA

A análise das condições em que o Islamismo prosperou na África nos levará a ver o papel que ele desempenhou também na civilização do país.

Somente durante o movimento Almorávida da primeira metade do século XI alguns povos brancos, Berberes, tentaram impor o Islã à África Preta pela força das armas. Yahia ben Ibrahim, chefe das tribos Lemtuna e Djoddala, que ocupam respectivamente as regiões da Mauritânia Tangant e Adrar, foi o originador desse movimento. Em seu retorno de Meca, por volta de 1035, ele trouxe um pregador, Abdallah ben Yasin, para converter os membros das tribos sob sua jurisdição. O primeiro resultado foi falha total. O pregador estava a ponto de partir, quando Yahia conseguiu convencê-lo

de que era uma boa idéia para os dois de fazerem um retiro em um mosteiro fortificado, em uma ilha na foz do rio Senegal, e levar uma vida ascética, que através de seu exemplo poderia atrair alguns discípulos. Este foi o início do movimento Marabuto na África Ocidental ("marabout", do árabe el Morabbatin, que significa "vivendo em um mosteiro"): "Almorávida", por sua vez, deriva, por alteração, de el Morabbatin. De acordo com Ibn Khaldun, quando o número de discípulos tinha chegado a mil, Yassin disse-lhes: Mil homens não podem ser facilmente derrotados; Portanto, devemos agora trabalhar para permanecer firmes na defesa da verdade e forçar, se necessário, todos a reconhecê-la. Vamos deixar este lugar e cumprir a tarefa que nos é imposta.*

[* — Ibn Khaldun, op. cit., II, p. 69.]

PENETRAÇÃO PACÍFICA

Os Almorávidas cercaram Aoudaghast e Gana. Esta foi a única vez que tropas brancas tentaram impor o Islã através da violência.

Um dos discípulos de Yassin, o rei Uardiabi, converteu parte dos Tuculor no rio Senegal: eles tornaram-se aliados

zelosos dos Arabo-Berberes nas guerras santas, a partir do século XI.

O impulso Almorávida se deslocou para o norte através do deserto, através de Sijilmasa e do Magreb, para chegar a parte da Espanha. Ele não se espalhou, na África Ocidental, para o leste e para o sul: a conversão dessas regiões seria obra de Marabus autóctones.

A razão principal para o sucesso do Islamismo na África Preta, com uma exceção, conseqüentemente, decorre do fato de que ele foi propagado com paciência no início por viajantes solitários Arabo-Berberes a certos reis e notáveis Pretos, que então divulgaram-no sobre eles para aqueles sob sua jurisdição. Este foi o caso, de acordo com Bakri, com o rei de Mali, que ele chama de El Mussulmani, e que deve ter sido nada menos do que o rei Mandingue Baramendana Keita (1050), do qual Khaldun fala. Um viajante Muçulmano permaneceu por um longo tempo com ele quando a seca assolou a terra; a lenda diz que ele fez com que chovesse por suas orações. O rei, que considerou isso um milagre, então se converteu à nova religião. O que se deve enfatizar aqui é a natureza pacífica desta conversão, independentemente da lenda que a rodeia.

O PAPEL DOS CHEFES AUTÓCTONES

O segundo período da Islamização foi marcado pela conversão do povo, seja através da imitação automática de seus chefes, ou por alguma ação violenta desses chefes, às vezes ultrapassando suas fronteiras e tornando-se verdadeiras guerras santas: todas essas guerras santas conduzidas por chefes Pretos. O rei da cidade de Silla, no século XI, já estava travando uma guerra santa contra os habitantes de Kalenfu, * assim como Askia Mohammed contra o imperador Mossi Naséré, Amadu Sheiku contra o Damel de Cayor e Lat Dior Diop contra Koki em 1875.

[* — Al Bakri, op. cit., pp. 324-333.]

Ousman Dan Fodio (1801), El Hadj-Omar (1850) e Ahmadu Ahmadu (1884) foram os grandes conquistadores religiosos do Sudão no século XIX.

Com o sultão de Djenné, Konboro, testemunhamos o fenômeno da imitação automática do soberano pelo povo; Eles adotaram a fé do Islã imediatamente após a conversão do rei. O Tarikh es Sudan coloca este evento no sexto século da Hegira (século XII), * Sâdi não menciona o nome do estudioso Muçulmano que deve ter exercido uma influência religiosa sobre o rei de Djenné: mas o fato parece inegável; quando ele decidiu mudar de religião, convocou todos os Ulemas que viviam no país e renunciou à fé tradicional em sua presença.

[* — Sâdi, T.S., ch. V. 23.]

Esta instância corrobora as idéias já expressas. Estes Ulemas, esses marabus solitários, não só não puderam empreender qualquer ação militar para converter seus soberanos, mas necessitavam absolutamente da sua proteção e da boa vontade dos círculos político-sociais, para viver com segurança na terra durante o período de transição antes da conversão do rei.

Tais conversões reais foram, além do mais, levadas a sério pelo povo e todo o prestígio do soberano era necessário para que fossem aceitas. Ocorreu ocasionalmente que um rei convertido escondesse suas novas convicções religiosas de seu povo o maior tempo possível. Foi o caso de Kan-Mer, o filho de Bessi, que governava a cidade de Aluken, perto de Gao, nos dias de Bakri.*

[* — Al Bakri, op. cit., p. 334.]

O caráter especial das conversões efetuadas pelos chefes nacionais é que estes últimos, por mais impiedosos que fossem seus métodos, nunca poderiam ter sido considerados, aos olhos do povo, como opressores estrangeiros ou como ligados a tais. Impossível como era para o povo ver El Hadj-Omar e os outros como agentes de um poder de colonização, tão inevitavelmente os missionários os viram sob esta luz.

RAZÕES METAFÍSICAS

Uma terceira causa para o sucesso do Islamismo na África parece residir em uma certa relação metafísica entre as crenças Africanas e a "tradição Muçulmana." Nesta última há um mundo invisível, um sócia do visível; É realmente uma réplica exata dele, mas somente o iniciado pode vê-lo. O Askia Mohammed, ao empreender a sua peregrinação a Meca, tendo regressado por via do Egito, acampou não longe do Cairo para passar a noite. Ele estava acompanhado naquela época, entre outros estudiosos, um tal Salih Diwara; Este último foi capaz de "ver" e de apertar as mãos com o gênio Muçulmano, Chamharuch. De acordo com a "tradição Islâmica" narrada a Kâti, este era um gênio benéfico cujos seguidores eram como marabus e faziam peregrinações como eles. Em torno dele, havia alguns gênios libertos, pois nesse mundo espiritual há também escravos, alguns bons e alguns maus. Os gênios pagãos, malévolos, assim como seus contrapartes em nosso mundo visível, vão para o inferno quando morrem: eles passam seu tempo em atormentar-nos.*

[* — Kâti, T.F., ch. VI, pp. 123-126.]

Em 1928, após a morte de Amadu Bamba, criador da seita Maometana dos Murides, um grande vento varreu a região de sua capital, Djurdel, durante um dia inteiro. Estava a soprar

em direção ao mar, e foi espontaneamente concluído que este era o gênio que acompanhara o santo homem durante o seu exílio no Gabão, agora voltando ao oceano. Todo mundo estava convencido de que, durante sua vida, este gênio nunca saiu do seu lado, agindo de forma a ser confundido com um anjo da guarda.

Não é necessário dizer que esta concepção de um mundo dual é encontrada, sob diversas formas, nas crenças dos Africanos a tal ponto que eles se sentem completamente confortáveis no Islã. Alguns deles nem sequer sentem que mudaram seu horizonte metafísico. Foi isso que levou Dan Fodio a criticar severamente todos aqueles que, embora chamando-se Muçulmanos, continuam tais práticas como libações, oferendas, adivinhação, a Cabala, etc., e até mesmo escrever versos do Corão no sangue de animais sacrificados.*

[* — Cheikh Otmane Dan Fodio, *Nour-el-Eulbab* (Algiers, 1898), p. 7 (quoted in Leroi-Gourhan and Poirier, *Ethnologie de l'union française*, p. 359).]

O texto de Dan Fodio, embora bastante recente (século XIX), reflete uma tendência já imperativa nos dias dos Askias (séculos XV-XVII). As religiões Africanas, mais ou menos esquecidas, estavam em processo de atrofia e de esvaziamento de seu conteúdo espiritual, sua antiga metafísica profunda. A confusão de formas vazias que haviam

deixado para trás não poderia competir com o Islã no nível moral ou racional. E foi nesse último, no nível da racionalidade que a vitória do Islã foi mais impressionante. Essa foi a quarta causa de seu sucesso.

A imperiosa necessidade de racionalidade refletida nos escritos de Dan Fodio foi doravante mais satisfeita pelo Islã do que pelas moribundas crenças tradicionais. No entanto, deve-se notar que, no domínio da criatividade artística, o Africano Islamizado sofreu, durante muito tempo, um estrangulamento, uma espécie de empobrecimento cultural. Durante os primeiros anos do Maometanismo, era necessário um formalismo estrito, de modo a verificar qualquer retorno à idolatria através dos dispositivos da representação artística. Será lembrado sob quais condições o Islã triunfou sobre o Sabáismo. Portanto, era necessário proscrever durante séculos qualquer representação na forma animal, e mais ainda, na forma humana. A noção de Deus, especialmente, era uma que não poderia ser concretizada por meio da arte. Os exegetas do Islã podem perceber hoje que esta fase dos medos é considerada historicamente superada dentro da estrutura da evolução da consciência Muçulmana. É inconcebível que o renascimento da arte escultórica e pictórica (caracterizando a forma humana) possa implicar um retorno ofensivo à idolatria em qualquer país Muçulmano.

PODER DAS CRENÇAS RELIGIOSAS

Qual era a força da crença religiosa na África Islâmica pré-colonial, seu papel político e social, a marca que deixou?

No Sudão, o reinado de Askia Mohammed foi um divisor de águas. Antes dele parece, pelo menos até certo ponto, que o Islamismo dos imperadores de Gao era bastante frágil: com os últimos dois destes, se devemos acreditar em Kâti, havia uma hostilidade sem disfarce. Askia Mohammed era apenas o tenente de Sonni Ali, cuja fé era muito morna; Seu filho, Bâro, que o substituiu, recusou abraçar o Islão. Mohammed tornou-se um dissidente e instou insistentemente para que Bâro se convertesse. Após negociações que duraram cinquenta e dois dias e foram conduzidas em grande parte pelo estudioso Sâlih Diawara, já aliado com o futuro Askia, os dois entraram em batalha. Bâro permaneceu firme: não havia nenhuma chance de ele abraçar o Islão; Nisto, ele foi mais longe do que seu pai que aparentemente tinha sido convertido. A batalha terminou com sua derrota. Kâti considera que Deus assegurou assim a vitória do Askia sobre o infiel, que lembra bastante o episódio mencionado na Canção de Rolando [La Chanson de Roland]: Carlos Magno, o imperador Cristão, saiu vitorioso sobre os "Sarracenos" em Roncesvalles porque as espadas de seus homens, especialmente a de Rolando, foram guiadas pelo Anjo Gabriel.

Do ponto de vista Cristão, esta foi uma vitória da Luz sobre as Trevas.*

[* — Kâti, T.F., ch. V, pp. 104-106.]

O Islão foi, e permanece em grande parte, uma religião viva na África Preta, em contraste com o Cristianismo do Ocidente, que tende a tornar-se entre os Europeus um mero costume religioso. Os Askias incluíam os Ulemas em todas as decisões imperiais:

Depois de Sâlih Diawara ter informado o Askia do que testemunhou na sua entrevista com o chî Bâro, o príncipe reuniu seu conselho, formado pelos Ulemas, os notáveis, e os chefes de seu exército, e consultou-os sobre o curso de ação que ele devia seguir.*

[* — Idem., ch. V, p. 104.]

O Islão praticamente dirigiu o governo sob Askia Mohammed. O Cadi Mahmud não hesitou em despedir os enviados do Askia e pura e simplesmente se recusar a obedecer suas ordens. Não só isso não lhe fazia nenhum mal, mas ele era capaz de se dirigir ao Askia da seguinte maneira (usando a forma familiar "tu"):

Esqueceu-se tu, ou finge ter esquecido, o dia em que veio me ver em minha casa, e agarrou meu pé e minhas

roupas, dizendo: "Eu vim me colocar sob sua proteção e confiar a você minha pessoa, para que me salves das chamas do Inferno: ajuda-me e segura-me pela mão, para que eu não caia no Inferno, eu me confio a ti"? Essa é a razão pela qual eu despedi seus enviados e desobedeci suas ordens. *

[* — Idem., ch. VI, p. 117.]

Esta ação pela qual a pessoa confia seu quinhão metafísico, seu destino no futuro, a um santo vivo, é característica da fase Marabu do Islão na África Ocidental. Os Marabus são os intermediários vivos entre leigos e o Profeta, que está em comunicação direta com Deus. Depois da morte, os Marabus levantam seus discípulos até o Paraíso, levando-os sobre seus ombros, passando o Purgatório (em Wolof: djegi jirat). É enquanto o santo está dormindo que sua alma, seu duplo, deixa seu corpo para ir e realizar tais missões de resgate. Pode-se ver a razão pela qual mesmo um rei, como Askia Mohammed, sentiria que era imperativo confiar-se a um tal salvador. Assim, na África Preta até hoje, apesar das doutrinas formais do Alcorão, não há quaisquer crentes que se dediquem apenas a Deus e ao seu Profeta; Um terceiro personagem, aquele conhecido como seu Marabu, é necessário por todos os leigos, desde as massas até o soberano.

O poder do Islão era tal que poderia ter eliminado ou atenuado a escravidão na Idade Média caso tivesse decretado que a escravização de um homem por outro era um pecado mortal. Mas o ponto de vista do Alcorão sobre esta questão é sombreado. Pode-se ter um escravo sob as seguintes condições: para começar, se ele é um prisioneiro de uma guerra santa — mas então ele deve ser educado, cuidado, e convertido; Mas, por outro lado, é proibido tomar como escravo um Muçulmano tão bem educado como a si mesmo; Assim que um escravo deve ser libertado assim que alcançar o nível intelectual de seu mestre.

Seja como for, durante o período em consideração, é bastante claro que foi o medo do Inferno que manteve os fiéis dentro da disciplina moral da religião.

FUNDAMENTO MÍSTICO DO NACIONALISMO

O Islão tem sido, muitas vezes, o fundamento místico do nacionalismo Africano. Isso explica os épicos fantásticos do Mahdi (1881), o herói nacional e libertador do Sudão Anglo-Egípcio, de Rabah (1878), e dos Tuculores conquistadores do Rio Senegal e Sudão ocidental. As guerras do Mahdi, com seu carácter incomum, merecem um pouco mais de atenção. O Mahdi, de acordo com a tradição Muçulmana, é o Messias, o

Salvador que, antes do fim do mundo, trará toda a terra ao Islão. Proclamando-se tal, um Mohammed-Ahmed, um Sudanês de origem, galvanizou seus homens, e conseguiu derrotar Rashid-Bey, o governador de Fashoda. Em 1882, derrotou uma coluna Egípcia e ocupou todo o Kordofan: ele massacrrou completamente um exército de dez mil homens comandados por Hicks Pasha. Em 1883, Slatin Pasha, o governador Britânico de Darfur, e Lupton-Bey (o governador Britânico de Bahr-el-Ghazal, que assumiu apelidos Árabes como o primeiro) foram todos vencidos por ele. Eles capitularam em 1884. Ele Conquistou o país Berbere assim como o Sennar. Em 26 de janeiro de 1885, ele entrou na cidadela de Cartum e lá matou Gordon Pasha (Gordon Chinês). Oito-terços do território Sudanês foram reconquistados da coalizão Anglo-Egípcia oposta aos Pretos Sudaneses, quando ele morreu. * Sua vitória foi a mais valente considerando que os Sudaneses vitoriosos tinham apenas arcos e flechas, enquanto os Anglo-Egípcios estavam equipados com as armas de fogo mais modernas disponíveis. O Ocidente ficou estupefato com o evento, que provocou um grito de admiração de Friedrich Engels.

[* — Delafosse, op. cit., p. 113.]

A vitória de Amadu Sheiku sobre Lat Dior, citada anteriormente, deveu-se apenas a essas causas: o Damel de Cayor deveu sua salvação à ajuda do general Faidherbe, a

quem conseguiu aliar-se nessa circunstância. Os Tuculores, acompanhados de mulheres, lutaram cantando hinos que tiveram um efeito profundo tanto sobre os soldados quanto sobre os inimigos, segundo relatos que recebi da minha avó materna: os Tuculores foram fanatizados, os Cayorianos aterrorizados. O pseudo-nacionalismo secular destes últimos, o seu espírito mundano, rapidamente caiu diante da fé inabalável dos Tuculores, que, é claro, estavam convencidos de que iriam diretamente para o Paraíso quando morressem no campo de batalha desta guerra santa. O nacionalismo Africano entre eles havia encontrado um fundamento místico eficaz.

A diferença entre o extraordinário épico de Samori e o do Mahdi consiste no fato de que Samori, embora Muçulmano, agiu sem qualquer embasamento místico subjacente ao seu nacionalismo, como se tivesse pesado as conseqüências disso. Ele foi capaz de cristalizar a resistência nacional de quase todos os territórios da África Ocidental numa base estritamente secular sem a ajuda de qualquer crença, idéia ou poder estrangeiro para galvanizar suas tropas. Ele não fez guerras santas como fizeram Askia Mohammed ou os líderes religiosos do século XIX. Ele travou uma resistência nacional ao melhor "estilo Vercingetorix."

Em sua infância, Samori viveu nas circunstâncias das massas, como um chefe Africano raramente o fez. Talvez foi a

isso que se deveu à originalidade de sua ação política e de sua glória.

Embora de menor magnitude, a resistência de Behanzin, o último rei do Daomé (fim do século XIX), e de Lat Dior (Senegal) foram do mesmo tipo. Quanto a Chaka, o chefe zulu, será necessário fazer mais estudos para verificar se os Ingleses conseguiram canalizar sua "turbulência" para dentro, em direção aos outros clãs e tribos Africanas, ou se ele estava conscientemente se preparando para que, chegado o momento, pudesse desferir sobre eles um golpe decisivo.

O fato era que, devido ao *modus vivendi* que sempre foi respeitado, Chaka nunca travou uma guerra contra os Ingleses na África do Sul. Por outro lado, a organização militar e social com a qual dotou seu exército e seu povo foi a mais técnica e eficiente de todas as da África Preta nos tempos modernos. Contribuiu poderosamente para a rápida e sistemática fusão dos clãs e tribos Zulus e o nascimento das nacionalidades atuais na África do Sul.

As conquistas internas de Chaka foram tão rápidas quanto extraordinariamente extensas. É por todas estas razões que ele é às vezes referido como o Napoleão da África Preta ou pelo menos da África do Sul.

Chaka nunca seguiu exemplos Europeus.

RENÚNCIA AO PASSADO PRÉ-ISLÂMICO

O Islão, em contraste com o Cristianismo (atual), não leva em conta o passado tradicional. O Ocidente Cristão de hoje reconhece orgulhosamente sua herança clássica, pagã, e faz seu máximo para preservar as obras desse período. Não se descobre nada do tipo em países Islâmicos. O equivalente do passado pagão Ocidental deve ser silenciado, renunciado, permanentemente esquecido. Um museu em Meca cheio de relíquias do período Sabeu seria idolatria pura, uma iniciativa impensável do ponto de vista Muçulmano. Razões como essas explicam por que hoje os Pretos de Cartum têm um sentimento de vergonha ao reconhecer sua relação com o passado antigo de Meroë. As ruínas desse período, as oitenta e quatro pirâmides ainda existentes na antiga capital, o templo de Semna, a escrita Meroítica, os restos das observações astronômicas, os vestígios da indústria metalúrgica que fizeram do Sudão a Birmingham da antiguidade, tudo isso é de nenhum interesse porque está manchado com uma tradição pagã que nenhum bom Muçulmano pensaria em recordar. Como poderiam eles, com toda a decência, relembrar essas pessoas que não sabiam nada do Alcorão, e que não oravam como fazemos agora, um tempo antes da sabedoria religiosa?

"XERIFISMO" ["SHERIFISM"]

Poder-se-ia chamar de "Xerifismo" o irresistível impulso da maioria dos chefes Muçulmanos da África Preta de se ligarem, por qualquer tipo de acrobacia, à árvore genealógica de Maomé. Um dos meus tios, Mahtar Lô, manteve até ao dia de sua morte que vinte ancestrais, cujos nomes ele citaria, ligavam-no ao Profeta; Qualquer um que discordasse dele era um herege. Essa tendência se espalhou pela África após a introdução do Islão no século VIII. Todas as famílias reais, sem distinção, após a Islamização inventaram origens xerifianas para si mesmas, muitas vezes ajustando retroativamente a história local. Este foi o caso do ramo real dos Dias de Kukia, a antiga capital de Songhai, antes de Gao, até o século XI. Uma etimologia pós-Islâmica oral diz que Dia deriva de Dja Men el Yemen ("ele veio do Iêmen"). Parece que havia dois irmãos, nativos do Sul da Arábia, que chegaram a essa região no "estado mais lamentável", mal conseguindo ocultar sua nudez sob "pedaços de pele de animal." Sempre que lhes perguntavam de onde vinham, um deles responderia em Árabe com a expressão acima mencionada. Daí em diante, esse era o nome do mais velho dos dois. Depois que derrotou o peixe conhecido como o Demônio do Rio, que era o rei da região e periodicamente emergia da água para ditar suas leis, ele tomou seu lugar na chefia da nação e fundou a dinastia Dia.

Tais lendas proliferaram na África Preta desde que o Islão chegou e contribuíram para alterar a autêntica história do continente.*

[* — Sâdi, T.S., ch. I, pp. 4-8.]

Encontramos variantes destas para a gênese das primeiras dinastias de Gana, Bornu, Wadaï, de todo o Kordofan, e assim por diante. Por outro lado, uma migração a partir do Vale do Nilo parece inquestionável, na medida em que, até hoje, pode ser comprovada pelos nomes étnicos dos vários clãs.*

[* — Cf. Capítulo 10 abaixo.]

Esta migração, no entanto, não é mencionada em parte alguma, exceto nas lendas pré-Islâmicas que gradualmente se tornam cada vez mais vagas, segundo as quais, como observou Delafosse, os Pretos da África Ocidental relatam que seus antepassados vieram do leste, de entorno da "Grande Água." Veremos que muito provavelmente esta "Grande Água" é o Nilo e não o Oceano Índico.

A consciência da continuidade do passado do povo foi progressivamente enfraquecida por influências religiosas. Mesmo dentro de nossas próprias famílias, sabemos que os nossos pais preferem esquecer sistematicamente e manter seus filhos inconscientes de um certo passado "pagão," o qual tornou-se indiscreto mencionar, com exceção de algumas

reminiscências nostálgicas. Na busca por ancestrais tão distantes quanto o lêmén, eles poderiam muito melhor ter parado na Bacia do Nilo, Mas isso acontece cada vez menos porque, a partir do século VII, a história daquela região pareceu poluída pela imagem do Faraó, sobre quem a maldição Bíblica se perpetua no Islão.

Seja como for, a África Preta Maometana na Idade Média não foi menos original do que a Europa Cristã no final da antiguidade. Ambos os continentes foram invadidos da mesma forma por religiões monoteístas estrangeiras que acabaram por estar na base de toda a organização sociopolítica, governando o pensamento filosófico, e promovendo valores intelectuais e morais durante todo este período.

Uma hierarquia, tão poderosa, antiga, e permanente como a da Igreja Cristã é inexistente no Islão; ela é a réplica, no nível religioso, da antiga organização administrativa Romana. Imediatamente após as guerras dos tempos dos primeiros califatos, houve coexistência e tolerância recíproca entre as diferentes seitas. Nenhuma prevaleceu o suficiente para poder anatematizar as outras e considerá-las cismáticas, a fim de erigir uma hierarquia durável sobre seus próprios conceitos e sua própria interpretação dos textos religiosos. Esta situação deu origem na África Preta à possibilidade de

uma multiplicidade de seitas. Assim, ao lado da velha seita de Tidjane, nativa do Norte da África e propagada por El Hadj Malick Sy no Senegal, apareceu no início do século XX, a nova seita Muride criada por Amadu Bamba. As autoridades Francesas rapidamente interpretaram isso como a integração do Islamismo no nacionalismo local. Em vez de recomendar expressamente uma peregrinação a Meca, considerando as obrigações materiais que teria que cumprir em relação à sua família para estar em condições de fazer tal viagem, o Muridismo criou santuários ao nível local: Djurbel, a residência de Amadu Bamba, com sua mesquita, foi a substituta de Meca durante a vida do marabu. Depois de sua morte, ela foi transferida para Touba, onde ele está enterrado. Assim, de 1900 a 1935, nenhum Muride fez uma peregrinação a Meca; A idéia de fazer uma não ocorreu a ninguém, nem mesmo ao criador da seita. Cheikh Anta, o mais independente de todos os jovens irmãos de Amadu Bamba, pensou em fazê-la somente após a morte de Amadu Bamba.

Para recapitular, então, na Idade Média, a superestrutura religiosa desempenhou um papel igualmente importante na Europa e na África. O Cristianismo deu a organização político-administrativa Ocidental e assegurou a continuidade da consciência histórica. O Islão, na África Preta, simplesmente se sobrepôs à organização político-administrativa: mesmo quando, por consequência do

cosmopolitismo da época, um estrangeiro (Árabe ou de outra origem) era investido de uma posição pelo soberano, ele carregava o título indígena. O sentido de um passado antigo estava enfraquecendo, mas os cronistas Árabes observaram os acontecimentos da história Africana com objetividade louvável: seus escritos hoje continuam uma preciosa fonte de documentação.

Na Europa, como na África Preta Islâmica, a noção das sete artes, ou seja, o trivium e o quadrivium, foi levada adiante, como veremos no capítulo seguinte.

Capítulo Oito

NÍVEL INTELECTUAL: ENSINO E EDUCAÇÃO

A UNIVERSIDADE

Como na Idade Média Ocidental, o ensino estava nas mãos do clero que, no caso da África Ocidental, era Maometano. Os documentos agora à nossa disposição permitem-nos descrever em detalhes a vida intelectual da universidade, particularmente a de Sankoré, em Tombuctu. O corpo estudantil era constituído por todos aqueles que, independentemente da idade, possuíam uma sede insaciável de conhecimento. Hoje, é difícil para nós imaginar a extensão dessa necessidade entre os Africanos daquele período. A mesquita era ao mesmo tempo também o lugar da aprendizagem, a universidade. Não era um edifício oficial, mas

o empreendimento religioso de um cadi devoto, aparentemente ajudado, no início, pelo menos, pelo povo. Assim, o Cadi El Aquib restaurou a mesquita construída por Mohammed Naddi, a obra foi concluída entre 16 de julho e 14 de agosto de 1569. A Grande Mesquita de Tombuctu permaneceu por muito tempo inacabada, até que o Askia Daud, passando pela cidade, se comprometeu a ajudar o cadi, dizendo-lhe: "O que ainda está por fazer, tomarei sobre mim, será a minha parte neste piedoso empreendimento".*

[* — Sâdi, T.S. XVII, pp. 177-178.]

O cronograma dos cursos durava o dia todo, interrompido apenas nos momentos de orações. Alguns estudiosos até ensinavam durante parte da noite. Imediatamente após a oração, os alunos reuniam-se em torno do professor, que dava seu ensino, comentava sobre os textos e discutia-os com os alunos. Esses professores não eram pagos oficialmente: ensinavam pelo amor ao ensino; Em troca, desfrutavam de imenso respeito e gratidão por seus alunos (aprendendo o Alcorão) e por seus alunos mais avançados que, depois de dominar o Alcorão, passavam aos vários ramos do Ensino Superior. Na quarta-feira, o dia de folga da escola, alunos e estudantes, cada um, traziam-lhe alguns honorários, para ele viver. De acordo com Kâti, em Tombuctu, havia de 150 a 180 escolas do Alcorão, e um professor tal como um Ali Takaria cada quarta-feira recebia aproximadamente 1725

cauris; Cada um de seus alunos o trazia de cinco a dez cauris. * Os alunos do Alcorão também eram obrigados a trazer a lenha para o fogo em torno do qual a classe se reunia à noite e de madrugada.

[* — Kâti, T.F., XVI, p. 316.]

MÉTODO DE ENSINO

O método de ensino corrente era escolástico. As discussões realizadas naqueles dias sobre os textos podem parecer-nos, hoje, como sofismas inúteis; Tal não era o caso. O método gramatical então em uso, que consistia em esclarecer o significado gramatical do texto, era tão revolucionário que durante muito tempo foi considerado suspeito na Europa. A tentativa de captar o sentido exato de um texto e de se ater a ele, quer o compreendesse ou não, significava livrar-se de seu aspecto místico e revelado, e reduzi-lo às dimensões de um vocabulário profano. Portanto, por um longo tempo, muitos exegetistas evitaram aplicar esse método à Bíblia. Na África, a língua do Ensino Superior era o Árabe, assim como era o Latim para a Europa do mesmo período. O Alcorão era o equivalente da Bíblia; era o principal texto a ser estudado, aquele do qual derivaram todos os outros. Ele continha a soma de tudo o que existia: passado,

presente, futuro, todo o Universo. Era portanto necessariamente lacônico e denso; um texto tão curto para cobrir tantas coisas. O comentário, a explicação dos eruditos era assim imperativa em primeiro lugar. O lugar dado à explicação do Alcorão dentro dos programas educacionais é assim facilmente compreensível.

O PROGRAMA

Mas o que realmente era o programa? Recoleção das Sete Artes nunca desapareceu completamente na Europa, mas foram os Árabes que lhe introduziram os textos Aristotélicos, muito antes do contato dos Cruzados com Bizâncio. Eles introduziram os mesmos textos na África Preta no mesmo período. O Trivium, ou seja, o estudo da gramática, lógica Aristotélica (lógica formal, lógica gramatical), e retórica, estava na lista de assuntos ensinados, como mostrado no Tarikh es Sudan. O capítulo X dessa obra fornece as biografias de dezessete eruditos de Tombuctu, indicando todos os assuntos que haviam dominado. Quase todos eram dialécticos, retóricos, juristas, etc., que, além disso, tinham obras escritas mencionadas por título mas, na maior parte, ainda não recuperadas. Um deles, o famoso Ahmed Baba, teria deixado mais de setecentas obras. Cada um deles tinha uma biblioteca imensa, também perdida para nós hoje. A

tradição intelectual já estava bem estabelecida no tempo de Sâdi (século XVI). Sobre Mohammed Ben Mahmud, ele escreve: "Ele fez um comentário sobre o poema de El Moghili em Redjez sobre a lógica. Meu pai estudou retórica e lógica sob ele. Ele morreu no mês de Safar, em 973 [setembro de 1565]".*

[* — Sâdi, T.S., X, p. 66.]

O próprio Sâdi estudou todos esses assuntos e comentou vários textos; ele foi o discípulo de um habitante de Tombuctu, um estudioso de origem Uankori, com o nome de Mohammed Ben Mahmud Ben Abu Bekr.

Em uma palavra, ele foi meu professor, meu mestre, e ninguém foi mais útil para mim, diretamente ou através de seus escritos . . . Ele me concedeu diplomas de pós-graduação escritos por sua própria mão, cobrindo os assuntos que ele ensinara de acordo com os métodos dele ou de outra pessoa. Enviei-lhe um certo número de minhas obras; Escreveu sobre elas anotações bastante lisonjeiras para mim; Ele mesmo reproduziu os resultados de algumas das minhas pesquisas e ouvi-o citar algumas delas em suas palestras, mostrando assim sua imparcialidade, sua modéstia e seu respeito pela verdade em todas as circunstâncias. Ele estava conosco no momento de nossa desgraça.*

[* — Idem., pp. 76-77.]

ATRIBUIÇÃO DE DIPLOMAS

Este texto informa-nos da existência de diplomas, da forma como eram atribuídos (a mesma que a da Europa do período), do seu carácter individual. Um diploma foi por muito tempo nada mais do que um certificado de estudo conscienciosamente concluído. Podemos ver aqui um aspecto das práticas intelectuais, com a menção dos trabalhos utilizados como documentação, a existência de atividade de pesquisa. Pensar, assim, era uma atividade consciente; como tal, estava se tornando científica.

DESENVOLVIMENTO INTELECTUAL

Na Idade Média, quatro séculos antes de Lévy-Bruhl escrever seu *Primitive Mentality* [Mentalidade Primitiva], a África Preta Muçulmana já comentava a "lógica formal" de Aristóteles e praticava a dialética. Sâdi menciona por nome o dialético El-Qalqachandi.*

[* — Idem., X, p. 65.]

Os estudantes vinham de todas as direções, todas as regiões: "Nessa época, a cidade estava cheia de estudantes Sudaneses, Ocidentais, em perseguição ardente da ciência e da virtude."

[* — Idem., X, p. 78.]

O quadrivium também havia sido introduzido na África Preta pelos mesmos meios na mesma época. Ele não se desenvolveu lá tão bem quanto o trivium. As quatro disciplinas que o constituem (aritmética, geometria, astronomia, música) pertencem ao domínio da ciência, do conhecimento, que os Muçulmanos foram levados a negligenciar através de uma certa interpretação do texto Corânico. Uma vez este último abrange tudo, inclusive o futuro, a verdadeira ciência consistia em sondar suas profundezas; A religião era o centro de tudo; todo conhecimento era meramente secundário para a mente, qualquer que fosse seu valor prático; tais considerações são verdadeiras para todo o mundo Muçulmano, Asiático e Africano. No século sétimo, os Árabes, tendo herdado o conhecimento da antiguidade, estavam mais avançados do que o Ocidente nas ciências exatas, que eles, em grande parte, introduziram na Europa. Mas enquanto o Ocidente desenvolveu essas ciências, o mundo Arabo-Africano meramente permaneceu onde estava e até retrocedeu em algumas áreas. O Islão tornou supérfluos os desenvolvimentos sistemáticos do quadrivium: a "raça" dos matemáticos e pesquisadores isolados Árabes desapareceu progressivamente em vez de se expandir. Os Europeus, por outro lado, eram *ahlul kitâb*, "aqueles que acreditam nos livros, aqueles dos

livros," aqueles que acreditam que as soluções para todos os problemas profanos se encontram na natureza e que se dedicam sistematicamente à sua busca relativamente vã.

Esta situação continuou até nossos dias. Meu tio anteriormente mencionado se vangloriava de ser um dos poucos que tinha algum conhecimento de astronomia, de estar interessado neste reino de conhecimento, considerado vão por não levar diretamente a Deus. No entanto, um certo tipo de escolasticismo vê tudo como derivando da Unidade Divina e deve, portanto, ter levado à justificação e revalorização da ciência. Na comunidade Muride, a escola de Guédé, a aldeia no Baol, com o professor M'Backé Busso ensinava matemática, mecânica aplicada, alguns aspectos da termodinâmica (motores a vapor) e, sobretudo, a medição precisa do tempo, qualquer que fosse a condição do céu, esta última atividade sendo conectada com a necessidade de orar exatamente na hora. Esta escola, na década de 1930, estava a caminho de lançar uma investigação científica da mesma qualidade da que existiu durante a Renascença, baseada exclusivamente em fontes Árabes, sem qualquer influência direta da Europa. Nenhum de seus membros podia ler ou escrever em Francês. Seu conhecimento astronômico estava bastante bem desenvolvido devido à necessidade de encontrar a direção de Meca pela observação celestial, mesmo para além dos horizontes familiares. No entanto, seria

errôneo supor que seu nível geral atingiu o de uma classe em matemática elementar. Somente o caráter científico, a qualidade do pensamento na escola de Guédé merece nossa atenção. Bachiru M'Backé é hoje, com toda probabilidade, o marabu melhor versado nos movimentos científicos modernos. De nossa conversa no verão de 1950, eu aprendi que a física atômica não está fora da sua alçada. Cheik M'Backé é, de longe, de todos o mais extraordinariamente aberto ao pensamento filosófico; Seu duplo acesso ao Francês e ao Árabe permitiu até mesmo que ele se familiarizasse com o Marxismo.

Entre os Tidjanes, com os quais estou menos familiarizado, acredito que Abdul Aziz, Ahmadu Sy, Mustafa Sy, Malik Sy e o jovem Cheikh Tidjane Sy são os mais desenvolvidos nas áreas do conhecimento. A estrutura da sociedade marabu, seus costumes atuais e preocupações são exatamente os mesmos que a quatrocentos anos atrás, como o Tarikh es Sudan nos permite ver.

Os estudiosos Sudanêses da "Idade Média" Africana eram da mesma qualidade intelectual que seus colegas Árabes; Por vezes, eles foram ainda melhores. Assim, Abderrahman-El-Temini, um nativo do Hedjaz trazido ao Mali por Kankan Mussa foi capaz de descobrir:

Ele se estabeleceu em Tombuctu e encontrou esta cidade cheia de juristas Sudaneses. Assim que ele percebeu que eles sabiam mais do que ele em assuntos legais, partiu para Fez, dedicou-se ao estudo da lei lá, então retornou novamente a Tombuctu para se estabelecer aqui.*

[* — Idem., X, pp. 83-84.]

Os livros de Kâti e Sâdi provam que a consciência histórica existia de forma muito definida, com um sentimento por datar eventos muito precisamente. Kâti foi ainda mais longe e expressou seu medo de passar erros para a posteridade. O Tarikh es Sudan fornece não só o ano, mês e dia, mas até mesmo a hora sempre que possível. Após a verificação essas datas acabaram por se provar exatas em quase todos os casos. Era costumeiro se trabalhar a partir de documentos, citar autores anteriores ou contemporâneos, construir-se imensas bibliotecas à expensas de sacrificar todas as outras necessidades, e escrever livros. Kâti comentou longamente sobre um salvo-conduto mutilado, considerado um documento.*

[* — Kâti, T.F., VI.]

Os escritos de Khalima Diakhaté (um estudioso na corte de Lat Dior, cerca de 1858), Amadu Bamba, El-Hadji Malik Sy, Mussa Ka, et. al., São meramente a continuação em nossa

própria época deste poderoso movimento intelectual de séculos anteriores. A escrita era feita em papel e a caligrafia tornou-se uma arte, como na Europa na Idade Média.

Ele [Askia Daud] foi o primeiro a encomendar a construção . . . de bibliotecas; ele empregava escribas para copiar manuscritos e muitas vezes fazia presentes dessas cópias aos Ulemas.*

[* — Idem., XI, p. 177.]

O filho do Askia Kati conta a bondade do Askia Daud para com seu pai: "Então ele comprou-lhe esta cópia do Qâmus [dicionário]: a um preço de oitenta mitkâls." *

[* — Idem., XI, p. 201.]

O autor do Tarikh es Sudan e outros estudiosos do período escreveram, como podemos ver acima, várias outras obras, das quais todos os traços foram perdidos. Também foram perdidos os arquivos judiciais e administrativos: os assistentes de cadis mantinham minutas das sessões. Mas toneladas de documentos desapareceram. Pode ser que esses manuscritos, dos quais os estudantes da época fizeram várias cópias, agora repousem entre os restos de bibliotecas hereditárias esquecidas no Sudão. Foi justamente em tais circunstâncias que o Tarikh es Sudan e o Tarikh el Fettach foram descobertos. Portanto, vale a pena continuar

procurando esses documentos nos arquivos e bibliotecas do norte da África, Espanha, Portugal, Egito, Bagdá e talvez até nos anais dos Chinsese. Nossos estudiosos Árabes têm seu trabalho delineado. Eles já podem trabalhar nos manuscritos descobertos por M. Gérincourt sobre a história da África Preta.

Estes são trezentos artigos que repousam no Instituto desde 1900, pela falta de um tradutor. Se Sâdi deve ser acreditado, a tradição intelectual cobriu um período enorme, a extensão do qual não sabemos hoje. Depois de ter demonstrado que os antigos tinham o hábito de anotar os acontecimentos históricos e transmiti-los às gerações futuras, ele ainda insiste em uma espécie de retrocesso do aprendizado em sua própria época (séculos XVI-XVII).

A geração que se seguiu não teve as mesmas preocupações; nenhum de seus membros tentou seguir o exemplo da geração passada. Não havia mais ninguém com a nobre determinação de conhecer os grandes homens do mundo ou, se houvesse alguns indivíduos consumidos com essa curiosidade, eles eram muito poucos em número. Daí em diante, só restavam mentes vulgares entregues ao ódio, à inveja, e à discórdia, que só se interessavam pelas coisas que não lhes diziam respeito, pelas fofocas, difamações, calúnias dos vizinhos, por todas aquelas coisas que são a fonte do pior de nossos problemas.*

[* — Sâdi, T.S., Introduction, pp. 2-3.]

O autor retoma a análise do colapso da ciência histórica no Sudão:

Fui testemunha da ruína da ciência [histórica] e do seu colapso e observei que suas peças de ouro e sua pequena mudança estavam desaparecendo. E então, como esta ciência é rica em gemas e fértil em lições, uma vez que fornece ao homem conhecimento de seu próprio país, de seus antepassados, seus anais, os nomes dos heróis e suas biografias, eu supliquei por ajuda divina e me comprometi a registrar tudo o que eu tinha sido capaz de observar sobre os príncipes Sudanêses da raça de Songhai, contando suas aventuras, história, façanhas e batalhas.*

[* — Idem., p. 3.]

Esses textos, escritos por um erudito Preto no século XVII, nos permitem formar uma imagem exata do nível intelectual da elite Africana da época e de suas aspirações científicas e éticas. Eles revelam, entre outras coisas, a consciência histórica do autor e a importância que ele já atribuía à história na vida de um povo. Uma vez que Sâdi foi posteriormente nomeado Imame da mesquita de Sankoré, podemos ter alguma idéia do nível geral necessário para preencher esse cargo.

Seus métodos de trabalho, como os de kâti, * que examinaremos mais adiante, revelam mente altamente racional e dedutiva.

[* — Kâti começou a escrever seu livro em 1519.]

Não devemos nos deixar enganar pelos eventos sobrenaturais ocasionais relatados nesses escritos: de acordo com o Islão — assim como com outras religiões — o mundo divino não está de acordo com a lógica comum. Essa mesma sobrenaturalidade é encontrada em outros eruditos Árabes, como Bakri, que relata, com base em relatos de testemunhas às quais ele parece acreditar completamente, o acoplamento [cópula] de cabras com a vida vegetal. Isto está na descrição da impregnação de cabritos pequenos na cidade de Iserni no alto Senegal.*

[* — Al Bakri, op. cit., pp. 331-338.]

Kâti dedica um parágrafo à etimologia de Soni (Chî), fornece os nomes dos autores que são suas autoridades, tais como Bâba Gûro, discursa sobre a data da introdução dos títulos de askia e de hi-koï, cita vários documentos e Discute-os detalhadamente. Ele havia realizado uma extensa investigação sobre a origem comum dos Sonis, o Askia Mohammed, e todos aqueles com o sobrenome de Moï.

Entretanto, questionei todas as pessoas que conheci vindas de Kanâga, Bîtu, Mali, Diâfurnu, etc., perguntando-lhes se nos seus respectivos países havia uma tribo chamada Moï-Kâ ou Moï-Nanko, e todos responderam: Nunca vi nem ouvi falar de algo assim." *

O autor estava muito consciente de seu dever como pesquisador:

A construção da capital [do kanfari] foi então iniciada. De nossa pesquisa sobre a história cronológica deste período, parece que o tempo era o ano 902 [2 de setembro de 1496 a 29 de agosto de 1497]. O número de pedreiros empregados no início era de exatamente cem. Eles estavam sob a direção de um Uahab Bari.*

[* — Idem., VI, p. 123.]

Muito antes da colonização, então, a África Preta tinha aderido à civilização. Poder-se-ia argumentar que esses centros de civilização eram, em sua maioria, influenciados pelo Islão, e que não havia nada de original, nada especificamente Africano sobre eles. Tudo o que foi [exposto] antes nos permite avaliar isso. Além disso, temos sublinhado que a Europa Cristã na época não era mais original do que a África Preta Maometana; O Latim, até o século XIX, permaneceu a linguagem da ciência. Gauss, "o príncipe dos matemáticos," escreveu suas memórias em Latim.

O esquecimento de nosso passado agora se torna um fato tangível. Tanto quanto os documentos permitem, como fizemos, a ressuscitação, a defossilização da história Africana para os últimos dois mil anos, tanto que a memória foi expulsa de nossas consciências durante o período colonial.

Ao lado do Sudão Islâmico, na região do Benin, outro centro estritamente tradicional da civilização brilhou com incomparável brilho: pode-se dizer, sem exagero, que a arte "realista" de Ifé e do Benin, com suas proporções harmoniosas, seu equilíbrio, sua serenidade que faz pensar em certas obras Gregas do século VI, representa o "classicismo" escultórico Africano. Os Iorubás tinham sido civilizados tão bem como os Africanos Islamizados: estudos inteiros deveriam ser dedicados a essa civilização.

A África Preta desenvolveu suas próprias escritas. No Camarões existe uma escrita hieroglífica, cujo desenvolvimento sistemático (pelos Ndyuya) pode ser de data recente, mas não a sua origem. A escrita silábica dos Vaï na Serra Leoa e a cursiva dos Bassa foram estudados pelo Dr. Jeffreys. O sistema Nsibidi é alfabético. Na Serra Leoa, essas escritas foram até usadas para a escrita de alguns textos modernos. Há cinco anos, realizou-se uma assembléia para discutir tanto os meios de defesa contra a invasão por caracteres Ocidentais como a introdução de fonemas

estrangeiros. Assim, é uma escrita que ainda tem uma certa vitalidade.

Era costumeiro dar à ciência um caráter de revelação: isso a tornou mais prestigiosa. Kâti não hesita em atribuir uma boa parte dos resultados de suas investigações ao benevolente gênio Shamharuch: ele é o verdadeiro revelador do conhecimento. Ele foi quem permitiu que a origem dos Songhai e de outras tribos fossem rastreadas.*

[* — Idem., I, p. 48.]

Por tais processos de pensamento, o Alcorão gradualmente foi transformado em uma espécie de Livro de Thoth. Os Egípcios acreditavam que este livro continha todas as fórmulas mágicas cujo encantamento, de acordo com um ritual prescrito, permitia controlar o universo em todas as suas formas. Esta mentalidade, que se encontra em toda parte na África Preta, remanescente das crenças da Idade Média, teve uma influência sobre o Alcorão: a recitação de um dado verso permitiria encontrar objetos perdidos, um outro versículo protegeria a pessoa contra seus inimigos , ou contra a má sorte, e assim por diante, porque o Profeta supostamente teria pronunciado-os em circunstâncias idênticas.

A IMPORTÂNCIA DO XERIFE

Na mesma linha, não se pode exagerar a importância do Xerife, isto é, o descendente do Profeta, na vida social da época. Quando Askia Mohammed fez sua peregrinação, ele implorou ao califa Abássida Mulay Abbas para convencer um desses personagens santos a ir morar com ele no Sudão. Pensava-se, de fato, que tal pessoa irradiava bem-aventurança ao seu redor; o chão em que andava, as suas roupas, tudo o que tocava, tudo assegurava salvação; seu olhar, seu aperto de mão eram salvadores. Os habitantes de um país inteiro poderiam assim aderir ao paraíso associando-se com um Xerife que vivesse em sua terra. Essa crença explica toda a consideração que a África Preta até nossos dias demonstrou aos Xerifes. Não só eles estavam isentos de todos os deveres de cidadania (impostos, etc), mas eles receberam presentes de valor impressionante. Foi com um presente de cem mil dinares, quinhentos escravos e cem camelos, se quisermos acreditar Kâti, que Askia Mohammed cumprimentou o Xerife enviado de Meca por Mulay Abbas. Este último não hesitou em decretar em uma carta todos os tipos de isenções administrativas para o Xerife, como pré-condições para sua viagem. Imediatamente após a recepção desta mensagem, o Askia cumpriu com o seu secretário, Ali ben Abdallah, elaborar no local um edital concedendo todos esses privilégios em todo o país, que ele deu a seu convidado ilustre. Estas vantagens,

devido ao fato de serem descendentes do Profeta (especialmente na África Preta), são a razão pela qual a maioria dos Árabes, até mesmo Berberes Muçulmanos da Mauritânia, inventam árvores genealógicas Xerifianas inteiras em terras Pretas, onde a verificação de sua autenticidade é praticamente impossível. Os descendentes que eles deixam aqui e ali em grande medida explicam as afirmações de certos Africanos, de ascendência mais ou menos mista, de que são de origem Xerifiana. De quatrocentos anos atrás (o tempo de Kâti e Sâdi) até hoje, a situação permaneceu inalterada. *

[* — Idem., 1, oo. 23-30.]

Os Xerifes, a fim de manter e aumentar o seu prestígio, fazem uso consumado de drogas (ópio e haxixe) que eles discretamente misturam com tabaco para fumar ou dar a seus seguidores (os tâlebs) para mascar. Isto dá origem a visões maravilhosas. O crente que volta aos sentidos quando os efeitos da droga se esgotam está assim convencido de que as portas do céu lhe foram abertas por um momento e que ele foi assim milagrosamente, divinamente transportado para o paraíso. Tais práticas, naqueles dias, eram de uso comum em todo o Oriente religioso. O Askia Mohammed foi vítima delas assim que o personagem santo que ele tinha chamado tão alto chegou. Todos os outros foram excluídos de modo que os dois homens pudessem se encontrar tête-à-tête [cara-a-cara], após

o que o Askia relatou: "Eu vi o mundo inteiro como se transformado em uma massa de água, as estrelas pareciam vir desta água e subir para os Céus e pássaros pareciam convergir ao meu redor e matar um ao outro . . ." *

[* — Idem., 1, p. 39.]

lu	ni	ju	ndu	ju	ya	cu
fa	fe	fe	fi	fo	fo	fu

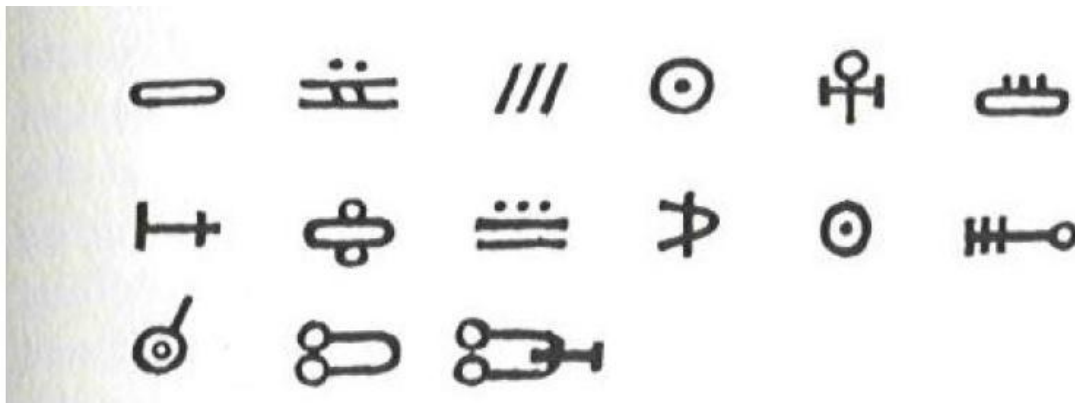
Alguns caracteres do vaï escrito (les peuples et les Civilisations de l'Afrique por Baumann and Westermann.)

a	b	c	d	e	f
g	h	i	k	l	

Símbolos Nsibidi.

𐌵𐌹𐌺𐌵	to speak	(falar)
𐌵𐌹	crab	(Caranguejo)
𐌵𐌹𐌹	garden	(Jardim)
𐌵𐌹𐌹	judge	(Juiz, Julgar)
𐌵𐌹𐌹	to play	(Jogar, brincar,)
𐌵𐌹𐌹	read	(ler)

Palavras Bassa.



Caracteres escritos comuns entre *mende* e Egípcio.



Caracteres escritos comuns entre *moum* e Egípcio.

Palavra moum	Significado	1907 1º	1911 2º	1916 3º	1918 4º	Valor Fonético
'pwô	braço					pwô p
mi	rosto					mi m
na	cozinhar					na n

Vários exemplos da evolução da escrita *moum* entre 1907 e 1918.

SOBREVIVÊNCIA DA TRADIÇÃO PRETA NA EDUCAÇÃO

Agora é hora de examinar que partes da educação tradicional sobreviveram à experiência do Islão. O Africano tem uma concepção aparentemente paradoxal da formação do indivíduo e da construção do caráter. Ele acredita que é durante a primeira infância, antes do estabelecimento de hábitos nocivos, que corpo e mente devem ser treinados para a resistência física e mental. A escola Corânica na África Muçulmana tornou-se o local para esse treinamento; A freqüência começa entre as idades de quatro e cinco. Fora de grandes cidades como Dakar, Saint-Louis, Bamako, etc, as crianças são separadas de seus pais por meses e até anos. É a exceção escolher um professor da mesma vila; nesse caso, a criança não estaria na condição de isolamento material e

moral considerada indispensável à formação de sua personalidade. Ela seria vítima de um excesso de afeto materno. Eu fui assim enviado por quatro anos a Koki, voltei para o planalto de Diourbel [Djurbel-Plateau] * e novamente para Ker-Cheikh (Ibra Fall).

[* — To Ker Gumag (a Casa Grande, aquela de Ahmadu Bamba, o fundador do Muridismo).]

Em média, pode-se recitar o Corão aos onze anos, sem ser capaz de traduzir uma única passagem do mesmo. Se é capaz até mesmo, nesta época, de escrever o texto inteiro de cabeça [memória], incluindo a pontuação apropriada. Este primeiro ciclo de estudo, que termina aos onze anos, constitui o nível primário; A seguir, entra-se no que se pode ser chamado de ensino secundário e superior, tendo como programa o estudo da gramática, da lei Maometana, e da história — especialmente a da Ásia Islamizada — bem como o tema teoricamente proibido da Cabala (que é útil para fazer talismãs). Versos Corânicos também são usados para esta finalidade.

Antes do Islão, as crianças eram marcadas pelo período passado com outros membros da sua geração no momento da circuncisão: isto durava aproximadamente um mês, o tempo que levava para a operação cicatrizar. Normalmente se era

circuncidado aos vinte anos. Este costume foi alterado na África Muçulmana, onde a criança foi circuncidada o mais cedo possível, entre seis e dez anos de idade, durante o tempo de sua escola Corânica. Seja como for, todos os grupos de circuncidados formam classes pela idade e são iniciados nos segredos do universo no mesmo dia, na conclusão deste ordálio. Assim, estabelece-se um laço de solidariedade que perdura ao longo da vida: este implica apoio mútuo em tempo de desgraça, lealdade, camaradagem aberta e familiaridade forte. Este laço é mais forte do que aquele que une os soldados que serviram no mesmo uniforme, porque sente-se um tipo de medo religioso ou moral de quebrá-lo, ou de não respeitar as obrigações inerentes a ele: A pessoa é, de acordo com uma expressão Wolof, um mbok lel , isto é, um membro do mesmo "local". O "local" é o estabelecimento fortuito estabelecido pelos próprios indivíduos circuncidados, fora da aldeia, longe de qualquer outra habitação e, sobretudo, longe das mulheres.

Um indivíduo mais velho, já circuncidado, tendo tido a experiência, dirige todas as atividades locais por todo o período. Sendo já iniciado, junto com alguns de seus contemporâneos ele trabalha por um mês em iniciar o grupo mais jovem. Durante o dia eles vão à caça, armados com duas varas (chamadas lengué), usadas para abater aves domésticas quando eles invadem uma aldeia para pegar suprimentos à

força. A tradição tolera esse tipo de pilhagem nas circunstâncias. Os rostos dos saqueadores estão cobertos de cinzas, tornando-os irreconhecíveis; eles pintam seus "boubous", seus barretes "Frígios" da liberdade, às vezes até mesmo seus rostos. À noite, eles se reúnem ao redor do fogo no local para cantar e resolver os enigmas [riddles] do sélbé (o segundo no comando do local). Estas canções são a mais pura variedade de poesia folclórica na África Preta: merecem ser coletadas de um extremo do continente ao outro. Elas contêm praticamente todos os enigmas que o jovem circuncidado é esperado para resolver; ele deve compreender e explicar o significado das alusões feitas neles, o verdadeiro significado de seu vocabulário especial. Com o treinamento dado ao jovem circuncidado, a disciplina a que está sujeito, o local é, em mais de uma maneira, remanescente do quartel do exército; ele dá os toques finais à sua educação, é seu rito de passagem à maturidade, e sua entrada para "a cidade," no sentido desse termo na antiguidade.

Há uma tendência na África Muçulmana a negligenciar a educação física, especialmente entre o clero. Esta não é uma situação nova: Sâdi tinha enfatizado suas desvantagens. Quando os estudiosos de Tombuctu, fugindo de Sonni Ali, quiseram ir montados em camelos até Biro (Ualata), tiveram a maior dificuldade em permanecer em suas montarias, pois

eram tão fracos e macilentos, tão pouco acostumados ao esforço físico:

No dia da partida, podiam-se ver homens maduros, com barbas cheias, tremendo de medo quando iam montar nos camelos, e depois caíndo de volta ao chão assim que os animais se punham de pé. Era simplesmente que nossos antepassados virtuosos mantiveram seus jovens atados a eles, de modo que cresceram sem saber nada das coisas desta vida, porque quando jovens nunca haviam brincado. Mas brincar nessa idade molda um homem e ensina-lhe muitas coisas. Os pais então lamentaram ter agido como o fizeram e, quando eles voltaram para Tombuctu, eles deram a seus filhos tempo para brincar, e relaxaram as restrições que lhes tinham imposto.*

[* — Sâdi, T.S., XII, p. 106.]

LEMBRETE HISTÓRICO: A INVASÃO MARROQUINA

Podemos concluir este capítulo por uma breve lembrança da Guerra Sudanesa—Marroquina de 1593. As tropas Marroquinas enviadas por Mulay Ahmed estavam sob o comando de Djuder. Graças às armas de fogo que tinham, eles foram facilmente vitoriosos sobre as tropas de Askia Ishâq II, e apossaram-se de Tombuctu. A ocupação Marroquina foi tão

curta quanto violenta e limitada. Limitada, porque a autoridade real dos pashas, que representavam o rei do Marrocos, de fato nunca foi além de Tombuctu. Desde o reinado de Ishâq I, o Marrocos se interessava pelas minas de sal de Teghezza, a área que formava a fronteira norte de Songhai, no Trópico de Câncer. Um governador Sudanês, o mondzo de Teghezza [Teghezza-mondzo], tradicionalmente administrava esta área fronteiriça, da mesma forma que os farbas de Ualata e Aoudaghast. O Trópico de Câncer, em geral, era o limite da África Preta; Além daí, havia uma terra-de-ninguém que se estendia até o sul de Marrocos e Argélia. De acordo com Sâdi, o sultão do Marrocos, após ter recolhido secretamente toda a inteligência útil a respeito das forças de Gao naquele tempo, enviou deliberadamente suas tropas para o país. O primeiro comandante destas tropas, Djuder, foi rapidamente substituído por Paxá Mahmud ben Zergun, porque não tinha sido implacável o bastante. Este último empreendeu imediatamente dentro de Tombuctu uma série de ataques, massacres, e extorsões de todo tipo, cujo caráter cruel desafia a imaginação — particularmente quando se considera que as vítimas não eram apenas irmãos na religião, mas principalmente estudiosos e juristas. Toda a intelligentsia Sudanesa foi enganada para se reunir na mesquita de Sankoré e ser capturada; todas as portas foram seladas, então todos os presentes foram soltos "com exceção dos juristas, seus amigos, e seus seguidores." Eles foram assim presos por

Zergun, em 20 de outubro de 1593, sem que tivessem conspirado, sem qualquer pretexto. Eles foram divididos em duas colunas, a fim de serem levados para sua nova residência forçada. Uma dessas colunas foi completamente massacrada no caminho como resultado de um incidente. Sâdi fornece a longa lista dos nomes das vítimas, todos os estudiosos e homens instruídos, que foram depois enterrados no campo de um oleiro:

Entre as vítimas deste massacre havia nove pessoas pertencentes às grandes famílias de Sankoré: o sábio jurista, Ahmed-Moyâ, o devoto jurista, Mohammed-El-Amin, e assim por diante. . . *

[* — Idem., XXIV, p. 259.]

Uma ordem foi emitida a Amrâdocho, sob quem o massacre tinha ocorrido, para enterrar os cadáveres dentro de sua própria casa. As residências desses notáveis foram completamente esvaziadas de todos os seus pertences:

Os homens do paxá levaram tudo o que puderam colocar suas mãos, forçando tanto homens e mulheres a despir-se para que pudessem procurá-los. Eles então abusaram das mulheres e as levaram, assim como os homens, para a casbá, onde foram mantidos em cativeiro por seis meses.*

[* — Idem., p. 261.]

No final deste período, os prisioneiros foram deportados para Marraquexe: o famoso Ahmed Baba, o estudioso altamente educado de Tombuctu, estava entre eles: "Eles partiram assim em um grande grupo desordenado de pais, filhos, netos, homens e mulheres, todos juntos . . . A caravana partiu no sábado . . . 18 de Março de 1594." *

[* — Idem., p. 264.]

Zergun seria mais tarde desgraçado por ter dado ao sultão apenas cem mil mitkâls do imenso espólio que tinha exortado dos Sudaneses. Enquanto isso, a resistência nacional começou a se organizar em torno do Askia Nuh, que não aceitara a dominação Marroquina. Todos os habitantes da região de Gao o seguiram para o sul, para a terra de Dendi. Durante dois anos, ele acossou as tropas Marroquinas às vezes infligindo-lhes derrotas sangrentas, apesar da desigualdade de armas entre eles. Durante um encontro, Paxá Zergun foi morto, sua cabeça foi cortada e enviada para o Askia Nuh. Os Marroquinos tentaram estabelecer como Askia um indivíduo favorável a eles (Seliman), mas ele nunca foi aceito pelo povo. Shah-Makaï estudou as táticas militares dos Árabes, que na época eram copiadas daquelas dos Turcos. Ele então se juntou ao movimento de resistência, acossou as tropas Marroquinas, e causou-lhes grandes perdas. *

[* — Idem., p. 276.]

É impossível descrever todas as voltas dramáticas desta guerra atroz travada por Marrocos contra a África Preta. Nossa citação, na página 195 [a página seguinte], dá uma idéia da extensão da desolação, da pobreza, e da ruína em que o país caiu; pessoas foram até reduzidas a comer carne humana, como ocorreu durante a Guerra dos Cem Anos na Europa. A peste devastou a terra, como resultado de um enfraquecimento da higiene. Kâti e Sâdi concordam em situar neste momento a corrupção da moral e, especialmente, a introdução da sodomia na África Preta.

Não se pode enumerar completamente todos os males e perdas sofridos por Tombuctu através da instalação dos Marroquinos dentro de seus muros; Jamais se poderia exaurir a lista de atrocidades e excessos que cometeram ali. Para construir barcos, eles arrancaram as portas das casas e derrubaram as árvores da cidade.*

[* — Kâti, T.F., XV, p. 282.]

A autoridade Marroquina desvaneceu-se rapidamente; Os paxás, que eram obedecidos cada vez menos até em Tombuctu, tentaram distanciar-se do sultão e se tornaram pseudo-chefes locais. O exército Marroquino, alguns membros do qual eram mercenários Espanhóis, deixou no Sudão o que foram chamados de "armas": estes eram os mestiços de

Tombuctu, nascidos da ocupação; Os últimos dos paxás foram escolhidos dentre eles.

É por preocupação com a verdade histórica que hoje recordamos esses eventos dolorosos.

Capítulo Seis

NÍVEL TÉCNICO

Este capítulo trata da criação e desenvolvimento de técnicas na África pré-colonial. Deste ponto de vista, a arquitetura assume uma importância especial, a julgar pelos restos encontrados no continente.

ARQUITETURA NO SUDÃO NILÓTICO

De acordo com todos os documentos atualmente disponíveis para nós, o Sudão foi uma das primeiras civilizações na África Preta: era a Etiópia da antiguidade. A Etiópia atual era apenas uma província oriental que não foi separada dele até bem depois da era Ptolemaica no Egito.

A descoberta da antiga capital de Meroë por Cailliaud, seguindo as informações dadas por Heródoto e Diodoro

Siculo, tem permitido o descobrimento das sub-fundações de várias estruturas antigas. Lepsius descobriu mais tarde a fundação de um observatório astronômico lá: nas paredes deste edifício foi encontrada uma cena representando pessoas operando um instrumento que pode não ser inadequado chamar de um astrolábio (ver ilustrações pp. 197 e 198 [as duas páginas seguintes]). Foi encontrada também uma série de equações numéricas relacionadas com eventos astronômicos que ocorreram dois séculos a.C.

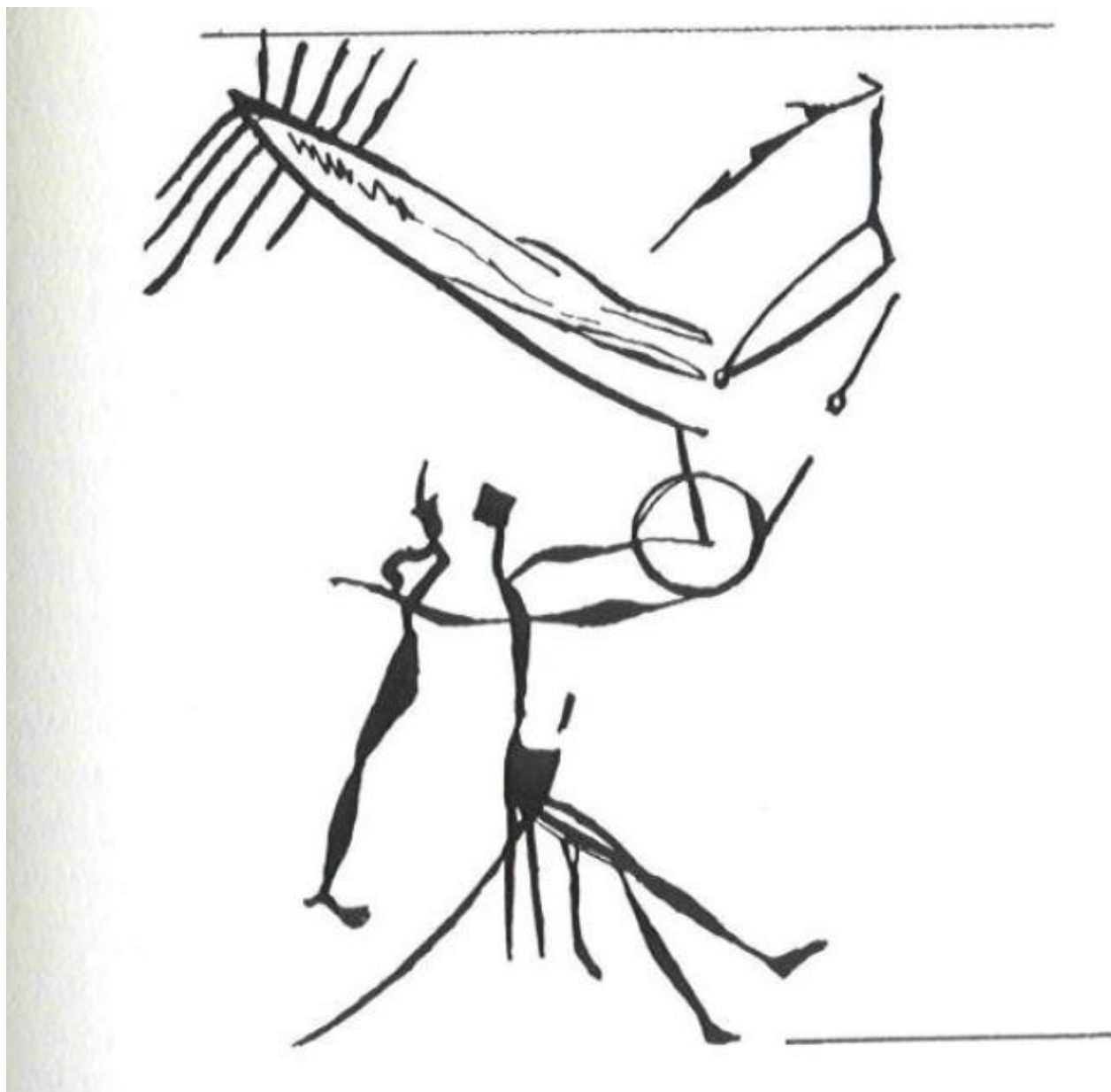
Ainda ao redor da capital estão oitenta-e-quatro pirâmides que, como as do Egito, eram sepulcros reais; também alguns templos, como o de Semna.

ARQUITETURA NO ZIMBABWE

Na bacia do Rio Zambeze, no Zimbabwe, ruínas monumentais, hoje caídas em desuso, cobrem uma superfície praticamente tão grande quanto a França; são estruturas quase ciclópicas, com paredes de vários metros de espessura: cinco na base, três no topo e nove metros de altura.

Edifícios de todos os tipos são encontrados lá, desde o palácio real, o templo, e a fortificação militar até a villa privada de um notável. As paredes são de alvenaria de granito. De Pédrals, citando a Senhorita Caton Thompson, publica uma

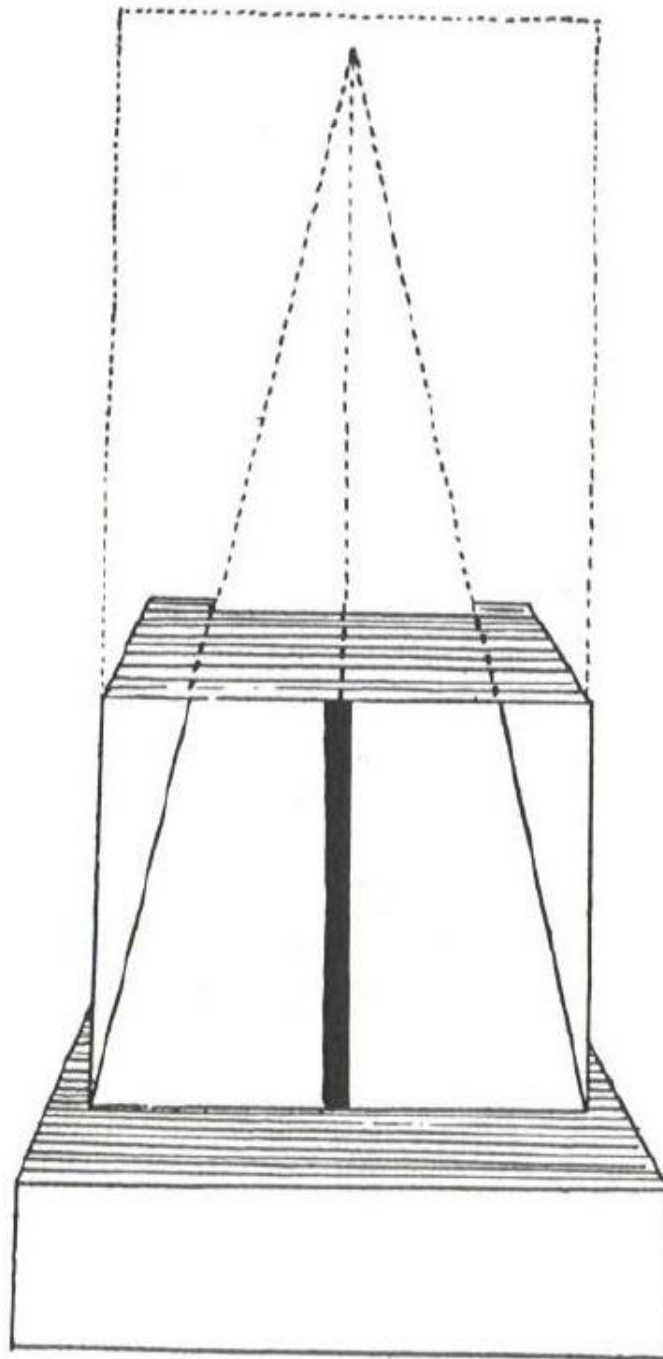
opinião segundo a qual esses restos podem ser atribuídos à atual tribo Ba-Venda da África do Sul, pelas seguintes razões:



Uma cena representando pessoas operando um instrumento astronômico (redesenhado por Lepsius: ver *La Science mystérieuse des pharaons*).

as pessoas provaram que conheciam os usos da pedra, como evidenciado pelas ruínas de Dzata deixadas por eles no Zimbabwe; Além disso, os instrumentos de adivinhação encontrados no Zimbabwe são aqueles do culto Venda.*

[* — D. P. de Pédrals, Arhéologie de l'Afrique Noire (Paris: Payot, 1950), p. 59.]



Este instrumento foi utilizado para se fazer observações da posição do sol no meridiano em Meroë (de *La Science mystérieuse des pharaons*).

Em todo caso, a noção de atribuir essas ruínas a um povo não-Africano, não-Preto (Persas, Árabes, Fenícios ou Israelitas: Minas do Rei Salomão) é invalidado de uma vez por todas. Todas as escavações levadas a cabo até agora no local, de fato, renderam apenas esqueletos de tipo Bantu.

Pode ser que esses povos achassem necessário construir sistemas de defesa contra inimigos Orientais vindos da Ásia através do Oceano Índico:

As conclusões de MacIver sobre as ruínas de "Niekerk" são que "elas foram habitadas por um povo que deve ter vivido em perpétua apreensão de ataque e, portanto, protegido por trás de uma das mais vastas séries de linhas de entrincheiramento a ser encontradas em qualquer lugar do mundo". *

[* — M.A. Jaspan, op. cit., p. 207 (Présence Africaine, p. 151), quoting from D. R. MacIver, Mediaeval Rhodesia (London, 1906).]

ARQUITETURA EM GANA E NA CURVA DO NIGER

Recordar-se-á que, de acordo com Idrisi, o imperador de Gana vivia em um castelo fortificado de pedra equipado com as janelas de vidro e decorado por dentro com esculturas

e pinturas. É dito ter sido construído em 1116. As outras casas na capital eram de pedra, com vigas de acácia; estas eram, segundo todas as aparências, as casas dos notáveis; as do povo comum eram cabanas de argila cobertas com telhados de palha. Sobre estes últimos pontos, o testemunho de Bakri é confirmado pelo de Idrisi. As escavações feitas na região por Bonnel de Mézières no início deste século (1911-1913) suportam em grande parte as declarações dos cronistas e geógrafos Árabes dos séculos XI e XII. Descobriu-se uma cidade que se presume ser a antiga capital, com vestígios de casas de vários andares, quase habitáveis, exceto por algumas instalações em falta, com paredes de trinta centímetros de espessura, algumas oficinas metalúrgicas, etc. Mas no auge do império Ganês, havia nesta região várias grandes cidades com casas e outros edifícios feitos de pedra (Nema, Ualata, Aoudaghast e Kumbi, que era provavelmente o nome autóctone de Gana).

Portanto, devemos concluir que, na verdade, não estamos absolutamente seguros de que Bonnel de Mézières descobriu a antiga capital, em vez de apenas a localização de uma dessas antigas cidades, outra, contudo, que Aoudaghast, situada muito mais a oeste; Foi Delafosse quem identificou um dos quatro centros em ruínas como Gana.*

[* — Leroi-Gourhan e Poirier, op. cit., p. 225.]

Qual era o estilo dessa arquitetura? No estado atual da pesquisa, é difícil de dizer. Podemos, por outro lado, inferir o que ele poderia ter sido em comparação com o estilo aparentemente mais recente conhecido como o de Djenné e Tombuctu. Os manuais Europeus atribuem normalmente este estilo a alguma origem Árabe do Norte de África, introduzida, afirma-se, por Es Sakali (o construtor), que foi trazido do Magrebe por Kankan Mussa em seu retorno de sua peregrinação, de modo que este arquiteto-poeta Árabe Espanhol poderia construir-lhe uma mesquita. Entre os relatos que podem permitir tal crença, o de Ibn Khaldun, tirado de seus Prolegómenos, é um dos mais decisivos: ele relata do seguinte modo aquilo que lhe foi dito por um dos companheiros Árabes de Kankan Mussa.

Acompanhâmo-lo até a capital do seu reino; e, como ele desejava que se construísse uma nova sala de recepção, determinou que esta seria solidamente construída e coberta de gesso, pois tais edifícios ainda eram desconhecidos em seu país. Abu-Ishac-el-Tuedjen [Es Sakali], um homem hábil em várias artes, comprometeu-se a cumprir o desejo do rei e construiu um salão de planta quadrada [square-shaped], encimado por uma cúpula. Ele empregou todos os recursos de seu gênio nesta construção, e tendo-o coberto em gesso e adornado com arabescos em cores brilhantes, fez dele um admirável monumento.*

[* — Ibn Khaldun, op. cit., p. 113.]

Ao reler este texto atentamente, percebemos que os autores foram muito além do que ele nos permite afirmar. Em primeiro lugar, trata-se de um salão de recepção e não uma mesquita; enquanto eles mantêm que Es Sakali construiu uma mesquita, suas ruínas ainda podem ser vistas em Gao. Mas os detalhes arquitetônicos revelados no texto são ainda mais interessantes quando contrastados com aqueles do estilo supostamente importado. Khaldun é categórico: um salão quadrado, encimado por uma cúpula e decorado com arabescos. Agora, essas três características arquitetônicas que caracterizam o estilo supostamente introduzido por Es Sakali, não são absolutamente encontradas no estilo Sudanês. Os edifícios lá nunca são quadrados, mas sim oblongos: nunca há arabescos. Sua sobriedade de linha, sua aparência maciça e não frágil, e a ausência de arabescos pareceriam torná-la a única forma de arte Árabe não autenticamente Árabe. Nunca há cúpulas: em toda a área da África Ocidental, do Sudão à Costa do Marfim, é impossível encontrar a mais pequena cúpula em cima de qualquer uma das mesquitas construídas neste estilo. Isso é significativo, na medida em que a arquitetura eclesiástica Árabe se manteve inalterada desde aquele tempo até nossos dias.

Em contraste, as colunas piramidais encadeadas [enjambé] na parede e os lados pontiagudos que caracterizam o estilo sudanês não têm paralelo na arquitetura Árabe ou Européia. Não há qualquer explicação dos dispositivos pelos quais um povo possa exportar aquilo que ele não tem. Seria de fato paradoxal que um arquiteto improvisado, um amador (como Es Sakali era), pudesse importar para um país estrangeiro um estilo que não existia nas tradições arquitetônicas de seu próprio país. Esta condição elementar teria de ser cumprida para que a suposição feita nos manuais se tornasse aceitável. É mais prudente abandonar essa interpretação errônea dos textos, que consiste em fazê-los dizer o que simplesmente não existe neles, por desejo de defender a noção acarinhada.

Há tanta diferença entre o estilo Árabe de qualquer período (incluindo a Espanha) e o do Sudão, como existe entre uma catedral Gótica e uma basílica Românica. Deve-se ressaltar que é na construção de mesquitas que a arquitetura Árabe é mais imutável. Quase todas elas são construídas sobre o mesmo plano, crescendo a partir do mesmo estilo (cúpula, minarete, etc.). Portanto, somos convidados a acreditar que só na África Preta este estilo não é seguido. Pelo contrário, a originalidade desta arte Sudanêsa é aparente: apenas um olhar sobre um único exemplo basta para mostrar que o motivo piramidal foi explorado por toda parte. Todo este

estilo arquitetônico é baseado neste princípio. A forma geral do edifício claramente cresce a partir de uma pirâmide truncada; todas as colunas maciças que adornam a fachada são recordações mais ou menos discretas do mesmo motivo. Mesmo a arquitetura dos túmulos desta região (chamados tumuli [túmulos]) revela o mesmo parentesco: são pirâmides truncadas por erosão, construídas em terracota de tijolo-vermelho, muitas vezes dispostas em um semicírculo em um eixo Leste-Oeste. Suas dimensões médias variam de 15 a 18 metros de altura, com 150 a 200 metros quadrados de superfície de base, de acordo com Desplagnes:

Estes túmulos são particularmente numerosos na região do lago compreendida entre as inóspitas dunas que cercam Tombuctu ao leste e as grandes planícies de pasto fertilizadas pelo lago Debo ao Oeste.*

[* — Louis Desplagnes, *Le Plateau Central Nigérien* (Paris: Larose, 1907), p. 57.]

Assim, sob a mesma latitude, da Núbia ao Sudão, o enterro foi feito sob as mesmas condições, todas as tumbas tendo a mesma forma piramidal. Seria melhor [para se comparar] o Templo de Edfu (Egito), com seus pilones piramidais simétricos, que se poderia comparar o estilo Sudanês. Na época de Kankan Mussa, a África Preta já tinha seus próprios pedreiros, organizados em grupos [bodies], cada

um com um mestre de obras. Kâti fala de uma tradição segundo a qual, sempre que Kankan Mussa atravessava uma aldeia em uma sexta-feira, ordenava que uma mesquita fosse construída lá. O que é dito ser a explicação porque ele construiu as mesquitas de Tombuctu, Dukurey, Gundam, Direy, Uanko e Bako.*

[* — Kâti, T.F., cap. II, pp. 56-58.]

Não é necessário mencionar que Kâti, que relata essa opinião, a considera sem fundamento, como representando uma impossibilidade material. Ela pertence à aquela categoria de lendas desenvolvidas após o fato que muitas vezes desfrutam de ampla circulação na África Preta.

Quando o Askia Mohammed tomou Djâga em 1495, ele capturou quinhentos pedreiros, com seu mestre de obras Karamogho; destes ele guardou quatrocentos, enviando os outros cem para seu irmão o vice-rei, o principal dignitário do reino, o Kanfari, Amar Komdjago, para construir sua capital, Tendirma, na margem direita do Níger, não muito longe de Tombuctu .*

[* — Idem., VI, pp. 118-119.]

A noção de que a África Preta não tinha arquitetura própria antes da chegada de Sakali é contrária aos fatos: o testemunho dos autores Árabes mencionados acima, Bakri e

Idrisi (para Gana) e Battuta (para Mali), provam esse ponto. As escavações realizadas por Bonnel de Mézières e Desplagnes na região de Gana e no planalto Nigeriano confirmam-no. A existência de cidades fortificadas chamadas *tatas* (o equivalente para castelo fortificado ou fortaleza) remonta a muito antes dessa época.

Quando Ibn Battuta visitou a capital do Mali, já era costume traçar avenidas largas e bem retas, flanqueadas por árvores de ambos os lados.

Em Tamberma, no norte do Togo, foram encontrados alguns verdadeiros castelos fortificados com torres periféricas e mirantes. Esta arquitectura é tanto mais interessante naquilo que o seu estilo é uma extensão por exploração artística das linhas da cabana habitual.*

[* — Cf. Baumann, op. cit. 411.]

Antigamente, o palácio do Oni do Ifé "era uma estrutura construída com autênticos tijolos esmaltados, decorados com porcelanato artístico e todo tipo de ornamentos." *

[* — Leo Frobenius, *Mythologie de l'Atlantide* (trad. do Alemão por Gidon) (Paris: Payot, 1947), pp. 154-156.]

As casas dos Habés (os Dogons estudados por Marcel Griaule) são construídas de pedra, com vários andares, cortadas em falésias. Alguns destes edifícios são parcialmente abaixo do nível do solo, e, portanto, têm porões subterrâneos.

Os sótãos em forma de torres paralelepípedicas são de um estilo diretamente relacionado com o dos muros crenelados das *tatas* e mesquitas Sudanêsas.*

[* — Cf. Baumann, op. cit., p. 411.]

Finalmente, apesar do hiato em saltar da história registrada para a pré-história, o período Saariano anterior à última grande seca (7000 a.C.) parece ser parte dos ciclos culturais da África Preta, se devemos julgar pelas pinturas rupestres descobertas por Henri Lhote.

METALURGIA

Da Núbia ao Senegal, ainda na mesma latitude que parece pertencer à mesma área de civilização, altos-fornos ativos produziram o ferro necessário para a atividade tecnológica e econômica. É quase certo que a madeira era o combustível usado. O uso da metalurgia na África Preta remonta a tempos imemoriais. Mineração de minério, fundição de metal, e o trabalho deste não foram ensinados a

Africanos por qualquer estrangeiro. Em 1956, M. Leclant, diretor do Centro de Estudos Egípcios da Universidade de Estrasburgo, durante uma palestra na École des Hautes Études, aludindo à indústria metalúrgica Britânica, destacou que, na época clássica, a Núbia (Meroë) era comparável a Birmingham [atual] na produção e distribuição metalúrgica.

Hoje, os altos-fornos dos Baya, Durru, Namchi, Tchamba, Wuté, Marghi, Batta, Dama, etc., ainda estão em operação.*

[* — Idem., pp. 319-320.]

O aparecimento em bronzes do Benin de cavaleiros vestidos de todo tipo de couraças, blindados da cabeça aos pés, parece provar que a metalurgia foi colocada a todos os tipos de usos, pois toda essa armadura era, sem dúvida, de fabricação local. Começando em um período inicial, em vista do clima, todos os esforços foram feitos para fabricar esses itens em um material diferente do ferro, mantendo a mesma forma, desde que, naturalmente, fossem suficientemente protetores. É por isso que esta armadura terminou, no período final da história do Benin, parecendo ser itens puramente decorativos. Aqui devemos recordar os muitos cavaleiros da Europa medieval que sucumbiram sob suas couraças na estrada da Terra Santa, durante as Cruzadas, devido aos rigores e ao calor do clima.

A técnica de fundição de bronze por cera perdida, a qual explica as belas obras de arte realistas do Benin, foi compartilhada entre esta região do Golfo da Guiné no Atlântico e a Meroë antiga. A ourivesaria, a fabricação de filigrana de ouro, que é uma especialidade da África Preta, o trabalho do cobre, estanho, e ligas, já se tinham generalizado na África pré-colonial. Recordar-se-á que Samori, durante sua resistência contra a França, tinha tido os rifles Europeus duplicados por ferreiros locais. É certo que sua eficiência não era a mesma, já que o metal não era da mesma qualidade. Serralheria (Chavearia) [Locksmithing] também era conhecida na África na época.

As repetidas vitórias da Núbia sobre o exército Romano (Cornelius Gallus) em 29 a.C. talvez nos dêem alguma idéia do nível tecnológico da Núbia nesse período.

FABRICAÇÃO DE VIDRO

É a fabricação de vidro, no entanto, especialmente na região do Benin, que merece a nossa atenção. Por um lado, porque é a menos esperada, e por outro, porque ela já tinha atingido um estágio semi-industrial, os trabalhadores se organizando em verdadeiras guildas (com oficinas, refeitórios, e dormitórios comunitários). Esta indústria tem sobrevivido

até hoje, e os Nigerianos muitas vezes utilizam como matéria-prima, não mais areia, mas cacos de garrafas e copos os quais eles sopram ou moldam em vários objetos (contas, pulseiras, etc). Assim, além de contas (miçangas) [beads] de origem Egípcia, Fenícia ou Veneziana, há as de criação propriamente local.

MEDICINA E HIGIENE

A medicina empírica estava bastante desenvolvida na África. Aqui, como no Egito antigo, uma família praticava um único ramo da medicina numa base hereditária. Um era especializado nos olhos, no estômago, e assim por diante. O irmão de Sâdi passou por uma operação de catarata bem sucedida nas mãos do médico Ibrahim es Sussi na cidade portuária de Kabara. "O médico realizou a operação e Deus quis que meu irmão fosse libertado de sua doença e trazido das trevas para a luz".*

[* — Sâdi, T.S., XXXV, p. 445.]

No Senegal especialmente, os ferimentos de guerra eram tratados extraíndo-se as balas ou estilhaços, em seguida, cauterizando a ferida com uma mistura de óleo fervente e areia limpa, antes de costura-lo. Assim acontecia que alguns

soldados ainda tinham, após a recuperação, pedaços de matéria (areia) que permaneciam sob a pele. Parece que ninguém jamais pensou em removê-los. Esse processo peculiar é chamado *rukâb* em Wolof.

A toxicologia empírica era altamente desenvolvida, daí a eficácia das flechas envenenadas usadas na guerra. Elas eram cobertas com veneno de cobra ou a seiva de plantas venenosas.

A utilização de sabão, ligada à ascensão do urbanismo, criou um nível de higiene bastante notável para o período. O sabão era de fabricação local: uma escrava libertada pelo Askia garantiu-lhe, como sinal de apreço, dez barras [cakes] de sabão por ano. *

[* — Kâti, T.F., XI, p. 196.]

TECELAGEM

O tear de pedal, uma invenção local, era conhecido na África, bem como o tear vertical lorubá; com elas podem ser tecidas tiras bastante estreitas de tecido, variadamente decoradas, que podem então ser montadas em tangas ou outros artigos de vestuário. O algodão era a matéria-prima, bem como uma espécie de lã no Sudão. Linho, seda, e pano largo [broadcloth], da época do Askia Bunkan em diante,

foram importados da Europa. Mas o veludo nativo dos Balubas era famoso.

A alfaiataria (costura) [dressmaking], um comércio secundário, assumiu uma importância capital, especialmente em Tombuctu, onde, de acordo com Kâti, havia mestres alfaiates que empregavam, em estabelecimentos conhecidos como *tindi*, cinqüenta, setenta, ou até cem aprendizes. * Isto parece sugerir que houve uma certa concentração dos meios de produção, da qual os documentos atualmente disponíveis não nos permitem medir o âmbito completo.

[* — Idem., XVI, p. 315.]

AGRICULTURA

O cultivo do solo foi feito com a *daramba* (enxada) ou com o *hilaire* (arado manual) no Senegal. Esta última ferramenta permitia que se cultivasse o solo enquanto de pé, enquanto que com a *daramba* a pessoa tinha que se curvar. Seu uso, portanto, foi uma grande melhoria em lugares onde era impraticável usar um arado. Deve-se salientar que o arado Egípcio e a enxada Africana são idênticos. Tudo o que os Egípcios tiveram de fazer foi prender uma barra transversal de madeira perpendicular ao eixo para acomodar um arnês

[arreio]: o arado Egípcio é apenas uma enxada Africana atrelada a um animal.

Na África Preta, a rotação de culturas, a irrigação e a adubação de campos foram todas praticadas.

ARTESANATO

A tecelagem de cestos, a cerâmica, e o tingimento eram artesanatos altamente desenvolvidos. O mesmo ocorreu com a fabricação de calçados, graças a plantas como o *neneb*, que poderia ser usada para curtir peles, particularmente peles-de-cabra.

Essas técnicas tendo sido abundantemente estudadas e descritas em manuais, não precisamos ampliar aqui.

CAÇA

A caça do hipopótamo, no Rio Senegal, merece ser descrita. Podemos fazê-lo, graças ao testemunho de Bakri. Os caçadores, amontoados ao longo da margem, estavam armados com pequenas lanças com anéis através dos quais passava uma longa corda cuja outra extremidade estava presa ao pulso do caçador. Eles esperariam pacientemente o animal;

quando suas costas apareciam à vista, todas as lanças convergentes atingiam diferentes partes de seu corpo. Ele era arrastado para fora da água pelas cordas, depois de ter tido muitas convulsões que deixavam o animal exausto. Era assim que os nativos de Kalenfu caçavam o *kafu* (ou Hipopótamo).*

[* — Al Bakri, op. cit., "Notes sur le pays des Noirs," pp. 324-325.]

EXPERIÊNCIA NÁUTICA

Resulta claro do precedente que os cursos de água navegáveis da África estavam repletos de cais e docas de aterragem, que eram ao mesmo tempo portos comerciais e, quando necessário, militares. O maior barco (*kanta*) podia carregar uma tripulação de até oitenta homens. *

[* — T.F., XV, p. 270.]

No Níger, em lugar das velas invertidas características da África Preta, os barcos eram cobertos por uma esteira que formava uma espécie de cobertura contra os elementos. O Askia sozinho possuía mais de mil pirogas. Cada uma de suas filhas tinha uma para transporte ou cruzeiros agradáveis no rio: assim como as filhas do Faraó tinham no Nilo.

Muitas vezes se perguntou se os Africanos deixaram o continente por via marítima, se ao Ocidente o Oceano Atlântico lhes permitiu, antes da chegada dos Europeus, estabelecer relações com qualquer outro país. Considerando os enormes obstáculos a superar (todos os rios têm uma barreira), os especialistas tendem a responder negativamente: este é o ponto de vista do professor Théodore Monod. No entanto, parece que os documentos Árabes nos permitem lançar alguma luz sobre o assunto. Muhammad Hamidullah, citando Ibn Fadallâh Al Umarîy, mostra que o Imperador do Mali, o antecessor de Kankan Mussa, fez duas tentativas de explorar o Atlântico. Na primeira, ele equipou duzentos navios para uma estadia de dois anos no mar: apenas um dos capitães foi capaz de retornar com seu navio. O recital da catástrofe que ele deu ao rei, em vez de desencorajá-lo, levou-o a empreender uma segunda expedição. Diz-se então que ele mandou equipar dois mil navios, entregou o trono ao Sultão Mussa e embarcou com a própria frota. Desta vez ninguém voltou. O autor deste estudo apresenta vários argumentos para demonstrar que esta frota, ou talvez outra anterior, certamente deve ter chegado à América antes de Colombo. Em primeiro lugar, não só a tripulação de Colombo disse ter encontrado Pretos que já estavam lá antes deles, mas eles até mesmo deram detalhes de suas vidas: eles enfatizaram que os Pretos muitas vezes lutaram com os Índios "Pele-vermelha." O mesmo autor lembra-nos:

Cristóvão Colombo fala de pirogas supostamente saindo da costa de Gumea carregadas de mercadorias e indo para o oeste. Ele também relata a chegada de tais embarcações nas Américas. Jane (a tradutora do jornal da terceira viagem de Colombo) escreveu: ". . . e que ele considerou verificar a veracidade do que os Índios de Hispaniola [Haiti] disseram que tinham vindo para a sua ilha do sul enquanto que os Pretos haviam chegado do sudeste, e que eles tinham lanças com pontas feitas de um metal que eles chamavam guanin . . ." *

[* — *Présence Africaine* magazine, No. XVIII-XIX, February-May 1958.]

As pirogas realmente vistas por Cristóvão Colombo provam que as barreiras dos rios haviam sido cruzadas, que de fato haviam portos marítimos pré-coloniais e que o Atlântico não era um muro para os Pretos da África Ocidental. O autor do artigo vai mais longe e tenta estabelecer que estas relações entre África e América pré-Colombiana foram relativamente constantes:

Tais navegadores, lançando-se ao mar novamente das Américas para a viagem de regresso a África, teriam carregado provisões originárias do novo Mundo, e destes itens os dois que manteriam por mais tempo eram o milho doce e a tapioca. Temos, portanto, uma explicação da presença na

África de dois alimentos Americanos antes de Colombo jamais ter feito uma viagem para lá.*

[* — Idem., p. 182. Uma vez que essas linhas foram originalmente escritas, um pesquisador Preto Americano, Ivan Van Sertima, publicou um livro magistral sobre o assunto, que não deixa dúvidas sobre essas navegações pré-Colombianas: "They Came Before Columbus: The African Presence in Ancient America (Eles Vieram Antes de Colombo: A Presença Africana na América Antiga) (New York: Random House, 1977).]

Podemos mencionar, sem, no entanto, sermos capazes de determinar o quão cedo começou, que os Pretos da Petite Côte no Senegal viajam de Dakar para M'Bour por navegação costeira em veleiros com mastro [masted cutters] de sua própria construção. Pode-se também lembrar que foi em barcos muito semelhantes a essas pirogas que os Vikings correram os mares por séculos. Com apenas tais navios, eles viajaram o Siene acima até Paris, e foram até a América do Norte, antes de Cristóvão Colombo. Os navios Africanos, equipados com estabilizadores e, portanto, impossíveis de virar, eram perfeitamente capazes de se aventurar no alto mar.

Naturalmente, ainda há muitas lacunas a preencher, mas o acima nos permite um vislumbre do nível técnico real da África Preta pré-colonial. Mas mesmo agora, o que

sabemos pode ser bastante surpreendente, e podemos fechar este capítulo meditando sobre a seguinte idéia de M. Leroi-Gourhan, que se lê quase como uma máxima:

"Se há um objetivo para o humanismo, ele está em um humanismo que não só atingirá os limites da humanidade em toda a Terra, mas também integrará a realidade do homem material com a realidade do homem religioso ou social." *

[* — Leroi-Gourhan e Poirier, op. cit., p. 43.]

Capítulo X

MIGRAÇÕES E FORMAÇÃO DOS POVOS AFRICANOS ATUAIS

Na África Ocidental, pode-se ter certeza apenas que os restos Neolíticos são atribuíveis a todos os Pretos. Os Paleolíticos são, em geral, de idade incerta: alguns são encontrados em Pita, na Alta Guiné. O testemunho de Heródoto sobre a expedição dos Nasamonianos, que partiram de Cirenaica e [as expedições] de Hanno e de Satapses, convergem para provar que, no século XV a.C., em geral, Pretos altos ainda não haviam povoado a África Ocidental, apesar da mais ou menos enigmática menção feita pela África, apesar da menção mais ou menos enigmática feita por Hanno de "intérpretes Lixistas" ["Lixist interpreters"]. *

[* — Os Cartagineses deliberadamente falsificavam suas narrativas de viagem de modo a enganar os concorrentes; eles

afundavam seus navios em vez de ceder seus segredos marítimos aos Romanos.]

Todo o continente naquele tempo era povoado por Pigmeus, com exceção de alguns lugares como a bacia do Nilo; é por isso que os arqueólogos geralmente consideram Pigmeus responsáveis por todos os vestígios Paleolíticos encontrados na África Ocidental, especialmente porque eles geralmente estão próximos à superfície. Conseqüentemente, é importante enfatizar o fato de a arqueologia da África Ocidental ser bastante especial; seria difícil encontrar nela qualquer estratificação de civilizações em um determinado local, já que a maioria das pessoas migrou em datas relativamente recentes. Por conseguinte, é compreensível que alguém possa ouvir nesta região lendas segundo as quais os Pretos vieram do Oriente, de perto da "Grande Água" [Great Water"], sem que esta seja identificável como o Oceano Índico. Dois motivos, de fato, contradizem isso: quando as populações Sul-Africanas são questionadas, dizem que vieram do Norte; Os do Golfo do Benim dizem que vieram do Nordeste. Na antiguidade, os Etíopes se chamavam autóctonos [autochthons], aqueles que haviam surgido do chão. Os Egípcios se consideraram provenientes do Sul, da Núbia (Sudão, Cartum, locais de seus ancestrais: o país de Punt). A Núbia é a Etiópia da Antiguidade.

Mesmo se a humanidade não tiver originado se originado na África, mesmo se os Pretos altos tiverem vindo de outro lugar, digamos, do Oceano Índico, como na tese Lemúrica, isso só poderia ter sido cem milhares de anos antes. Mas acabamos de ver que, no século V a.C., uma data muito recente, Pretos altos ainda não haviam se expandido em direção ao Oeste, enquanto sabemos com certeza que eles existiam no continente. A idéia de um centro de dispersão localizado aproximadamente no vale do Nilo é digna de consideração. Em todos os aspectos, após a desertificação do Saara (7000 a.C.), a humanidade Preta primeiro viveu em grupos na bacia do Nilo, antes de se espalhar em sucessivos impulsos em direção ao interior do continente.

Por meio de um método investigativo que utiliza dados lingüísticos, etnológicos e toponímicos, tentaremos apresentar, de maneira praticamente certa, as origens dos Laobé, Tuculor, Fula [Peul], Iorubá, Agni, Serer e outros povos.

Primeiro, no entanto, devemos lembrar que D.P. Pédrals menciona * os Burum que se encontram no Alto Nilo e na região do Benue na Nigéria, os Ga (Gan, Gang) que se encontram na região dos Grandes Lagos e na atual Gana, Alto Volta e na Costa do Marfim, os Gula (Gule, Gulaye) no Alto Nilo e no Chari.

[* — D.P. de Pédrals, op. cit., ch. X..]

Os Kara são um núcleo que vive nas fronteiras do Sudão (Cartum) e do Alto Ubangi. Os Karé estão perto de Logone; os Karé-Karé no nordeste da Nigéria, o nome deles não é nada mais que a duplicação de Karé, que é composto por Ka + Ré ou Ka + Ra, duas noções ontológicas Egípcias que analisaremos abaixo. Os Kipsighi (Kapsighi) estão na região dos Grandes Lagos e Norte do Camarões; o Kissi a nordeste do Lago Nyasa e na floresta da Alta Guiné; os Kundu no antigo Congo Belga (Lago Leopoldo) e no Sul do Camarões, no estuário do Wouri; os Laka vivem entre os Nuer do Alto Nilo e os Sara do Logone e Norte do Camarões; os Maka (Makua) no Zambeze e no Camarões; os Sango, nordeste do Nyasa e nas margens do Ubangi; os Somba (Sumbwa) na região dos Grandes Lagos e no Norte do Daomé.



A rainha subjuga um grupo de inimigos vencidos. Méroé, Sudão, baixo-relevo (re-desenhado por Lepsius em *Histoire ancienne de l'Egypte* por Lenormant).

Poderíamos estender essa lista e, portanto, localizar no Vale do Nilo, proveniente dos Grandes Lagos, o berço primitivo de todos os povos Pretos que vivem hoje dispersos nos vários pontos do continente.

Recordemos que Kandaka (Candace), o nome, ou melhor, o título das rainhas do Sudão, começando na época de Augusto César, também foi portado pelos primeiros reis de Kau (Gao), segundo Al Bakri; eles eram chamados de Kanda. As mulheres desta região, de acordo com o mesmo autor, no século X usavam perucas como aquelas usadas no Egito e na Núbia. Na antiguidade havia um nomo Núbio chamado Kau, cuja localização exata ainda não foi identificada, de acordo com Budge. *

[* — Budge, Egyptian Sudan (London, 1907).]

Os habitantes do Alto Egito eram chamados Kau-Kau na língua Egípcia. Sabemos que Gao é uma abreviatura e uma deformação do verdadeiro nome daquela cidade: Kau-Kau. *

[* — Al Bakri, op. cit., pp. 342-343.]

Os habitantes do interior do Senegal até hoje têm o nome de Kau-Kau (Cayor, Baol), e aqueles da costa, como na antiga Líbia, são chamados Lebou: são os pescadores de toda a região do Niaye (florestas de palmeira costeiras).

Em Egípcio antigo, como hoje em Wolof, Kau tem o mesmo significado: alto; e em ambas as línguas, Kau-Kau significa habitantes de lugares altos ou altos planaltos. pode-se presumir que, se os habitantes atuais de Cayor e Baol, vivendo em uma planície absolutamente plana, ainda carregam esse nome, pode ser devido a uma reminiscência geográfica explicável pela migração, especialmente considerando que entre eles e a costa, então e agora, estavam os Lebou. É provável que as populações que foram forçadas a emigrar não tiveram tempo de mudar seus hábitos: os interioranos (Kau-Kau) se instalariam no interior e os habitantes das costas [coasters] (Lebou) na costa. Convém lembrar que, até o século XI, a capital de Songhai era Kukia, a cerca de cem quilômetros de Kauga (Gao); em todo o norte do Senegal, as várias aldeias onde se pode encontrar o nome Koki parecem ser réplicas daquela antiga cidade histórica no Níger, muito provável considerando que o fonema o não existe em Árabe, mas deve ser traduzido u, salvo alguma convenção arbitrária. No entanto, os documentos que hoje nos permitem referir à cidade histórica de Kukia estão todos escritos em Árabe. Bakri diz que Kau-Kau (Gao-Gao) é o som emitido pelo tom-tom real da capital. Os Cayorianos do Senegal também dizem que o diung-diung do Damel (o tambor real [royal drum]) faz [emite o som] gau-gau. Parece que devemos concluir que estamos lidando aqui com uma etimologia oral que não se enquadra exatamente na realidade histórica, na

medida em que encontramos raízes da mesma palavra, além de qualquer dúvida possível, diretamente até o vale do Nilo.

Tendo feito essa rememoração, vejamos as origens dos principais povos da África Ocidental.

ORIGEM DOS IORUBÁ

De acordo com J. Olumide Lucas, * os Iorubá durante a antiguidade viveram no antigo Egito, antes de migrar para a costa Atlântica. Ele usa como demonstração a semelhança ou identidade de línguas, crenças religiosas, costumes, e nomes de pessoas, de lugares, e de coisas.

[* — J. Olumide Lucas, *The Religion of the Yorubas* (Lagos: C.M.S. Bookshop, 1948).]

Uma abundância de provas da conexão íntima entre os antigos Egípcios e os Iorubá pode ser produzida sob essa direção. A maioria dos deuses principais era bem conhecida, em certa época, pelos Iorubá. Entre estes deuses estão Osiris, Isis, Horus, Shu, Sut, Thoth, Khepera, Amon, Anu, Khonsu, Khnum, Khopri, Hathor, Sokaris Ra, Seb, as quatro divindades elementais e outros. A maioria dos deuses sobrevive no nome ou em atributos ou em ambos (p.221).

I-Ra-Wo em lorubá significa a estrela que acompanha o Sol (*wo*: subir [to rise]), Khonsu transformou-se em Osu (a Lua). As variações linguísticas são explicadas pelo autor com base na fonética do lorubá. Ele nos lembra que as noções ontológicas do Egípcio antigo, como Ka, Akhu, Ku, Saku e Ba, são encontradas no lorubá. Ele também aponta para a existência de hieróglifos e expõe essas idéias extensamente em mais de quatrocentas páginas.

Convém salientar que o "papa" dos lorubá, o Oni, tem o mesmo título de Osiris, o deus Egípcio, que há um monte chamado Kuse, perto de Ilé-Ifé e outro do mesmo nome na Núbia, perto da antiga Meroë, a oeste do Nilo, no coração do país de Kush. * O nome Kuso se repete na Abissínia.

[* — Pédrals, op. cit., p. 107 (cf. map of Africa made by Coronelli in 1689).]

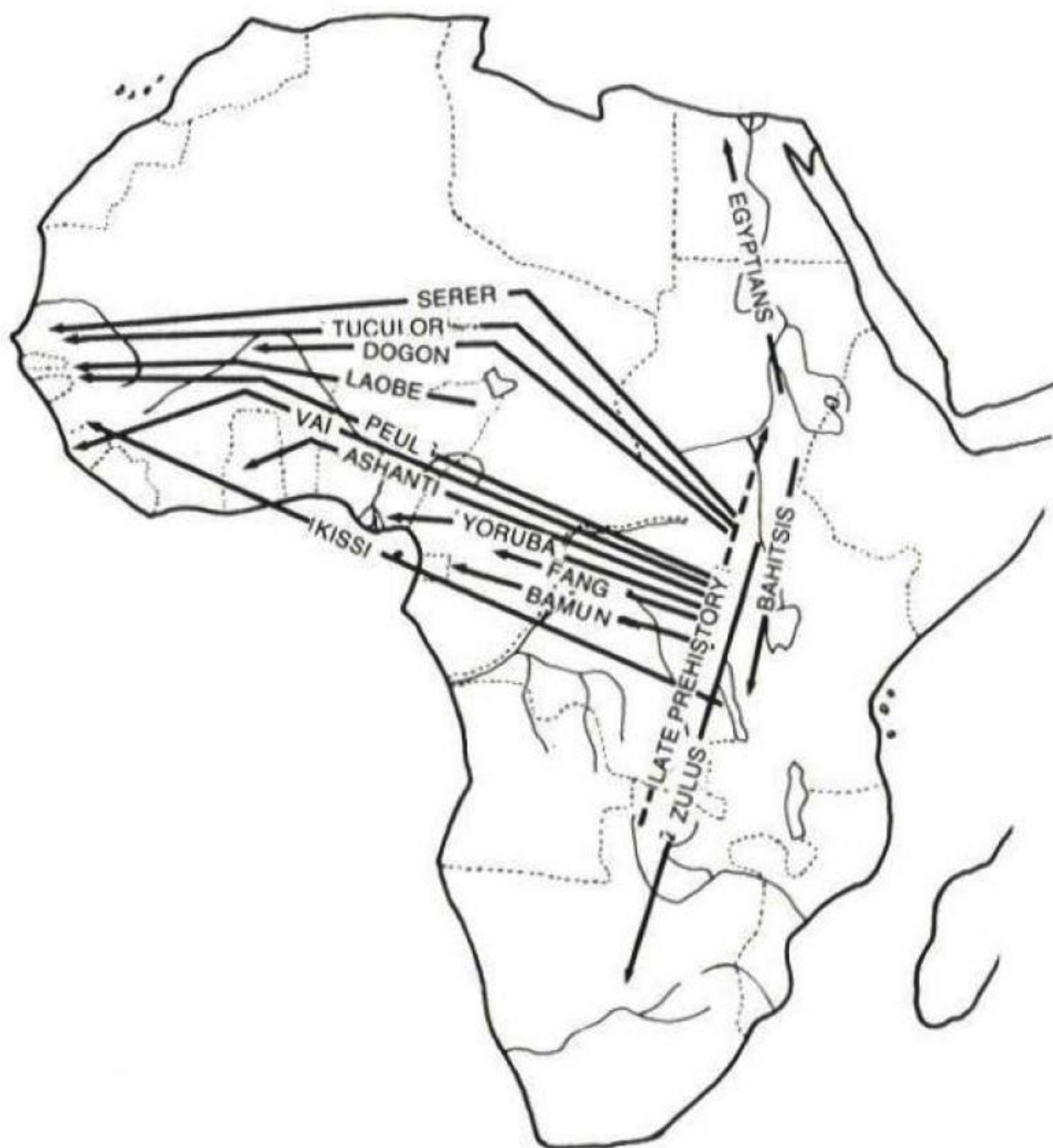
ORIGEM DOS LAOBÉ

Eles parecem ser sobreviventes do lendário povo Sao. De fato, o que aprendemos sobre os Sao dos manuscritos de Bornu e as escavações de M. Lebeuf e meu falecido professor Marcel Griaule?

Estas referências nos dizem dos Sao que (1) o nome deles era Sao, Sow ou Si; (2) eles eram gigantes; (3) passavam noites inteiras dançando; (4) deixaram inúmeras estatuetas de terracota; e (5) estas estatuetas revelam um tipo étnico com cabeça em forma de pera [pear-shaped head].

Todos esses cinco traços são encontrados nos Laobé. Seu único nome totêmico é Sow, o qual já foi confundido com um nome Fula [Peul]. O único objeto sagrado deixado por eles, o instrumento com o qual esculpem, é chamado de sao-ta. Eles são todos gigantes, as mulheres com uma média de seis pés de altura, e os homens de seis pés e seis ou mais, muito facilmente. Eles têm membros extraordinariamente bonitos e são sempre constituídos como atletas.

Os seus crânios são em forma de pera, idênticos aos do tipo étnico visto nas estatuetas Sao.



Mapa das migrações dos povos da África preta
(de *La région du Haut-Nil et des Grands-Lacs*).

A única ocupação dos Laobé é a escultura de utensílios de cozinha de madeira de troncos de árvores, para todas as outras castas da sociedade Africana, e não apenas os Fula [Peul]. Mulheres Laobé fazem estatuetas de terracota

para crianças de outras castas. Os Laobé, especialmente as mulheres, gostam de dançar; Eles participam de todas as festas e outros eventos locais. Sua principal dança, no Senegal, é o *kumba laobé gâs*.

Os Laobé foram erroneamente considerados uma casta de escultores Fulas e Tuculores. Esse erro vem em parte do fato de que eles falam a língua desses dois povos. Foi negligenciado que os Laobé são sempre bilíngües, pelo menos no Senegal. Eles falam Wolof tão fluentemente quanto Fula [Peul]; mas seu sotaque no Wolof não é aquele de um Fula ou Tuculor, o que não seria explicável se eles pertencessem ao mesmo grupo étnico que os últimos, diferindo deles apenas em casta. Os Laobé parecem ser um povo que perdeu sua cultura e cujos elementos dispersos se adaptam, de acordo com as circunstâncias, ao aprender as línguas das regiões em que residem. Os nomes totêmicos outros além de Sow que eles carregam, refletem sua mistura com os grupos Fula, Tuculor e outros. O contrário também é verdade; e isso explica por que alguns Fula têm o nome de Sow, ao lado de Ba e Ka.

Os Laobé vivem espalhados por diferentes aldeias no Senegal e em outros lugares. Eles não têm moradias fixas; é impreciso dizer que eles habitam o Futa Toro (no Senegal) ou o Futa Jallon (na Guiné), territórios dos Tuculor e dos Fula. Eles formam grupos esporádicos dentro de grupos étnicos

maiores. Os Laobé do Senegal não pode mais identificar seu habitat original; sua organização social se dissolveu completamente; eles não têm mais chefes tradicionais. O membro mais respeitado do grupo monta uma mula, enquanto os burros são reservados para outros. Assim, o caso de Med Sow Wédiam, um Laobé muito influente, mas que não poderia ser chamado de rei; Além disso, ele deve sua influência principalmente à sua conversão para o Muridismo de Amadu Bamba. Os Laobé juram sobre o *sao-ta*, que é usado não só para esculpir, mas também para circuncidar os jovens, um costume que eles parecem ter tomado emprestado de povos vizinhos.

ORIGEM DOS FULA [PEUL]

À primeira vista, pode-se acreditar que o ramo Fula veio originalmente daquela parte da África Ocidental onde os Mouros Semíticos e os Pretos permaneceram em contato. * Embora a hipótese dessa miscigenação deva ser aceita, o local inicial onde ocorreu deve ser buscado em outro lugar, apesar das aparências.

[* — Delafosse, *Les Noirs d'Afrique*, op. cit.]

Como outras populações da África Ocidental, os Fula provavelmente vieram do Oriente, apenas mais tarde. Esta

teoria pode ser apoiada por talvez o fato mais importante até à data: a identidade de dois nomes próprios totêmicos típicos dos Fula com duas noções igualmente típicas de crenças metafísicas Egípcias, o Ka e o Ba.

De acordo com Moret, o Ka é o Ser essencial, a parte ontológica do indivíduo que existe no céu. Assim, nos textos do Antigo Império, há a expressão "ir para o Ka", que significa morrer. O Ka, unido com o Zet, forma o Ba, o ser completo atingindo a perfeição e vivendo no céu.*

[* — Moret, *Le Nile et la Civilisation égyptienne*, p. 212.]

Zet era a parte do ser que foi purificada na "Bacia do Chacal" ["Jackal's Basin"], segundo a religião Egípcia. Set (não há z no Wolof e ele automaticamente se torna s quando usado em uma palavra estrangeira) significa limpo [clean], em Wolof. Obviamente, este não é identificável com o terceiro nome totêmico de Sow, portado por alguns Fula.

Por outro lado, Ka e Ba, essas duas noções ontológicas Egípcias, são autenticamente nomes próprios Fula, os únicos que eles devem ter tido no início.

Ka, ou *Kao*, em Egípcio antigo, significa alto, acima, grande, marido, padrão, altura — daí a descrição da palavra por um hieróglifo formado por dois braços estendidos para o céu. [Ka] Tem o mesmo significado em Wolof, e deve-se fazer a conexão com o Kau-Kau mencionado acima.

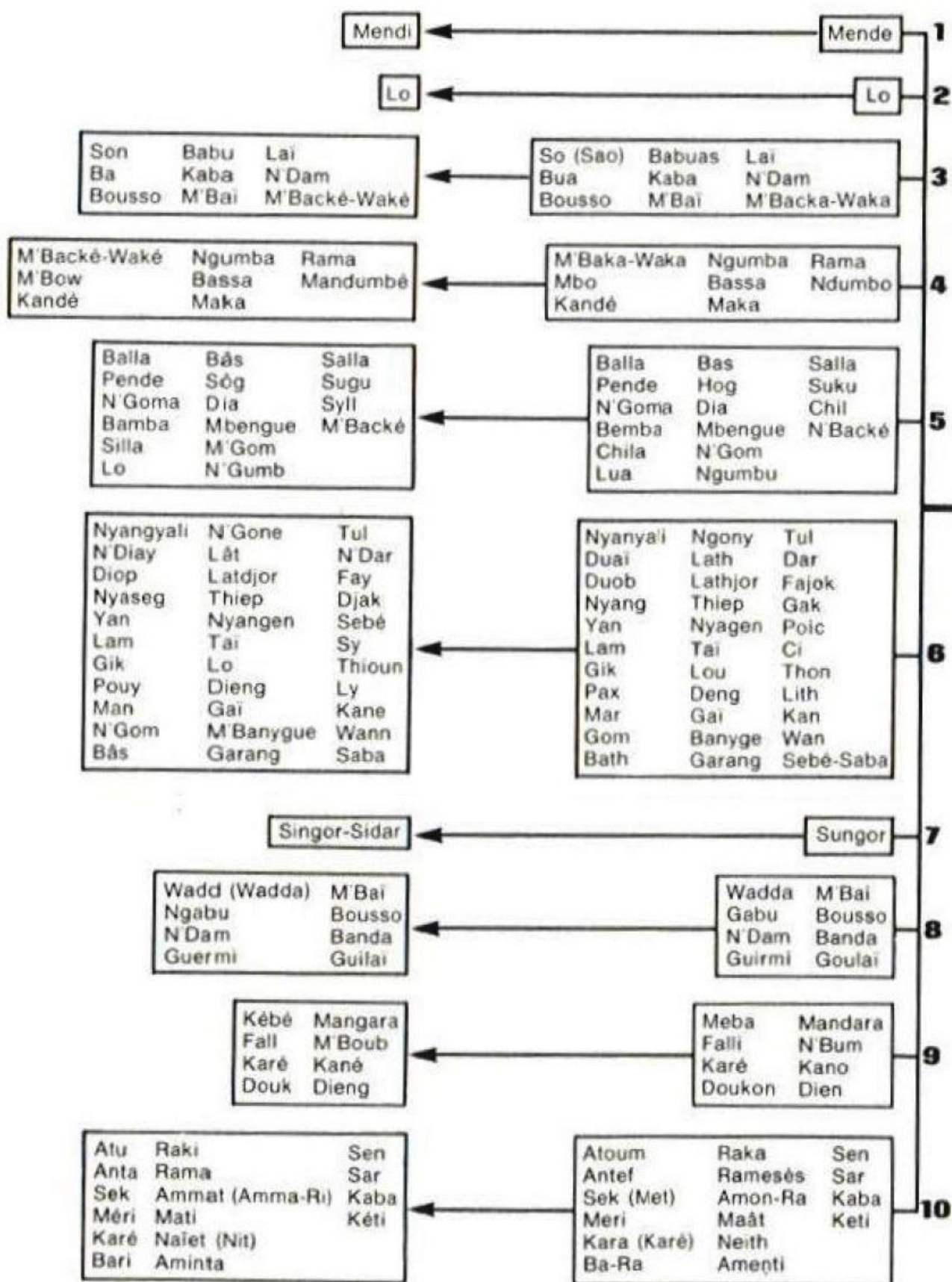
Ba, em Egípcio, é representado por um pássaro com cabeça humana, que vive no céu; Também é o nome de um pássaro terrestre de pescoço comprido. Ba em Wolof significa avestruz. Assim, pode-se ver que esses elementos da metafísica Egípcia sofreram diferentes mudanças dependendo de quem os transmitiu; enquanto que em Wolof o significado Egípcio é retido, em Fula as palavras tornaram-se nomes próprios. É um facto conhecido que, até a Sexta Dinastia, o tempo da revolução Osiriana (2100 a.C.), somente o Faraó tinha direito à imortalidade e, conseqüentemente, desfrutava plenamente do seu Ka e seu Ba; também se sabe que vários Faraós têm esse nome, entre eles o Rei Ka, da era protodinástica, cujo túmulo foi descoberto em Abydos por Amélineau. O nome do ramo Fula dos Kara ou Karé viria portanto de Ka + Ra ou Ka + Ré.

Os outros nomes Fula, como Diallo, teriam sido adquiridos mais tarde, apesar das aparências. Quanto à sua língua, tem uma unidade natural com as outras línguas Africanas Pretas, especialmente Wolof e Serer, como será mostrado.

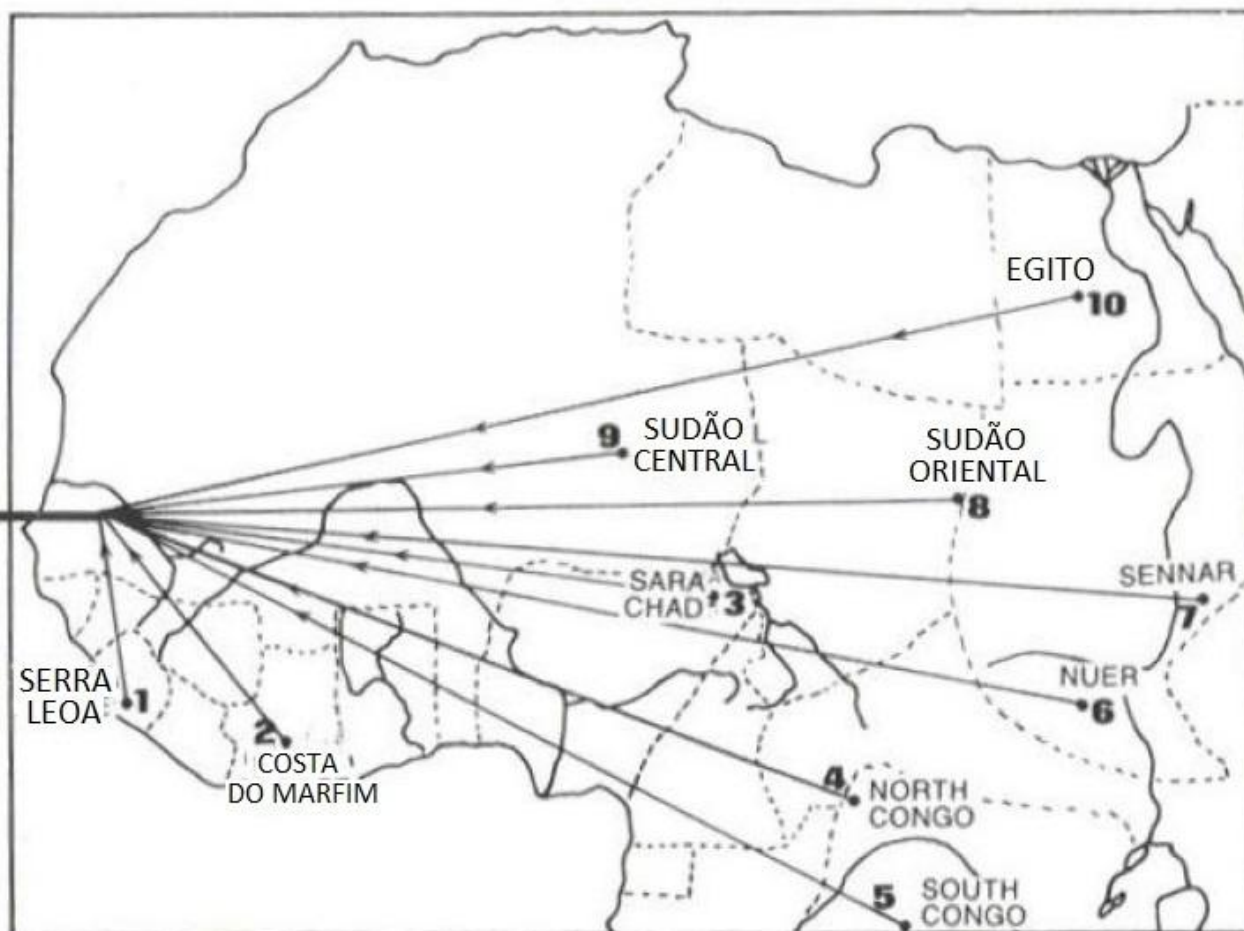
O ódio relativo que existiu, em tempos antigos, entre os seminômádicos Fula e sedentários Africanos pode ser explicado por seus diferentes estilos de vida: os Fula freqüentemente aproveitavam-se dos campos não protegidos para deixar que seus rebanhos pastassem neles: de onde

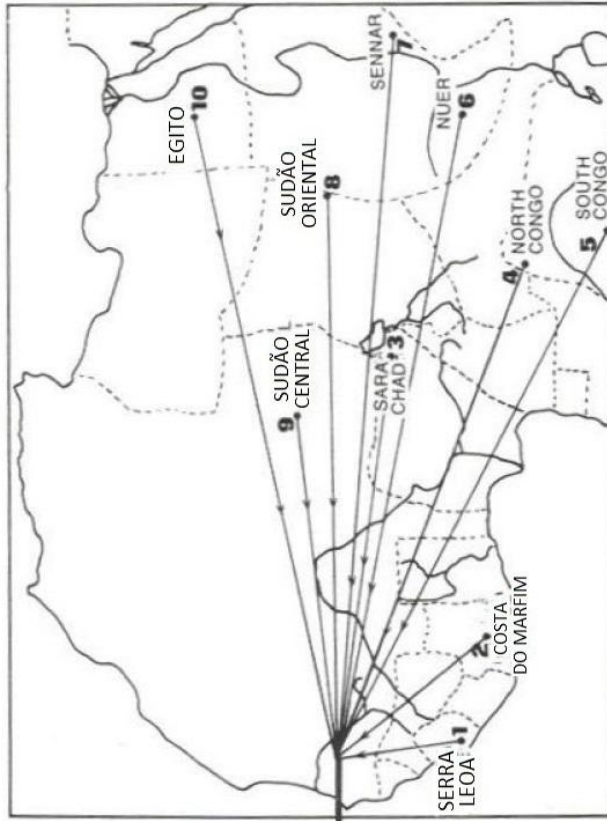
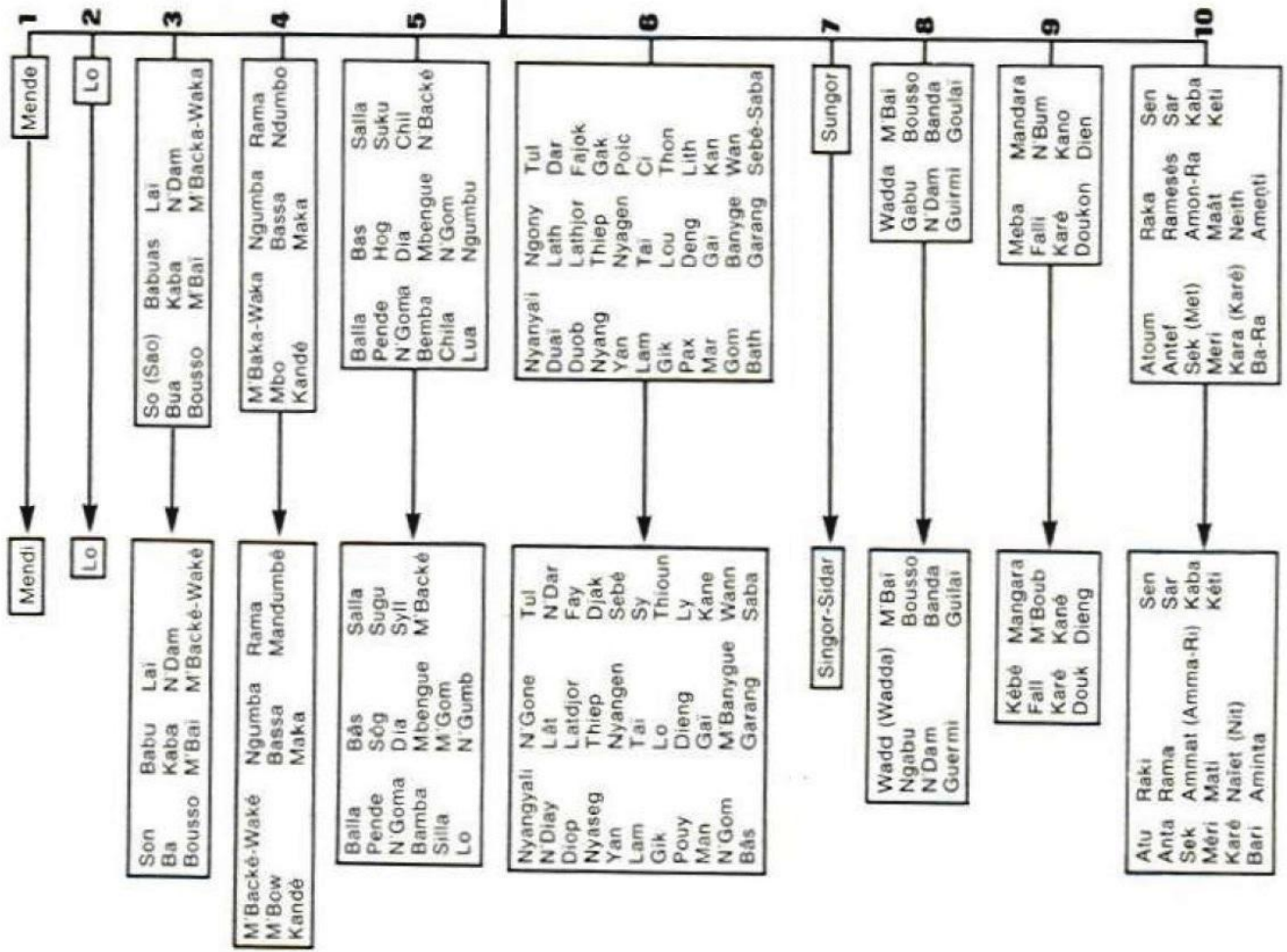
talvez a origem do mal, pois este fato está longe de ser acidental e sua importância não pode ser exagerada. Mas a idéia de uma hegemonia Fula na África Ocidental é apenas uma lenda; não está em conformidade com os documentos. De acordo com Kâti e Sâdi, Sonni Ali fez várias expedições contra os Fula; ele praticamente destruiu o clã dos Sangaré (San-Ka-Ré), os sobreviventes sendo tão poucos que poderiam se reunir na sombra de uma árvore. *

[* — Tarikh el-fettach, ch. V., pp. 83-84.]



Grupos de povos Wolof, por seus nomes étnicos. Nomes prevalecentes em várias regiões foram agrupados por origem (1-10) na coluna da direita. A coluna da esquerda mostra os nomes Wolof correspondentes.





Após uma dessas expedições, Sonni Ali distribuiu várias mulheres Fula cativas como concubinas para os estudiosos de Timbuktu que eram seus amigos; Sâdi diz que uma delas era sua própria avó.*

[* — Tarikh al-Sudan, ch. XII, pp. 109-110.]

A idéia de que o povo nômade Fula foi temido África Preta pré-colonial também não tem fundamento. Surge a partir de uma noção preconcebida que tenta, custe o que custar, exaltar a vida pastoral, por razões peculiares aos autores. Pelo contrário, Sâdi ressalta a falta de força material ou social dos nômades que, pelo fato de estarem constantemente em movimento, nunca tiveram a chance nem a possibilidade de adquirir qualquer poder que pudesse ameaçar os sedentários.

ORIGEM DOS TUCULOR

Hoje, entre os Nuer do Sudão (Cartum) no Alto Nilo, pode-se encontrar inalterados os nomes totêmicos dos Tuculor que vivem nas margens do Rio Senegal, a milhares de quilômetros de distância. É preciso lembrar que nomes totêmicos e étnicos são idênticos, sendo os nomes dos clãs.

<i>Sudão (Cartum)</i>	<i>Senegal (Futa-Toro)</i>
Kan	Kan
Wan	Wan
Ci	Sy (Ci)
Lith	Ly
Kao	Ka (Peul)

Na mesma região, em um lugar chamado Colinas Nuba (Colinas Núbia), encontramos tribos dos Nyoro e Toro. Estes dois nomes, de certa forma, marcam a rota seguida pela migração Tuculor desde o Alto Nilo. A região entre os rios Senegal e Níger, onde os Tuculor permaneceriam por certo período de tempo, viria a ser conhecida como Nyoro. Quando eles chegaram às duas margens do Senegal, a região seria conhecida como Futa-Toro. Quando uma fração deles desceu para a Gâmbia, sob Maba Diakhu, na época do general Faidherbe (1865), a região assumiria o nome de Nyoro-du-Rip, esta última palavra sendo o antigo nome da região, antes da chegada dos Tuculor.

ORIGEM DOS SERER

Eles também provavelmente vieram do Alto Nilo. De acordo com o dicionário de Pierret, Serer em Egípcio significaria "aquele que delinea o templo" ["he who traces the temple"]. Isso seria consistente com a sua posição religiosa atual: eles são uma das raras populações Senegalesas que ainda rejeitam o Islã. Sua rota é marcada pelas pedras verticais [upright stones] encontradas aproximadamente na mesma latitude da Etiópia até Siné-Salum, seu habitat atual. Isso parece ser fundamentado por uma análise do artigo do Dr. Maes sobre as pedras verticais da vila Sudanesa de Tundi-Doro, previamente descoberta por Desplagnes.

O Dr. Maes atribui a origem dessas pedras, com base em puras hipóteses, à Cartagineses ou Egípcios. ele analisa o nome da aldeia da seguinte maneira: *Tundi* viria do Songhai significado pedra, *Daro* [viria] do Árabe *dar* significando casa. Assim, Tundi-Daro seria "casa de pedra." Esta análise seria válida e aceitável somente se essas pedras representassem casas, ou se alguém pudesse considerar que, de uma maneira ou de outra, elas sugeriam casas. Mas este não é o caso; elas são descritas da seguinte forma:

Elas são monólitos cortados na forma de um falo, geralmente com a cabeça (glande) bem delineada, os sulcos

seguem as linhas da glândula e a bolsa [escrotal] é representada por protuberâncias arredondadas cujas dobras longitudinais se assemelham às do escroto. Outras pedras menores não são em forma de falo. Privadas de protuberâncias arredondadas, com o triângulo delineado na forma de um pubis, pela união dos dois terços inferiores com o terço superior, eles parecem, em vez disso, uma tentativa de representar o órgão feminino.
*

[* — Dr. Maes, *Pierre levées de Toundi-Dar* (Bul. Com. Et. A.O.F., 1924), p. 31.]

O autor [Dr. Maes] acha que isso pode ter sido um cemitério. Isso pareceria provável se algum osso fosse encontrado sob as pedras; mas não há nenhum. O próprio autor reconhece esse problema.

As pedras podem estar [mais provavelmente] ligadas a um culto agrário; elas simbolizam a união ritual de céu e terra para dar à luz a filha, a Vegetação. De acordo com as crenças arcaicas, a chuva era a água que impregnava a Terra (Deusa-Mãe) enviada pelo Céu (Deus-Pai, um Deus celestial que se tornou atmosférico com a descoberta da agricultura, de acordo com Mircea Eliade). A Vegetação que surgia dessa união era um produto divino; Daí a idéia de uma Trindade Cósmica, a qual, através de uma série de encarnações

sucessivas, evoluiria para a Trindade Cristã do Pai, Filho e Virgem Maria (mais tarde substituída pelo Espírito Santo), à maneira da Tríade Osiris-Isís-Horus. O mesmo deve produzir o mesmo; portanto, eles esculpiram em pedra os dois órgãos sexuais para convidar as divindades a se unirem e gerarem o crescimento da vegetação que sustentava a vida das pessoas. Assim, era a necessidade de assegurar sua existência material que levava o homem a tais práticas. O impulso vital, no materialismo arcaico, poderia ser expresso apenas nesta forma transposta, disfarçado de metafísica.

Os habitantes atuais da região de Tundi-Daro não são responsáveis pela erecção dessas pedras, nem os seus ancestrais o são, de acordo com a pesquisa do autor [Diop]. Podemos, portanto, assumir que os Serer-Wolofs, antes da Islamização, passaram por tal estágio. Os Serer ainda têm o mesmo culto das pedras verticais. Na época de Bakri, os habitantes do alto Rio Senegal instalavam pilões que eram usados como altares para libações e eram chamados no vocabulário da época *dek-kur* (*der* in Wolof, que significa bigorna e *kur*, pilão), mas *dek* também pode significar altar, no sentido de um receptáculo, que é de fato o seu significado básico. Mas a análise de Tundi-Daro em Wolof é ainda mais interessante: *tund* = colina, *daro* = união sexual, no sentido ritual. Isso era eufemístico. A vogal *i* o torna plural. Tundi-Daro, no Wolof atual, significa precisamente colinas de união

[hills of union]. Isso é assim, porque esses ritos ocorriam em lugares altos, montanhas ou colinas, considerados sagrados porque representam o ponto em que o céu e a terra pareciam se tocar; a idéia do centro do mundo, como em Jerusalém, a Kaaba de Meca, a Montanha Sagrada do xamã Mongol.

Esta idéia é corroborada pelo fato de que a aldeia de Tundi-Daro realmente se encontra diante de colinas de arenito avermelhado. As escavações até agora feitas na área confirmam a idéia de que os túmulos (tumuli) estudados não são de data muito recente em relação à migração Serer. Os materiais funerários e os ritos funerários destes últimos [Serer] eram os mesmos dos antigos Egípcios e dos imperadores de Gana: o falecido era enterrado, mais ou menos luxuosamente, dependendo da riqueza da família, e colocado sobre uma cama; Ao redor dele eram dispostos todos os objetos domésticos habituais que ele usava no cotidiano, e até um galo para acordá-lo pela manhã. Ele provavelmente foi até mumificado no início, pois, além de Angola, onde a mumificação ainda é praticada, sabemos através de Sâdi que Sonni Ali, o soberano de Songhai que estava mais próximo das antigas tradições pré-Islâmicas, foi mumificado. *

[* — Tarikh al-Sudan, ch. XII, p. 116.]

Deverá então ser possível através de escavações adicionais encontrar a estrada seguida pelos Serer do Alto Nilo. A cidade sagrada de Kaôn, que eles fundaram na chegada ao Siné-Salum, parece ter sido uma réplica de uma cidade do mesmo nome no antigo Egito. Sabemos que há até mesmo textos hieroglíficos Egípcios chamados "de Kaôn," porque vieram daquela cidade. O deus celestial dos Serer, cuja voz era o trovão, era chamado Rôg, que muitas vezes é complementado por Sen, um epíteto nacional, tipicamente Serer. Rôg sugere Ra. Sar também é um nome Serer amplamente utilizado: [Sar] designava a nobreza do antigo Egito. Uma variante linguística da mesma palavra, San, designava a nobreza do Sudão, daí San-Koré, que era o bairro dos nobres da cidade de Timbuktu, onde se construiu a famosa mesquita universitária de Sankoré. Sabemos que alguns Faraós da Terceira Dinastia tinham o nome de Sar, enquanto que Per-ib-Sen e Osorta-Sen (Senwart = Sesostris) foram Faraós, respectivamente, da Primeira e Décima-Sexta Dinastias. Os Egípcios não tinham nomes de família no sentido atual: todos os nomes adicionais que assumiam poderiam assim ser traduzidos, tal como *Sen* * que significa irmão. Mas sabemos que os nomes modernos também derivam de expressões similares que foram mais ou menos disfarçadas: assim, o Dupont francês (du-pont) é o homem da ponte, Duval (du-val), o do vale.

[* — Hedj ak i sen significava "favoritos e irmãos" originalmente em Wolof; com a evolução, agora significa "seus favoritos e outros." Sen tornou-se o oposto de irmão, um personagem secundário.]

ORIGEM DOS AGNI (AÑI)

O nome deste povo como um todo é uma reminiscência de Anu ou Oni, que era o título de Osiris no Livro dos Mortos [The Book of the Dead], o epíteto aplicado constantemente a ele. Quase todos os reis Agni têm o título ou sobrenome de Amon, o deus Egípcio da umidade, que é encontrado em toda a África Ocidental, de onde o título significativo do livro de Marcel Griaule, Amma, Dieu d'Eau des Dogons (Amma, Deus da Água dos Dogons).

Assim, havia Ammon Azenia no século XVI, Ammon Tifu no século XVII. Um filho deste rei foi levado diante de Luís XIV, que o tratou com distinção. Ammon Aguire, que reinou no século XIX, assinou um tratado de aliança com o Rei Luís Filipe da França. Somos, portanto, inclinados a acreditar que os Agni também eram originalmente da bacia do Nilo.*

[* — Encyclopedie mensuelle d'outre-mer, April 1952, vol. I, sect. 20.]

ORIGEM DOS FANG E BAMUM

D.P. de Pédrals, em um artigo publicado em dezembro de 1951, relata que o Pe. Trilles, depois de uma série de estudos, chegou à conclusão de que os Fang tiveram algum contato com o Cristianismo Etíope durante sua migração inicial: no século passado, eles ainda não haviam chegado até a costa atlântica. Então, sua migração deve ter sido relativamente recente.

Estudos semelhantes de M.D.W. Jeffreys apontam para uma conexão entre os Bamum e os Egípcio, escreve Pédrals:

Tendo notado em vários livros sobre o Egito as relações abutre-faraó e serpente-faraó, e especialmente o fato apontado por Diodoro: que os sacerdotes Etíopes e Egípcios mantinham uma áspide enrolada em seus chapéus; tendo também observado vários exemplos de representações zoomorfas de duas cabeças, particularmente em O Livro dos Mortos (papiro de Añi), folio 7, M.D.W. Jeffreys declarou-se convencido de que "o culto do rei entre os Bamum deriva de um culto similar Egípcio." *

[* — Idem., December 1951, pp. 347-349.]

Estes fatos também têm alguma semelhança com a existência do abutre-real de Cayor, chamado Geb, que também era o nome Egípcio para a Terra, o deus reclinado.

ORIGEM DO POVO WOLOF

Na África, nomes totêmicos de clãs são, até certo ponto, uma indicação étnica; assim, os nomes totêmicos de Fall, Diagne, Diouf, Faye, Sar, e assim por diante, são tipicamente Serer. Se um Serer tem um nome totêmico que não seja um desses, sua extração estrangeira não deixa nenhuma dúvida nas mentes de seus companheiros Serer.

Os Tuculor, embora miscigenados, tem nomes totêmicos igualmente característicos: Wane, Kane, Diallo, Sy, Ly, e assim por diante, os nomes Fula [Peul] são essencialmente Ka e Ba; enquanto que Sow é mais provável que seja Laobé. Touré é um nome Songhai; Cissé, um nome Sarakolé, e assim por diante. No entanto, os Wolofs não têm quaisquer outros nomes totêmicos além destes, embora reconheçam que são nomes clânicos típicos dos povos acima mencionados. Além desses nomes, existem outros nomes Wolof que são de origem Sara ou Congolêsa.

Sul do Congo

Balla
Dia
Mbengue
N'Goma
N'Gom
Bemba
Ngumbu
Chila
Lua
Suku
Bas
Chil
Hog
M'Backé

Senegal: Wolof

Balla: um nome próprio masculino
Dia
Mbengue
N'Goma
N'Gom
Bamba: um nome próprio masculino
Ngumb
Silla
Lo
Sugu
Bas
Syll
Sôg
M'Backé

Norte do Congo

M'Backa-Waka
Bassa
Mbo
Maka
Rama

Ndumbé

Kandé
Nguma

Senegal: Wolof

M'Backé-Waké
Bassa
Mbow
Make: nome de uma cidade
Rama: nome próprio feminino
name
Mandumbé: nome próprio masculino

Kandé
Ngumba: nome de uma cidade

Sudão Oriental

Wadda

Gabu

M'Baï

N'Dam

Busso

Guirmi

Banda

Gulaï

Sara

M'Baï

Laï

N'Dam

Kaba

Bua

Busso

Babuas

M'Backa-Waka

Senegal: Wolof

Wadd

Wadda: nome próprio masculino

Ngabu: nome de uma vila do Baol

M'Baï

N'Dam: nome de uma vila que lembra
um nome clânico

Busso

Guermi: um nobre, um membro da
dinastia governante

Banda: nome próprio masculino

Gulaï: nome próprio masculino

Senegal: Wolof

M'Baï

Laï

N'Dam

Kaba

Ba

Busso

Babu

M'Backé-Waké

Sudão Central

Keba

Mandara

Falli

M'Bum

Karé

Kano: name of
a city

Dukon

Dien

Chade

So: lendário
povo do Sao

Costa do Marfim

Lo

Serra Leoa

Mende

Senegal: Wolof

Kebé

Mangara

Fall

M'Bub

Karé

Kane

Djuk

Dieng

Senegal: Wolof

Sow (Laobé)

Senegal: Wolof

Lo

Senegal: Wolof

Mendi

O habitat original do qual esses clãs emigraram foi a bacia do Nilo. Na verdade, podemos encontrar os mesmos nomes próprios citados acima: esses nomes totêmicos são retirados do livro, *African System of Kinship and Marriage* [*Sistema Africano de Parentesco e Casamento*], editado por A.R. Radcliff-Brown e Daryll Forde (International African Institute, Oxford University Press).

*Nomes Totêmicos de
Clãs dos Nuer*

Duai

Tiop/Duob

Nyang
Yan
Lam
Gik
Puok
Poic
Tai
Nyanyali
Mar
Lu
Gom
Deng
Gak
Gai
Bath

Senegal: Wolof e Outros

N'Diaye (que parece questionar a
autenticidade da lenda de
N'Diadian N'Diaye)

Diop (N'Diaye e Diop parecem ser os
únicos nomes Wolof autênticos
antes do casamento *)

Nyang
Yan
Lam
Gik

Puy
Tai
Nyanyali
Mar
Lo
N'Gom
Dieng
Djak/Gak
Gaï
Bâs

Todos, nomes próprios
totêmicos Wolof

Nomes totêmicos
comuns aos Sara,
Congolese, e Wolofs

[* — Isto está de acordo com o fato de que N'Diaye e Diop são os únicos *gamu* ou *kol*; que diz respeito ao parentesco resultante de casamentos contraídos por longos períodos de tempo entre dois clãs exogâmicos.]

*Nomes Totêmicos de
Clãs dos Nuer*

Banyge
Ngony
Garang
Lath
Fajok
Lathjor
Thiep
Tul
Nyagen
Dar
Thon
Kan
Ci
Wan
Lith

Senegal: Wolof e Outros

M'Banygue: nome próprio masculino Wolof
Ngoné: nome próprio feminino Wolof
Garang: nome próprio masculino Wolof
Lât: nome totêmico Wolof
Fay: nome totêmico Serer e Lebou
Latjor: nome próprio masculino Wolof
Thier: nome de vila Baol
Tul: nome de vila Wolof
Nyangen: vila Nyang
N'Dar: nome de cidade
Thiun: nome totêmico Wolof
Kane
Sy
Wann
Ly

} Nomes totêmicos
Tuculor

Devemos lembrar que os Nuer vivem no Sudão Nilótico, na própria bacia do Alto Nilo.

Essas duas listas de nomes próprios comparativos são mais instrutivas do que muitas páginas da literatura; embora muito incompletas, elas dão uma ideia de como o continente Africano foi povoado. Partindo da bacia do Nilo em ondas sucessivas, as populações irradiaram em todas as direções. Alguns povos, como os Serer e os Tuculor, parecem ter ido diretamente para o Oceano Atlântico, enquanto outros pararam na Bacia do Congo e na região do Chade, com os Zulus indo até o Cabo.

As populações Congolesas, Sara e Sara-kolé (a qual parece ser apenas uma tribo mestiça de Sara), depois migrariam para o Oeste, descendo para as planícies do Cayor e do Baol ocupadas pelos Serer e especialmente para o Djoloff.

O fato de que, ali onde foi uma vez a África Ocidental Francesa, o nome do clã totêmico primitivo ainda seja portado por indivíduos isolados perdidos em uma massa heterogênea, corresponde a uma emancipação relativa do indivíduo da comunidade primitiva. De fato, as migrações sucessivas finalmente desintegraram aquela fração do clã que se separou do tronco mãe.

O Tarikh es Sudan menciona a tribo dos Wolofs (Djolfs) e descreve suas virtudes; também menciona a existência de uma tribo chamada Adior (Adjor). *

[* — Tarikh al Sudan, pp. 38, 127-129.]

Mas Sâdi certamente deve ter relacionado esses fatos com base em rumores, pois os Wolofs, apesar do que ele pensou, não eram Fulas [Peuls]: a revisão dos nomes étnicos prova isso; assim como suas línguas.

Da mesma forma, os Adiors (habitantes do Cayor) não eram Berberes: Adior e Wolof são um e o mesmo, sobre o que Sâdi não tinha idéia. Os Adior são uma das pessoas mais

pretas da África [one of the blackest peoples of Africa]. Sua língua, Wolof, não tem qualquer conexão com o Berbere.

De acordo com o Tarikh el Fettach, uma minoria Israelita também morava na curva do Níger (região de Tendirma) e fazia uma especialidade de cultivar vegetais regados com água fresca de nascente em vez de água do rio. Este evento deve ter sido dentro do primeiro milênio da Hégira, mas a data não pode ser determinada com precisão. *

[* — Tarikh el Fettach, p. 119.]

Os Askias e Sonnis são da mesma origem. Eles não são nem Berberes nem lemenitas, mas se originam no Alto Senegal, de acordo com a investigação feita por Kâti na época.

O pai de Askia Mohammed foi nomeado Arlum Silla e veio da cidade de Silla no Alto Senegal. Sua mãe, Kassai, também era uma autóctone. *

[* — Tarikh el Fettach, pp. 17, 94, 114, e 151.]

Sonni Ali também veio do Alto Senegal. Ber — seu sobrenome faz lembrar de M'Ber (campeão) em Wolof — foi o primeiro imperador a assumir o título de Dali, que é o equivalente a César na tradição Africana. *

[* — Tarikh el Fettach, ch. V, pp. 83-84.]

